

Deise Cristina de Lima Picanço

Discurso, Lingüística e História

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Letras ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Linha de pesquisa: Estudos Lingüísticos, Área de Concentração: História e Filosofia da Lingüística, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco

Curitiba

Fevereiro de 2006

Deise Cristina de Lima Picanço

Discurso, Lingüística e História:

diálogos entre a lingüística e a teoria da história
através da análise do discurso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Linha de pesquisa: Estudos Lingüísticos, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Letras, Área de Concentração: História e Filosofia da Lingüística, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco

Curitiba

Fevereiro de 2006

**Pro Chiu e pro Digo,
meus parceiros,
cada um a seu modo.**

AGRADECIMENTOS

*Em especial, ao meu orientador, professor **Dr. Carlos Alberto Faraco**, pela sofisticação de suas reflexões, sempre provocativas e precisas, pela orientação segura e tranqüila, e, principalmente, pela paixão e generosidade com que divide conosco suas conquistas intelectuais.*

Aos professores Doutores Ana Maria Burmester e Cristóvão Tezza pela leitura atenta e pelas várias questões e sugestões feitas na ocasião da banca de qualificação, que, sem dúvida, muito contribuíram para a escrita final desta tese.

Ao Gil pela alegria de sua presença sempre confiante, por ter aberto algumas picadas nas trilhas bakhtinianas que eu tenho tentado percorrer, e também pelas muitas conversas sobre tantas outras questões...

Aos meus amigos, pelas conversas sempre produtivas, e algumas vezes polêmicas, sobre discurso, história e linguagem.

À minha família, sempre curiosa, que me ensinou a gostar de história e poesia.

“Truths are illusions about which it has been forgotten that they are illusions, worn-out metaphors without sensory impact, coins which have lost their image and now can be used only as metal, and no longer as coins.”

“Verdades são ilusões sobre as quais se esqueceu que são ilusões, metáforas gastas sem impacto sensitivo, moedas que perderam sua imagem e agora podem ser usadas apenas como metal e não mais como moedas.”

F. Nietzsche

SUMÁRIO

Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Introdução.....	01
1. O projeto racionalista do século XVIII no campo da história e da linguagem	09
1.1. O projeto racionalista da Ilustração: as relações entre razão, sujeito e história.....	11
1.2. O projeto racionalista do modernismo e a noção de progresso.....	21
1.3. As relações entre razão, sujeito e sociedade e o conceito de desenvolvimento na constituição das noções de Estado e soberania nacional.....	27
1.4. O projeto racionalista na filosofia da linguagem: língua, sujeito e sociedade.....	33
2. A noção de discurso e a busca do sentido nos estudos lingüísticos.....	45
2.1. O legado de Saussure para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no século XX.....	47
2.2. O discurso e o sentido nos estudos lingüísticos da segunda metade do século XX.....	60
2.2.1. O discurso como <i>atualização do código</i>	60
2.2.2. O discurso como <i>enunciado longo</i> : o estudo da sentença e do texto	62
2.2.3. O discurso como <i>enunciado longo</i> na <i>interação face-a-face</i>	65
2.3. O sentido e o discurso nos debates sobre a teoria da comunicação e a concepção logocêntrica de linguagem	79
3. O sentido e o discurso nos debates em torno da noção de documento no campo da história.....	91
3.1. A crítica ao documento em busca da verdade do sentido: os procedimentos filológicos.....	96
3.2. A busca do sentido na noção de léxico: uma aproximação com a lingüística histórica e a lexicologia.....	105
3.3. Os debates em torno da noção de documento/monumento.....	114
3.4. A noção foucaultiana de enunciado e formação discursiva: um debate com a história e a lingüística.....	118
4. As relações entre a lingüística e a história através da ADF: das máquinas de leitura ao estudo da heterogeneidade no discurso.....	138
4.1. O contexto teórico-metodológico do projeto pecheuxtiano: o discurso, o sujeito e a história.....	143
4.2. Os debates teórico-metodológicos do projeto pecheuxtiano de análise do discurso: a linguagem, o sujeito e a ideologia	157
4.3. Michel Pêcheux e Michel Foucault: uma interlocução mediada por Althusser e os historiadores.....	174
4.4. O discurso na história: o <i>interdiscurso</i> , o <i>intradiscurso</i> e a leitura de arquivos..	180
5. Considerações finais.....	189
6. Referências Bibliográficas.....	204

RESUMO

O presente estudo propõe uma reflexão sobre a Análise do Discurso a partir das fronteiras que ela estabeleceu entre a história e a lingüística. Foram percorridos dois caminhos paralelos, partindo-se de duas hipóteses: uma, de que os historiadores, por não terem, necessariamente, uma formação na área de linguagem, viveriam sob a ilusão da *transparência da linguagem* e da *garantia do entendimento*. A outra é de que muitos lingüistas, por desconsiderarem ou desconhecerem os debates realizados pelo pós-estruturalismo, desconhecem sua relação teórica com o estruturalismo. Esses lingüistas, embora admitam a não-transparência e a subdeterminação semântica da linguagem desde Saussure, vivem sob a ilusão da *garantia do entendimento* através do código lingüístico. Partindo desses dois pressupostos, buscou-se refletir, junto a filósofos, historiadores e lingüistas, sobre as noções de discurso, sentido e significação, tomando a noção de enunciado como central. Ao refazer o percurso de configuração das duas disciplinas como campos do saber, buscou-se compreender, nos debates sobre o modernismo e sua relação com o Iluminismo, o projeto racionalista que fundamentou a constituição das ciências humanas. A partir dessa perspectiva, tornou-se evidente que entre os séculos XVIII, XIX e XX houve uma certa continuidade no pensamento sobre a linguagem e sobre o sujeito que a usa. Os racionalistas, os empiricistas, os positivistas e os estruturalistas mantiveram-se reféns da crença na transparência da linguagem e da não problematização da relação entre linguagem e sociedade, acreditando na noção de sujeito falante como sujeito consciente, centrado e dotado de livre arbítrio, que controla, a partir de sua posição, a produção dos sentidos que expressa através do seu dizer. Essas crenças fizeram fortalecer os primados do modernismo, como o *poder de razão*, a *inevitabilidade do progresso* e o *papel central do ser humano na determinação do próprio destino*. Entendidas as disciplinas como parte desse projeto, buscou-se compreender, do lado dos lingüistas, como eles relacionam o enunciado com as noções de *língua*, *frase*, *ato de fala* e *discurso*. Do lado dos historiadores, o enunciado foi relacionado com as noções de *texto*, *documento* e *acontecimento discursivo*. Depois de trilhados esses percursos paralelos, fez-se uma reflexão sobre a noção de discurso no interior da Análise do Discurso Francesa (ADF). Partindo das reflexões de Michel Foucault e Michel Pêcheux, com seus distintos projetos de análise de discursos, chegou-se a uma noção comum de *discurso como norma*, que provoca, como efeitos de sentido, as ilusões de ‘evidência’, de ‘verdade’, e de ‘realidade’. Foram discutidas as noções de interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva buscando evidenciar que caminhos, em busca da heterogeneidade do discurso, a ADF passou a trilhar a partir dos anos 1980. No final do trabalho foram apresentadas algumas indicações de como as teorias do Círculo de Bakhtin poderiam contribuir para o desenvolvimento da noção de *heterogeneidade* do discurso, partindo da problematização das noções de *heteroglossia*, *bivocalidade*, *discurso citado* e *gêneros do discurso*. Essa reflexão permitiu mostrar que o pensamento desses autores pode trazer para a teoria do discurso uma concepção de linguagem compatível com a noção do discurso como *objeto cambiante*.

ABSTRACT

The present research proposes a thought about Discourse Analysis based on the borders between History and Linguistics established by it. Thus, setting out two hypotheses, two parallel ways had been followed: one, that historians, as they don't necessarily have language formation, would live under an illusion of *language transparency* and of *understanding guarantee*. The other, as many linguists give the go-by or just don't know post-structuralism debate, they do not realize their theoretical relation with structuralism. Despite these linguists do not admit non-transparency and semantic underdetermination of language since Saussure, they live under illusion of *understanding guarantee* by linguistic code. Based on these two hypotheses, following theoreticians, philosophers, historians and linguists, and with the notion of utterance as central, it intended to reflect about notions of discourse, sense and meaning. Following the process of disciplines configuration as knowledge lands, among the debates of modernism and its relations with Enlightenment, it intended to understand the rationalist project that substantiate Human Science constitution. From such perspective, it became evident that among the 18th, 19th, and 20th centuries there were a certain continuity of thought about language and about the subject that uses it. Rationalists, empiricists, positivists and structuralists kept themselves as hostages of language transparency belief and of non-proposition of relations between language and society. They believed on the notion of speaking subject as conscious, centered and free will endowed subject that controls, since its position, production of senses expressed by its speech. Such beliefs made stronger the bases of modernism, such as *reason power*, *inevitability of progress* and *the central role played by human beings on determination of their selves' destiny*. As disciplines were understood as part of this project, it intended to understand, by the side of linguists, how did they relate utterance with notions of *language*, *phrase*, *speech act* and *discourse*. By historians' side, how did they relate utterance with notions of *text*, *document*, and *discursive event*. Beyond these parallel ways, it reflected about the notion of discourse in the interior of French Discourse Analysis (FDA), based on reflection of Michel Foucault and Michel Pêcheux, and their distinct projects of discourse analysis, reaching a common notion with sense effects of *discourse as norm* that provokes illusions of 'evidence', 'truth', and 'reality'. Notions of interdiscourse, intradiscourse and discursive memory were focused in order to clarify which ways FDA followed since the 1980s to reach heterogeneity of discourse. At the last part of the work were presented some indications of how theories of Bakhtin Circle could improve forward development of the notion of heterogeneity of discourse with proposition of notions of *heteroglossia*, *bivocalization*, *quoted speech* and *discourse genres*. Such reflection allowed us to show that these authors thought can bring to discourse theory a conception of language compatible with the notion of discourse as *changing subject*.

Introdução

Conhecendo o fato de que ainda são poucas as obras publicadas no Brasil que buscam estudar a Análise do Discurso (AD) a partir de suas fronteiras, ou seja, dos limites e contatos entre as disciplinas que a compõem, nos propusemos estudar as relações que ela estabelece entre a história e a lingüística. Para isso, no entanto, tivemos que percorrer dois caminhos paralelos, já que são ainda em menor número as obras dedicadas ao estudo do discurso nessas duas disciplinas no país. A partir daí, buscamos perceber como a configuração da ADF (Análise do Discurso Francesa) foi tecendo os fios que permitiram costurar esses dois campos do saber, ora delineando um esboço bem acabado da peça que se queria produzir, ora deixando apenas alinhavos para futuras costuras.

Assim, partimos de duas hipóteses em relação a esses caminhos paralelos: uma, de que os historiadores, por não terem, necessariamente, uma formação na área de linguagem, viveriam sob a ilusão da transparência da linguagem e da garantia do entendimento. A outra é de que muitos lingüistas, por desconsiderarem ou desconhecerem os debates empreendidos pelos autores do pós-estruturalismo¹, desconhecem sua relação teórica comum com o estruturalismo, realizada através da ADF. Esses lingüistas, supúnhamos, embora já não desconheçam os debates sobre a não-transparência e a subdeterminação semântica da linguagem desde Saussure, vivem, da mesma forma, sob a ilusão da garantia do entendimento através do código lingüístico.

Partindo desses dois pressupostos, buscamos refletir, junto a teóricos, filósofos historiadores e lingüistas, sobre as noções de discurso, sentido e significação. Por isso, tomamos a noção de enunciado como central, já que ela aparece tanto na história quanto na lingüística e na Análise do Discurso. Do lado dos lingüistas, buscamos compreender como eles relacionam o enunciado com as noções de língua, frase, ato de

¹ Este trabalho trata das relações do estruturalismo com o pós-estruturalismo — tendência filosófica que, na década de 1960, se opôs ao humanismo e ao racionalismo presentes nas ciências humanas — e não do pós-modernismo, que surgiu no final da década de 1970. Entendemos que os dois tratam de problemáticas distintas em relação ao modernismo e têm objetivos diferentes, portanto, optamos por não entrar nos debates do pós-modernismo neste trabalho.

fala e discurso. Do lado dos historiadores, relacionamos o enunciado com as noções de texto, documento e acontecimento discursivo. A partir daí, buscamos fazer uma reflexão sobre a noção de discurso, enunciado, sentido e significação no interior da ADF, levando em conta as tentativas de relacionar os campos da linguagem e da história.

Ao refazermos o percurso das disciplinas de lingüística e história como saberes que se configuraram a partir da modernidade, buscamos perceber, entre outras coisas, de que forma os debates sobre o modernismo e sua relação com o Iluminismo tornaram-se importantes, principalmente por conta da necessidade de se entender o projeto racionalista que estava na base da constituição das ciências humanas. A constituição dessas formas de saber como *ciências do homem* pode ser compreendida como parte desse grande projeto que começou nos séculos XVII e XVIII, e continuou forte nos séculos seguintes. Nossa intenção foi construir uma interpretação que permitisse ir além da compreensão mais comum que leva em conta apenas o projeto positivista do final do século XIX e início do XX que marcou boa parte da produção do conhecimento nessas áreas.

A partir da possibilidade de relacionar a lingüística e a história, nessa perspectiva, buscamos mostrar que entre os séculos XVIII, XIX e XX houve uma certa continuidade no pensamento sobre a linguagem e sobre o sujeito que a usa. Os pensadores racionalistas (ilustrados e modernistas), assim como os pensadores românticos ou empiricistas do século XIX, quanto os estruturalistas de meados do século XX, permanecem, de forma geral, reféns da crença na transparência da linguagem e da não-problematização da relação entre linguagem e sociedade. Eles permanecem reféns de uma noção de sujeito falante como sujeito consciente, centrado em si mesmo e dotado de livre arbítrio, que controla, a partir de sua posição, a produção dos sentidos que expressa através do seu dizer. Portanto, tanto a Ilustração como as teorias do progresso ajudaram a estabelecer os primados do modernismo a partir do século XVIII: o poder da razão, a inevitabilidade do progresso e o papel central do ser humano na determinação do próprio destino.

Como consequência desses pressupostos racionalistas, há, no campo da história, uma certa dificuldade em se problematizar o trabalho empírico com as fontes (que são

basicamente os textos em suas variadas formas). Essa impossibilidade se funda sob a crença absoluta na objetividade da ciência, que foi central para o triunfo do racionalismo. Assim, embora existissem outras abordagens e concepções de linguagem, sujeito e sociedade, essa forma hegemônica de abordar as relações entre eles será questionada de forma efetiva somente na segunda metade do século XX.

Ainda que de forma sucinta, buscamos evidenciar, no primeiro capítulo, de que maneiras a história e a lingüística foram se constituindo, a partir do século XVIII, como parte desse projeto. Ele estará presente no empreendimento estruturalista que foi dominante no campo da linguagem, chegando a seduzir, por conta de seu *status* científico, muitos historiadores, psicólogos, filósofos e sociólogos.

Para que pudéssemos entender como a questão do sentido tem sido tratada e como as várias noções de discurso foram sendo formuladas no interior dos estudos lingüísticos foi necessário compreender, primeiro, a constituição da lingüística como uma ciência moderna e sua posterior relação com o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Partimos do pressuposto de que o estruturalismo engloba um fenômeno muito diversificado, sendo mais do que um método e menos do que uma filosofia. Ele encontra sua base unificadora no modelo da lingüística moderna e na figura de seu iniciador: Ferdinand de Saussure. Depois de uma breve apresentação da figura central que foi Saussure para o pensamento sobre a linguagem, buscamos percorrer os caminhos trilhados pelos estudos lingüísticos em torno das noções de sentido, significação e discurso.

Numa revisão sobre as disciplinas que compõem a lingüística — e/ou gravitam em torno dela sem fazer parte do seu *núcleo duro* — tentamos compreender como elas têm tratado aquelas noções e como se definem as áreas que se propõem a fazer análise do discurso no âmbito dos estudos lingüísticos. Em geral, o termo discurso tem sido usado a partir de definições distintas, dadas por perspectivas teóricas também diversas, baseadas no papel desempenhado pela *língua* (em oposição a *fala*), pela *frase* (como *sentença*) ou pelo *enunciado* (como *texto* ou *ato de fala*).

Além dos problemas derivados de uma noção limitada de sujeito e contexto, encontramos, na base dos estudos lingüísticos, uma teoria da comunicação que a concebe como troca de mensagens e parte do *entendimento* como pressuposto que

garante a comunicabilidade. Ao estudarmos as propostas dos três modelos de teoria da comunicação — baseados no código, na idéia de inferência, ou na noção de interação —, percebemos que, embora se considere um certo grau de indeterminação na linguagem, as disciplinas da lingüística permanecem envolvidas na ilusão de resolver o problema do *entendimento*, de fixar o sentido e garantir a comunicação como transmissão de informação. O sentido será definido de acordo com as relações estabelecidas entre as noções de língua, sujeito e enunciado: ele pode estar no código ou nas palavras, nas relações entre as sentenças, nas intenções do indivíduo falante ou na relação do verbal com o que está fora dele, o não-verbal.

No final do segundo capítulo, para dar conta de tentar desconstruir nossas falsas crenças na transparência da linguagem e na infalibilidade do código, através de uma discussão sobre o *próprio da língua*², propomos uma reflexão sobre a noção de signo lingüístico a partir das formulações que Derrida elabora numa extensão às idéias de Saussure, em especial de uma leitura radical do conceito de arbitrariedade do signo. Assim, o signo não será pensado como uma unidade composta por uma relação fixa entre um significante e um significado, mas como uma composição de significantes e significados que deslizam, fazendo com que suas fronteiras, antes tão nítidas, fiquem ‘borradas’, permanecendo apenas o *jogo de significações*. Nesse jogo não há signo fechado, com um sentido em si mesmo. Assim, é esse signo *que desliza*, que não permite fixar o significado, que faz com que as línguas humanas, paradoxalmente, signifiquem.

Portanto, seria preciso admitir que não há como nos esquivarmos dos problemas da *subdeterminação semântica* e da *inconsistência da linguagem*, muito menos da limitação da noção de contexto como situação imediata. Da mesma forma, não podemos nos esquivar das limitações de se colocar o sentido da enunciação nas intenções do sujeito racional e consciente, desconsiderando a complexidade do processo de determinação psicossocial na formação do sujeito, assim como as determinações socioculturais de construção de uma subjetividade em processo.

² A expressão ‘o próprio da língua’ tem sido usada nos debates sobre a filosofia da linguagem para designar, como objeto privilegiado dos estudos lingüísticos, a língua implicada pela *ordem do simbólico* (como conjunto de signos) e em sua própria imanência.

Feitas todas essas considerações, buscamos compreender a limitação da perspectiva logocêntrica, universalista e unificadora das teorias da comunicação que fundamentaram as pesquisas no campo da linguagem desde a Antigüidade, permanecendo hegemônicas até o século XX. Por isso, buscamos uma noção de discurso que seja compatível com outras formas de se conceber a linguagem e o conhecimento, capazes, por sua vez, de entendê-lo como um *objeto cambiante*, incorporando o equívoco como parte constituinte da linguagem.

No capítulo 3, da mesma forma que no campo da linguagem, a noção de discurso no campo da história também foi discutida a partir de suas relações com outras noções como a de *documento* e *acontecimento discursivo*. Ainda que as discussões em torno do problema da linguagem na história não sejam recentes, percebemos que há uma certa indefinição em torno do que se pode ou não entender como discurso na história — ora como texto, ora como gênero do discurso, ora como posição socioideológica, ora como prática discursiva — fazendo com que o uso do termo se torne cada vez mais complexo.

No início do capítulo, por conta de sua proximidade com a noção de *texto*, o problema da definição do discurso foi relacionado com os debates em torno da idéia de *crítica* ao documento e ao acontecimento histórico. Em seguida, discutimos o fato de que a questão lexical, ou mais exatamente do vocabulário — de um autor, de uma época, de um corpus —, permanece, desde Febvre até o final da década de 1970 (e ainda hoje em muitas pesquisas), sendo a principal ou mesmo a única questão colocada e problematizada em relação à linguagem pelos historiadores.

Por isso, foi preciso mostrar que, embora a noção de *documento* tenha mudado substancialmente, a questão do sentido continuou sem o devido enfrentamento, e o léxico, como sinônimo de *palavra*, continuou a ser o dado lingüístico mais importante para as pesquisas em história. Enfim, pudemos perceber que no campo da história, assim como em algumas áreas dos estudos lingüísticos, ainda agimos como filólogos, colocando o sentido na palavra, e tratando a linguagem como um espelho através do qual podemos ter acesso ao *pensamento dos homens*.

Para compreendermos como a linguagem e o discurso foram tratados na história, a partir do debate sobre as fontes, foi importante compreender a configuração

dessa disciplina no interior dos debates sobre a racionalidade e a ciência moderna. Assim, embora freqüentemente se considere que a história tenha ficado à margem dos *avanços científicos* ocorridos em outras áreas do conhecimento nos séculos XVII e XVIII, o projeto racionalista esteve presente durante todo o período marcado por uma mudança na história, em que ela deixa de ser apenas o relato dos fatos ocorridos. O racionalismo será o instrumento que permitirá à história dar o primeiro passo na tentativa de buscar explicações para os acontecimentos. A *crítica* aos documentos, aos testemunhos, aos relatos passou a fazer parte do trabalho do historiador na produção do conhecimento histórico a partir da Ilustração.

Na sequência do capítulo, buscamos compreender porque a ampliação da noção de *documento* em si — para além do texto escrito — não foi suficiente para mostrar a diferença entre *ler* um documento e compreender *como ele se transformou num documento*. Somente no final da década de 1960 é que foram realizadas as primeiras tentativas de se esboçar uma nova teoria sobre o *documento*, empreendidas por Michel Foucault e Jacques Le Goff. As reflexões de Foucault sobre a monumentalização dos documentos, no entanto, está relacionada com as noções de discurso e enunciado, e trazem questões importantes para o trabalho do historiador. O *documento-monumento*, a partir das problematizações de Le Goff e Foucault, não pode mais ser analisado fora da série de documentos da qual faz parte e fora do arquivo a que passou a pertencer pela intervenção do historiador. Por fazer parte de um arquivo o enunciado está sempre relacionado com outros enunciados, que o antecederam e que foram suscitados por ele. Essas relações fazem parte do conjunto de regras que os constitui permitindo que entrem no complexo jogo enunciativo dos discursos. Estes jogos, dados pela irrupção dos acontecimentos discursivos, constituem as malhas que inter-relacionam passado e futuro num mesmo tecido histórico.

Para Foucault (2002a, p. 121), a materialidade do enunciado faz dele um objeto de cultura, entre outros, que “circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”. E é por isso que o historiador não pode viver na ilusão da transparência da linguagem e precisa enfrentar, não só os problemas da autenticidade de documentos/monumentos e dos anacronismos

interpretativos, mas também o fato de que não bastam as análises lexicológicas ou os inventários de palavras para se chegar a um sentido dado pela relação entre os enunciados. Para chegar a esse *sentido* sem correrem o risco de estarem sendo simplesmente *falados por um discurso* — que funciona através dos enunciados —, os analistas do discurso/historiadores terão que enfrentar a limitação da noção de contexto histórico, ainda vinculada às noções de causalidade e linearidade, em confronto com as descontinuidades da história.

Ao aprofundarmos, no quarto capítulo, nossa reflexão sobre as relações entre história e lingüística em torno das noções de sentido, discurso e significação, iniciamos uma incursão pelo longo percurso da história da ADF. Assim, pudemos perceber que as relações estabelecidas entre a história e a lingüística foram se transformando conforme mudavam também os pressupostos teóricos que permitiam fazer essas junções. Partindo da AAD69 (Análise Automática do Discurso, de 1969), e passando pela versão AAD75 (Análise Automática do Discurso, proposta de 1975), Pêcheux e seus colaboradores inauguraram uma certa junção entre duas disciplinas científicas (a lingüística estrutural e o materialismo histórico). Mais tarde, na versão AAD80 (Análise Automática do Discurso, versão de 1980), chegaram a uma proposta de colaboração entre dois campos do saber: as disciplinas de interpretação (a história entre elas) e a lingüística como disciplina dedicada ao estudo do *próprio da língua* (ainda que ela possa ser, também, uma disciplina de interpretação, conforme os argumentos de Michel Pêcheux em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* [PECHEUX, 2002] e de Courtine em *O chapéu de Clémentis* [1999]).

Partindo da análise das relações entre o pensamento de Michel Foucault e Michel Pêcheux, com seus distintos projetos de análise de discursos, chegamos a uma noção comum de *discurso como norma*, que provoca, como efeitos de sentido, as ilusões de ‘evidência’, de ‘verdade’, e de ‘realidade’, nas quais encontramos imersos tanto os lingüistas quanto os historiadores e outros pesquisadores das ciências humanas.

Discutimos, a partir das reflexões de outros autores da AD — como Courtine, Marandin, Achard e Jacqueline Authier — as noções de interdiscurso, intradiscurso,

memória discursiva e discurso reportado, buscando evidenciar que caminhos, em busca da heterogeneidade do discurso, a ADF passou a trilhar a partir dos anos 1980.

Nas considerações finais, além de apresentar uma síntese das principais conclusões acerca das possíveis relações estabelecidas pela ADF entre a história e a lingüística, apresentamos algumas indicações de como as teorias do Círculo de Bakhtin poderiam contribuir para o desenvolvimento da noção de *heterogeneidade* do discurso. Nossa intenção, embora fosse apresentar apenas uma indicação de caminhos possíveis para novas pesquisas, foi mostrar que o pensamento do Círculo de Bakhtin pode trazer para a teoria do discurso uma concepção de linguagem compatível com a noção do discurso como *objeto cambiante*.

1. O projeto racionalista do século XVIII no campo da história e da linguagem

Os debates sobre o modernismo e sua relação com o Iluminismo tornaram-se importantes nos últimos anos, entre outros motivos, por conta da necessidade de se entender o projeto racionalista que estava na base da constituição das ciências humanas. A constituição dessas formas de saber como ‘ciências do homem’ pode ser compreendida como parte desse grande projeto que começou nos séculos XVII e XVIII, e que teve continuidade nos séculos seguintes. Nossa intenção é elaborar uma interpretação que permita ir além da compreensão mais comum que leva em conta, na configuração desses saberes, apenas o projeto positivista do final do século XIX e início do XX que marcou boa parte da produção do conhecimento nesse período.

De acordo com Foucault (2005, p. 356), entre os vários processos que marcaram a segunda metade do século XX e que reconduziram a questão das Luzes ao âmago das preocupações contemporâneas, três merecem destaque e têm relação com o racionalismo universalista que estava na base do pensamento moderno. O primeiro deles é “a importância assumida pela racionalidade científica e técnica no desenvolvimento das forças produtivas e no jogo das decisões políticas”. O segundo, mais ligado a questões históricas, refere-se a “uma ‘revolução’ cuja esperança havia sido conduzida, após o fim do século XVIII, por todo um racionalismo, ao qual se tem o direito de perguntar que participação ele pode ter tido nos efeitos de despotismo onde essa esperança foi perdida”. Por fim, o terceiro e último tem relação com a noção de *homem moderno e civilizado* engendrada no interior da Ilustração, e refere-se ao “movimento pelo qual se começou a perguntar, no Ocidente e ao Ocidente, que títulos sua cultura, sua ciência, sua organização social e, finalmente, sua própria racionalidade podiam deter para reivindicar uma validade universal: ela não é apenas uma miragem ligada a uma dominação e a uma hegemonia política?”. Para Foucault, portanto, a importância de se compreender a Ilustração e seu retorno dizem respeito a uma tomada de posição e a uma reavaliação. Por isso, “dois séculos depois a *Aufklärung* retorna: ao mesmo tempo como uma maneira de o Ocidente tomar consciência de suas possibilidades atuais e das liberdades às quais ele pode ter acesso, mas também como

uma maneira de se interrogar sobre seus limites e os poderes que ele usou. A razão ao mesmo tempo como despotismo e esclarecimento”.

Portanto, a necessidade de se compreender o papel do Iluminismo e da noção de modernidade, embora tenha sido mais forte nas últimas décadas, também se fazia presente no período em que a Análise do Discurso Francesa (ADF) estava se consolidando como uma nova disciplina, a partir da década de 1960. É bom lembrar que foi no confronto com as ciências humanas (filosofia, sociologia, psicologia, crítica literária, história e lingüística) que essa nova disciplina configurou seus limites e seu objeto.

A história da ADF se dá a partir da rejeição a esse projeto modernista que estava na base do pensamento estruturalista sobre linguagem e sociedade. Segundo DOSSE (1993, p. 13), o estruturalismo foi o estandarte do homem moderno em sua luta contra o antigo. Isso porque o estruturalismo não conseguiu abrir mão do *primado racionalista* na produção do conhecimento, nem da idéia de *inevitabilidade do progresso* e da *centralidade do sujeito* na determinação do próprio destino.

Segundo Williams (1999, p. 11), “given the history of FDA, which will be discussed below, a useful starting point is the very modernism that is denied by post-structuralism. This can then serve as a background to the emergence of structuralism and, subsequently, post-structuralism”. Entender o modernismo como “the diffusion of the products of rational, scientific, technological, administrative activity”, ajuda a entender porque, segundo Williams (1999, p.11), “Instrumental rationality came to be deployed at the core a type of activity, as a function of its integration into a general vision, based on its contribution to a holistic societal project”.

Portanto, entender o projeto modernista para a construção da sociedade nos séculos XVII e XVIII é um dos caminhos para se chegar a uma compreensão da importância do papel tanto do estruturalismo como do pós-estruturalismo na configuração das ciências humanas e na constituição da ADF durante o século XX. Neste capítulo tentaremos mostrar como o Iluminismo e o modernismo pensavam o papel da história e da linguagem na construção da sociedade moderna. Sobre o papel do estruturalismo e do pós-estruturalismo na constituição da ADF trataremos particularmente no segundo e quarto capítulos.

De modo geral, concordando com Glyn Williams (1999), podemos dizer que há uma certa ignorância em relação ao pensamento setecentista acreditando-se que as bases para a constituição das disciplinas tais como as conhecemos no início do século XX, se fundaram apenas sobre o pensamento positivista do século XIX. Os debates do pós-modernismo (sobre a economia, as políticas de Estado, o campo do saber, da moral e da arte) obrigaram não somente os sociólogos, mas também os psicólogos, os historiadores e os pesquisadores do campo da linguagem e do discurso a dar mais atenção ao modernismo e suas origens. E isso, por sua vez, levou ao estudo do Iluminismo e de tudo o que o pensamento iluminista implica.

1.1. O projeto racionalista da Ilustração: as relações entre razão, sujeito e história

O Iluminismo, embora esteja localizado historicamente no século XVIII, pode ser definido, de uma forma geral, como o conjunto das correntes de pensamento que combatem o mito e o poder utilizando argumentos racionais, tentando libertar o homem da tirania, da superstição e de todas as tutelas (políticas, religiosas, da tradição, etc.). Esse *homem racional, consciente de si mesmo e dotado de livre arbítrio* será a fonte da noção de sujeito centrado que vamos encontrar nas ciências humanas, nesse período e nos subseqüentes. Essa noção de sujeito será debatida no século XX pelo pós-estruturalismo, principalmente a partir das reflexões feitas no campo da psicanálise e do pensamento marxista.

No campo da história, o Iluminismo teve uma importância ambígua, pois ao mesmo tempo em que tentava libertá-la das interpretações com motivações religiosas e morais do período anterior, não deu muita atenção aos procedimentos da produção do conhecimento histórico, mantendo, em muitos casos, um certo desprezo pelos ‘fatos reais’. Por isso, segundo Le Goff (1996, p. 85), “a história dos filósofos das Luzes que se esforçaram por torná-la racional, aberta às idéias de civilização e de progresso, não substituiu a concepção de história exemplar e a história ficou de fora da grande revolução científica dos séculos XVII e XVIII”. O problema levantado por Le Goff refere-se ao fato de que, como os historiadores filósofos não davam muita importância ao trabalho empírico, pouco avançaram nos debates sobre os métodos da pesquisa em

história, diferentemente de outras formas de saber que tiveram grandes avanços metodológicos nesse período. A história permaneceu sendo um conjunto de ilustrações da moral e da política feitas através de fenômenos históricos. Portanto, história e política se confundem nesse período em que os debates mais acalorados estavam no campo do direito político. Segundo Baumer (1977, p. 168), os filósofos da história do século XVIII “tinham a tendência, no seu conjunto, para procurar o universal, o típico: as leis gerais que uniam todos os povos, as fases através das quais todos tinham que passar”.

No campo da linguagem, essa tendência universalista também tinha muitos adeptos. No começo do século XVIII, a corrente histórico-comparativa começou a ganhar consistência e a idéia de uma ‘proto-língua’ já era mencionada por Leibniz. Partindo de um ponto de vista racionalista, no entanto, muitos dos pensadores do século XVIII farão esforços em descobrir as origens da linguagem, afirmando que ela é uma criação do homem, não uma dádiva divina como outros buscavam afirmar.

Para entender o projeto racionalista do Iluminismo muitos autores defendem a tese de que é preciso separá-lo de sua realização histórica, a Ilustração. Para Rouanet (1997), embora a definição dada acima seja grosseira e imprecisa —conjunto das correntes de pensamento que combatem o mito e o poder utilizando argumentos racionais—, ela é suficiente para demonstrar que o Iluminismo é uma tendência permanente, estando presente no pensamento da humanidade até hoje. Essa tese já havia sido defendida anteriormente por Adorno e Horkheimer. Ao retomá-la, Rouanet (1997, p.301-302) distingue Iluminismo e Ilustração afirmando que

o movimento intelectual que floresceu no século XVIII pode ser denominado a *Ilustração*. Ela foi uma importantíssima realização histórica do Iluminismo —talvez a mais importante, mas não a primeira, e certamente não a última. Depois da Ilustração e parcialmente opondo-se a ela, surgiram autores iluministas como Marx, no século XIX, e Habermas em nossos dias, para citar apenas dois nomes.

Embora não seja essencial para o nosso trabalho, o debate sobre essa tese pode nos ajudar a entender de que forma o pensamento Iluminista pode estar presente no final do século XIX e início do XX, em disciplinas e concepções teóricas que começam a se consolidar ainda no século XVIII. Como não há consenso entre os

historiadores, nem mesmo entre os filósofos, usaremos os dois termos conforme eles forem citados na bibliografia. Creio que o leitor deste trabalho não deve encontrar dificuldades para entender o sentido dos termos em cada caso.

Portanto, entendidos os termos dessa forma, é importante lembrar que a Ilustração não deve parecer apenas um conjunto de autores, mas um movimento em torno do pensamento crítico, da desconfiança em relação ao saber estabelecido. Uma das formas de se compreender o surgimento da Ilustração está relacionada com o surgimento de uma certa ‘indústria da informação’ que propiciou a multiplicação da impressão de livros, folhetos e jornais.

A importância da informação tomou proporções diferenciadas naquelas sociedades em que os debates políticos confrontavam-se com as monarquias absolutas por demandas de representatividade política. Os poderes estabelecidos temiam não só a oposição política direta, mas também as mudanças que ocorriam tanto na ciência quanto na religião. Isso provavelmente pode explicar as diferenças entre o que ocorreu na França e na Inglaterra, de um lado, e na Alemanha de outro.

Para Norbert Elias (1994, p. 53), “a estrutura social francesa tornou possível que a oposição moderada, que veio crescendo lentamente desde meados do século XVIII, se fizesse representar com certo sucesso nos círculos mais intensos da corte”. Embora ainda não formasse um partido, essa oposição moderada à aristocracia pode desenvolver-se e exigir as reformas que ocorreriam a partir de 1789. Na Inglaterra, as reformas tinham ocorrido um pouco antes, em 1688, num processo muito semelhante. No entanto, “em contraste, a força de classe da burguesia, em conformidade com seu poder econômico, permaneceu relativamente fraca na Alemanha até bem dentro do século XIX”. O problema na Alemanha era promover mudanças sociais sem o risco de uma revolução. Era necessário, antes de tudo, unificar o país, construir uma idéia de nação, de história nacional, através da recuperação das tradições e dos mitos nacionais.

Essas diferenças entre os processos de mudança social nesses países também têm sua relação com a distinção entre as noções de *Kultur* e *Civilização*. De acordo com a problematização elaborada por Norbert Elias (1994), é preciso primeiro ter claro que, para ingleses e franceses, *Civilização* pode resumir em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da

humanidade. No entanto, no emprego que lhe é dado pelos alemães, *Zivilization* significa algo de fato útil, mas apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur* (ELIAS, 1994, p. 23-24).

Se o conceito de *Civilização* pode referir-se tanto a fatos políticos e econômicos quanto a fatos religiosos, técnicos, morais ou sociais, o conceito alemão de *Kultur* refere-se basicamente a fatos intelectuais, religiosos ou artísticos e estabelece uma divisão nítida entre esses fatos e os de ordem política, econômica e social. Nesse sentido, o conceito de *Civilização* pode referir-se tanto a realizações quanto a comportamentos sociais e o conceito de *Kultur* refere-se basicamente ao valor de determinados produtos da atividade humana e não ao valor intrínseco da pessoa. Embora *kulturell* apresente o sentido mais próximo da significação alemã do conceito de *Kultur*, a noção de *homem civilizado*, referindo-se ao comportamento humano, pode ser expressa em alemão pelo derivado *kultiviert*. Para o que nos interessa, é importante perceber que

o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou — na opinião dos que o possuem — deriva sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas. (ELIAS, 1994, p.25).

Ao contrário disso, o conceito alemão de *Kultur* dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos dentro de uma determinada nação. Portanto, algumas das idéias da Ilustração, como o racionalismo — característica universal da humanidade —, não poderiam ter tanta aceitação na Alemanha como tiveram em outros países, principalmente na França e na Inglaterra. Pensadores alemães como Herder, já inspirados pelo romantismo que se constituía no final do século XVIII, tentarão mostrar que as nações podem construir formas particulares de pensamento.

Dito isso, é preciso lembrar também que a Ilustração se desenvolveu basicamente na França, onde o livre pensamento e a crítica do século XVII — o libertinismo e o pirronismo históricos — defendiam uma atitude de ceticismo ante os relatos históricos. No entanto, segundo Baumer (1977, p. 180), “grande parte do impulso da vida intelectual francesa, especialmente no começo, e principalmente na ‘filosofia’ e na política, vinha da Inglaterra”. Isso porque ainda que a França tenha se tornado a potência preponderante da Europa, fornecendo-lhe a nova ‘língua franca’, e instituições e idéias para muitos pensadores, “a Inglaterra era o modelo da liberdade, da religião e da política”. Voltaire, por exemplo, reconhecia principalmente a superioridade científica dos vizinhos ingleses — Bacon, Locke e Newton.

No campo da filosofia da história, a atitude cética do pirronismo francês inspirou Pierre Bayle, que publicou, em 1697, o *Dictionnaire historique critique*, a respeito da história eclesiástica, alcançando grande sucesso entre os franceses no século XVIII. Havia já uma certa rejeição ao tipo de relato histórico que se preocupava mais com a acumulação de dados do que com a sua análise, pois a verdade não teria nada a ver com a mera acumulação de informações. Por isso, Bayle era contrário à idéia de uma ciência da história, por não acreditar nem na capacidade da razão humana de descobrir a verdade histórica, nem na fiabilidade das fontes.

Por outro lado, o italiano Giambattista Vico propunha uma atitude completamente oposta. Ele acreditava que uma ciência da história era possível por ter a convicção de que “o conhecimento da história era mais preciso ainda do que o conhecimento da natureza física” (BAUMER, 1977, p. 267). Por conta de sua postura frente ao fazer histórico, Vico é reconhecido como um dos primeiros filósofos da história. Como ele não aceita a concepção racionalista da maior parte dos ilustrados, Vico permanece à parte, embora sua importância para o pensamento em história o coloque sempre em uma posição de destaque entre os pensadores do século XVIII.

Segundo Le Goff (1996, p. 87-88), a originalidade da filosofia da história de Vico fez com que ela permanecesse isolada no seu tempo, mas que ainda hoje tivesse uma surpreendente influência póstuma. Entre as múltiplas admirações que ele recebeu, Le Goff destaca a de Michelet, no final do século XIX, de Croce, no início do século XX e a interpretação marxista de suas idéias desenvolvida por Sorel. O problema é que

“Vico não tinha muitos leitores, no século XVIII, e muito poucos, entre os historiadores, partilhavam as suas convicções” (BAUMER, 1977, p. 172). Por isso, segundo Baumer (1977, p. 267), a maioria dos filósofos historiadores do século XVIII tomou uma posição intermediária entre a postura de Vico e de Bayle.

Montesquieu, um dos mais conhecidos autores da Ilustração, contribuiu para a elaboração de novas formas de escrever a história com a sua ‘física social’. No seu livro sobre o *Espírito das leis*, ele faz uma análise das “muitas coisas que governam os homens: o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplos das coisas passadas, os costumes, as maneiras, resultando disso a formação de um espírito geral” (MONTESQUIEU, 1997, p.360). Nessa obra ele busca dar uma base científica ao estudo da sociedade e da política sem menosprezar um tipo de análise histórica concreta que embasaria esse estudo. Apresentou uma ampla e cuidadosa anotação das fontes utilizadas, além de realizar a distinção entre as ‘causas gerais’ —que explicam as grandes mudanças históricas— e as causas particulares e acidentais. Embora Montesquieu fosse conservador em certos aspectos, declarando que não exigia mudanças onde os governantes e o povo não a desejassem, acabou contribuindo para a crise da sociedade por ter estimulado o ‘exercício da razão’ a todos os homens. Para ele, “o homem, este ser flexível, dobrando-se na sociedade aos pensamentos e impressões de outrem, é igualmente capaz de conhecer sua natureza própria, quando lha mostram, e de perder até o sentimento, quando lho roubam” (MONTESQUIEU, 1997, p. 28).

Além de Montesquieu, outro ilustrado importante que compartilhava uma postura intermediária entre Vico e Bayle, embora pendesse mais para este, foi Voltaire. Depois de ter tido problemas na França, tendo sido preso na Bastilha, Voltaire foi para a Inglaterra, onde teve contato com a ciência da época —principalmente com o pensamento de Newton —, o que teve um papel importante na delimitação de suas idéias sobre o poder transformador do conhecimento. No verbete escrito para a *Encyclopedie* de Denis Diderot, Voltaire considerava a história como o relato dos fatos considerados verdadeiros, ao contrário da fábula, que seria o relato de fatos considerados falsos. Ele reconhecia, assim como Bayle, que a verdade histórica era apenas a de uma *extrema probabilidade*.

Assim como a maior parte dos escritores da Ilustração, ele também rejeitou a idéia de uma história feita nos moldes da simples erudição pois acreditava ser mais produtivo saber da história dos homens do que saber uma pequena parte da história dos reis e das cortes. Com essa intenção, Voltaire escreveu, no seu *Essaix sur les moeurs el l'esprit des nations*, que o objetivo de seu livro não era explicar tudo, mas somente o que merecia ser conhecido como o espírito, os costumes, os usos das nações principais, assim como alguns fatos que não deviam ser ignorados coincidindo em parte com Montesquieu. No entanto, considerando o papel das leis naturais na vida humana, Voltaire não aceita as explicações 'geográficas' das diferenças entre povos e nações dadas por Montesquieu. Para Voltaire, o *império da natureza* era distinto do *império dos costumes*, pois as leis naturais eram universais, enquanto que as leis dos costumes variavam enormemente. Como a maioria dos ilustrados, Voltaire acredita que o universo humano é governado por leis naturais que só podem ser conhecidas através da razão, que, por sua vez, também está submetida a essas mesmas leis.

Um autor de importância fundamental para a Ilustração, tanto na França quanto na Alemanha, por sua polêmica interpretação sobre o papel da natureza na conformação do caráter dos homens, foi Jean-Jacques Rousseau. Para ele, os homens viviam livres no estado da natureza, mas a necessidade obrigou-os a construir uma nova forma de sobrevivência através da vida em sociedade. Rousseau (1997, p. 69) propõe o seguinte raciocínio: “suponhamos os homens chegando àquele ponto em que os obstáculos prejudiciais à sua conservação no estado da natureza sobrepujam, pela sua resistência, as forças de que cada indivíduo dispõe para manter-se nesse estado. Então, esse estado primitivo já não pode subsistir, e o gênero humano, senão mudasse e modo de vida, pereceria”. O pacto social seria a solução para esse problema já que só através dele seria possível “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes” (ROUSSEAU, 1997, p.69-70). O pacto social, portanto, constitui-se do seguinte: “cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo”. Como consequência do pacto, surge a figura do *cidadão*, como partícipe da

‘autoridade soberana’, e do súdito, como ‘submetido às leis do Estado’(Rousseau, 1997, p. 71). Sua concepção de contrato social inspira ainda hoje algumas formas de se pensar as relações humanas e sociais. No entanto, no campo da história, suas análises demasiadamente abstratas levaram muitos autores a considerar que sua contribuição foi mínima.

Um dos admiradores de Rousseau na Alemanha foi Emanuel Kant, que elaborou a mais famosa definição da Ilustração. Em resposta à pergunta *Was ist Aufklärung?*, Kant (1974, p. 100) exalta o poder da razão afirmando que

Esclarecimento [*Aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de *servir-se de si mesmo* sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*].

Para Kant, a época em que vivia não era esclarecida, mas uma época de esclarecimento. Por isso, mesmo que o processo fosse difícil de realizar-se em cada homem isoladamente, sempre era possível encontrar na coletividade “alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, até entre os tutores estabelecidos da grande massa, que, depois de terem sacudido de si mesmos o jugo da menoridade, espalharão em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e a vocação de cada homem em pensar por si próprio” (KANT, 1974, 102). Embora Kant não concordasse com Rousseau em seu otimismo em relação ao homem, ele adotou uma posição intermediária: o homem não é bom nem mau.

No campo da história, Kant considerava que a espécie humana, no conjunto, respondia à execução de um plano oculto da natureza para a humanidade. Para ele, a tentativa de universalização política como um projeto natural para a humanidade seria viável e até mesmo desejável. Segundo Baumer (1977, p. 197), “o fato de pertencer à ordem fenomenal ou sensível subjugava o homem a todos os mecanismos vulgares da natureza. Mas, devido a pertencer também a uma ordem numenal³ ou inteligível, o

³ Define-se algo como *numenal* quando pode ser apreendido apenas pela intuição, pelo *espírito*. Aquilo que pode ser pensado, mas é incognoscível.

homem era livre de seguir a razão: por meio da ‘razão prática’ podia reconhecer a lei moral e levar a vontade a obedecer-lhe”.

Quase cinquenta anos mais novo do que Kant, Hegel enquadra-se apenas em parte na Ilustração. Segundo Le Goff (1996, p. 93), Hegel foi o primeiro filósofo a colocar a história no centro da sua reflexão. Para Hegel (1990, p. 53), “o único pensamento que a filosofia traz para o tratamento da história é o conceito simples de Razão, que é a lei do mundo e, portanto, na história do mundo as coisas acontecem racionalmente”. A concepção de história de Hegel é filosófica, assim como a de muitos ilustrados, com seu universalismo, sua concepção filosófica das leis e uma certa concepção de progresso. Ele discorda, no entanto, do pensamento rousseuniano em relação a um ‘estado natural’ em que os homens teriam vivido livres, pois considera que os povos entram na história somente quando chegam a formar um Estado. Segundo Hegel (1990, p. 89), na constituição do Estado,

[(...) o que conta é a vontade coletiva. Sendo suprimido dessa maneira, o indivíduo irá se afastar, voltando-se para dentro de si mesmo. Esta é a condição necessária para a existência do universo, a condição do conhecimento e do pensamento — pois é o pensamento que o homem tem em comum com o divino. Assim ele surge no Estado; apenas em cima deste solo, ou seja, no Estado, podem existir a arte e a religião. Os objetivos de nossas reflexões são os povos que se organizaram racionalmente.] Na história do mundo, apenas estes povos que formam Estados podem chamar nossa atenção.

Segundo Robert S. Hartman (1990, p. 28), “por Estado ou nação, Hegel entende uma cultura ou civilização, uma organização de liberdade. A Liberdade, não no sentido de licença mas no de liberdade organizada, só é possível nos Estados. Portanto, não há história, a menos que haja Estados organizados”. E será o Espírito Nacional, como diferenciação do Espírito universal, que definirá toda a vida cultural de um povo, que, para ele, é a concretização do Espírito Nacional.

Kant e Hegel foram autores importantes na Ilustração, mas não conseguiram impulsionar o seu desenvolvimento na Alemanha por conta de uma certa diferenciação, já mencionada anteriormente, entre os processos de ‘reforma’ que ocorreram nesse país e os que ocorreram na França e na Inglaterra. O problema dos filósofos historiadores alemães era promover a unificação do país sem o risco de uma

revolução, recorrendo à recuperação da história nacional, dos mitos e das tradições. Por isso, durante o século XVIII, a historiografia alemã avançaria mais na linha de Herder, — contrária ao racionalismo e sua perspectiva universalista, por acreditar, inspirado no romantismo, em formas particularizadas de pensamento —, do que na linha de Kant. Na Itália, Ludovico Muratori será um dos poucos autores de fama européia traduzido, no século XVIII, para o francês, o inglês e o alemão. Como consequência disso, o desenvolvimento das ‘idéias históricas’ da Ilustração seria produzido sobretudo na França.

Um dos pontos máximos da Ilustração francesa foi o projeto da *Encyclopedie* de Denis Diderot, que acreditava que o ceticismo seria capaz de conduzir o homem à verdade. Por acreditar na força transformadora das ‘luzes’, Diderot e Jean Le Rond d’Alembert iniciaram a elaboração do que era para ser uma tradução da obra inglesa *Cyclopaedia or an Universal Dictionary of Arts and Sciences* de Chambers, mas transformou-se numa tentativa de ordenar e ligar todos os aspectos do conhecimento humano. Proibida e liberada várias vezes tanto pelo papa como pelos reis da época, a *Encyclopedie* vendeu 25.000 exemplares, num total de cerca de 900.000 volumes (FONTANA, 2004), o que demonstra a importância das idéias da Ilustração na Europa. Essa obra seguiu o esquema idealizado por Francis Bacon e pretendia submeter todo o conhecimento às três faculdades humanas: a memória, a razão, e a imaginação. Isso, embora Diderot e d’Alembert reconhecessem que havia outras formas de fazer essa divisão, a partir de diferentes aspectos. (BAUMER, 1977)

Ainda que a *Encyclopedie* tenha sido elaborada em torno das faculdades do homem, isso não significava assegurar um antropocentrismo em que o homem era modelo de perfeição, já que muitos ilustrados achavam-no pouco racional ou moral. Por isso, na *Encyclopedie*, as ciências humanas figuram sob a rubrica da filosofia e da ética, e não das ‘ciências da natureza’. Os editores, contrariando os projetos racionalistas do século XVII, faziam uma distinção entre arte e ciência, mas não em detrimento da primeira. A história teria ganhado *status* especial como resultado da ‘memória’, assim como as belas artes, a poesia e o drama que foram associados à ‘imaginação’. Assim, a natureza do homem, a política e o destino histórico eram o centro de interesse intelectual dos ilustrados. Por isso, história e política não se

separam no século XVIII e permanecem juntas nas correntes de pensamento que, de certa forma, derivam do Iluminismo durante o século seguinte. História e política serão vistas como áreas de atividade e do conhecimento que devem ser analisadas de formas distintas somente no início do século XX, com o advento da história econômica e social e a consolidação da sociologia como disciplina, o que já vinha acontecendo desde o século XIX. Voltaremos a isso mais adiante, no capítulo 3.

Embora a Ilustração tenha se desenvolvido particularmente na França — com Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Diderot, para citar apenas alguns nomes — e na Alemanha — com Kant e Hegel —, ela se fez presente em toda a Europa. Ainda assim, mesmo que a Ilustração tenha se difundido pelo continente europeu (com seu racionalismo, sua busca por uma sociedade baseada na idéia de uma figura soberana que garantisse o bem comum, e a valorização do conhecimento científico como resultado do uso da razão), ela não foi a única manifestação do pensamento daquela época. Ela ocorreu paralelamente a outras formas de se pensar a sociedade e a história. Entre os pensadores contrários à Ilustração, Vico e Herder serão os mais proeminentes. Outras manifestações, no entanto, ainda que estivessem muito próximas da Ilustração, tiveram especificidades suficientes para serem tratadas à parte. Uma dessas manifestações, marcada pela definição do conceito de progresso — que havia ficado vago nas formulações dos ilustrados —, pode ser percebida no conjunto das obras de autores ingleses e escoceses, principalmente.

1.2. O projeto racionalista do modernismo e a noção de progresso

Como vimos até agora, o interesse pela política e pelas questões sociais durante o século XVIII se deu basicamente porque se considerava a política e a economia política como partes integrantes das ciências do homem. Para Hume, o interesse pela política como ciência se devia ao próprio papel que a ciência exercia na época e o crescente interesse pela ‘revolução científica’. Muitos pensadores sonhavam, desde o século XVII, com a aplicação dos métodos científicos aos estudos sociais. Essa busca se intensificou no século XVIII e havia posições distintas em relação a essa possibilidade, desde as mais entusiásticas às mais céticas.

Para Baumer (1977, p. 245), “alguns, como Turgot, faziam uma distinção precisa entre as ciências físicas e morais, atribuindo às primeiras leis periódicas, e, às últimas, modelos que mudavam consoante o progresso do conhecimento. Hume vacilava, ora ligando a política à filosofia naturalista, ora à filosofia moral, na qual o inesperado tinha a máxima importância”. Outros, como Condordet, superestimavam o aspecto matemático das ciências, procurando leis precisas de comportamento político, baseando-se, principalmente, em fatos sociais.

Ainda segundo Baumer (1977, p. 246), “o barômetro da preocupação política subia também, naturalmente, à medida que os problemas políticos da época se multiplicavam e exigiam solução”. A Inglaterra e a França, como vimos anteriormente, sofreram maiores pressões sociais por mudanças do que a Alemanha. A França irá, de alguma forma, repetir no século XVIII o que acontecera na Inglaterra no século XVII, e os filósofos passarão de posturas apolíticas a atitudes mais engajadas. Além da questão do direito natural, mencionado anteriormente, a questão do progresso será a pedra angular das formulações inspiradas em autores ingleses. Segundo Le Goff (1996, p. 250), embora os pensadores das luzes tivessem na idéia de progresso a base de suas reflexões, tal conceito permaneceu vago e mal definido, sendo usado poucas vezes nos textos, subordinado a outras idéias, como a de razão e das leis da natureza.

A concepção global de progresso, por outro lado, se desenvolveu na Grã-Bretanha a partir da historiografia britânica dos séculos XVI e XVII. Nesse período, entre outros teóricos e historiadores, devemos destacar a contribuição de Francis Bacon, já mencionado anteriormente. Insistindo na importância de se complementar os estudos da história — natural, civil e eclesiástica — com a descrição do estado geral do saber — uma história das ciências e das artes —, Bacon defendia a escrita de uma ‘história moderna’ da Grã-Bretanha que pudesse congrega o passado e o presente.

Posteriormente, outras fontes surgiram para impulsionar a idéia global de progresso como o movimento renovador do final do século XVII. Alavancado pelas comoções sociais vividas na Inglaterra durante a guerra civil e a revolução de 1688, o movimento renovador tornou possível a libertação da história do jugo do providencialismo sem ter de romper com a religião — estabelecendo a diferença entre as causas primeiras gerais que explicavam as grandes linhas do destino humano e as

secundárias, que explicavam os acontecimentos ordinários. Além disso, estabeleceu a associação da história — considerada como uma ciência para o estudo da ‘sociedade civil’ — com as ciências naturais. (BAUMER, 1977; FONTANA, 2004; LE GOFF, 1996).

Assim, a partir do final do século XVII, a sociedade humana passou a ser pensada a partir de uma noção distinta de ordem social, baseada na idéia de que a ‘sociedade civil’ havia sido fundada através do contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade e o poder soberano. Em torno dessa hipótese, seria elaborada uma nova perspectiva de conhecimento em que a ciência e a história estariam intimamente associadas. Por isso, o interesse pela explicação científica dos comportamentos políticos fará com que história e política permaneçam unidas, e que a relação entre ciência e história seja permanentemente buscada e re-elaborada.

Já no século XVII, Thomas Hobbes escrevera uma interpretação da origem histórica das sociedades humanas baseado numa versão dos fundamentos do contrato social. Ele afirmava que antes da constituição da sociedade civil o mundo vivia numa guerra de todos os homens contra todos os homens. Para preservar suas vidas, eles tiveram que aceitar a realização de pactos, cedendo o governo a um poder supremo. Segundo Hobbes (1997, p. 141),

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis da natureza que foram expostas nos capítulos décimo quarto e décimo quinto.

As leis da natureza a que se refere Hobbes, são definidas como um preceito ou regra geral estabelecidos pela razão, mediante a qual se proíbe a um ser humano fazer qualquer coisa que possa destruir sua vida ou privá-lo dos meios necessários para preservá-la. Para isso, ele distingue o direito e a lei, esclarecendo que “o direito consiste na liberdade de fazer ou de omitir, ao passo que a lei determina ou obriga a uma dessas duas coisas” (HOBBS, 1997, p.113).

Décadas depois, John Locke elaborou um modelo explicativo capaz de associar o interesse econômico à consciência social, estabelecendo a base da *confiança* entre os homens — the trust —, sem a qual seria impossível o funcionamento do mundo dos negócios. Embora Hobbes e Locke fossem filósofos sociais, ambos escreveram importantes obras do ponto de vista da historiografia. Locke afirmava que os homens viviam em paz no estado de natureza, mas aceitaram submeter sua liberdade a um poder superior a fim de proteger suas propriedades, afirmando que o objetivo maior de os seres humanos reunirem-se em Estados e sujeitarem-se a um governo é o de *salvaguardar os bens*.

A idéia de uma sociedade civil fundada sobre o contrato de confiança como forma de preservar a propriedade privada será renovada no século XVIII pelas formulações de Hume. Para ele, o desenvolvimento do mercado seria o motor principal do crescimento econômico e este, por sua vez, seria o motor do progresso. No século XVIII, Edward Gibbon foi um dos poucos historiadores do progresso que conseguiram reunir em seus trabalhos as concepções teóricas dos filósofos sociais do século XVIII, como Montesquieu ou Hume, com o tipo de trabalho científico defendido pelos eruditos do século XVII.

Portanto, como vimos até aqui, a idéia de uma coletividade pensada a partir da interpretação do progresso feita por Hobbes, Locke e seus seguidores continha um forte apelo ao fator econômico como motor do desenvolvimento e da construção da sociedade de direito. Assim, a razão foi levada para o campo da coletividade e transformada em instrumento capaz de gerar *o bem comum*. Ela será o elo que os historiadores do progresso usarão em sua concepção de sociedade civil moderna, unindo interesse econômico e consciência.

Nesse sentido, a sociedade civil, para eles, será fruto da modernização, entendida como o processo em que a racionalização é colocada a serviço da construção da sociedade. A modernidade seria o agente deste processo. Para Williams (1999, p.13), “in this respect we must distinguish between modernity, which involves the manner in which rationalisation serves the interests of society, displacing sentiments, customs and beliefs which are labelled ‘tradicional’, and modernisation, which is the

practice of which this modernity is the agent. The western ideology of modernity is referred as modernism”.

Se a modernidade é a maneira pela qual a racionalização serve aos interesses da sociedade, o modernismo é a forma de pensamento ocidental que, através da valorização da faculdade da razão, promoveu uma mudança importante na forma de pensar as relações do ser humano com o mundo natural, e dos seres humanos entre si. Para o pensamento modernista, a essência do ser humano pertence a um mundo governado por leis naturais que tornam o homem capaz de descobrir, através da razão, as leis às quais a própria razão estaria submetida.

O modernismo identifica a coletividade humana com a idéia de nação, algo que constitui um *corpo social*, e que, portanto, também funciona de acordo com leis naturais. Essa seria a base da noção de realidade como campo social, já que o social e o natural são regidos pelas mesmas leis. Esta visão de nação, como *corpo social*, está na base do sociologismo característico do pensamento modernista, que vê as sociedades como coletividades definidas por fronteiras bem delimitadas, onde a autoridade aplica as leis. Por isso, segundo Williams (1999, p.14),

As such is a feature of modernist ideology, striving to legitimise the belief in the union of humankind and nature, a sociology which is the central element of the modernist vision. It involves an image of society as collections sharply defined by frontiers, as the recognised sources of authority, as organs associated with the application of laws and as a conscience of belonging.

Ao tentar integrar o mundo intelectual e o mundo natural, o modernismo tornou-se, segundo Williams (1999, p.11-12), “a struggle for the establishment of a new ideological order against the pre-existing form. This involved the creation of a rationalist image of the world which integrated humankind with nature, microcosm in macrocosm, a view which rejected all forms of dualism of body and soul, of the human world and the transcendental”.

Conseqüentemente, para garantir a liberdade do homem através do uso da razão, o modernismo colocou a primazia sobre o conhecimento intelectual — capaz de ser acumulado — em detrimento das outras formas de saber. Para Williams (1999, p.13), a primazia sobre o conhecimento (ligado à ciência) e sobre o intelecto (ligado à

filosofia), era o passo que faltava para se defender a idéia de que o conhecimento é cumulativo e progressivo: “thus science would involve growth of a knowledge which derived from intellectual ability or reason”. Essa visão cumulativa de conhecimento aliada a uma concepção de que as leis da natureza são constantes, levou os modernistas a acreditarem que cada novo conhecimento é superior ao conhecimento anterior, passando a afirmar que o progresso, além de ser concebível seria inevitável.

Segundo Williams (1999, p.13), o progressivo desenvolvimento do conhecimento era visto como natural e normal: o progresso era desejado e ao mesmo tempo inevitável, não apenas no campo do conhecimento científico, mas também no da organização social. Tudo poderia ser inteligível através da razão, que tornou-se um instrumento do progresso, um instrumento gerador de uma ordem social que poderia servir ao bem da coletividade. Portanto,

This rationalistic argument made progress through knowledge not merely desirable, but inevitable. However, reason was not merely related to scientific and technical activity, but to the government of people and to the administration of things. Society was seen as an order, as an architecture based on calculation, and reason became the instrument of creative order. Indeed, reason was reified to become the agent of all development, with history being seen as a structure with a direction that was governed by reason, a direction which dispelled tradition and particular allegiances in favour of the State, which was the epitome of modernism. (WILLIAMS, 1999, p.13)

Em suma, podemos dizer que, ao rejeitar todo tipo de revelação e todo princípio moral como regulador das relações entre os indivíduos, a Ilustração deixou um espaço vazio que foi sendo aos poucos ocupado por uma concepção de sociedade como aquilo que se contrapõe ao desejo do indivíduo na garantia do bem comum. Para o pensamento modernista, o Estado deveria cumprir a função de elo entre os cidadãos, como uma forma de realização prática do uso da razão para o bem comum, em que o espaço entre um indivíduo e outro, um cidadão e outro, seria preenchido não mais por Deus mas pela sociedade. Essa idéia será reforçada com a emergência do Estado Absolutista.

Para Williams (p. 14), “the idea of a common good was transformed by the emergence of the Absolutist State which assumed its proper rights and interests as foremost. This defence of rights separate from, and independent of, a politics founded

entirely on reason involved the transformation of the ancient dualism of Christianity into the philosophy of the subject”. O dualismo cristão será rejeitado pelos pensadores do progresso. Ainda no século XVII, Locke buscou separar indivíduo e sociedade em entidades distintas, sem romper com a religiosidade. Ele reconheceu no indivíduo a capacidade dos homens — dada por Deus — de tomar decisões sobre sua própria vida, o que, para Descartes, era a prova da influência divina sobre o ser humano.

Dessa forma, a sociedade será pensada em termos de garantir a liberdade e os direitos do indivíduo, como o da propriedade privada. Isso porque, tanto Locke quanto Hobbes, como vimos, deram uma interpretação econômica à questão do estabelecimento dos direitos individuais. Tal interpretação sobre o direito à propriedade privada trouxe uma disparidade entre o estado natural e a organização social. Essa disparidade levou à criação de uma sociedade política fundada sobre a idéia de contrato ou de confiança — the trust —, em que o desejo individual deveria ser submetido ao desejo da maioria, para que a vontade geral pudesse garantir a preservação dos direitos individuais. Conseqüentemente, a concepção de cidadão livre desenvolvida por Locke estava vinculada à garantia do benefício da comunidade através da transferência dos direitos individuais para a autoridade soberana.

Assim, tanto a Ilustração como as teorias do progresso ajudaram a estabelecer as principais noções do modernismo do século XVIII: o poder de razão, a inevitabilidade do progresso e o papel central do ser humano na determinação do próprio destino.

1.3. As relações entre razão, sujeito e sociedade e o conceito de desenvolvimento na constituição do Estado e da soberania nacional.

Como vimos, a partir do século XVIII a sociedade ocupou o espaço vazio deixado por Deus e passou a substituí-lo no papel de um princípio moral de julgamento de valor. A sociedade era vista como fonte dos valores a serem seguidos, ou seja, o bem deveria estar a serviço da sociedade, e o mal era aquilo que frustraria a integração social e sua eficácia. O indivíduo foi submetido não mais aos desígnios de Deus, mas aos interesses da coletividade. A idéia do contrato social, defendida tanto

por Rousseau quanto por Diderot, deu origem à noção de sociedade como uma nova forma de soberania, que será, para os modernistas, um papel assumido pelo Estado.

Segundo Williams (1999, p.16), em um certo sentido, a idéia de soberania de Rousseau é semelhante à idéia elaborada mais tarde, no século XIX, por Durkheim de uma *consciência coletiva* que seria a origem da sociedade. A soberania rousseauiana, por sua vez, teria o encargo de definir todas as principais funções da sociedade, avaliando suas condições de existência por meio da contribuição positiva ou negativa dos indivíduos à integração social, e por meio da capacidade de instituir o controle das paixões e dos interesses pessoais. Diferentemente dos pensadores do progresso, Rousseau acreditava que o apelo à vontade geral estava baseado na luta contra as desigualdades e não na garantia do direito à propriedade privada. Nesse sentido, Rousseau seria anti-modernista e estaria mais próximo de ser um ‘teórico da comunidade’.

Para Rousseau, a comunidade está em oposição em relação à sociedade, pois na comunidade a unidade é ameaçada pela divisão do trabalho e a questão do lucro, ao contrário do que ocorre na sociedade, fundada sobre a divisão dos papéis sociais. Rousseau pensava numa soberania popular encarnada no Estado nacional — mas não equivalente a ele —, pois reconhecia as contradições entre a ordem natural e a ordem social instauradas pelo pacto social. Rousseau não concordava com Voltaire sobre a afirmação de que a modernidade levaria a humanidade a uma ordem social racional, pois, para ele, o indivíduo era o repositório da natureza em contradição com a ordem social do Estado. Para ele, era a soberania popular que estava a serviço da razão, não ao contrário, ou seja, a razão não era o instrumento da construção da sociedade pelo Estado: a soberania popular, representada pelo Estado, é que deveria estar a serviço da razão na construção da sociedade.

Por isso, Rousseau não opunha liberdade pessoal ou tradição coletiva ao poder, nem a felicidade à razão, mas a ordem à desordem, a natureza e a comunidade aos interesses privados. Ao opor liberdade pessoal e conseqüentemente a felicidade à razão, os pensadores do progresso tiveram que se voltar para as relações entre objetividade e verdade, valorizando o conhecimento científico em detrimento de outras formas de saber.

Para Descartes, no século XVII, a experiência era responsável por fazer com que a razão operasse no ser humano levando-o a descobrir as leis da natureza criadas por Deus e a definir a sua própria existência — Deus criou o homem à sua imagem e semelhança —, considerando o pensamento a marca da influência divina sobre o ser humano. Para Le Goff (1996, p.247-248),

Pondo em evidência as uniformidades do sistema da natureza, fundando a unidade da ciência na demonstração de que a natureza obedece a leis, Descartes lançou as bases da noção de progresso. E talvez, com mais rigor, definiu o método científico e filosófico como um *processo contínuo*: é o que diz a carta das *Regulae ad directionem ingenii*[1628]: ‘o que entendo por método é um conjunto de regras certas e fáceis, pela observação exata das quais se estará certo de nunca tomar o falso pelo verdadeiro, sem inúteis esforços do espírito, mas aumentando o saber por um progresso contínuo, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo aquilo que se é capaz’.

Portanto, não é de surpreender que a perspectiva de transformar e controlar a natureza a partir da razão fosse adotada, de acordo com Williams (p.18), por muitos dos filósofos europeus do século XVIII que afirmavam que o desenvolvimento social poderia ser compreendido por alguns princípios assim como o desenvolvimento natural.

Essa visão de desenvolvimento social está presente nas reflexões de Condorcet sobre as relações entre o progresso e a mente humana, pois para os pensadores do século XVIII, de modo geral, há uma clara associação entre mente e qualidade de razão, sendo que a racionalidade deveria ser medida tendo como referência um padrão simplificado. De acordo com essa perspectiva, Kant elaborou a noção de que a razão humana opera a partir de um padrão simplificado, mas, também — e como uma consequência —, sobre um sistema de verdade simplificado, baseado em princípios específicos.

A contribuição de Condorcet para o debate sobre as relações entre razão e mente humana está no foco colocado em seus estudos sobre a história social e cultural, em que enfatiza o papel do conceito de *Civilização* para explicar essas relações entre o racional e o humano.

A perspectiva evolucionária de desenvolvimento, mencionada anteriormente, não era nova, pois já estava presente no último trabalho de Leibniz, no século XVII. O

que Condorcet enfatizou foi a idéia de que o progresso está instalado na mente humana, adotando uma perspectiva comparatista acerca da sociedade e da cultura, argumentando que há uma associação temporal entre progresso e complexidade social que é condicionada pela noção de *Civilização*. Dessa forma, Condorcet, mais do que nenhum outro de sua época, trata a história como ciência, pois tenta explicar os estágios de desenvolvimento das sociedades utilizando argumentos ‘racionais’.

Ao aplicar os princípios do Iluminismo sobre a ciência e o estudo da sociedade, Condorcet e seus seguidores passaram a explicar a evolução social através de um esquema tipológico que enfatizava o papel do progresso no desenvolvimento de uma série de ‘tipos de sociedade’. Segundo Williams (1999, p. 19), Condorcet acreditava que era a razão que animava a ciência e sua aplicação, levando o ser humano a adaptar-se a tipos de sociedades diferentes, envolvendo coletividades e indivíduos. Mais do que nenhum outro, Condorcet foi o responsável por consagrar o Estado em favor de uma ordem social. A razão, portanto, era tratada como o inverso da arbitrariedade e da violência, e, estando na raiz da construção do Estado, está relacionada com a definição do direito dos cidadãos. Conseqüentemente, a humanidade viveria de acordo com as leis proclamadas pelo Estado, e avançaria de acordo com as condições de abundância, liberdade e *boa vida*. A ‘racionalidade’ do direito também seria a base do fazer econômico na construção da sociedade moderna.

Para os pensadores modernistas, a libertação do homem das formas tradicionais de controle e de autoridade contribuiu para construir a *boa vida* dos cidadãos, mas não pôde garanti-la, o que só foi possível através da organização centralizada da produção e do consumo. Enfim, o triunfo da razão alimentava a correspondência entre uma cultura científica e uma sociedade ordenada de indivíduos livres, estabelecendo a correspondência entre a ação humana e a ordem social. Os costumes locais ou tradicionais estavam situados numa posição contrária à da racionalização da produção, da ordem social universal e do Estado de direito, que eram as bases da construção de uma sociedade civil. Por isso era preciso escrever e ler na história ‘verdades úteis’ que podiam ser “aplicadas ao presente, especialmente no combate contra *l’infame*, a superstição, a intolerância e o fanatismo”, pois para muitos filósofos historiadores, ela deveria servir como “fonte de sabedoria para os homens de Estado e filósofos”

(BAUMER, 1977, p. 265). Essa conjunção entre história e política permanecerá forte até o início do século XX, quando a história econômica e social ganha um espaço mais definido entre os historiadores.

Segundo Williams (1999), esta crença no progresso, nos campos da ciência, da história e da política, levaram Condorcet a afirmar que as formas mais recentes de organização social eram as mais próximas da perfeição, dos estágios finais da evolução. Outras formas eram consideradas uma antítese da perfeição, e os termos moderno e tradicional passaram a servir para fins de comparação entre duas formações sociais.

A equação entre Estado e razão, de acordo com Williams (1999, p. 19), foi concebida de tal maneira que era exercida de forma liberal, mas sempre através de um caminho autoritário, dirigida aos cidadãos livres que haviam submetido seus interesses aos interesses de *todos*. A idéia de totalidade aqui deve ser entendida como aquilo que envolve tudo, não só as empresas, mas também a nação, a sociedade ou a própria razão. Assim, o *todo* corresponderia ao próprio Estado, uma noção abstrata criada para servir *aos interesses do todos*.

A idéia de que o progresso está relacionado com o ‘espírito de um povo’ já havia sido elaborada no século XVIII por Herder, aluno de Leibniz. Mais tarde, no século XIX, a relação entre razão e nação foi estabelecida através do mesmo processo por Durkheim, que definiu a noção de cultura nacional partindo da premissa de que o Estado em si mesmo não era a base para o estabelecimento de uma *consciência coletiva* (WILLIAMS, 1999, p. 19). Para isso, era preciso que ele abarcasse a nação, seus costumes, suas tradições e também suas formas de racionalidade. Essa direção apontada por Herder na análise da sociedade está relacionada com a questão já discutida anteriormente sobre as diferenças dos processos de mudança social ocorridos na França e na Inglaterra de um lado, e na Alemanha de outro, levando a noções diferentes de cultura e civilização.

Embora os historiadores filósofos e os pensadores progressistas tenham levantado questões importantes, não conseguiram, como já dissemos anteriormente, mudar a forma empírica de se fazer história. Ela permaneceu sendo aquela *história exemplar* até o aparecimento do historicismo no século XIX. De acordo com Maurice

Mandelbaum, o historicismo teria duas fontes distintas e talvez opostas. Uma delas é a revolta do romantismo contra a Ilustração, e a outra, sob certos aspectos, seria a continuação da tradição iluminista (LE GOFF, 1996, p. 89).

A primeira dessas fontes, que teria aparecido no final do século XVIII, mais acentuadamente na Alemanha, interpreta o movimento histórico das sociedades (encarnadas num indivíduo, um povo, uma época) tendo como referência o modelo de crescimento dos seres vivos. Ela resultou na tentativa de se escrever histórias nacionais, contrárias à tendência universalista da Ilustração. Inspirada pelas idéias de Humboldt, em sua ‘teoria das idéias históricas’, essa tendência insistiu, muito próxima ao romantismo, na importância do indivíduo na história e no lugar central da política. Esses princípios da filosofia histórica inspiraram as preocupações da história científica defendida por Ranke no século XIX, e que serão rejeitadas a partir da década de 30 do século XX. Voltaremos a essa questão mais adiante, no capítulo 3.

A segunda fonte do pensamento historicista do século XIX, ao contrário, não se baseia em leis naturais, mas em leis de desenvolvimento social, tendo como referência teórica o pensamento de Saint-Simon e Comte. Segundo Le Goff (p. 89), o marxismo — se tomado em seu sentido lato — poderia ser integrado a essa segunda tendência.

No geral, o conceito central do historicismo é o conceito de desenvolvimento. Aliado ao conceito de progresso, tornou-se mais rigoroso, estabelecendo critérios e leis gerais de desenvolvimento para a sociedade. Assim, através de suas preocupações progressistas e evolucionistas, dando continuidade à tradição Iluminista, o historicismo marcou quase todas as escolas de pensamento do século XIX — inclusive o pensamento sobre linguagem —, principalmente depois do triunfo das teorias evolucionistas vindas da biologia. Conseqüentemente, nos parece de fundamental importância entender o papel do Iluminismo na constituição da história e da lingüística, partindo do princípio, como já dissemos, de que é possível entendê-las como parte do projeto racionalista iniciado nos séculos XVII e XVIII e que teve sua continuidade nos séculos XIX e XX. Antes de entrarmos nos detalhes sobre essas duas disciplinas, o que faremos nos dois próximos capítulos, precisamos entender, assim como fizemos com relação à história, o pensamento iluminista e modernista sobre a linguagem.

1.4. O projeto racionalista na filosofia da linguagem: língua, sujeito e sociedade.

A partir do século XVIII, com a Ilustração e o modernismo, o sujeito divino foi substituído pelo sujeito humano que, em condições específicas, era capaz de raciocinar. Essa capacidade provocaria ao mesmo tempo a consciência de si, e um desejo de liberdade e responsabilidade. O mundo racionalista veio substituir a idéia de um universo que ligava o humano ao divino. O mundo mágico e o encantamento seriam substituídos pela razão do sujeito, pela racionalização e subjetivação. Assim, “the subject and the reason cohabited in the human being, with the result that experience was reduced to thought and instrumental action”(WILLIAMS, 1999, p.19).

Para o modernismo, pensamento e razão instrumental fazem parte do ser humano e, portanto, subjetivismo e racionalismo caminham juntos na modernidade. No pré-modernismo, o conhecimento sobre ‘as pessoas’ se dava separadamente do conhecimento sobre a natureza. No modernismo, as pessoas serão vistas como seres humanos através do mesmo processo de conhecimento pelo qual a natureza pode tornar-se objeto de um conhecimento objetivo, ou seja, através do reconhecimento da especificidade do sujeito e da subjetividade. O sujeito, no entanto, acaba coincidindo com sua capacidade de possuir razão, sendo reduzido a ela. Dessa forma, a consciência do sujeito, por sua vez, através da razão, passa a estar ligada à ciência, o que acarretará a renúncia do sujeito em favor do triunfo científico.

A modernidade, portanto, triunfou através da ciência pela eficácia do instrumento da razão. Ela triunfou quando o ser humano deixou de ser visto como parte da natureza, considerando-se que a natureza reside no ser humano. Partindo do pressuposto de que o indivíduo tem controle sobre seus próprios atos e as situações vividas por ele, a modernidade transformou em ação o desejo de liberdade do sujeito, reconhecendo-o como um ator social. Tornar-se ator de uma vida pessoal é ser agente do trabalho coletivo, a partir da razão, em favor do *bem comum*. Essa visão de sujeito consciente de si mesmo, centrado e dotado de livre arbítrio alimentou a crença na idéia de que, ao não conformar-se por muito tempo com o lugar que ocupa na organização social, o sujeito é capaz de modificar o ambiente em que está situado.

Segundo Williams (1999, p. 21), esta tendência modernista de construir uma imagem do mundo social a partir de conhecimentos pré-concebidos do comportamento humano e sua relação com a racionalidade, traz em si um entendimento do papel da linguagem na sociedade. Se pensarmos, como Foucault (2002b, 491), que o campo das ciências humanas na *epistémé* moderna é coberto por três regiões epistemológicas, “todas subdivididas no interior de si mesmas e todas entrecruzadas umas com as outras”, e definidas por uma tríplice relação com a biologia, a economia e a filologia, não é difícil entender as implicações de uma concepção de linguagem como reflexo do real social. O homem que vive, trabalha e fala possui uma mente que é capaz de produzir pensamento através do uso da razão e expressá-los através da linguagem. O papel da linguagem na sociedade seria o de estabelecer os espaços da racionalidade. É por isso que, para Williams (1999), além da sociologia, a lingüística e a sociolingüística também se constituíram dentro do edifício do modernismo, assim como as demais ciências humanas.

O modernismo entrou no terreno da política através de uma espécie de programa de linguagem. Na França, a defesa da idéia de que o francês era a língua da razão tinha como propósito eliminar todas as outras línguas, como uma forma de acabar com todo tipo de contradição que pudesse prejudicar a unidade do Estado Absolutista. Da mesma forma, na Inglaterra, o mesmo processo de negação, aliado à ‘suspeita da linguagem’ e uma concepção sobre seu potencial revolucionário, fez com que se pensasse que o desejo de controlar a população dependia da inexistência de outras línguas que não fossem o inglês. Essa preocupação veio legitimar o domínio de uma língua como a única pertencente àquela população, baseado na relação estabelecida pelos evolucionistas entre línguas particulares e o processo de raciocinar. Estabelecendo uma hierarquia entre as línguas, esta relação substituiu a interpretação pré-modernista da Torre de Babel, em que a diferença entre elas tinha uma origem divina. O modelo de língua racional tomado das línguas clássicas (grego e latim) serviu como referência para o processo de padronização das ‘línguas modernas’. A atual divisão das línguas, em clássicas e modernas, teve como fonte esse processo de padronização, deixando de lado aquelas línguas chamadas de patois, célticas, etc., ou seja, aquelas línguas que não puderam ser incluídas como línguas da razão. Isso quer

dizer que algumas línguas poderiam ser línguas da razão por pertencerem a uma nação, um Estado, ou seja, as fronteiras lingüísticas definem não apenas nações ou povos inteiros, mas espaços da racionalidade. Por isso, essas línguas são faladas pela razão, pois é a partir da identificação entre língua e Estado/nação que elas serão reconhecidas como línguas modernas.

Na França, por exemplo, o processo de nacionalização envolvia o reconhecimento de limites comuns entre nação e Estado. A democracia não implicava em estender a prática política aos vários grupos lingüísticos que existiam dentro do território pertencente ao Estado, mas em reafirmar que todo cidadão deveria entender o francês: a língua da razão e da democracia. A preocupação francesa com a uniformidade lingüística foi excepcional para sua época, pois somente mais tarde, já no século XIX, é que as preocupações dos intelectuais liberais em definir critérios para a constituição de uma nação resultariam nas teses da uniformidade lingüística, da etnicidade ou das tradições. Segundo Hobsbawm (1991, p.24),

não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês — e como poderia sê-lo se a própria Revolução gastou tanto tempo provando que poucas pessoas na França realmente dela se utilizavam? — e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França. Em certo sentido, adotar o francês era uma das condições da plena cidadania francesa (e, portanto, da nacionalidade), da mesma forma que adotar o inglês se tornou condição da cidadania americana.

No entanto, não será apenas pela questão política que o pensamento iluminista e o modernismo irão influenciar a filosofia da linguagem. O evolucionismo, embora também estivesse ligado a questões políticas, foi o grande mote do pensamento sobre linguagem nos séculos XVII e XVIII, ganhando, com o historicismo romântico do século XIX, um caráter científico no estudo da chamada lingüística histórica. Havia, porém, uma diversidade de pensamento e de formas de abordar a idéia de evolução ou desenvolvimento no campo da linguagem que é preciso tratar com muito cuidado. Por ora, tentaremos apenas mostrar a presença do projeto racionalista através do pensamento iluminista e do modernismo na filosofia da linguagem dos séculos XVII e XVIII, e seus desdobramentos no século XIX.

A influência do pensamento iluminista e dos pressupostos modernistas na filosofia da linguagem pode ser percebida a partir do momento em que a distinção entre os seres humanos e os animais é estabelecida em termos de sua capacidade para raciocinar e sua habilidade para se comunicar.

De acordo com a tradição platônica — em que a linguagem tem uma natureza metafísica que estabelece a relação entre as palavras e as coisas —, linguagem e realidade devem ser vistas como coisas distintas e separadas. No diálogo do *Crátilo*, Platão discutia a seguinte questão: a linguagem é imposta aos homens por uma necessidade da natureza ou se origina do poder de julgamento dos homens? Platão parece estar de acordo, segundo Câmara Jr. (1975, p.17), com a primeira formulação, assumindo uma orientação metafísica das “idéias que regem, de fora, a mente humana”. Aristóteles, ao contrário, não interpreta a questão da mesma forma: ele acredita que a linguagem surge por convenção ou acordo entre os homens, fazendo a distinção entre “a linguagem propriamente dita [...], como produto da convenção, e o conteúdo da linguagem[...] que está de conformidade com as coisas [...]”. Nenhuma das duas formas de abordar a questão, no entanto, é contrária à idéia de separação entre linguagem e realidade, e entre mente e linguagem. Essa concepção será questionada por vários autores até o final do século XIX e início do XX, quando Saussure consegue romper com essa premissa e estabelecer a não separação entre elas.

A separação entre mente e linguagem permitia, desde a Antigüidade, que a língua fosse estudada de várias formas: como uma *lógica* (para indicar a realidade), como uma *gramática* (em sua aparência externa e formal, porque ainda não se pensava a língua como um sistema organizado, uma totalidade em torno de sua própria imanência) ou como *instrumento* (usado com fins específicos), como na poética e na retórica. Estas formas quase sempre estiveram inter-relacionadas nos estudos que se seguiram. As gramáticas filosóficas, por exemplo, também empregavam princípios da lógica em seus estudos, e assim, por diante.

O pensamento medieval sobre linguagem, que se desenvolveu basicamente sobre a abordagem gramatical, com acentuado interesse pelas línguas vernáculas de modo geral, reforçou a noção metafísica, assim como a noção convencional de linguagem. A idéia subjacente aos estudos desenvolvidos nas gramáticas filosóficas da

Idade Média, “era a de que existe uma estrutura gramatical universal comum a todas as línguas e que esta estrutura é mais evidente em latim. Encontramos aqui a idéia de uma gramática geral que tem dominado o pensamento dos homens, acerca da linguagem, por muitos séculos” (CÂMARA JR, 1975, p. 23). Essa abordagem universalista irá encontrar no racionalismo uma nova fonte de argumentos e por isso estará presente nos séculos seguintes, disputando espaço com outras correntes, como o pensamento filosófico que vê a linguagem como atividade (como em Humboldt, no início de século XIX) e a perspectiva empiricista no estudo histórico-comparativo das línguas (a lingüística histórica do século XIX).

Embora a premissa universalista tenha sido aceita desde a Idade Média, foi somente no final do século XVI e início do século XVII — com as críticas ao pensamento aristotélico aliadas ao ceticismo de Descartes — que as razões para a distinção entre o que é do ser humano e o que é próprio dos animais deixariam de ser metafísicas e passariam a ter caráter científico. A partir de então, a linguagem passará a ser vista como uma faculdade constitutiva do homem no sentido de que ela é algo próprio da natureza humana. A separação entre mente e linguagem será justificada pelo fato de se considerar que os animais são capazes de se comunicar e até de desenvolver uma forma rudimentar de linguagem, mas não são capazes de raciocinar. Portanto, a mente será o que diferencia a natureza humana da natureza dos animais, pois é nela que se localiza a faculdade da razão.

No século XVIII, segundo Câmara Jr. (1975, p. 26), a mais importante corrente de estudos a respeito “da linguagem foi o esforço de comparar as línguas e classificá-las de acordo com suas semelhanças”. No final do século XVIII — mais precisamente em 1786 — essa corrente foi impulsionada pela redescoberta do sânscrito por Sir William Jones, que defendia que as semelhanças entre a língua hindu, o grego e o latim não poderiam ser atribuídas ao acaso, mas deveriam ser entendidas como resultado de uma origem comum. Da mesma forma, o estudo da etimologia ganhou uma visão histórica diferente daquela da Antigüidade, em que se buscava o sentido ‘verdadeiro’ e ‘original’ das palavras. Portanto, de acordo com Câmara Jr. (1975, p. 26), “embora muito simples estes pontos de vista, eram eles significativos porque, dessa maneira, uma nova abordagem à linguagem pouco a pouco tomava corpo: o

estudo ‘histórico’ da linguagem, pelo qual o homem chegaria à lingüística propriamente dita”. Foi a lingüística histórica e comparativa que desenvolveu um método de descrição dos dados lingüísticos, que, de acordo com Faraco (2004, p. 31), “embora apenas descritivo e definidor de blocos de correspondências, vai favorecer, segundo nosso entendimento, a construção, por ilação, da poderosa idéia de imanência, isto é, a idéia de que fatos lingüísticos são condicionados só e apenas por fatos lingüísticos”. Assim, devemos considerar que, “se o corte epistemológico saussuriano instaura a possibilidade de imanência (a língua como um sistema de signos independente) e, com ela, a de uma ciência autônoma da linguagem enquanto uma realidade exclusivamente sincrônica, seria injusto não reconhecer o longo processo preparador desse gesto” (FARACO, 2004, p.28).

No começo do século XVIII a corrente histórico-comparativa começava a ganhar consistência. Em 1710, Leibniz afirmava que nenhuma língua histórica pode ser considerada a fonte original das línguas do mundo, uma vez que devem ser derivadas de uma ‘Proto-Língua’ (CÂMARA JR, 1975, p.26). Por outro lado, embora estivessem num terreno filosófico, outros pensadores setecentistas farão esforços em descobrir as origens da linguagem, como Rousseau e Hobbes, já mencionados anteriormente. Para Rousseau (2003, p. 106),

a origem das línguas não se deve às primeiras necessidades dos homens; seria absurdo que da causa que os afasta viesse a maneira de uni-los. De onde pode então vir essa origem?

Das necessidades morais, das paixões. Todas as paixões aproximam os homens, forçados a se separarem pela necessidade de procurar os meios de vida. Não foi a fome nem a sede mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera que lhes arrancaram as primeiras vozes. Os frutos não fogem de nossas mãos, deles é possível alimentar-se sem falar; persegue-se em silêncio a presa que se quer comer: porém, para comover um jovem coração, para repelir um agressor injusto, a natureza dita acentos, gritos, lamentos.

Por isso, para o filósofo, “as verdadeiras línguas não possuem uma origem familiar, somente uma convenção mais geral e duradoura pode estabelecê-las” (ROUSSEAU, 2003, p. 182). Outros pensadores desse período eram contrários não só à idéia universalista de origem da linguagem, mas também à idéia de uma origem divina das línguas. O historiador alemão Johann G. Herder, já mencionado anteriormente, defendia que a linguagem é uma criação do homem, não uma dádiva

divina. Da mesma forma, Vico defendia a idéia de que a linguagem é fruto da imaginação humana. Para este último, a linguagem não é resultado da lógica, como na tradição aristotélica, pois seriam “infinitas as particularidades que constituem o cerne de qualquer língua” (CÂMARA JR, 1975, p.27).

Esses pensadores, embora discordassem em vários aspectos, compartilhavam da idéia de distinção entre mente e linguagem defendida pela maioria dos filósofos historiadores do século XVIII. Essa distinção levou Condorcet a considerar que todo homem tem linguagem mas nem todos têm capacidade para raciocinar. Com isso, ele passou a justificar o lugar privilegiado de alguns homens em relação a outros na condução do progresso da sociedade. Esse argumento evolucionista explica, por exemplo, como o francês foi considerado ‘a língua da razão’ no período pós-revolucionário, na França, deixando todas as outras línguas de fora.

Percorrendo os últimos trabalhos de Rousseau e Condorcet, embora fosse contrário ao racionalismo, Herder defendeu o argumento evolucionista baseado na idéia de que mente e anatomia são coisas distintas, afirmando que os animais possuem capacidade de expressar sensações e podem chegar a desenvolver um tipo rudimentar de linguagem. Com esse argumento, ele defende que a relação entre mente, linguagem e razão pode resultar na idéia de que a razão humana é uma criação dos homens, no sentido de que todo ser humano tem ‘propensão para a razão’. Isso significa que afirmar que todo ser humano possui linguagem indica que todo ser humano possui capacidade de raciocinar, mas necessariamente não indica que todo ser humano possui razão. Para Herder, um ingrediente crucial para a linguagem é a ‘organização e o modo de vida’, ligando linguagem e tradição.

Segundo Glyn Williams (1999, p.22), a separação entre mente e linguagem é fundamental no argumento evolucionista, pois tenta explicar as diferenças entre as sociedades relacionando o uso da linguagem e da razão ao nível de ‘progresso’ alcançado por cada uma delas. Essa separação sempre foi predominante na filosofia da linguagem — antes mesmo do século XVII, ainda no século XVI, Bacon chegou a considerar que o sujeito era a fonte de seu próprio pensamento, sendo que a relação entre linguagem e razão seria dada pela capacidade do ser humano de manipular a linguagem para a sua auto-expressão.

Portanto, podemos concluir com Williams (1999, p.23) que, no modernismo, se linguagem e pensamento são entidades separadas, assim como linguagem e realidade, parte-se do pressuposto de que a realidade precede a linguagem, assim como o pensamento precede a expressão. Se incluímos nesse debate a questão de que indivíduo e sociedade também são entidades separadas, somos levados a considerar que a sociedade precede o indivíduo, assim como a linguagem, que é a expressão do pensamento. Nesse sentido, se a linguagem é a forma da expressão individual, e o indivíduo é um ser social, então a linguagem torna-se uma expressão do social, ou seja, a linguagem reflete a sociedade. O discurso, como expressão da linguagem, é o que intervém entre o pensamento e a realidade. Isso significa que há uma realidade social que existe independentemente do pensamento, mas que é capaz de expressar-se através da linguagem.

Nessa perspectiva, a relação entre linguagem e sociedade é ‘não-problemática’, desde que a linguagem coincida com a sociedade, como um espelho que reflete uma imagem. Enfim, para o modernismo, a linguagem é transparente, pois reflete a realidade social através da expressão do pensamento individual. Dessa forma, o discurso também é pré-determinado pela realidade ‘não-discursiva’ e pré-existente a ele. Essa noção de discurso subjaz a muitas correntes que estudam o aspecto discursivo da linguagem ainda hoje. Essa e outras questões relativas ao discurso no campo dos estudos lingüísticos serão objeto de reflexão no próximo capítulo.

A partir do final do século XVIII, como já dissemos, outras correntes de pensamento sobre linguagem irão disputar espaço com as especulações filosóficas. Assim, a idéia de separação entre linguagem e pensamento, embora seguisse hegemônica, nem sempre será aceita, como veremos adiante.

Contrário à idéia da separação entre pensamento e linguagem, e muito próximo do pensamento romântico alemão, Humboldt apresentou, no final do século XVIII, uma concepção inspirada nos princípios da ‘teoria das idéias históricas’. Ele insistia na importância do indivíduo na história e no papel central da política, princípios que serão amplamente criticados pelos historiadores no início do século XX, já que as relações entre história e política começam a ser questionadas de forma mais consistente a partir

dos enfrentamentos teóricos feitos pela história econômica e social. Este e outros aspectos serão discutidos mais detalhadamente no capítulo 3.

Para Câmara Jr. (1975, p.28), Humboldt “coloca-se no cerne dos fenômenos lingüísticos e tenta desemaranhar a natureza e o mecanismo da linguagem”. Suas idéias centrais acerca da linguagem são bastante claras e ‘provocativas’. Humboldt elaborou uma noção de língua como uma atividade incessante, um trabalho mental dos homens, constantemente repetido em ‘atos de fala’. Portanto, “the constant and uniform element in this mental labour of elevating articulated sound to an expression of thought, when viewed in its fullest possible comprehension and systematically presented, constitutes the *form* of language” (HUMBOLDT, p. 50), que é diferente da forma gramatical.

Embora Humboldt pertença a um quadro epistemológico distinto, sua idéia de que a língua possui uma forma repetível, mesmo que diferente da forma gramatical, estabelece um traço em comum com o quadro epistemológico a que irão pertencer, no final do século XIX, Whitney e Saussure: “a concepção de língua como uma totalidade organizada, em que o elemento só faz sentido no conjunto, traço que será fundamental para a lingüística estrutural do século XX” (FARACO, 2004, p. 43).

Como muitos dos pensadores do final do século XVIII, Humboldt acredita que a língua reflete a psique do povo que a fala, influenciando profundamente a maneira pela qual esse povo organiza o mundo dos objetos em torno dele e de sua vida espiritual. E, da mesma forma que a maioria dos lingüistas de sua época, Humboldt também adotou uma classificação tipológica das línguas baseada no vocábulo.

Uma das reflexões mais importantes do seu trabalho, no entanto, segundo Câmara Jr. (1975, p.30), está no reconhecimento de que a língua está “sob a influência do poder mental mutável dos seus falantes”. Por isso ele entende a língua como uma atividade (*energéia*) e não um produto (*ergon*). Ela é um processo constante de mutação e permanência em que a *energéia* atua sobre o *ergon* reconfigurando-o incessantemente. Nesse processo, individualização e totalidade compartilham o mesmo tipo de atividade: “in language the *individualization* within a *general conformity* is so wonderful, that we may say with equal correctness that the whole of mankind has but one language, and that every man has one of his own”(HUMBOLDT, p. 53). O traço

universalizante da concepção de linguagem de Humboldt está no trabalho mental elaborador da expressão, que é o mesmo em cada indivíduo e em toda a humanidade. Para Faraco (2004, p. 44), Humboldt se aproxima, num certo sentido, “da tradição universalizante que atravessa os séculos e tem suas formulações bem conhecidas no século XX, mas afasta-se de todas elas por conceber a língua não como um sistema gramatical, mas como uma atividade mental sistemática de elaboração”.

Numa perspectiva evolutiva, comum aos pensadores historicistas do século XIX, Humboldt distinguiu dois períodos definidos em toda língua: um criativo, com um instinto lingüístico crescente e ativo, e outro no qual aquele instinto criativo declina e uma aparente estagnação se inicia.

O conceito de desenvolvimento — central para o historicismo — aliado ao conceito de progresso — cunhado no interior do modernismo — também favoreceram o amadurecimento da lingüística comparativa e histórica. A grande questão que embalava esse amadurecimento era a de que as línguas passaram a ser vistas como totalidades organizadas (termos como lei, sistema e forma foram usados amplamente durante o século XIX). Essa mudança ocorreu ora inspirada por um desenvolvimentismo social, ora por um desenvolvimentismo vindo da biologia, das teorias de desenvolvimento dos seres vivos. A observação de que as línguas passavam por processos regulares de mudança lingüística que tinham a ver com o fluxo histórico foi fundamental para se pensar a sistematicidade dessas ‘totalidades organizadas’. A noção de sistematicidade foi o conceito chave para se chegar ao desenvolvimento da lingüística estrutural no século XX.

Paralelamente aos trabalhos de Humboldt, a corrente histórico-comparativa, que teve sua origem nos estudos comparativos do século XVIII, ganhava cada vez mais consistência teórica e metodológica. Inspirada pelo empiricismo do século XIX — que também era compartilhado pelo historicismo rankeano — a corrente histórico-comparativa obteve grandes progressos e produziu tantos e tão variados dados sobre linguagem como nunca se havia visto antes. Segundo Faraco (2004, p.30),

Por meio desse movimento investigativo, agrupou-se uma vasta quantidade de dados e se incorporou ao pensamento, de modo sistemático, o princípio de que as línguas mudam no tempo; de que é possível relacionar grupos de línguas por terem elas uma

demonstrável origem comum e de que é até possível reconstruir, por comparações e inferências, vários aspectos desses estágios anteriores não documentados.

Segundo Câmara Jr. (1975, p.31), a linguagem passou a ser vista através da linha histórica de desenvolvimento, na qual uma língua antiga dá origem a uma outra ou a várias línguas novas. Rask foi um dos primeiros a insistir na importância das comparações gramaticais em vez de aproximar palavras cuja concordância é incerta, além de estabelecer comparações entre palavras ‘essenciais’. A elaboração do estudo histórico da linguagem teve seu grande impulso com a descoberta do sânscrito e da cultura hindu pelos estudiosos europeus do início do século XIX. Conseqüentemente, podemos afirmar, com Câmara Jr. (1975, p.32), que “a marcha para a lingüística, que começara desde o século XVIII, na Europa, recebeu da gramática do sânscrito e da gramática hindu um estímulo inesperado, que foi decisivo para o estabelecimento da lingüística.”

Conseqüentemente, podemos perceber, nos séculos XVIII, XIX e XX, uma certa continuidade no pensamento sobre linguagem e sobre o sujeito que a usa. Tanto nos pensadores racionalistas (ilustrados e modernistas) como nos pensadores românticos ou empiricistas do século XIX, quanto nos estruturalistas de meados do século XX, permanece uma certa crença na transparência da linguagem e a não-problematização da relação entre linguagem e sociedade. Da mesma forma, permanece também a crença numa noção do sujeito falante como sujeito consciente, centrado em si mesmo e dotado de livre arbítrio, que controla, a partir de sua posição, os sentidos que expressa através da linguagem que produz.

Assim como no campo da linguagem, no campo da história há uma relação não problematizada entre linguagem e sociedade, resultando na permanência da crença na transparência da linguagem e na dificuldade de se problematizar o trabalho empírico com as fontes (que são basicamente os textos em suas variadas formas). Isso tudo está fundamentado numa certa crença absoluta na objetividade da ciência que foi central para o triunfo do projeto racionalista. Embora existissem outras abordagens e concepções de linguagem, sujeito e sociedade, essa forma hegemônica de abordar as relações entre eles será questionada de forma efetiva somente no século XX, principalmente na segunda metade desse século.

Enfim, com as reflexões aqui apresentadas, ainda que de forma sucinta, acreditamos ter podido evidenciar de que maneira a história e a lingüística foram se constituindo, a partir do século XVIII, como parte do projeto racionalista daquele período. Este projeto está presente, como veremos nos próximos capítulos, no empreendimento estruturalista, que foi dominante no campo da linguagem, chegando a seduzir, por conta de seu status científico, muitos historiadores, psicólogos, filósofos e sociólogos. No campo discursivo, podemos afirmar que a ADF é o resultado dos debates do pós-estruturalismo em torno das idéias modernistas sobre o sujeito e a linguagem, que estavam na base do pensamento estruturalista, e que começaram a ser rejeitadas a partir da década de 60 do século XX.

2. A noção de discurso e a busca do sentido nos estudos lingüísticos

Para que possamos entender como a questão do sentido tem sido tratada e como as várias noções de discurso têm sido formuladas no interior dos estudos lingüísticos é necessário compreender a constituição da lingüística como uma ciência moderna e sua relação com o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Isso porque, segundo François Dosse (1993, p. 65), “se o estruturalismo engloba um fenômeno muito diversificado, mais do que um método e menos do que uma filosofia, ele encontra seu cerne, sua base unificadora no modelo da lingüística moderna e na figura daquele que é apresentado como o seu iniciador: Ferdinand de Saussure”. De acordo com o autor, “a lingüística só tem acesso ao estágio de ciência, para Saussure, na condição de delimitar muito bem o seu objeto específico: a língua; e deve, portanto, desembaraçar-se dos resíduos da fala, do sujeito, da psicologia” (DOSSE, 1993, p.73). Conseqüentemente, será a partir da figura central de Saussure e de sua concepção de língua que buscaremos percorrer os caminhos trilhados pelos estudos lingüísticos em torno das noções de sentido, significação e discurso.

Antes disso, no entanto, é preciso dizer que embora Saussure tenha dado o acabamento necessário para a noção de sistema lingüístico, ou seja, tenha dado operacionalidade ao termo, devemos reconhecer que as bases para a constituição da lingüística, tal como a conhecemos no início do século XX, já estavam dadas. Segundo Paul Henry (1997b, p. 38), “é através de uma crítica ao psicologismo individualista e ao historicismo dos neogramáticos, assim como avançando o tema da língua como ‘instituição social’, que Saussure fez a lingüística dar um passo decisivo”.

Como vimos no capítulo anterior, foi no ano de 1786, dado como marco para o surgimento da lingüística, que William Jones apresentou seu trabalho sobre as semelhanças entre o sânscrito, o latim, o grego, o céltico, o gótico e o persa na Sociedade Asiática de Bengala. Ele afirmava que essas semelhanças não poderiam ter surgido ao acaso mas que revelavam a possibilidade de uma origem comum entre elas, o que abriu caminho para muitos trabalhos semelhantes. Um pouco mais tarde, em 1816, Bopp publicou um trabalho comparativo detalhando correspondências sistemáticas da morfologia verbal entre as línguas. Porém, foi a obra de Jacob Grimm

(1819) sobre a gramática das línguas germânicas que, segundo FARACO (2004, p. 33), mostrou claramente que “a sistematicidade das correspondências entre as línguas tinha a ver com o fluxo histórico e, mais especificamente, com a regularidade dos processos de mudança lingüística”. Durante o século XIX a pesquisa comparativa foi especializando-se em pequenos subgrupos de línguas, reforçando a idéia de que a língua poderia ser pensada como uma totalidade organizada, como um sistema.

No entanto, a noção de sistema estava vinculada na maior parte desses estudos a uma concepção naturalista que tinha, ela própria, fontes variadas. A partir de meados do século XIX, essa noção naturalista foi bastante criticada. Um de seus críticos foi William Whitney, sanscritista e estudioso das línguas vivas européias, que tinha como objetivo elaborar uma ciência geral da linguagem separada da gramática comparativa do indo-europeu. Whitney discordava da perspectiva naturalista enfatizando o caráter de instituição social da linguagem, assim como a religião, as leis, a política, etc. Para ele, a linguagem é um tipo de código de sinais que permite a comunicação entre os homens, propondo uma concepção instrumental — como a de Rousseau — que o levou, conseqüentemente, a separar linguagem e pensamento, mente e linguagem, seguindo a tradição modernista e evolucionista dos séculos XVIII e XIX. Diferentemente de Humboldt, Whitney define a linguagem como um instrumento para a expressão do pensamento e não como atividade constitutiva do homem, reforçando a idéia de um falante pré-existente à linguagem, que é vista como uma convenção social. O falante — ser social — depende dessas convenções para expressar seu pensamento.

A concepção naturalista de linguagem também sofreu as críticas feitas pelos neogramáticos⁴, para quem as línguas só podiam ser compreendidas em sua relação com o indivíduo, propondo uma interpretação psicológica subjetivista dos fenômenos de mudança lingüística. Uma das preocupações dos neogramáticos era compreender a natureza da mudança a partir do estudo das línguas vivas. Para isso, estabeleceram um princípio teórico baseado na crença de que as mudanças “afetavam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, não admitindo exceções (proposta que se consubstanciava nas chamadas *leis fonéticas*)” (FARACO, 2004, p. 35).

⁴ Um grupo de jovens lingüistas do último quarto do século XIX, ligados à Universidade de Leipzig.

No entanto, para Paul Henry (1997b, p.37-38), a interpretação psicológica subjetivista dos neogramáticos era uma forma de retorno “à concepção de um sujeito pensante que preexistiria à linguagem, se apropriaria dela como um instrumento e se serviria dela”. Além disso, muitos lingüistas rejeitavam, parcial ou totalmente, a idéia de um princípio imanente de aplicação geral, pois “não aceitavam que as mudanças se espalhassem por toda a comunidade e por todos os itens lexicais de modo totalmente uniforme” (FARACO, 2004, p. 38). Hugo Schudardt, por exemplo, segundo Câmara Jr. (1975, p. 82), se opunha “à facilidade com que a abordagem dos neogramáticos incorria em abstrações e generalizações. Chamou a atenção para as dificuldades e os aspectos particulares envolvidos no processo de mutação das formas lingüísticas”. Schudardt foi um dos primeiros a apresentar uma concepção de *mistura* lingüística. Anton Marty, por sua vez, criticou o pressuposto neogramático de que a lingüística deveria ser exclusivamente uma ciência histórica, sendo um dos primeiros a defender o estudo descritivo da linguagem.

As críticas de Anton Marty e a concepção de linguagem como instituição social lançada por Whitney tiveram impacto sobre Saussure e a lingüística do século XX. Como já vimos, a idéia de sistema, fundamental para o desenvolvimento da lingüística sincrônica, já estava presente na perspectiva de Humboldt e nas obras de Whitney, pois ambos entendiam a linguagem como uma totalidade organizada.

2.1. O legado de Saussure para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no século XX.

Saussure é, sem dúvida, o mais conhecido de todos os estudiosos da linguagem do início do século XX. Não chegou a publicar em vida — o Curso de Lingüística Geral foi escrito por Bally e Sechehaye com base nos três cursos que ele ministrou na Universidade de Genebra — e, embora tenha deixado muitas questões sem resposta, o poder heurístico de sua obra abriu um grande número de possibilidades de investigação. No entanto, suas idéias não foram divulgadas e aceitas de imediato. O impacto do Curso de Lingüística Geral só se deu a partir do fim da década de 1920, depois do Primeiro Congresso Internacional de Lingüística (Haia, 1928), do Primeiro

Congresso de Filólogos Eslavos (Praga, 1929), e da Primeira Reunião Fonológica Internacional (Praga, 1930). Segundo Faraco (2004, p.27), “foi principalmente nestes três fóruns de grande porte que primeiro apareceram teses de inspiração saussuriana, em especial pelas mãos de Roman Jakobson (1896-1982) e Nikolai Troubetzkoy (1890-1938)”. A lingüística sincrônica saussuriana foi ocupando os espaços acadêmicos aos poucos e “podemos dizer que, na prática, até a Segunda Guerra Mundial pelo menos, a lingüística continuou a ser, no espaço universitário, uma disciplina fundamentalmente histórica” (FARACO, 2004, p. 27).

Roman Jakobson, juntamente com Nikolai Troubetzkoy, será um dos principais divulgadores do pensamento saussuriano na primeira metade do século XX. Nos Estados Unidos, na década de 40, Jakobson encontrou Claude Lévi-Strauss, que conhecia de perto os trabalhos dos antropólogos americanos Boas e Sapir. Estes dois antropólogos também buscavam, desde a década de 1910, colocar as questões de linguagem no centro das discussões antropológicas, dando ênfase à natureza inconsciente dos fenômenos culturais e tentando encontrar, através das leis da linguagem, uma forma de compreender essas ‘estruturas inconscientes’, mais no sentido comportamental do que no sentido psicanalítico do termo.

Os estudos lingüísticos americanos percorreram caminhos semelhantes aos europeus durante o século XIX. Depois da repercussão das idéias de Whitney, os estudos baseados nos pressupostos dos neogramáticos tiveram grande aceitação nos Estados Unidos. No entanto, será apenas na década de 1930 que um dos alunos de Boas — Leonard Bloomfield —, depois de passar alguns anos na Alemanha, propôs um estudo descritivo da linguagem. Baseado no mecanicismo behaviorista, Bloomfield deu origem ao método que ficou conhecido como o carro chefe do estruturalismo norte-americano: o distribucionalismo. Embora não tenha uma origem saussuriana, o estruturalismo norte-americano compartilha com o europeu a ênfase sobre a perspectiva descritivista e sincrônica para o estudo da linguagem. Por isso, embora tenhamos que reconhecer as diferenças entre os estruturalismos em linguagem, só faremos alguma distinção entre eles, neste trabalho, quando se fizer realmente necessário.

Partindo desse ponto de vista, para que possamos compreender a importância do pensamento saussuriano — para a lingüística e as ciências humanas —, tentaremos resumir alguns dos pontos principais, e principalmente seus desdobramentos relativos à significação e ao discurso, embora correndo o risco de, como em todo tipo de resumo, parecer que estamos fazendo aproximações e reduções aligeiradas. Nesse caso, corremos um duplo risco pois, segundo Antoine Meillet (citado por Câmara Jr, 1975, p.105), Saussure “nunca parecia trazer às aulas uma verdade definitiva e sua platéia era mantida em suspense diante de um pensamento em atividade, pensamento esse que era, definitivamente, elaborado e formulado no exato momento em que era emitido”.

Para François Dosse (1993, p.65), o essencial do projeto exposto no Curso de Lingüística Geral, está no fato de “fundamentar o arbitrário do signo, em mostrar que a língua é um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência mas por diferenças puras. Saussure oferece uma interpretação da língua que a coloca resolutamente ao lado da abstração para melhor a separar do empirismo e das considerações psicologizantes”. Dessa forma, segundo Dosse (1993, p. 66), Saussure funda uma nova disciplina, “autonomizada em relação às outras ciências humanas: a lingüística. Uma vez estabelecidas as suas regras próprias ela vai, por seu rigor, seu grau de formalização, arrastar em sua esteira todas as outras disciplinas e fazê-las assimilar seu programa e seus métodos.” O pensamento saussuriano e as interpretações que ele sofreu, principalmente a partir de Jakobson e Troubetzkoy, serão fundamentais para o desenvolvimento da lingüística no século XX e de outras disciplinas das ciências humanas, que logo verão nela um modelo de aproximação com o padrão de cientificidade das ciências naturais pela sua capacidade de demonstração e explicação dos fenômenos lingüísticos.

Para o que nos interessa neste trabalho, é importante lembrar que a partir da década de 60 uma nova área de estudos da linguagem começa a se delinear pela aproximação dos pressupostos saussurianos com as técnicas de descrição do distribucionalismo americano, com as teorias marxistas e a teoria da história. Partindo dessa tentativa de amalgamar Saussure, Marx e Freud (este por suas teorias sobre o inconsciente), Michel Pêcheux e sua equipe propõem a criação da Análise Automática

do Discurso que analisaremos no quarto capítulo. Para Williams (1999, p.34), o aspecto mais importante do trabalho de Saussure em relação à Análise do Discurso, ainda que “his work contains several contradictions and many of the problems of structuralism can be located in these contradictions”, é a maneira como ele rompeu com a distinção entre pensamento e linguagem, dando condições para a elaboração de uma filosofia da linguagem distinta daquela do modernismo: “this is the basis of what Pêcheux has called the Saussurean break”.

A rejeição saussuriana ao pressuposto modernista de que linguagem e pensamento são entidades separadas, exigiu que Saussure buscasse definir o objeto específico da lingüística. Ao fazer a crítica às demais manifestações de estudo da linguagem — Gramática Normativa, Filologia, e Gramática Comparada —, Saussure parte do pressuposto de que o objeto concreto da ciência Lingüística é a língua, um produto social da faculdade de linguagem depositado no cérebro de cada indivíduo. Conseqüentemente, a lingüística não poderia trabalhar com dados pré-construídos como nas outras ciências. Segundo Saussure (2001, p. 15) “é o ponto de vista que cria o objeto” e os fenômenos lingüísticos só poderiam ser definidos ao mesmo tempo em que se tentasse explicá-los, pois a língua é exatamente isso na perspectiva saussuriana: um princípio de classificação e organização dos fenômenos lingüísticos.

Dessa forma, Saussure rompeu com o conceito ortodoxo de linguagem que derivou do Iluminismo, em que a linguagem, segundo Williams (1999, p. 35), “is merely a gloss on what exists outside of discourse”. Essa concepção remete a uma estrutura de representação em que as idéias são os signos das coisas e as palavras são os signos das idéias, fazendo permanecer o vínculo entre sentido e referência. Junto a essa concepção de linguagem havia a concepção de sujeito racional, que tem o controle sobre como expressar seus pensamentos através da linguagem. Dessa forma, a linguagem é pensada como um mero reflexo da ordem social. Saussure criticou fortemente essa concepção como um processo de nominação: a linguagem se constituiria de uma lista de palavras que correspondem às coisas nomeadas por ela. Ele rejeitava a crença de que as idéias existem independentemente das palavras mostrando que as línguas recortam o mundo de formas diferentes. Para isso, foi preciso mostrar que as palavras têm uma natureza vocal e psicológica ao mesmo tempo, pois os signos

lingüísticos unem um conceito a uma imagem acústica, e não uma coisa e um nome. Recorrendo à metáfora da folha de papel, em que o verso seria o som e o anverso o pensamento, ele mostra que não há como recortar um sem recortar o outro, e que, “tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som” (SAUSSURE, 2001, p.131). Com isso, ele nos mostra que a Linguística é uma ciência que trabalha no limite entre duas ordens (sons e conceitos) que se combinam e que *esta combinação produz uma forma, não uma substância*:

Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio de palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e lingüistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua.

Perante esse reino flutuante, ofereceriam os sons, por si sós, entidades circunscritas de antemão? Tampouco. A substância fônica não é mais fixa, nem mais rígida; não é um molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se, mas uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade. (SAUSSURE, 2001, p. 131)

Reforçando a concepção de língua como uma instituição social e dos signos como elementos não motivados pela natureza das coisas, Saussure decidiu chamar de significante a imagem-acústica e de significado o conceito ligado a ela. E, ao definir a linguagem como uma instituição social, como parte de uma ciência geral dos signos (Semiologia), Saussure enfatizou a centralidade do signo para o estudo da linguagem. A linguagem é, portanto, um sistema de signos cujo equilíbrio é permanentemente assegurado pela dinâmica da sociedade, fazendo do estudo da linguagem um fenômeno social.

Estabelecida a centralidade do signo era preciso explicar não só a arbitrariedade da relação entre significante e significado como também a arbitrariedade do signo em relação ao mundo, chamando a atenção para a complexidade da organização da produção do sentido. Uma das conseqüências da noção de arbitrariedade do signo é sua dualidade em relação ao tempo e à convenção. Para Saussure, se o signo é arbitrário, qualquer relação entre o significante e o significado pode ser estabelecida, pois não há qualquer razão natural para que ele permaneça ou mude. Por isso, ele é

mutável e imutável, ao mesmo tempo, isto é, as chances de um signo mudar ou permanecer são as mesmas, já que ele é o resultado de um fenômeno social e não natural. O fato de reconhecermos que a língua é passada de geração para geração explica porque o signo é, apenas num certo sentido, imutável, e resiste a toda substituição. Por ser a língua uma instituição social da qual todos os falantes participam ao mesmo tempo, ela sofre sem cessar a influência de todos. E é exatamente por conta desse *todo* que a língua é a instituição que menos oferece oportunidade às iniciativas de mudança, pois o signo tem condições de alterar-se porque se mantém, porque *continua*. Assim, podemos concluir que “o que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis porque o princípio de alteração se baseia no princípio de continuidade” (SAUSSURE, 2001, p.89). O uso constante dos signos provoca pequenas alterações e, “sejam quais forem os fatores de alteração, quer funcionem isoladamente ou combinados, levam sempre a um *deslocamento da relação entre o significado e o significante*” (SAUSSURE, 2001, p.89).

Conseqüentemente, o sistema lingüístico saussuriano corresponde a esse equilíbrio entre conservação e mudança. Por isso, há elementos sincrônicos e diacrônicos na linguagem e, é claro, se a língua está o tempo todo mudando, o estado sincrônico da língua não pode ser observado, mas pode ser estudado. Isso porque se a linguagem não existe de maneira completa a não ser na mente coletiva dos falantes, estes dois aspectos (lógico e psicológico) juntos é que formam um sistema:

A Lingüística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva.

A Lingüística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si. (SAUSSURE, 2001, p. 116)

Priorizando os estudos sincrônicos, Saussure estabelece um sistema de valores puros ao considerar os dois elementos que entram em jogo no funcionamento da linguagem: as idéias e os sons. O termo lingüístico — ou *articulus*—, resultante da operação em que uma idéia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma idéia, só pode existir na coletividade já que o uso dos signos provoca sempre

alterações na relação entre significante e significado. Estas pequenas alterações devem ser ignoradas até que possam ser consideradas como características de uma mudança mais geral do sistema.

Recorrendo ao modelo da economia, Saussure compara as palavras⁵ às moedas, afirmando que “uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia”, e, além disso, “pode ser comparada por algo da mesma natureza: uma outra palavra”. Por exemplo: *dengoso* pode ser dividido em *deng* + *oso*, não como duas partes isoladas e independentes, apenas justapostas, mas como partes de uma combinação que só faz sentido no quadro da língua se comparado com *amoroso*, *manhoso* e toda uma série de palavras terminadas em *oso*. Isso equivale a dizer que o conteúdo de uma palavra só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela, pois “fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor” (SAUSSURE, 2001, p.134). Por isso, Saussure (2001, p. 135) afirma que “se as palavras estivessem encarregadas de representar os conteúdos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim”, pois as línguas recortam o mundo de maneiras distintas. Quando traduzimos os termos de uma língua para outra estamos fazendo aproximações não só em relação ao significado mas também em relação ao valor que cada elemento ocupa dentro de cada sistema.

Conseqüentemente, tanto o aspecto conceitual como o aspecto material do valor lingüístico são puramente diferenciais já que os valores não são definidos positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. “Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2001, p.136). O *sistema de valores lingüísticos*, portanto, é a combinação entre *uma série de diferenças de sons com uma série de diferenças de idéias*. Essas combinações é que constituem o vínculo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo.

Segundo Williams (1999, p. 39), é evidente que a ênfase de Saussure sobre a importância da linguagem como um sistema foi o que o levou a exigir a prioridade da

⁵ Embora Saussure não considerasse as palavras como unidades concretas da língua, elas permitiam uma aproximação produtiva para se discutir a idéia de valor.

língua sobre a fala. A língua — *langue* — foi tratada como uma espécie de norma, um fenômeno coletivo, social e homogêneo. A fala — *parole* —, ao contrário, foi entendida como um fenômeno ativo, individual e heterogêneo. O aspecto social, para Saussure, envolve uma concepção durkheiminiana de contrato entre os membros de uma comunidade, semelhante à noção de soberania desenvolvida por Rousseau, discutida no capítulo anterior. A língua, em Saussure, é vista como uma forma específica de contrato social, um depósito feito pelos membros de uma dada comunidade através do uso ativo da fala, ou seja, como uma espécie de contrato entre os falantes. Ao separar e distinguir *langue* e *parole*, ele pôde separar a língua de tudo aquilo que está fora do sistema, de todas as causas e determinações externas que podem agir sobre a linguagem. Tudo isso teria levado, segundo Williams (1999, p. 41), à idéia de que a lingüística moderna corresponde ao desenvolvimento do estudo abstrato da *langue*.

Glyn Williams baseia sua análise nas reflexões de Françoise Gadet sobre Saussure. Para Gadet, a prática social é que alimenta a memória que, por sua vez, contribui para a existência do sistema. *O discurso, para Saussure, é o resultado das relações entre o aspecto linear e mnemônico da linguagem*, ou seja, entre as relações sintagmáticas e as relações associativas. Por isso, Saussure (2001, p. 143) explica que

De um lado, no discurso, os termos estabeleceram entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de *sintagmas*. [...]

Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. [...]

Vê-se que essas coordenações são de uma espécie bem diferente das primeiras. Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. Chamá-las-emos *relações associativas*.

A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual.

Dessa forma, segundo Gadet, Saussure oferece uma pista de como o sentido é construído na *langue*. Uma forma é selecionada não porque ela significa o que o falante deseja dizer, mas por conta de um processo muito mais complexo, baseado na diferença e na ausência. Isso porque “a idéia invoca, não uma forma, mas todo um

sistema latente, graças ao qual se obtêm as oposições necessárias à constituição do signo” (SAUSSURE, 2001, p. 151), que é o resultado da intersecção de um número de séries associativas. Portanto, *o sentido, para Saussure, é o resultado das relações de diferença* que constituem as séries associativas. *É na diferença entre eles que os signos se definem e significam ao mesmo tempo.* Essa é uma das noções mais fundamentais do pensamento saussuriano, pois é a noção de *diferença* que permite compreender como funciona a linguagem como um procedimento de fixação e escolha ao mesmo tempo, que “governa as mínimas unidades e até mesmo os elementos fonológicos, quando estão revestidos de um valor” (SAUSSURE, 2001, p.151).

Destacando as reflexões de Gadet, Williams (1999, p. 44) nos mostra que a idéia inicial do signo como um laço entre significante e significado foi substituída por um mecanismo muito mais complexo de associações, um jogo que pode ser estudado através do uso que os falantes fazem dele. Portanto, o que importa não é mais o signo em si, mas *as relações de diferença que os define e coloca em funcionamento.* Essa substituição, segundo Williams (1999, p.44), levou Gadet a perceber em Saussure uma possibilidade de estabelecer uma ligação entre *langue* e inconsciente (no sentido lacaniano do termo):

As Gadet (1987:94) notes, the initial idea of the sign as a simple bond between signifier and signified has been displaced by a far more complicated mechanism wherein the sign summons up an infinite chain of associations. There is an infinite play in *langue* which can be investigated through the use that speakers make of it. It is this that leads to the link between *langue* and the unconscious.

Essa possibilidade, de ligar a sujeição do falante ao sistema com as questões do inconsciente, irá suscitar interpretações distintas das idéias de Saussure, pois há duas noções de sujeito sobrepostas e latentes na separação entre *langue* e *parole*: um sujeito assujeitado pelo sistema, e um sujeito consciente que se expressa pelo uso do sistema. Para Saussure (2001, 22),

A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente.[...].

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no

propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações.

Portanto, segundo François Dosse (1993, p. 73), a lingüística só poderia tornar-se uma ciência moderna, para Saussure, com a condição de delimitar muito bem o seu objeto, o que só foi possível com a separação entre *langue* e *parole*, pois ela deveria desembaraçar-se de todo resíduo da fala, do sujeito, da psicologia. Para Dosse (1993, p.73), “o indivíduo é expulso da perspectiva científica saussuriana, vítima de uma redução formalista onde não tem mais seu lugar”. A negação do *homem*, provocada por essa interpretação das idéias de Saussure também será um dos elementos essenciais do paradigma estruturalista, para além do campo lingüístico. As tentativas de recuperar o falante nas disciplinas que, mesmo tangenciando a lingüística não fazem parte de seu núcleo duro (que são a fonologia e a sintaxe), são reféns da confusão suscitada por essa separação de princípio: entre o código e o uso desse código pelos sujeitos falantes. Ao recuperar a *parole*, elas recuperam junto a noção de sujeito centrado e intencional sem levar em conta que o sujeito é assujeitado não apenas pelo código, mas também por suas determinações históricas e sociais. Essa noção de assujeitamento do falante reforça a ligação entre linguagem e inconsciente dando espaço para relacionar linguagem e ideologia, o que, na década de 60, vai suscitar a crítica ao estruturalismo e à concepção de sujeito que ele encerra em si. Essa possibilidade de pensar o sujeito como descentrado por determinações lingüísticas, históricas e sociais será um dos pontos decisivos para o advento do pós-estruturalismo e da AD, por isso o retorno a Saussure, como também a Freud e a Marx.

Para Williams (1999, p.47), o trabalho de Saussure é revolucionário em relação à concepção de linguagem e sujeito derivados da modernidade. Sua maior contribuição nesse sentido foi apresentar dois pressupostos importantes: de que o sentido não reside fora da linguagem, numa realidade externa a ela, e de que o sujeito não é a fonte do sentido. Essa forma de conceber a linguagem e a questão do sentido tem um efeito direto sobre o nível semântico das análises lingüísticas, pois o sentido não está nem na palavra individual nem na frase, mas nas relações que constituem a linguagem, que são relações de diferença. Williams (1999, p.47) nos chama a atenção para o fato de que uma das conseqüências da mudança no campo da filosofia da linguagem provocada

por estas questões, associada ao descentramento do sujeito, fez com que um certo número de autores franceses que fizeram uso desse *insight* fossem colocados sob o título de pós-estruturalistas. Embora existam muitas diferenças nas abordagens desses autores, alguns foram fundamentais para o surgimento da ADF. Outra questão importante levantada por Williams, é o fato de que a emergência do estruturalismo nas ciências humanas coincide com a época em que a lingüística estrutural, confrontada pelos postulados da gramática gerativa e da lingüística enunciativa, entrava em crise.

Para os nossos propósitos neste trabalho, é importante perceber como uma mesma fonte teórica suscitou, em momentos distintos, primeiro uma metodologia de pesquisa estruturalista e, posteriormente, uma teoria que fez intensamente a crítica a essa mesma metodologia e que foi chamada de pós-estruturalismo.

Assim como quase todo o pensamento europeu do século XIX, as questões de linguagem também se tornaram reféns da premissa modernista que concebe a sociedade como produto da racionalidade dos homens a serviço do progresso. Entender as instituições humanas era entender de que forma a racionalidade poderia funcionar em busca da verdade do homem e de sua relação com o mundo. Por isso, qualquer instituição social seria o produto da racionalidade humana e da soma dos indivíduos pelo contrato social. Saussure, no entanto, rompe com a idéia de que a linguagem é expressão do pensamento e de que ela reflete a mente dos indivíduos. A aproximação saussuriana do pensamento modernista está no fato de que ele, assim como Whitney, concebe a linguagem como instituição social. Por isso, para Saussure, o sistema lingüístico não está na mente do indivíduo e só pode existir na mente coletiva, afirmando que a existência da linguagem é própria a toda sociedade.

O pensamento de Saussure foi fundamental ao conseguir dar coerência às questões de linguagem que envolviam a noção de imanência do código lingüístico como uma totalidade organizada e que estavam sendo elaboradas desde o século XVIII. No entanto, foi Jakobson quem estabeleceu as relações entre a lingüística saussuriana e as ciências sociais, propondo uma mudança na idéia da arbitrariedade do signo, negando a separação entre *langue/parole*, e *sincronia/diacronia*. Ele elaborou uma noção de totalidade organizada em torno das relações de oposição entre os termos

marcados/não marcados, criando uma separação — que não existe para Saussure — entre sentido próprio e figurado, metáfora e metonímia, o que irá influenciar toda uma linhagem de pesquisas em linguagem a partir daí. O uso do termo estrutura por Jakobson é resultado da sua relação com o Círculo Lingüístico de Praga, e a lingüística moderna será desenvolvida a partir da crítica feita por Jakobson ao pensamento saussuriano, e não diretamente deste.

O modelo de análise estrutural, de inspiração saussuriana e formulação jakobsoniana, foi rejeitado nas décadas seguintes. As ciências humanas haviam produzido uma antropologia estruturalista e uma interpretação estruturalista das idéias de Freud que foram questionadas na década de 1960. Essa reação ao estruturalismo, chamada de pós-estruturalismo, se fundamentou principalmente na noção de sujeito descentrado. A retomada dos textos de Saussure fez com que muitos autores repensassem a relação entre pensamento e linguagem — para Saussure nós somos assujeitados pelo código, falados por ele — abrindo espaço para a discussão sobre ideologia e inconsciente que será objeto de discussão no capítulo 4.

A coerência das idéias de Saussure vem da relação entre a natureza arbitrária do signo e a noção de valor. Saussure afirma que não há uma separação clara entre valor, sentido, significação, função ou emprego de uma forma, pois *uma forma lingüística não significa, ela vale e portanto implica a existência de outros valores que são definidos por relações de diferença* — entre os signos e entre as significações. Estas diferenças estabelecem uma relação solidária entre os valores. Saussure discute detalhadamente as conseqüências desta reformulação sobre os conceitos de sentido e de sinonímia. Para ele, o signo/valor — embora sempre pense em sistemas — não representa uma relação estática, pois seu caráter arbitrário faz com que ocorram *déplacement de rapport*, ou *déplacemente des valeurs*. Nos Cadernos de Constantin, aluno do 3º Curso de Lingüística Geral⁶, há uma referência à afirmação de Saussure de que “puisque ce contrat est parfaitement arbitraire, les valeurs seront parfaitement relatives” (SAUSSURE, 1993, p. 138). É aqui que percebemos o espaço aberto para o

⁶ SAUSSURE, F. de. *Troisième cours de linguistique générale (1910-1911) d'après les cahiers d'Emile Constantin / Third course of lectures in general linguistics (1910-1911) from the notebooks of Emile Constantin*. French text edited by Eiseke Kamatsu. English translation by Roy Harris. Oxford: Pergamon Press, 1993.

desenvolvimento filosófico das noções de *diferença* realizado por Derrida (que discutiremos mais adiante neste capítulo) por extensão às noções de *diferença* e *deslizamento do signo* elaboradas Saussure.

Devemos, ainda, fazer mais duas considerações em relação a Saussure e ao desenvolvimento da lingüística de modo geral. Uma refere-se ao comentário feito por Joaquim Mattoso Câmara Jr na década 1970 e que nos parece pertinente ainda hoje, de que “a lingüística não encara ainda, de forma decidida, o problema do significado, o qual determina o papel das formas lingüísticas na comunicação entre os homens” (CÂMARA Jr., 1975, p. 190). Câmara Jr. faz um rápido balanço das investigações no estudo da semântica apontando as contribuições de Cassirer, Humboldt, Sapir, Whorf, e do desenvolvimento das idéias de Saussure por Gardiner, Bally e Hjelmslev. Ao colocar a questão do signo como central para os estudos lingüísticos e ao mesmo tempo mencionar que era necessário desenvolver também uma lingüística da fala, Saussure abriu uma brecha para o estudo do significado na linguagem em uso. Ainda assim, temos que reconhecer que, embora a segunda metade do século XX tenha desenvolvido um notável interesse pelo campo semântico, ele é tratado, na maior parte dos casos, de maneira formal, e a concepção de comunicação que subjaz a esses estudos, além de possuir uma noção limitada de contexto, tem dificuldade para tratar a indeterminação da linguagem.

Uma segunda questão a ser levantada refere-se ao fato de que, embora seja possível perceber uma maneira dinâmica de pensar o *próprio da língua* em Saussure, seu pensamento não rompe com o modelo de sociedade do modernismo e por isso não dá conta de explicar como essas relações de diferença provocam os efeitos que provocam através da intersubjetividade. Para Saussure, as relações entre os falantes e os efeitos criados por essas relações são entidades abstratas do uso da faculdade de linguagem, e por isso constituem objeto não da semiologia, mas da psicologia, embora tivesse indicado a possibilidade de se desenvolver uma lingüística da fala.

Enfim, compreender o pensamento de Saussure é fundamental para percebermos como uma mesma fonte teórica suscitou primeiro o estabelecimento dos pressupostos do estruturalismo e, posteriormente, uma reflexão teórica que foi capaz de fazer a crítica a esses pressupostos e que foi chamada de pós-estruturalismo.

2.2. O discurso e o sentido nos estudos lingüísticos da segunda metade do século XX

Para que possamos compreender o tratamento dado à significação, ao sentido e ao discurso no âmbito dos estudos lingüísticos, é preciso que façamos uma pequena revisão de como as disciplinas que compõem a lingüística — e/ou gravitam em torno dela sem fazer parte do seu *núcleo duro* — têm tratado essas questões e de como se definem as áreas que se propõem a fazer análise do discurso no âmbito dessa disciplina. Em geral, o termo discurso é usado a partir de definições distintas, dadas por perspectivas teóricas também diversas, baseadas no papel desempenhado pelas noções de *língua* (em oposição a *fala*), *frase* (ou *sentença*) ou *enunciado* (como *texto* ou *ato de fala*). O sentido será definido de acordo com as relações estabelecidas entre tais noções e as teorias da comunicação com as quais a lingüística tem trabalhado: ele pode estar no código ou nas palavras, nas relações entre as sentenças, nas intenções do indivíduo falante ou na relação do verbal com o que está fora dele, o não-verbal.

2.2.1. O discurso como atualização do código

A retomada do tema da dicotomia *langue/parole* tem sido apontada como uma das explicações mais confiáveis para a questão da definição e do surgimento da análise do discurso no campo dos estudos lingüísticos. Para aqueles que defendem esta idéia, o termo discurso passou a ser usado para designar o novo objeto teórico resultante da problematização do postulado saussuriano que separa, nos aspectos que constituem a linguagem, o que é social do que é individual.

Dessa forma, a problematização da dicotomia saussuriana tem gerado várias tentativas de se analisar o discurso como sinônimo de *parole*. Uma das mais antigas tentativas de dar conta da lacuna deixada pela dicotomia saussuriana ficou conhecida como Estilística ou Estilística da Fala, desenvolvida por Charles Bally, discípulo de Saussure. Os pressupostos básicos que fundamentam a Estilística são de que as

práticas de linguagem são atos individuais e se constituem na *atualização do código*⁷. Fazer análise do discurso, nesse sentido, é ter como princípio que a estrutura garante o dizer, ou melhor, o discurso é totalmente inteligível através do código. Segundo Câmara Jr (1975, p. 120), “aceitando a dicotomia de Saussure entre língua e discurso, afirma Bally que uma língua, como padrão lingüístico, é a fonte do discurso, e opõe o caráter virtual da língua ao caráter verdadeiro, real, do discurso, estando o discurso na base de uma ‘realização’ da linguagem”. Os pensadores da ADF rejeitaram essa idéia, pois, para eles, “a discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou de uma realização de uma função” (PÊCHEUX, 1977, p.91).

O campo do Processamento da Fala desenvolve um outro modo de fazer análise do discurso como *atualização do código*. Os procedimentos desta área de pesquisa, embora não tenham origem saussuriana, se fundamentam na idéia de que os atos de linguagem são atos individuais, e se preocupam em discutir como o falante codifica e decodifica o dizer. A perspectiva sistêmica e estruturalista que está na base desses trabalhos se fundamenta na concepção inatista de linguagem da teoria gerativista de Noam Chomsky, inspirada na genética e na neurologia. Uma das disciplinas que também trabalha com análise do discurso nesta perspectiva é a Psicologia Experimental. Assumindo um ponto de vista biopsíquico dos processos de uso da linguagem, os experimentalistas buscam saber quais são os processos psíquicos e neurológicos que estruturam o dizer, já que para a teoria inatista, partindo de um pressuposto determinista estrito, o indivíduo não é uma construção, mas a realização particular de um programa específico. Para esses investigadores não há pré-formismo nem aquisição, somente expressão diacrônica. Outra área de pesquisa que compartilha esta mesma noção de discurso é formada pelas Ciências da Cognição que buscam meios de fazer o processamento automático da linguagem natural. Nesses três campos de pesquisa (Processamento da Fala, Psicologia Experimental e as Ciências da Cognição), a única contribuição do meio é ativar os dados do programa já existentes no indivíduo.

⁷ *Atualização*, aqui, tem o sentido de *realização* ou de *atuação*, e não o de uma recuperação temporal ou adequação a modelos tidos como *atuais*.

Assim, podemos concluir que na noção de discurso como *atualização do código* (de base saussuriana ou não) é o código que garante o dizer, ainda que as práticas de linguagem sejam atos individuais. Por isso, a questão do sujeito não é relevante já que o indivíduo não ocupa nenhum lugar específico no espaço e no tempo historicamente determinados. A noção de comunicação que permite essas análises é a de que ela coincide com o processo de decodificação. O sentido do enunciado não depende do sujeito que fala ou da posição que ocupa. O que garante o entendimento da *mensagem* ou da *informação* é o código. *É o código que garante o dizer*. Essa visão reducionista da questão discursiva não tem qualquer interesse para o tipo de reflexão que estamos buscando nesse trabalho.

2.2.2. O discurso como *enunciado longo*: o estudo da sentença e do texto

Diferentemente da abordagem anterior, mas compartilhando com ela a visão sistêmica de língua, Zelig Harris iniciou, nos anos 50, uma tentativa de se fazer a aplicação dos métodos distribucionalistas na análise do discurso. Harris, que era colaborador de Leonard Bloomfield, estudou o discurso como um ‘conjunto de sentenças’ que compõem uma unidade. Em 1952, ele publicou um trabalho intitulado *Discourse Analysis*, afirmando que há fenômenos gramaticais acima da sentença que podem ser estudados a partir da simples extensão dos métodos distribucionalistas — criados para estudar qualquer enunciado independentemente do seu tamanho.

Os métodos distribucionalistas constituíam-se na *análise dos constituintes imediatos*, através da divisão das formas sintáticas da sentença em partes cada vez menores, distribuindo seus componentes por relações de equivalência, estabelecidas a partir de sentenças análogas. Ao aplicar o método em suas análises de *enunciados longos*, Harris percebia, como resultado da distribuição dos componentes conforme as relações transfrásticas de equivalências, que há uma certa conectividade presente nesses enunciados resultante de relações não-arbitrárias. Eram essas características que davam ao *discurso como enunciado longo* um caráter de unidade.

Harris não teve muitos seguidores em suas tentativas de aplicar o método distribucionalista para além do nível da sentença. No entanto, inspirou outros

trabalhos, como os de Pêcheux, na década de 1960, que tentava aplicar as técnicas harrisianas em análises semânticas e não sintáticas. Esta e outras tentativas de aplicação do método distribucionalista serão discutidas no capítulo quatro.

Além das descobertas de Harris, a noção de conectividade, como característica do *discurso como enunciado longo*, também está presente em outras áreas da lingüística (nas teorias semânticas, pragmáticas e funcionalistas; em disciplinas como a lingüística textual, a sociolingüística, e a análise semiótica do discurso). A noção de conectividade que confere unidade ao *enunciado longo* pode ser deduzida nessas áreas a partir da noção de correferencialidade — as relações do texto com o seu co-texto fornecem ao enunciado longo a conectividade necessária para que ele seja entendido como uma unidade suprassentencial —, ou pela relação entre o que está no texto e o que está fora dele, no contexto imediato, o que amplia o foco de observação do analista.

Esse foco de observação ampliado trouxe contribuições importantes. Uma das contribuições da análise sociolingüística, por exemplo, foi perceber que o texto da narrativa é organizado, isto é, que há uma seqüência que se repete nesse tipo de texto. Labov criou um modelo para analisar essa organização, chegando a conclusões interessantes como a de que *não é a gramática que condiciona e organiza o discurso*, mas sim *a organização do discurso que condiciona a gramática*, através de conectividade e seqüencialidade. Isso quer dizer que as conexões entre as sentenças que conferem ao *enunciado longo* um caráter de unidade são definidas conforme as necessidades enunciativas, isto é, as necessidades de conectividade e seqüencialidade do discurso é que definem as relações formais entre as sentenças e seus constituintes, e não o contrário, como se entende na lingüística estrutural.

A lingüística textual, por sua vez, fundamenta suas análises de enunciados longos no estudo dos tipos de marcadores e suas relações de correferencialidade. Essa relação de correferencialidade seria responsável por evidenciar a não-arbitrariedade do texto e conferir ao discurso um caráter de unidade a partir da conectividade (dada por mecanismos de coesão e coerência) entre os marcadores. Alguns autores, como Beaugrande e Dressler, segundo Charadeau & Maingueneau (2004, p. 307), buscam inscrever a lingüística textual como uma pragmática textual. Na década de 1960, a

Linguística textual dedicava-se ao desenvolvimento de análises ‘transfrásticas’. Na década seguinte, pela aproximação com a gramática gerativa, o objeto de estudo tornou-se a ‘gramática do texto’. Apenas na década de 1980, quando ampliam-se os enfoques de estudo das Teorias do Texto, esses estudos passam a ter várias filiações. A partir daí, a Linguística Textual passou a ser um campo de estudos composto por várias tendências, das mais formalistas à mais pragmatistas, buscando tratar o texto como um ‘ato de comunicação’.

Além dos processos de organização da narrativa e das relações de correferencialidade trazidas pela sociolinguística e pela linguística textual, essas áreas trouxeram outras contribuições importantes. Uma delas foi a definição de que o objeto de estudo dessa abordagem (discurso como *enunciado longo*) não poderiam ser os dados inventados pelos linguistas a partir do que eles acreditam que seja a produção dos falantes, mas os dados concretos de sua produção efetiva.

Para as análises do discurso feitas a partir das noções de conectividade e correferencialidade o que importa saber não é exatamente o que o ‘discurso’, o ‘texto’ ou o ‘enunciado’ dizem, mas saber *como eles dizem o que dizem*. Por isso, boa parte dos procedimentos de análise do enunciado longo são essencialmente descritivos. Conseqüentemente, o sentido na análise do *discurso como enunciado longo* está nas relações de conectividade e correferencialidade dadas pelas relações entre as sentenças ou entre a unidade de análise e o que está fora dela, no contexto imediato ou nas intenções do falante. O contexto, na maior parte dos casos, coincide com a noção de situação imediata, numa perspectiva em que não importam suas determinações sociais e históricas. Da mesma forma, a noção de sujeito também é limitada, pois coincide com o sujeito racional, centrado e dotado de livre arbítrio, capaz de controlar o seu dizer. A noção de comunicação que permeia essas análises se resume na troca de informações entre os falantes, e o entendimento é garantido não pelo código, como nos exemplos anteriores, mas pelas relações internas ao discurso em sua relação com as intenções do falante ou com o contexto imediato da enunciação.

Como consequência disso, para o que estamos buscando discutir, essas análises — apesar de trazerem contribuições importantes ao nos afastarem da premissa de que o código garante o dizer —, tampouco nos interessam por conta de sua estreita

compreensão de sujeito, de contexto da enunciação e dos processos de produção do sentido. Entre todas as formas de se fazer análise do discurso a partir do *enunciado longo*, as que mais podem nos interessar para a discussão sobre o sentido e o discurso nos estudos lingüísticos são aquelas encontradas nos estudos da *interação face-a-face* (Análise da Conversação, Sociolingüística Interacional, Etnografia da Fala/ Comunicação).

2.2.3. O discurso como enunciado longo na *interação face-a-face*

A preocupação dessas áreas de conhecimento é entender como os sistemas verbais e os não-verbais, juntos numa unidade de análise, geram significação. Como a fonte de dados é a oralidade, a prosódia funciona como mediação entre os dois sistemas, e como os falantes não interagem aleatoriamente, a interação é entendida como um evento que se dá em complexos quadros de relações sociais. A maior contribuição desse tipo de análise é a percepção de que o discurso é sempre uma atividade situada: primeiro, porque o lingüístico não basta a si mesmo, ele precisa do contexto para ser interpretado; segundo, porque se as relações entre os falantes não se dão aleatoriamente, elas devem seguir algumas regras, condicionadas ao mesmo tempo pelo aspecto social e discursivo. A interação face-a-face, conseqüentemente, não deve ser entendida como a transmissão de informações objetivas, pois as línguas não dizem o mundo mecanicamente. Nesse sentido, a fala é organizada e organizável na relação entre o verbal e o não-verbal.

A possibilidade de pensar o discurso como atividade situada resulta da retomada das discussões em torno das relações intersubjetivas que passaram a constituir uma problemática do pensamento moderno, e durante o século XX foram privilegiadas em vários campos das ciências humanas, principalmente a filosofia, a sociologia, a antropologia e a psicologia. Muitos desses campos de estudo foram primeiramente pensados no interior dessas disciplinas e somente depois incorporaram questões propriamente lingüísticas.

Os debates que envolvem o tema da intersubjetividade, ou seja, da relação EU-TU, começaram a ser travados ainda no século XVIII e XIX. Segundo Faraco (2004, p.

46), no entanto, durante o século XX, “o tema da interação, da intersubjetividade, do diálogo, ou — como preferem alguns — o tema da relação EU-TU foi copiosamente tratado, mesmo à margem do grande império [estrutural] e sem afetá-lo”. Para compreendermos a importância do tema, é bom lembrar que o indivíduo, desde o século XVI, tornou-se o grande eixo articulador do pensamento moderno como o sujeito cartesiano, transparente a si mesmo. Por isso, a relação mais importante nesse período é a do sujeito com o objeto (EU-ELE), que permanece forte, ainda hoje, em muitas áreas do conhecimento, como eixo articulador do pensamento filosófico e científico, em áreas como a subjetividade, a cognição e a linguagem. O debate sobre o tema da relação EU-TU começa a ser travado na filosofia alemã no século XVIII, sendo Friedrich H. Jacobi seu (auto)declarado iniciador. De acordo com Faraco (2004, p.49), “para Jacobi não pode haver um EU exceto em referência a um TU que o transcenda”. O intersubjetivo, para a linhagem de pensamento iniciada por Jacobi e depois retomada no século XIX por Feuerbach, tem um papel *constitutivo* para a consciência do indivíduo. Ele não é apenas uma realização empírica do indivíduo de algo que lhe é *originário*. Segundo Faraco (2004, p. 50), nesse período, “nada se diz ainda sobre a linguagem que, nessa perspectiva, só entrará de fato em cena com a obra do Círculo de Bakhtin, na segunda metade da década de 1920”. Essa perspectiva, no entanto, será debatida em outros domínios, como a filosofia e as ciências humanas, o que possibilitará o debate em torno das relações entre os indivíduos nas *interações face-a-face*, nas décadas de 1960 e 1970.

No entanto, embora nessas disciplinas o sujeito seja socialmente determinado, permanece a idéia do indivíduo totalmente consciente, centrado em si mesmo e dotado de livre arbítrio. Da mesma forma, a idéia de contexto também permanece nos limites do co-texto ou do contexto mais imediato, ainda que leve em conta questões culturais. O dizer, de acordo com a noção de discurso como *enunciado longo*, será condicionado, explicado ou interpretado pelo ouvinte/leitor através do conhecimento do código e das intenções do falante, quando muito da situação mais imediata da interação. Outra limitação importante da noção de discurso como texto ou *enunciado longo* é a idéia de transparência da linguagem, que discutiremos adiante.

Na tentativa de compreender como a noção de discurso tem sido tratada pelas várias áreas dos estudos lingüísticos, Deborah Schiffrin apresenta, em seu livro intitulado *Approaches to Discourse*, de 1994, uma análise de seis grandes abordagens do discurso (com diferentes definições) distribuídas a partir de dois paradigmas diferentes: um formalista (que Hymes chama de estruturalista), e outro funcionalista (que algumas vezes também é chamado de interativo). Estes dois paradigmas partem de diferentes concepções sobre qual é o objetivo da teoria lingüística, dos métodos de análise, da natureza dos dados e das evidências empíricas. São essas diferenças que influenciam as definições de discurso: “a definition derived from the formalist paradigm views discourse as ‘sentences’ [...], a definition derived from the functionalist paradigm views discourse as ‘language in use’ (SCHIFFRIN, 1994, p. 20).

Buscando fugir do risco das simplificações, Schiffrin apresenta o paradigma funcionalista pautado por dois pressupostos: a) a linguagem possui funções que são externas ao sistema lingüístico tomado em si mesmo; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema lingüístico. O paradigma formalista, por outro lado, teria como pressuposto o princípio de que embora a linguagem tenha funções distintas (sociais e cognitivas), estas funções não condicionam a organização interna da linguagem.

As seis abordagens analisadas pela autora dentro desses dois paradigmas são: 1. Teoria dos Atos de Fala — que busca estudar os atos comunicativos realizados (‘performed’) através da fala; 2. Sociolingüística Interacional — que estuda o sentido social e lingüístico criados durante a interação; 3. Etnografia da Comunicação — que estuda a linguagem e a comunicação como comportamento social; 4. Pragmática — na perspectiva de Grice, que estuda o sentido dos enunciados individuais em contextos hipotéticos; 5. Análise da Conversação — que é o estudo de como as estruturas sequenciais na conversação promovem a base através da qual a ordem social é construída; 6. Teoria da Variação — que estuda as categorias estruturais no texto e como a forma e o sentido em proposições ajudam a definir o texto.

Para tentar analisar essas seis abordagens, partindo dos dois paradigmas definidos acima, Schiffrin estabelece três tipos de definição de linguagem e de sua

unidade de estudo. A primeira definição estudada faz parte do paradigma formalista/estruturalista, e a unidade de linguagem é *a sentença*. O problema encontrado por essa perspectiva foi definir as unidades de análise, pois as pessoas não falam apenas através de sentenças. Assim, as unidades podem vir em quadros intencionais, semânticos e não necessariamente sintáticos, e fica difícil definir quais podem ser unidades de análise e quais as que ficariam de fora.

A segunda definição analisada por Schiffrin faz parte do paradigma funcionalista e vê uma interdependência entre linguagem e vida social, colocando o foco da análise na *linguagem em uso*. Boa parte das pesquisas feitas nessa área têm sua inspiração na distinção feita por Jakobson das funções da linguagem na comunicação humana. Como essa perspectiva pressupõe um tipo de relação entre linguagem e contexto, é preciso distinguir o que faz parte da análise do discurso e o que faz parte de outros tipos de análise das relações entre linguagem e contexto. Nesse sentido, para Schiffrin (1994, p.39) “What we need to capture in a definition of discourse is the idea that discourse analysis imposes its own set of phenomena, its own problems and puzzles — and can discover its own regularities — in addition to those that it ‘inherits’ from lower —level parts of discourse and those based in the way language is a social practice ‘determined by social structures’ (Fairclough, 1989:17)”.

A terceira definição de linguagem apresentada por Schiffrin é uma tentativa de juntar os dois paradigmas de forma produtiva, pois encara a linguagem como *enunciado*, ou seja, um conjunto de unidades inerentemente contextualizadas de linguagem em uso. Os objetivos dessa perspectiva de análise do discurso será delineada no decorrer da obra e propõe dois tipos de focos de estudo: primeiro os sintáticos, ou seja, seqüenciais, em que um enunciado (ou tipo de enunciado) segue outro; e em segundo, os semânticos ou pragmáticos, em que se busca saber como a organização do discurso, o sentido e o uso particular de certas expressões e construções dentro de certos contextos, permitem às pessoas interpretar os conteúdos comunicativos do que é dito; e também como um *enunciado* (e a relação seqüencial entre eles) influencia o conteúdo comunicativo de outro.

Buscando trilhar os caminhos percorridos pelas seis abordagens, Schiffrin analisa suas diferentes relações com cada um desses elementos: forma, função, texto,

contexto, comunicação e interação social. Ela parte da observação de que em todas elas há um certo grau de relação entre a forma e a função. Algumas partem da estrutura e chegam às funções que cumprem na linguagem, como a Análise da Conversação e a Teoria da Variação (ou Análise Variacional) . Outras fazem o caminho inverso, incorporando pouco a pouco a estrutura em suas análises, como a Teoria dos Atos de Fala, a Etnografia da Comunicação, a Sociolinguística Interacional e a Pragmática. Segundo Deborah Schiffrin, o problema das abordagens que partem do paradigma estrutural é de identificação, isto é, a dificuldade para encontrar o critério certo para definir a identidade das unidades e saber se são aquelas e somente aquelas unidades que participam da interação. Por outro lado, as que partem da funcionalidade têm dificuldade para definir o que exatamente um enunciado faz pelos interlocutores, pois há muitos contextos diferentes em que uma simples forma pode estar envolvida. O resultado é que tanto a identificação das unidades baseadas na funcionalidade, quanto as estruturas que elas formam podem acabar sendo incertas e instáveis. Para Schiffrin (1994, p. 360), o que se deve levar em consideração é que o discurso está continuamente impondo seus próprios contextos e suas próprias fontes de indeterminação às unidades (por isso, não há garantias). No discurso, o que é dito é sempre uma resposta para o que foi dito antes e uma antecipação do que vem a seguir.

Com relação aos papéis do texto e do contexto na definição das unidades e do sentido do discurso, devemos considerar, segundo a autora, que a linguística geralmente assume que as mensagens são criadas através de uma interação entre dois tipos diferentes de informação. O primeiro tipo pode ser chamado de informação semântica, resultante da decodificação do código linguístico, podendo ser considerada também como uma informação textual no sentido formal. O segundo tipo de informação é chamada de informação contextual e leva em conta tudo o que pode estar no entorno daquilo sobre o que se diz alguma coisa (uma imagem, um som, uma palavra, um enunciado, uma sequência de enunciados). Por isso o contexto é mais difícil de definir que o texto, pois a fonte da informação contextual é mais variada. Consequentemente, fica mais difícil definir o que é o conteúdo do enunciado e quais são as partes do contexto mais importantes para defini-lo. Nas seis abordagens, tanto o texto como o contexto são entendidos como interdependentes, embora o papel

desempenhado por eles seja diferente. No entanto, é importante notar, juntamente com Schiffrin, que os dois são tomados como dados importantes que contribuem para a compreensão do sentido do enunciado e da coerência do discurso. Se o texto, no geral, é entendido como o conteúdo do enunciado, aquilo que faz parte do enunciado, o contexto é tudo aquilo que permite a sua criação.

Nas abordagens do paradigma estrutural, como a Análise da Conversação e a Teoria da Variação, o foco está no sentido proposicional, já que o texto é entendido como um conjunto organizado de unidades (sentenças). Enquanto a primeira analisa o todo, a segunda analisa as relações entre as sentenças. Nas abordagens do paradigma funcional, como a Pragmática e a Etnografia de Comunicação, texto e contexto são entendidos como elementos distintos: o texto é composto pelo material verbal e o contexto pelo ambiente não-lingüístico do enunciado (conhecimento cognitivo, social e/ou cultural). O contexto, como vimos, é mais difícil de ser definido, por isso cada abordagem tem uma definição mais ou menos distinta das outras. Segundo Deborah Schiffrin, para a Teoria dos Atos de Fala o contexto corresponde ao conhecimento situacional que comporta o enunciado, assim como na Sociolingüística Interacional e na Etnografia da Comunicação, que se preocupam inclusive em definir os tipos de conhecimento envolvidos no contexto. Na Teoria da Variação o contexto corresponde à situação em si, e não ao conhecimento, e o texto funciona como parte dele. Na Análise da Conversação o texto corresponde ao sentido revelado pela situação, criando dessa forma o conhecimento, ou seja, o contexto.

Se nas Teorias dos Atos de Fala e na Pragmática o dispositivo teórico tende a ser aplicado ao enunciado, nas outras abordagens o dispositivo teórico está inicialmente interessado no enunciado. Naquelas existe uma teoria *a priori* a ser aplicada às unidades encontradas por ela, e nas outras a definição do objeto teórico se dá juntamente com a definição das unidades de análise.

Uma outra questão importante analisada pela autora é a relação dessas seis abordagens com as várias teorias da comunicação. Todas elas partem do princípio de que o discurso é usado para a comunicação. A Teoria dos Atos de Fala estuda os atos comunicativos como unidades básicas da comunicação lingüística humana. Para a Sociolingüística Interacional, o que importa é o estudo do conhecimento lingüístico

(gramatical, cultural, das convenções interativas) que permitem a comunicação. A Etnografia da Comunicação está preocupada em definir de que maneira a comunicação está culturalmente organizada. A Pragmática de Grice busca um princípio para a comunicação em geral, e não somente da linguagem em uso. Por último, a Análise da Conversação e a Teoria da Variação buscam compreender como as pessoas interpretam a linguagem durante as interações com outras pessoas.

Buscando agrupar estas seis propostas de investigação, Schifffrin definiu três modelos de teoria da comunicação, baseados em três diferentes fontes de sentido: “the approaches to discourse discussed in this book are more or less aligned with one of these models: variationist approaches assume a *code model*; pragmatic and speech act approaches assume an *inferencial model*; interactional, ethnographic and conversational analytic approaches assume an *interactional model*” (SCHIFFFRIN, 1994, p. 391).

Segundo a autora, o modelo de comunicação baseado no código lingüístico é o modelo mais difundido na cultura ocidental. De acordo com esse modelo, a linguagem é um código fixado e é ele que garante o dizer. O foco deste modelo está sobre o meio de comunicação que funciona através das relações sintagmáticas e paradigmáticas usadas para produzir os enunciados. Aqui os pensamentos são codificados para que o falante e o ouvinte possam se comunicar. O entendimento é possível porque o ouvinte também domina o mesmo código, por isso é importante que ele seja fixado. O modelo inferencial coloca o foco de sua atenção sobre as intenções do iniciador da comunicação e sobre os princípios gerais de comunicação, definidos pelas relações entre a informação textual e a informação contextual (entendida como situação). Este modelo está baseado no conhecimento do código associado ao conhecimento destes princípios. Tanto no *modelo do código* como no *modelo inferencial* o objetivo da comunicação é atingir a intersubjetividade através do reconhecimento das intenções do locutor pelo receptor (como num espelho), baseado no conhecimento prévio (do código e dos princípios gerais da comunicação), jogando cada um deles com um peso sobre cada elemento na definição do sentido. No *modelo interacional*, segundo Schifffrin, a comunicação é concebida como comportamento, intencional ou não. O indivíduo transmite a informação situada que é interpretada pelo receptor. O enunciado é sempre situado (e culturalmente relativo), como uma mensagem única, através de

suas relações com outros enunciados e dentro de um quadro de orientação de ações, crenças e situações.

Em seu propósito de encontrar uma terceira via entre os dois paradigmas apontados no início do seu livro, Schiffrin mostra que uma das consequências em se considerar a linguagem como interação social é o fato de que o foco da análise recai tanto sobre a práxis como sobre o processo interacional. A interação social, segundo a autora, é um processo através do qual uma pessoa produz um efeito sobre outra através da mediação entre o conhecimento lingüístico e o conhecimento sociocultural. Nesse sentido, fazer análise do discurso é estudar não os enunciados (incluindo a linguagem em uso), mas a relação da linguagem com suas funções na interação social. Schiffrin define seis princípios para a análise do discurso nos termos da interação social:

1. A análise do discurso é empírica (os dados são tomados do uso que as pessoas fazem da linguagem em comunidade e não do que os lingüistas pensam sobre como elas usam a linguagem; as análises têm que explicar os dados em termos seqüenciais e distribucionais);

2. O discurso não é somente uma seqüência de unidades lingüísticas;

3. As formas lingüísticas e o sentido das palavras trabalham juntos com o sentido social e cultural, e em quadros interpretativos para criar o discurso;

4. As estruturas, os sentidos e as ações de todos os falantes do discurso são realizados de maneira interativa.

5. O que é dito significa e é seqüencialmente situado, ou seja, os enunciados são produzidos e interpretados no contexto de outros enunciados;

6. O que é dito significa e portanto é influenciado por relações entre:

a) as intenções do falante;

b) as estratégias convencionalizadas para fazer as intenções reconhecíveis;

c) os sentidos e funções das formas lingüísticas com seus contextos emergentes;

d) o contexto seqüencial dos outros enunciados;

e) as propriedades do modelo de discurso, isto é, narrativo, descritivo, expositivo;

f) o contexto social;

g) um quadro cultural de crenças e ações.

Com esses princípios, Schiffrin tenta delimitar a análise do discurso em relação a outros tipos de análise que envolvem linguagem e contexto e, ao mesmo tempo, criar uma alternativa que não seja tão radicalmente formalista nem tão radicalmente funcionalista. Ela acredita que é preciso combinar o estudo das estruturas com o estudo das funções, entender as relações entre o texto e o contexto, e fazer uma clara distinção de como o discurso se relaciona com a comunicação.

Definindo o discurso como um fenômeno de interação social, ela afirma que “to understand the language of the discourse, then, we need to understand the world in which it resides; and to understand the world in which languages resides, we need to go outside of linguistics” (SCHIFFRIN, p. 419). Para ela, a lingüística poderia perceber os benefícios e só teria a ganhar com o ‘retorno’ dessa ‘jornada’.

A análise feita por Deborah Schiffrin, embora traga contribuições importantes para o debate sobre o discurso na lingüística, não chega a ser (e provavelmente não tenha esse objetivo) uma crítica à filosofia da lingüística subjacente às abordagens analisadas. Ainda que reconheça a necessidade de sairmos para fora dos domínios da lingüística para podermos compreender o mundo em que a linguagem reside, a autora permanece no debate interno das limitações e contribuições teóricas e metodológicas das abordagens, tentando construir, a partir de paradigmas diferentes, um mesmo objeto teórico. É como se ela entendesse que os objetos teóricos de cada paradigma pudessem ser colocados numa relação de justaposição, em que cada um complementa o que falta no outro. Sua proposta de elaborar uma forma de análise alternativa esbarra no equívoco de acreditar que ampliando o foco de análise resolvemos o problema do objeto, encontramos critérios verdadeiros para identificá-lo e assim chegamos à verdade sobre ele. O sentido, na visão de Schiffrin, seria dado pelo reconhecimento das intenções do sujeito falante na interação, a partir da decodificação das formas lingüísticas e das estratégias de comunicação em complexos quadros de crenças e valores culturais. Com essa ampliação, Schiffrin acredita estabelecer as relações entre o verbal e o não-verbal na interação entre os sujeitos falantes, atingindo o nível discursivo das análises.

No entanto, para ir além do lingüístico não é suficiente acrescentarmos à análise o que está fora dele, é preciso romper com as nossas crenças em uma teoria da comunicação como transmissão de informações e com a idéia de que a linguagem é transparente. É preciso romper com o que há de racionalismo nessas crenças que limitam nossa compreensão do papel do sujeito falante — como sujeito centrado, dotado de livre arbítrio —, e das determinações sócio-históricas que condicionam o dizer. Muitos lingüistas acreditam romper com essas crenças ao reconhecer que o lingüístico não basta a si mesmo, mas permanecem com uma concepção limitada de sujeito e de contexto, que os impede de sair do escopo de uma teoria da comunicação baseada na idéia de *entendimento*. A idéia de *entendimento*, como pressuposto da comunicação, nega a *indeterminação* da linguagem, tentando fixar e garantir o sentido nas intenções do falante e na situação social mais imediata.

Num artigo do mesmo ano de 1994, em que o livro de Deborah Schiffrin foi publicado, Alastair Pennycook analisa algumas das áreas mais importantes da Lingüística Aplicada que coincidem com algumas das abordagens estudadas pela autora em seu livro. O objetivo de Pennycook é tentar mostrar que diferentes usos do termo discurso refletem distintas abordagens e teorias acerca da linguagem em suas relações com a sociedade, a ideologia e o indivíduo, nem sempre compatíveis umas com as outras.

Ao comparar a Lingüística Aplicada (LA) e a Análise Crítica do Discurso (CDA), Pennycook mostra que há sérias limitações nestas duas abordagens, e levanta, como uma alternativa, as possíveis implicações e aplicações da noção foucaultiana de discurso, tanto para a Análise do Discurso (AD) num sentido mais estrito, como em intervenções pedagógicas no ensino de línguas.

O desejo de escrever esse artigo, no entanto, veio não só da convicção teórica, mas principalmente da incapacidade de *falar a mesma língua* com seus colegas da LA. Para eles, o discurso é uma instância da linguagem em uso e, para o autor, a linguagem é uma instância do discurso. Ao refletir sobre essas diferenças, o autor delimita ao menos duas formas distintas de conceber o discurso em sua relação com a linguagem em uso. Uma delas entende a linguagem como um sistema e, então, busca, na AD, a explicação para os vários fatores contextuais que afetam a linguagem em uso,

partindo de uma noção de que a linguagem é mais que um fenômeno no nível da sentença. A outra entende os significados como produtos das relações sociais e culturais e busca na AD perceber como estas relações podem ser realizadas na linguagem. Em outras palavras, busca-se, nessa segunda abordagem, entender como os sentidos são construídos não no nível *intrassentencial*, mas como e em que momentos são produzidos e construídos.

Concordando com outros autores, Pennycook considera que, paradoxalmente, como pode parecer à lingüística estrutural, *o discurso não é alguma coisa que a linguagem faz*. Assim como já havíamos assinalado com Pêcheux, o discurso não é uma mera função da linguagem, mas a condição pela qual ela existe como uma estrutura ou um sistema. E, para Pennycook, a questão colocada é saber se estas visões de discurso são conciliáveis, compatíveis ou mesmo comparáveis umas com as outras.

Para tentar responder a essa questão, ele parte de uma reflexão sobre o desenvolvimento da noção de discurso nas principais correntes da LA (Lingüística Textual, Análise da Conversação e Etnografia da Fala/Comunicação). Em seguida, discute a visão de linguagem, discurso e ideologia no trabalho de vários pesquisadores do campo da Análise Crítica do Discurso (ACD). Depois de refletir sobre as opções da LA e da ACD ele tenta promover uma discussão em torno da noção foucaultiana do discurso. E, por último, ele apresenta de forma ilustrativa algumas implicações de se ocupar uma ou outra posição, e suas aplicações para o trabalho com o ensino de línguas e a lingüística aplicada.

Ao analisar os trabalhos e pressupostos teóricos dos autores da principal corrente de pesquisa em lingüística aplicada à análise do discurso, o autor nos chama a atenção para o fato de que a concepção de discurso como um fenômeno *suprassentencial* pode explicar tanto a rápida extensão e aceitação desta visão na LA, quanto as suas limitações. Uma das possíveis motivações para o interesse da LA pela análise do discurso pode ser explicada por uma necessidade de se entender melhor e aplicar as teorias lingüísticas da *linguagem em uso* no ensino de línguas. Por isso, os trabalhos de Coulthard e Widdowson, por exemplo, foram tão bem aceitos nessa área. A ampliação epistemológica da LA com os trabalhos destes autores se deu no sentido de compreender a importância da *comunicação real* na sala de aula, da aquisição da

linguagem como um *processo social*, e da noção de *competência comunicativa* como aspecto fundamental para o ensino de línguas.

Uma observação importante a se fazer, baseada nas reflexões de Pennycook, é a de que as teorias pragmáticas (num sentido amplo), implicadas na apropriação da análise do discurso pela LA, trouxeram contribuições importantes para o debate sobre o sentido por nos afastar da perspectiva sistêmica e acabaram constituindo-se como um pressuposto. Isto quer dizer que, mesmo que não se perceba, a seqüencialidade, nas disciplinas da lingüística aplicada, é o resultado de orientações externas, localizadas em torno do falante, de suas intenções e da situação imediata. São essas orientações extra-lingüísticas que dão ao dizer a aparência de algo conectado e seqüenciado. No entanto, embora a perspectiva pragmatista nos afaste da gramática e da determinação do código, ela não deixa de ter seus problemas, pois ao colocar o sentido do discurso nas intenções do falante e na situação imediata, trabalha com a idéia de sujeito dotado de livre-arbítrio, centrado em si mesmo e abstrato sócio-historicamente.

Segundo Claudia Lemos (1997, p. 29), “essas áreas [sociolingüística, pragmática, etc..] consideradas como parte da Lingüística, não podem excluir o falante ou os falantes, nem desconsiderar o que, sendo próprio da língua, tanto os faz falantes como os exclui”. Seria preciso enfrentar o problema de incluir o falante, mas de forma a considerá-lo, do ponto de vista investigativo, como um dado relevante e explicativo, sem perder de vista o *próprio da língua*. Nesse caso, seria importante pensar “que concepção de sujeito seria compatível com a ordem própria da língua” (LEMONS, 1997, p. 31) e, da mesma forma, que concepção de linguagem é compatível com uma noção de sujeito multifacetado, isto é, determinado tanto pelas relações consciente/inconsciente, quanto por suas orientações sócio-históricas. Portanto, embora o aspecto social seja relevante para algumas análises que concebem o discurso como enunciado longo (como texto ou ato de fala), ele permanece atado ao escopo do contexto, no sentido estreito em que é concebido nessas áreas de pesquisa. Da mesma forma, o sujeito concebido no interior dessas disciplinas, consciente e centrado em si mesmo, não permite uma análise das condições históricas e subjetivas em que o evento do discurso se constitui. Essas análises, portanto, por sua natureza teórica, não conseguem superar os limites da análise formal e abstrata das práticas de linguagem.

Por isso, segundo Pennycook, quando a LA tenta ir além do paradigma lingüístico dominante, em que as práticas de linguagem são apenas a *atualização do código*, em busca de uma ‘análise suprasentencial da linguagem em uso’, ela passa a focar predominantemente as relações entre as estruturas e seus contextos *descontextualizados*. Conseqüentemente, para o autor, a análise do *enunciado longo* abriu um bom número de dimensões importantes para os estudos lingüísticos. Porém, seu centramento sobre a relação entre as formas lingüísticas e seu sentido limitado de contexto (ambiente imediato, intenções dos falantes, práticas conversacionais ou conhecimento de mundo), fazem com que ela permaneça confinada a um limitado entendimento das várias forças sociais, culturais e ideológicas que influenciam nossas vidas.

Por outro lado, segundo o autor, as várias abordagens da Análise Crítica do Discurso (ACD), embora sejam distintas pelos caminhos que percorrem, compartilham o compromisso de ir para além da descrição lingüística. Elas buscam explicar de que maneiras as desigualdades sociais são refletidas e criadas na linguagem. Assim, as abordagens da ACD também compartilham o compromisso de seus pesquisadores com a mudança das condições de desigualdade que descobrem em suas investigações.

Depois de analisar os trabalhos de alguns autores, Pennycook nos mostra que a concepção de discurso como *prática social* não deveria coincidir com a idéia de efeito ou reflexo da organização social, mas como parte desse processo. Para Kress, por exemplo, o discurso define, descreve e delimita o que pode e o que não pode ser dito. Contrariamente à visão formalista/estruturalista, em que as práticas lingüísticas são reduzidas a atos individuais, os analistas críticos superestimam o papel da linguagem na formação, manutenção e mudança das condições sociais. Com isso, eles vinculam o sentido dos atos de linguagem, de forma determinista, diretamente às condições sociais e ideológicas da sociedade.

De acordo com Pennycook, a maioria das análises críticas do discurso tende a operar com uma visão *problematicamente estática* tanto de linguagem quanto de sociedade, contrária à idéia de *prática social*. Esses trabalhos têm o propósito apenas de revelar a dinâmica das estruturas sociais: as relações sociais determinam poder, poder determina ideologia, ideologia determina a ordem do discurso, e a ordem do

discurso determina o discurso. Conseqüentemente, as duas abordagens (LA e ACD) são limitadas e reducionistas: uma reduz o discurso ao seu aspecto formal e suas relações com o contexto mais imediato (*apolíticos e descontextualizados*); a outra reduz o discurso mecanicamente ao reflexo das relações sociais e ideológicas.

Pennycook defende a idéia de que a superação das perspectivas reducionistas e/ou totalizadoras percebidas nessas abordagens estaria na contribuição dada por Foucault à noção de discurso, ao mostrar que os vários conhecimentos e disciplinas normatizam as instituições e práticas sociais, rompendo com a idéia monolítica de poder e domínio social que tem caracterizado as teorias marxista, funcionalista e estruturalista. Para Foucault, enfatiza Pennycook, poder e conhecimento estão sempre unidos e, portanto, os discursos são *organizações de conhecimento* e estão sempre alçados ao poder, embebidos nas instituições sociais. Discurso, desta forma, não se refere à linguagem ou uso de linguagem, mas a um caminho de organização do sentido. Portanto, enquanto a LA e a ACD, de maneira geral, tendem a localizar o significado nas relações entre forma lingüística (discurso/texto) e função/contexto/estrutura social/ideologia, a noção foucaultiana localiza o sentido na *ordem do discurso*, que analisaremos no capítulo três.

A preocupação inicial de Pennycook estava na expansão global do inglês e suas implicações com os discursos particulares, colocando em jogo as formas de conhecimento e cultura que essa expansão poderia criar. No entanto, a ‘incomensurabilidade’ das noções de discurso — já que tratam de objetos teóricos distintos — fez com que, nesse desvio de percurso, ele nos mostrasse, além das possíveis contribuições para o campo pedagógico, as razões para não considerar essas duas visões de discurso como compatíveis, nem mesmo como um continuum epistemológico.

Além dos problemas derivados de uma noção limitada de sujeito e contexto, uma outra questão importante a ser discutida em relação ao tratamento dado ao discurso pelos estudos lingüísticos tem sido o problema da concepção de comunicação e do pressuposto do *entendimento*. Schiffrin discute três modelos de teoria da comunicação baseados no código, na idéia de inferência, e na noção de interação. No entanto, como já dissemos, a crítica feita pela autora, assim como a sua proposta de um

tipo de análise como interação social também oferecem problemas. Embora considere um certo grau de indeterminação na linguagem, a autora permanece no quadro das disciplinas da lingüística em que se pressupõe ser possível encontrar maneiras de resolver o problema do *entendimento*, de fixar o sentido e garantir a comunicação como transmissão de informação.

2.3. O sentido e o discurso nos debates sobre a teoria da comunicação e a concepção logocêntrica de linguagem

Como vimos no capítulo anterior, o tema da comunicação tem sido explorado desde o século XVIII em diferentes perspectivas teóricas. Os temas da dificuldade de assimilação (nos processos educativos), da explicação (nas mais diversas situações), da especificação e do entendimento foram (e ainda têm sido) discutidos e explorados por diferentes autores como Locke, Labov, Herskovitz, Grice, Derrida e Foucault, entre outros. Em *Speakers, listeners and communication: explorations in discourse analysis*, de 1995, Brown retoma esses temas buscando evidenciar a inconsistência dos componentes da comunicação.

Resumidamente, de acordo com Brown, podemos dizer que a discussão se dá a partir de duas formas distintas de se interpretar a questão do entendimento. Por um lado, acredita-se que a comunicação pode ser garantida com alguns cuidados, como evitar a *vagueza* e a *inconsistência* do que se diz. Portanto, por esta via de pensamento, há maneiras de se decidir se uma interpretação é correta ou não. Este tem sido o caminho mais comum dentro da lingüística. Por outro lado, acredita-se que a inconsistência faz parte da comunicação e pode variar conforme as situações vividas pelos participantes da comunicação. A interpretação, nesse caso, deve ser julgada em termos de adequação e não de correção, por isso ela não será correta ou incorreta, mas adequada ou inadequada.

Partindo dessas duas possibilidades de se interpretar a questão do *entendimento*, Brown discute a natureza da comunicação tentando mostrar que a polissemia é apenas uma das causas da variação de significados. A idéia principal que se pode depreender daqui é de que o vocabulário, o sentido das palavras, está sempre sendo recriado,

assim como as avaliações e as possíveis interpretações dos sentidos estão sempre mudando.

Outra questão importante retomada por Brown refere-se ao fato de que as palavras não correspondem às coisas tais como ‘existem no mundo’. Portanto, nós não nos relacionamos com as *coisas*, mas com as formas de representação que nós criamos para elas. Essa idéia nos remete ao pensamento de Nietzsche, para quem não existe *o mundo em si*, pois ele é criado pelas interpretações que fazemos dele, numa relação mediada pelas nossas práticas simbólicas.

Para Nietzsche (1989b), nós não atingimos as coisas do mundo nem mesmo através da linguagem, pela relação de referência com o real, como propunha Frege, filósofo alemão do final do século XIX. Nietzsche defende o pressuposto de que nós sempre estamos numa relação metafórica com o mundo, e o conhecimento que o homem elaborou sobre si mesmo é um conhecimento mediado por operações metafóricas. Mesmo quando o que se busca é apenas nomear, a operação realizada é também uma operação metafórica, pois nós criamos um signo e é através dele que nos referimos às coisas do mundo. A racionalidade humana não teria, segundo Nietzsche (1989b), outro poder senão o de dar aos homens a ilusão de que atingem o mundo através do conhecimento e da linguagem.

Partindo, portanto, do pressuposto de que a linguagem não é uma nomenclatura da realidade, Brown rejeita a idéia de comunicação como simples transmissão de idéias entre os falantes, ou a simples codificação e decodificação de mensagens. Assim, ele enfrenta a questão de que *as línguas humanas são necessariamente vagas*, ou seja, de que as línguas permitem o entendimento mas também o não-entendimento entre os falantes.

Uma das causas para essa vagueza da língua é sua *subdeterminação semântica* que permite não apenas que uma mesma expressão possa ser compreendida da mesma maneira por diferentes interlocutores, mas também que uma mesma palavra ou expressão lingüística possa ser compreendida de maneiras diversas conforme a situação e os falantes envolvidos na interação. Isto quer dizer que uma mesma expressão pode ter sentidos diferentes em contextos diferentes, e que, por outro lado, diferentes pessoas podem chegar a diferentes interpretações para a mesma expressão

no mesmo contexto. Para exemplificar estas situações, Brown usa vários exemplos, dos quais analisaremos apenas alguns.

Para começarmos e pensar sobre a questão do entendimento e de como uma mesma expressão pode ser compreendida da mesma maneira por diferentes interlocutores, podemos pensar numa situação bem cotidiana em que a mãe pergunta dirigindo-se aos filhos “De quem é esse sapato no meio da sala?”. Pela nossa experiência, podemos imaginar que um dos seus filhos, sem dizer nada, apareça na sala, pegue o tênis e vá guardá-lo em um lugar mais adequado. Embora a mãe esteja fazendo, do ponto de vista lingüístico, apenas uma pergunta, ela está, na verdade, dando uma ordem, que é devidamente compreendida. Obviamente, uma resposta a essa pergunta, nesse caso, não deve estar sendo esperada. Se for dada, provavelmente não será interpretada como uma afirmativa apenas — “É meu!” —, mas como uma provocação. Ela pode vir, certamente, do irmão que quer se livrar da incumbência de guardar o calçado: “É de fulano!”. A possibilidade de entendimento, nesse exemplo, não está no sentido lingüístico da expressão, no seu aspecto de código, mas na subdeterminação semântica, que permite o deslizamento da relação entre o material verbal e o seu significado.

Num outro exemplo de como funciona a subdeterminação semântica, considere o seguinte: “a) When Daddy came home, the boys stopped their cowboy game. They put away their guns and ran out back to the car. b) When the police drove up, the boys called off their robbery attempt. They put away their guns and ran out back to the car.” (BROWN, 1995, p. 12). Como entendemos a segunda sentença de cada seqüência? Ao analisá-las percebemos que, ainda que a segunda sentença seja a mesma do ponto de vista lingüístico, ela não pode significar a mesma coisa nas duas situações. Em (a) somos levados a crer, por nossas experiências, que ‘the boys’ refere-se a ‘crianças’, ‘meninos’, e em (b) a ‘jovens’; ‘guns’ refere-se a armas de brinquedo em (a) e em (b) a armas de verdade. Quando eles voltam para o carro, em (a) entende-se que se trata do carro do pai dos meninos e é ele que vai dirigir; em (b), entende-se que o carro está sendo usado num assalto e que um dos jovens irá dirigi-lo. Em (a) trata-se do carro do pai, já mencionado na primeira sentença, estabelecendo uma relação anafórica entre elas; em (b), no entanto, trata-se do carro dos assaltantes, não mencionado

anteriormente, sem relação anafórica entre a primeira e a segunda sentenças. O contexto imediato, revelado pelas relações de co-texto, ou seja, pela relação entre as sentenças, nos coloca diante de duas interpretações distintas, de significados distintos para o mesmo material lingüístico. E isso só é possível porque estas pistas deixadas pelas relações entre as sentenças são revestidas pelos sentidos dados pela nossa experiência e conhecimento de mundo. Seria um pouco distinto se nos fosse apresentada apenas a segunda sentença, sem nenhuma informação contextual. As lacunas teriam que ser preenchidas apenas com o que nós podemos inferir a partir desses conhecimentos prévios.

Considerando um outro exemplo, podemos imaginar que se alguém diz que “João é um homem valente” em circunstâncias em que João demonstra ser tímido e medroso, o que se quis significar é exatamente o contrário, ou seja, que “João não é um homem valente”. No entanto, dependendo das circunstâncias em que se encontra o interlocutor, ele pode entender o que se quis dizer, pode entender parcialmente (se ele sabe que João consegue ser um homem valente em algumas circunstâncias), ou interpretar de maneira diferente (se ele possui outra avaliação sobre João), provocando, do ponto de vista do locutor, um não-entendimento.

A variação de interpretações fica ainda mais evidente se considerarmos as interações que ocorrem com certo distanciamento espaço/temporal como é o caso da literatura. De acordo com Brown (1995, p. 17),

It is not, of course, only linguistics and their traditional allies philosophy of language and social anthropology who have become sensitive to the possibility that a listener's understanding of a may not yield a thought that is identical to that intended by the speaker. A major movement in literary theory, drawing on the work of figures like Foucault, Barthes and, more recently, Derrida, has insisted on the many possible readings of a literary text.

Um exemplo usado por Brown para discutir essa questão é de uma ponderação feita por David Lodge: “If Jane Austen's *Emma*, for instance, is a communication, what is its message? Hundreds of articles and chapters of books have published, purporting to explain what the novel ‘means’, what it is ‘about’... They all differ to a greater or lesser extent from each other in their conclusions and emphases” (LODGE, 1990, p. 103 apud BROWN, 1995, p. 18)

Acreditamos que, embora sejam apenas alguns exemplos, eles nos ajudam a compreender como funciona a subdeterminação semântica da linguagem nas interações. De acordo com Brown, nas situações de interação familiar, ou em grupos que usam certos tipos de enunciados recorrentemente no seu dia-a-dia, em contextos mais imediatos e fechados, é possível percebermos que o risco de erro de entendimento é menor. Isso já não acontece nas interações mais esporádicas ou que envolvem textos longos, relacionados a contextos culturais maiores e mais abertos, em que o risco de entendimento parcial ou inadequado cresce bastante. Por isso, para o autor, avaliar o resultado da interação depende das condições reais de interpretação, ou seja, é possível, sem cairmos no relativismo absoluto — ‘se nenhuma resposta é incorreta, todas estão corretas’ —, dizer que há interpretações adequadas ou inadequadas de acordo com as condições de interação.

Portanto, uma das questões a serem enfrentadas é a de saber se as diferenças de interpretação são uma ameaça à comunicação ou se são a sua condição de existência. É possível definir se uma interpretação é correta, possível ou necessária? Ou devemos admitir a idéia de adequação? Se não há garantias para o entendimento, como minimizar os riscos de desentendimento? Levando em conta todas essas questões, Brown defende a idéia de que a inconsistência faz parte do risco de entendimento da comunicação e conclui que, embora haja o risco do não-entendimento, boa parte das situações de comunicação é bem sucedida, pois há várias interpretações para o mesmo enunciado que podem ser ‘justificadas’. Para Brown, a possibilidade de dizer se uma interpretação é adequada ou não, está na variedade de situações e de graus de inconsistência da interação, pois o autor acredita que é possível minimizá-la.

No entanto, como vimos até agora, a maioria das disciplinas no campo dos estudos lingüísticos não consegue tratar adequadamente o problema da indeterminação da linguagem juntamente com a necessidade pragmática de entendimento, pois não se trata somente de considerar que a indeterminação existe na comunicação, mas que ela é, ao mesmo tempo, sua condição e sua impossibilidade de existência.

Segundo Chang (1996), esta dificuldade de tratar a vagueza e a indeterminação da linguagem vem da tradição logocêntrica de interpretação dos fenômenos

lingüísticos baseada na distinção entre fala e escrita. De acordo com a tradição logocêntrica,

enquanto a fala é habitualmente associada à razão e à racionalidade (a noção grega de *logos*) e a voz é percebida como mais próxima da ‘verdade’ interior da consciência individual, a escritura é considerada uma extensão secundária ou suplemento da voz, uma tecnologia auxiliar empregada pela razão humana mas não essencial a ela. A fala é o fiador da presença e da autenticidade, enquanto a escritura representa artifício e ausência, a alienação e o adiamento da presença (JOHNSON, 2001, p. 8).

Portanto, para a tradição logocêntrica, as noções de razão, espírito e autoconsciência são centrais, e o sujeito e a realidade são pré-dados: o sujeito é consciente e dotado de livre arbítrio, e a relação entre o ser e a existência é mediada pela linguagem.

Para Chang, reforçado pelo desejo de universalidade do positivismo, o logocentrismo fundamentou a base das teorias da comunicação hegemônicas até o século XX, transformando-se numa *crítica dogmática da comunicação*. Considerando o *entendimento* como uma norma, um paradigma ideal, a teoria da comunicação se esforça para silenciar os ‘ruídos’ que provocam o *não-entendimento* e prejudicam o *processo normal de transmissão de mensagens*.

Para Chang, o modelo de análise que melhor representa o desejo positivista de universalidade na teoria da comunicação é o modelo de Jakobson. Esse modelo envolve vários *componentes* — emissor, contexto, mensagem, contato, código e destinatário — pressupondo a divisibilidade daquilo que é contínuo e dinâmico, e a linearidade seqüencial dos acontecimentos, representada pela unidirecionalidade do ato comunicativo — do emissor/falante ao receptor/ouvinte.

Como representação, o modelo sempre implica uma organização do real, que projeta sobre si mesmo um aspecto *realista*, servindo, portanto, como substituto do real para determinados fins, como os de investigar os processos de comunicação. Assim, o modelo de Jakobson concebe os sujeitos da comunicação como entidades pré-dadas, auto-determinadas, desconsiderando as implicações do complexo processo de determinação psicossocial na formação do sujeito. Esse seria o primeiro erro da perspectiva cartesiana assumida pela moderna teoria da comunicação. O segundo erro

seria desconsiderar as determinações sócio-culturais de construção de uma subjetividade em processo. A idéia do falante competente não inclui uma idéia de falante sexuado, socializado e politizado, noções que obviamente não se separam das condições sociais, políticas e históricas do momento de interação.

Dessa forma, o modelo de Jakobson concebe a comunicação como a simples circulação de informação — legível e univocal — garantida pelo código. Ao falante cabem as respectivas posições de codificador e decodificador. A coerência formal do modelo perpetua a crença num único esquema possível de comunicação. Por isso, a inconsistência deve ser evitada, pois não há código que garanta o funcionamento do modelo em situações de ambivalência. Assim, a teoria cria a ilusão de que a catástrofe da impossibilidade da comunicação só pode ser evitada pelo recurso ao código, ou seja, pela formalização e status científico do modelo, baseada no pressuposto de que *o código garante o dizer*. Baudrillard chamou esse pressuposto em que se baseia o modelo de Jakobson — como o simulacro do processo da comunicação —, de *terrorismo do código*. Por conta desse *terrorismo*, o modelo funciona como uma matriz ideológica que cria uma falsa unidade para domesticar a desordem, para impor a ordem à desordem, unidade à diversidade.

Essa falácia positivista, no entanto, não se limita ao campo das teorias da comunicação. Segundo Foucault, em *A ordem do discurso*, a imagem de comunicação como uma livre troca de discursos representa um dos grandes mitos da cultura européia. Para romper com esta matriz ideológica, portanto, é preciso primeiramente desconstruí-la no sentido que Derrida deu ao termo⁸.

Seguindo os passos de Derrida, é preciso lembrar, antes de tentarmos localizar algumas de suas reflexões, que “a filosofia de Derrida não é uma filosofia *sistemática*, isto é, ele não contempla o leitor com um sistema filosófico acabado onde cada termo é definido e localizado, dos primeiros princípios à teoria final” (JOHNSON, 2001, p. 7). Portanto, como veremos, alguns termos usados pelo autor para ‘desconstruir’ o logocentrismo da moderna teoria da comunicação se sobrepõem uns

⁸ Derrida usou o termo desconstrução não como destruição, desautorização ou uma forma puramente antagônica de crítica filosófica. Ele usou o termo para desvelar os reflexos conceituais e argumentativos, as seqüências e associações de idéias que precedem e condicionam o pensamento de autores como Lévi-Strauss, Rousseau ou Saussure. (JOHNSON, 2001)

aos outros, tornando difícil, muitas vezes, dar o contorno de cada um, como no caso dos termos *écriture-différance-dissemination*.

Derrida coloca o problema da opacidade da linguagem frente à falácia idealista do entendimento como questão fundamental da tradição logocêntrica, identificando-a como uma *episteme* tão antiga quanto a filosofia grega dos tempos dos sofistas, e que passou a ser desconstruída desde o século XIX por autores (como Nietzsche, Freud, Heidegger) que, se não se distanciaram totalmente dela, ao menos a colocaram em cheque em áreas muito diversas. Segundo Christopher Johnson (2001, p. 8), “em *Gramatologia*, a crítica de Derrida a esta subordinação histórica da escritura, que ele denomina ‘logocentrismo’, assume a forma de leituras cerradas e corroboradas de pensadores que representam diferentes instâncias ou ‘momentos’ da tradição logocêntrica, sendo mais substanciais as que ele dedica a Saussure, Lévi-Strauss e Jean-Jacques Rousseau.”

Suas reflexões começam com a crítica que ele faz à dicotomia fala/escrita que está presente em toda a tradição de estudos da teoria da comunicação, que, como vimos, se baseia na idéia de que a fala precede a escrita por estar mais próxima da *verdade do sentido*. A escrita teria apenas o papel de signo que representa a fala. A audição, pela primazia da fala, tem sido considerada a forma autêntica de *entendimento*, como reconhecimento realizado através do código.

Ao contrário dos filósofos, seus interlocutores, Derrida acredita que a ausência⁹, característica da escrita, é a verdadeira condição da existência do sentido e da comunicabilidade, ou seja, da possibilidade de existir comunicação mesmo sem a presença dos interlocutores, do objeto e do contexto que a produziu. A *ausência*, portanto, será condição necessária para a constituição de qualquer sistema semiótico, pois a significação não é efeito de uma *presença*, mas da *ausência*, do deslocamento do signo no tempo (que produz adiamento) e no espaço (que produz diferença). E é a partir desse pressuposto que Derrida opõe a idéia de *ausência* à filosofia positivista como ‘filosofia da *presença*’, pois não se trata de trocar uma filosofia por outra, mas

⁹ Essa idéia de *ausência/presença* de um interlocutor, e toda a reflexão de Derrida sobre a *escritura*, devem ser tomadas obviamente num sentido metafórico. Não se deve entender que a escrita não possui interlocutor e que a oralidade só pode ocorrer quando exista um interlocutor fisicamente presente. Tanto a escrita quanto a fala têm sempre um interlocutor que pode estar presente fisicamente ou não, mas que sempre está no horizonte de quem produz qualquer ação verbal, condicionando essa produção.

de desvelar os mecanismos que nos fazem pensar de uma dada maneira de forma persistente e preponderante.

Como efeito da *ausência*, a possibilidade de se repetir, característica do signo lingüístico, ou seja, sua *iterabilidade*, faz com que a escrita se torne mais representativa do que a fala na explicação da possibilidade de funcionamento da comunicação. Portanto, a escrita deve ser entendida aqui como um princípio estrutural¹⁰ de repetibilidade e de reiterabilidade, “*not by speech’s phonic similarity or acoustic resemblance*” (CHANG, p.1996, p. 195/196).

O princípio estrutural da comunicabilidade, ou seja, a *écriture*, traz um problema para a concepção logocêntrica de linguagem que é a *indecidibilidade* do sentido. Para os filósofos, segundo Derrida, o problema crucial do texto escrito é a possibilidade de expressar sentido sem ser afetado pela finitude, pela contingência da existência histórica de seus autores. A sobrevivência do texto escrito através de sua *iterabilidade* revela o fato de que a interpretação nunca se encerra, permanecendo aberta, *indecidível*. A necessidade do sujeito pragmático de decidir sobre o sentido ‘verdadeiro’, sobre ‘aquilo que se quis dizer’, é colocada em cheque pela capacidade do signo lingüístico de se repetir, e poder *ser outro sendo o mesmo*. O sentido, dessa forma, será sempre refém do futuro, e o texto passa a ser *um jogo livre*, podendo ser interpretado para além da existência de seu autor. Assim, o sentido não pode estar nem no sujeito falante apenas, nem no contexto da enunciação, pois cada vez que o sentido se repete, mudam o sujeito e o contexto. Para explicar como funcionam essas forças propulsoras do processo ininterrupto de produção do sentido, Derrida faz aproximações com a noção de língua como sistema de diferenças de Saussure, que já discutimos anteriormente.

Se, para Saussure, “só pode haver arbitrário na medida em que o sistema de signos é constituído por diferenças, não por termos plenos”, “os elementos da significação funcionam, não pela força compacta dos núcleos, mas pela rede das oposições que os distinguem e os relacionam uns com os outros. ‘Arbitrário e

¹⁰ Esse *princípio estrutural* pode ser entendido como um princípio de organização, distribuição e classificação que estabelece relações e não unidades calculáveis, que devem ser analisadas de acordo com a própria imanência do princípio.

diferencial’, para Saussure, ‘são qualidades correlativas’” (DERRIDA, 1991, p. 42). É essa correlação que interessa a Derrida.

Tentando compreender as reflexões de Derrida sobre a comunicabilidade em si mesma, devemos aproximar algumas de suas principais noções teóricas como *écriture*, *différance* e *violência*. Para ele, a *écriture* é uma estrutura pertencente a todos os sistemas complexos de significação em todos os seus níveis. Porém, “não é, por analogia com a escritura no sentido comum do termo, um resíduo tangível ou visível, não é uma ‘escrita’ estática” (JOHNSON, 2001, p. 38). A escritura é uma inscrição, uma violência que gera diferenças. Também aqui não se trata de uma violência no sentido comum do termo, mas de uma violência como um processo de codificação preliminar, sem o qual o sistema de diferenças não poderia existir. É por isso que a fala, incorpórea e transparente, não pode servir como modelo para o processo de codificação, pois ela não deixa traços. A *écriture*, no entanto, não é uma inscrição estática, “é um processo, um movimento que institui diferença enquanto, ao mesmo tempo, a mantém em reserva, retardando sua apresentação ou operação” (JOHNSON, 2001, p. 38). A esse processo Derrida chamou de *différance*, como o movimento de diferenças.¹¹

O termo *différance*, criado por Derrida (1991, p. 43), “será, portanto, o movimento de jogo que ‘produz’, por meio do que não é simplesmente uma atividade, estas diferenças, estes efeitos de diferença”. No entanto, a *différance* não é uma origem-simples das diferenças, mas a origem estruturada e *diferante* das diferenças. Portanto, “retendo, senão o conteúdo, pelo menos o esquema da exigência formulada por Saussure, designaremos por *diferença* [*différance*] o movimento pelo qual a língua, ou qualquer código, qualquer sistema de reenvios em geral se constitui ‘historicamente’ como tecido de diferenças” (DERRIDA, 1991, p. 43).

Assim, a *iterabilidade* e a *indecidibilidade* do sentido da enunciação, como efeitos da *différance*, são as condições necessárias para a existência da linguagem, pois

¹¹ O termo *différance* é derivado do verbo *différer*, que significa retardar, adiar, protelar. A substantivação desse verbo deveria ser traduzida como adiamento em português, mas com isso perde-se a associação intencional com a palavra francesa *différence*, com a qual não se pode fazer distinção na oralidade. Essa homofonia intencional estabelece um vínculo entre escritura como processo da diferença (espacial) e escritura como adiamento (temporal). Em algumas traduções para o português, a solução para o neologismo criado por Derrida foi a criação do termo *diferença*.

as línguas humanas só podem funcionar na indeterminação do sentido já que a interpretação é sempre aberta, pois os sentidos são sempre móveis. Os signos lingüísticos, para funcionar sob tais condições, necessitam da existência da *força semiótica selvagem da écriture*, reprimida pela visão logocêntrica de linguagem. A *écriture*, como força renovadora inesgotável do signo sobrevive sob a *corrente semiótica da disseminação* dos sentidos, ou seja, ela sobrevive ainda que os signos deslizem e sejam constantemente indeterminados, o que faz com que o sentido seja sempre *indecidível*, embora possa ser objetivamente interpretado. A *écriture*, portanto, é anterior à fala e à escrita, pois é condição para a *indecidibilidade* do sentido e a *iterabilidade* do signo. É nesse sentido que a *écriture* é, ao mesmo tempo, a condição da possibilidade e da impossibilidade de comunicação.

Por isso, segundo Derrida, a comunicação pode ser compreendida a partir do *paradoxo do cartão postal*: a interação não é apenas um deslocamento da informação de um lugar para outro, ela é marcada pela mudança no tempo e no espaço, pois o que é relevante num dado momento, pode deixar de sê-lo em outro. Assim, o sentido da *mensagem do cartão postal*, que na concepção logocêntrica está na fala/escrita do emissor, permanece indeterminado, pois ele sofrerá avaliações diversas estando num único contexto ou em contextos diferentes. Ainda assim, ele significa e pode ser interpretado. A idéia de que o sentido é *refém do futuro* desconstrói nossas falsas crenças de que a interação é uma troca de informações objetivas e de que as línguas dizem o mundo mecanicamente na ilusão de que o código garante o dizer. A primazia do *entendimento* como norma, portanto, deve ser substituída pela necessidade de interpretação.

Desconstruir nossas falsas crenças através de uma reflexão sobre o *próprio da língua*, portanto, requer uma reformulação da nossa noção de signo lingüístico, não mais como uma unidade composta por uma relação fixa entre um significante e um significado, mas como uma composição de significantes e significados que deslizam, fazendo com que as fronteiras do signo, antes tão nítidas, fiquem ‘borradas’, permanecendo apenas o *jogo de significações*. E esse signo que desliza, que não permite fixar o significado, é que faz com que as línguas humanas, paradoxalmente, signifiquem.

Muitos estudiosos do campo da linguagem ignoram as tentativas de se enfrentar o problema do sentido no terreno discursivo. No entanto, eles não poderão se esquivar de todas as questões colocadas por aqueles que tentaram enfrentá-lo. Desde o advento da própria lingüística tivemos que nos defrontar com a não-transparência da linguagem e com as diferenças entre capturar na linguagem um *sentido em si* — o sentido que os filólogos procuravam nas inscrições dos monumentos — e buscar o sentido *estrutural*, ou seja, o sentido que se dá pelo *jogo das diferenças*, pelas relações, e não pelas unidades de análise. Assim, não podemos nos esquivar dos problemas da *subdeterminação semântica* e da *inconsistência* da linguagem, nem da limitação da noção de contexto como situação imediata. Da mesma forma, não podemos nos esquivar das limitações de se colocar o sentido da enunciação nas intenções do sujeito racional e consciente, desconsiderando a complexidade do processo de determinação psicossocial na formação do sujeito, assim como as determinações sócio-culturais de construção de uma subjetividade em processo.

A partir dessas reflexões acreditamos que é possível compreender a limitação da perspectiva logocêntrica, universalista e unificadora das teorias da comunicação que fundamentaram as pesquisas no campo da linguagem desde a Antigüidade, permanecendo hegemônicas até o século XX. Por isso, é preciso propor uma noção de discurso que seja compatível com outras formas de se conceber a linguagem e o conhecimento, capazes de entender o discurso como um *objeto cambiante*.

3. O sentido e o discurso nos debates em torno da noção de documento no campo da história

Da mesma forma que no campo da linguagem, a noção de discurso no campo da história também tem sido discutida a partir de várias abordagens. Por conta de sua proximidade com a noção de texto, o problema da definição do discurso tem sido relacionado com os debates em torno da idéia de documento e de acontecimento discursivo. Embora estas discussões não sejam recentes, há ainda uma certa indefinição em torno do que se pode ou não entender como discurso na história, pois ele pode ser usado, por um lado, como fonte e, por outro, como explicação tanto para os acontecimentos históricos, como para as representações culturais, as explicações estruturais ou as permanências, as continuidades ou discontinuidades da história. Cada uma dessas apropriações parte de diferentes concepções de história, e esses múltiplos usos do discurso — ora como texto, ora como gênero discursivo, ora como posição sócio-ideológica, ora como prática discursiva — fazem com que o sentido do termo se torne cada vez mais complexo.

Para compreendermos como a linguagem e o discurso têm sido tratados na história é importante, como fizemos no primeiro capítulo, compreender a configuração dessa disciplina no interior dos debates sobre a racionalidade e a ciência moderna. Naquele capítulo pudemos mostrar que, embora freqüentemente se considere que a história tenha ficado à margem dos ‘avanços científicos’ ocorridos em outras áreas do conhecimento nos séculos XVII e XVIII, o projeto racionalista esteve sempre presente. Durante todo esse período, marcado por uma mudança na história, em que ela deixa de ser apenas o relato dos fatos ocorridos, o racionalismo será o instrumento que lhe permitirá dar o primeiro passo na tentativa de buscar explicações para os acontecimentos. A ‘crítica’ aos documentos, aos testemunhos, aos relatos passou a fazer parte do trabalho do historiador na produção do conhecimento histórico a partir da Ilustração.

De acordo com Le Goff(1996, p. 9), desde seu nascimento¹², “a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se ‘indaga’, se ‘testemunha’.[...]Assim, a história começou como um *relato*, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, senti’. [...]”. No entanto, segundo o autor, ainda que desde a modernidade tenha sido colocada sob uma certa desconfiança, a história-relato nunca deixou de fazer parte da história. Por isso,

este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do retorno do evento (Nora) ligado aos novos *media*, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da ‘história imediata’.(LE GOFF, 1996, p.9)

Dessa forma, para Le Goff, todas as tentativas de se fazer da história um campo do conhecimento mobilizaram historiadores e filósofos — desde a Antigüidade — a encontrar as leis da história (como o providencialismo e o marxismo vulgar). Embora essas tentativas tenham fracassado, Le Goff reconhece que a possibilidade de uma interpretação racional *a posteriori* da história, o reconhecimento de certas regularidades e a elaboração de modelos — que não sejam tomados como únicos —, permitiram evitar o retorno da história como mero relato. E, paradoxalmente, a tentativa — desde a Antigüidade — de reunir documentos escritos para fazer deles testemunhos, superando os limites do século (ou meio século) vivido, foi o que permitiu que se ultrapassassem as limitações impostas pela transmissão oral, fornecendo, assim, na constituição de bibliotecas e arquivos, os *materiais da história*. Desde então, foram elaborados “métodos de crítica *científica*, conferindo à história um dos seus aspectos de *ciência* em sentido técnico, a partir dos primeiros e incertos passos da Idade Média (Guenée), mas sobretudo depois do final do século XVII[...]” (LE GOFF, 1996, p. 10). Segundo Le Goff (1996, p. 105), “a melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência é o fato de precisar de técnicas, de métodos e de ser

¹² O nascimento da história, para Le Goff, pode ser localizado na Antigüidade grega (século V a.C.) e mesmo antes, nos antigos impérios do Oriente Próximo e do Extremo Oriente.

ensinada”. Já para Lucien Febvre, a história é um estudo *cientificamente orientado* e não uma ciência. A busca de uma identidade científica para a história se fez, portanto, desde a Antigüidade, a partir da definição de procedimentos e técnicas para a análise de documentos-testemunhos¹³. Assim, colocando a questão da crítica à noção de documento e fato histórico no centro de nossas preocupações, podemos dizer que o problema do discurso na história começa com o problema das fontes e dos métodos de análise.

De acordo com Le Goff (1996, p.109), como já vimos,

a história tornou-se científica ao fazer a crítica dos documentos a que se chama ‘fontes’. Paul Veyne disse [1971] que a história devia ser ‘uma luta contra a ótica imposta pelas fontes’, que ‘os verdadeiros problemas de epistemologia histórica são problemas de crítica’, e que o centro de toda a reflexão sobre o conhecimento histórico deveria ser o seguinte: ‘o conhecimento histórico é o que deles fizeram as fontes’.

No entanto, “se o documento é mais fácil de definir e referenciar que o fato histórico que nunca é dado tal e qual, mas construído, não são menores os problemas que se põem ao historiador” (LE GOFF, 1996, p. 106). Primeiro, porque se passa a considerar como documento aquilo que faz parte de uma investigação e de uma escolha: “as perdas, a escolha dos compiladores de documentos, a qualidade da documentação são condições objetivas, mas limitativas do ofício do historiador”. Segundo, porque o historiador, “antes de mais nada, deve decidir-se sobre aquilo que ele irá considerar como documento e o que ele irá descartar”. Durante muito tempo, os historiadores privilegiaram somente aqueles documentos que esclareciam a história dos grandes acontecimentos históricos: a vida dos grandes homens, acontecimentos militares e diplomáticos, batalhas e tratados. Hoje os historiadores trabalham com uma ampla variedade de tipos de documentos — que deixaram de ser sinônimo de texto escrito —, além de considerar, também, as *ausências* de documentos, os *silêncios* e *desvios* da história.

Juntamente com a mudança na noção de documento houve mudanças também no tratamento dado a ele. Segundo Foucault (2002a, p. 7), desde que existe a história,

¹³ O debate sobre o caráter científico na/da história — embora não seja central para o nosso trabalho — explica o quanto a questão *técnica*, de crítica dos documentos, é importante para o historiador e o quanto esse aspecto empírico do seu trabalho define o campo de estudos em que se situa.

temo-nos servido de documentos, interrogamos-lhes, interrogamo-nos a seu respeito[...]. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem os documentos — às vezes com meias-palavras —, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável.

Nesse sentido, a pesquisa histórica, de acordo com Foucault, quase sempre tratou o documento como um material bruto, objetivo e inocente, através do qual se tentava reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, partindo de uma noção de fato histórico como algo pronto e acabado. Embora alguns historiadores tenham tentado, através da crítica ao documento, encará-lo como fruto da seleção do historiador, a idéia de que ele é o resultado da intervenção do seu trabalho nem sempre estava muito clara, e o *texto* tornou-se a fonte primeira e mais confiável para o seu trabalho.

No entanto, a idéia de *texto* e *linguagem* tampouco parecem muito claras. Ao analisar a relação dos historiadores com o campo lingüístico, Regine Robin (1977, p. 61) afirma que os historiadores “sempre mantiveram certa relação com a língua e a linguagem, que foi por muito tempo a da transparência. Assim ocorreu, muito freqüentemente com sociólogos e especialistas da literatura. Daí o método de abordagem dos textos ser essencialmente *temático*”. Assim, o texto tinha um significado temático *em si*, definido pelas esferas sociais onde se encontrava: político, social, científico, religioso, etc. Pouco se discutia sobre o fato de ter sido este e não outro texto selecionado, preservado, etc.

Além disso, alerta Le Goff (1996, p. 106), “a idéia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita levava a privilegiar o documento escrito”. No entanto, no século XIX, a relação dos historiadores com o documento começou a mudar, assim como a noção do papel da história e de sua relação com a erudição. A busca cada vez mais intensa de tornar-se cada vez mais *científica* fez com que a história passasse também a questionar as suas fontes e a maneira de tratá-las. A partir do século XIX, segundo Baumer (1977b, p. 20), a história significava “não só a ‘compreensão do passado’, ou mesmo a procura das origens do presente no passado,

mas um sentido do movimento incessante da vida humana, de mudança e desenvolvimento contínuo. Resumindo a história era a ciência do devir”.

Para Foucault (2002a, p.7), no século XX, “por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento[...]. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros[...]”. Os historiadores passaram a procurar no próprio *tecido documental* as unidades, os conjuntos, as séries e as relações entre os documentos, e são essas relações que passaram a constituir sua *materialidade*.

A centralidade da questão do documento também levou Peter Burke (1991, p.25) a considerar que “os maiores problemas para os novos historiadores[...] são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais”.

Entretanto, para Burke (1991, p.25), ainda que a nova noção de documento tenha resolvido, através da variedade, alguns dos problemas dos historiadores, “todas essas fontes suscitam problemas embaraçosos”. Os historiadores da cultura popular, por exemplo, “tentam reconstruir as suposições cotidianas, comuns, tendo como base os registros do que foram acontecimentos extraordinários nas vidas do acusado: interrogatórios e julgamentos[...]”. Esse deslocamento, em si, traz um problema para o historiador, assim como o uso das fontes orais, dos registros de nascimento, etc., que é o de não tomar o ‘texto’ como um material objetivo e inocente, fazendo através dele uma leitura *transparente* dos ‘fatos históricos’, ou seja, apenas uma ‘análise de conteúdo’.

Para Peter Burke (1991, p.25), portanto, “é necessário ler os documentos nas entrelinhas”, embora muitos historiadores não saibam (ou não se preocupem em saber) o que isso significa exatamente, pois fazer a crítica ao documento, como já dissemos, tem sido um problema discutido por eles desde a Antigüidade.

3.1. A crítica ao documento em busca da verdade do sentido: os procedimentos filológicos

Para os historiadores antigos, que produziam muitos estudos do seu *passado recente*, a questão da verdade histórica era crucial. O testemunho pessoal dos acontecimentos — ‘eu vi, eu senti’ — era uma condição para se fazer história. O historiador fazia apenas uma *checagem* de dados e fatos, mas o seu testemunho é que era a garantia de verdade.

Com o tempo, no entanto, o testemunho e a memória deixaram de ser sinônimos de história e seguiram numa direção paralela. Foram servindo cada vez mais como fonte, sem, no entanto, coincidirem com a história. Como consequência, a crítica aos testemunhos e aos documentos tornou-se cada vez mais importante como garantia da verdade histórica. Com isso, podemos afirmar que, assim como a lingüística, a história também é, de certa forma, herdeira da filologia¹⁴.

As análises desenvolvidas pelos filólogos desde a Antigüidade fizeram da filologia uma *arte*, um conjunto de procedimentos usados para se chegar ao sentido da palavra inscrita nos documentos como forma de garantir a verdade sobre eles. Desses procedimentos surgiram tanto a *arte da gramática*, como a *arte de ler e decifrar textos*. Ao analisar criticamente o papel da filologia na formação do pensamento lingüístico europeu, Voloshinov afirma que

na base dos métodos de reflexão lingüística que levam à postulação da língua como sistema de formas normativas, estão os procedimentos práticos e teóricos elaborados para o estudo das línguas mortas, que se conservaram em documentos escritos. É preciso salientar com insistência que essa abordagem filológica foi determinante para o pensamento lingüístico do mundo europeu. Esse pensamento nasceu e nutriu-se dos cadáveres dessas línguas escritas. Quase todas as abordagens fundamentais e as práticas desse pensamento foram elaboradas no processo de ressurreição desses cadáveres. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p.98)¹⁵

¹⁴ No entanto, é importante lembrar que os historiadores da Antigüidade relacionavam seu trabalho muito mais com a retórica — como prática —, pois estavam muito mais interessados no discurso — como gênero — e nos debates sobre a moral individual e a política.

¹⁵ Embora hoje se saiba que o texto é de autoria de Voloshinov, o livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* foi publicado, no Brasil, sob o nome dos dois autores do Círculo, Bakhtin e Voloshinov. Por isso, nas referências, colocamos os nomes dos dois autores para que o leitor possa localizá-lo.

Para Voloshinov, é a partir de tais procedimentos que o filólogo desvincula a palavra da esfera real de comunicação em que ela foi usada, tratando-a como um dado pronto e acabado, um objeto bruto e inocente que precisa ser revelado. Considerando que o sentido reside na palavra, o filólogo

apreende-a como um todo isolado que basta a si mesmo, e não lhe aplica uma compreensão ideológica¹⁶ ativa, e sim, ao contrário, uma compreensão totalmente passiva, que não comporta nem o esboço de uma resposta, como seria exigido por qualquer espécie autêntica de compreensão. O filólogo contenta-se em tomar essa inscrição isolada como um documento de linguagem e em compará-la com outras inscrições no quadro geral da língua dada. É nesse processo de comparação e de mútua correlação das enunciações de uma dada língua que os métodos e as categorias do pensamento lingüístico se constituíram. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p. 98).

Como a palavra tem uma importância central no estudo filológico, o sentido do texto em que ela está inserida é transparente, ou seja, resulta da soma dos sentidos das palavras que o compõem. No campo da história, fazer a *crítica do documento*, lido e compreendido como um dado objetivo e transparente pelos historiadores-filólogos, limitava-se à busca de dados históricos ‘autênticos’.

Durante a Idade Média, na Europa, os historiadores cristãos se dedicaram essencialmente a constituir arquivos e compilar documentos, acumulando-os em bibliotecas de mosteiros, em igrejas e nas dependências da administração real. No Renascimento, no entanto, os historiadores começaram a laicizar a história, aproximando-a da erudição e rejeitando mitos e lendas como dados históricos. A revalorização dos procedimentos filológicos nesse período permitiu que se desenvolvesse uma crítica aos documentos mais rigorosa, dando continuidade ao debate sobre a verdade histórica. Um exemplo de crítica baseada nos procedimentos filológicos foi o estudo realizado por Lorenzo Valla, em 1440, sobre uma suposta declaração de Constantino em que ele fazia uma doação ao Papa Silvestre. A declaração foi considerada falsa por Lorenzo Valla pelo tipo de linguagem utilizada: não poderia ter sido escrita no século IV, mas somente quatro séculos mais tarde.

Até o século XVIII, as relações entre história e erudição variaram bastante em períodos de conjunção e de separação em que, quase sempre, a erudição ficava em

¹⁶ O termo ideologia aqui tem um sentido axiológico, mais próximo de um ‘sistema de valores’ ou de ‘visão de mundo’ do que de ‘falsa consciência’, mais comumente utilizado.

primeiro plano. No século XVIII os historiadores passam a dedicar-se a buscar as causas dos fatos históricos e não apenas *dados* sobre eles, mas seguiram aliados à erudição. Um dos instrumentos de trabalho mais usados, segundo Le Goff (1996, p.123), foi a obra *Art de vérifier les dates*, publicada pelos Mauristas em 1750. Outros grandes empreendimentos desse período foram a constituição dos arquivos reais em Turin, entre 1717-20, que, para Le Goff, são “a melhor expressão da arquivística da época”, e a impressão do catálogo da Biblioteca Real de Paris(1739-53).

Durante a Ilustração, ainda que a história tradicional estivesse sendo contestada pela primeira vez e se propusesse a busca de explicações para os acontecimentos históricos, não se fez nenhuma elaboração metodológica da documentação, e a preocupação com a erudição limitou o trabalho dos historiadores à história política feita a partir dos arquivos da administração real. Alguns historiadores, como Voltaire, em seu *Essai sur les mœurs*, se propuseram a escrever um pouco sobre a *história da sociedade* — ou sobre o que entendiam como *a sociedade* —, com suas leis, comércio, moral e costumes, buscando outros tipos de fontes e documentos que não somente os dos arquivos já constituídos. No entanto, embora valorizassem as ‘ciências’, as preocupações dos ilustrados eram de ordem mais filosófica e pouco se produziu em termos de uma orientação efetivamente metodológica no tratamento dos documentos.

Segundo Le Goff (1996, p. 18), somente no século XIX é que se atualizam novamente os métodos de crítica aos documentos com procedimentos que buscavam cientificidade e interessavam ao historiador desde o Renascimento. Esse novo impulso cientificista veio da Alemanha, onde a busca pela unificação exigia a construção de uma história nacional. Se na França a história foi utilizada na tentativa de explicar as bases da nova sociedade burguesa, na Alemanha a situação seria muito diferente, como já vimos. É importante lembrar que

a Inglaterra e a França tinham dominado a cultura iluminista. Todavia, no século XIX, a Alemanha elevou-se, igualando estas duas nações, e ultrapassando-as mesmo em alguns campos do conhecimento[...]. É interessante relacionar este ressurgimento intelectual com os acontecimentos políticos extraordinários, com a realização da unificação da Alemanha e, mais tarde, a hegemonia na Europa.(BAUMER, 1977b, p. 22)

Baumer divide o século XIX em quatro ‘mundos’ distintos e relacionados entre si: o mundo romântico, o mundo neo-iluminista, o mundo evolucionista e o *fin-de-siècle*. A história tinha um papel importante em todos esses mundos, e o historicismo significava uma “verdadeira empatia pelo passado, juntamente com as idéias gêmeas [sic] de desenvolvimento e individualidade temporal” (BAUMER, 1977b, p. 51). No entanto, foi o Movimento Romântico que forneceu ao historicismo do século XIX um clima favorável, permitindo-lhe ser uma faceta da revolta romântica contra as tendências generalizantes da Ilustração. No mundo neo-iluminista dos positivistas franceses e dos historiadores cientificistas alemães, o historicismo ganhou *status* de ciência, exigindo um debate metodológico que acabou recuperando o problema da crítica ao documento. Por isso, no campo da história, o desenvolvimento do historicismo positivista e a busca romântica de constituir elementos para uma história nacional resultaram na configuração daquilo que ficou conhecido como ‘história científica’ ou ‘acadêmica’.

Essa forma de se fazer história converteu-se, durante o século XIX, num modelo imitado no mundo inteiro. Como vimos anteriormente, isso ocorreu porque os historiadores alemães do século XIX estavam envolvidos com os problemas do desejo de unificação do país e de promover a modernização sem que se corresse o risco de uma revolução. O sentido da modernização na Alemanha era distinto do sentido dado pelos ilustrados franceses e pelos progressistas ingleses. Como vimos no primeiro capítulo, desde o final do século XVIII os intelectuais alemães buscavam estabelecer uma idéia de cultura nacional baseada na unidade da língua e na recuperação dos mitos da cultura popular, diferentemente da orientação francesa, baseada no racionalismo. Somente no século XIX, com o historicismo, é que a questão metodológica vai ganhar novos contornos. Uma das mudanças trazidas pela nova abordagem ‘científica’ foi o desenvolvimento de métodos de crítica erudita que tinham origem, principalmente, no campo da filologia, já discutidos anteriormente.

Leo von Ranke, autor de algumas das críticas mais veementes aos ‘historiadores modernos’ e aos ideais da Ilustração, foi reconhecido como fundador do historicismo alemão ou, ao menos, seu maior divulgador. No entanto, seus seguidores não levaram em conta sua concepção de que a missão da história não consiste tanto em

reunir e buscar fatos como em entendê-los e explicá-los. Por isso, a preocupação metodológica dos historiadores acadêmicos levou-os a privilegiar ainda mais a história política e a dar ênfase à necessidade de se recorrer a *fontes confiáveis* nos arquivos (BURKE, 1997; FONTANA, 2004).

Por outro lado, Le Goff (1996, p. 90) enfatiza seu papel como metodólogo lembrando que embora tenha se posicionado ao lado de Humboldt na defesa das *idéias históricas* e do progresso da cultura, “Ranke empobreceu o pensamento histórico, atribuindo excessiva importância à história política e diplomática”. No entanto, Le Goff também reconhece que “o seu pensamento foi deformado em dois sentidos: um positivista e um idealista”. Por um lado, os positivistas franceses (Langlois e Seignobos), segundo Le Goff (1996, p.90), “viram nele o ‘pai da história’, de uma história que se limitava à ‘estrita observação dos fatos, à ausência de moralização e de ornamentos, à pura verdade histórica’”. Por outro, os idealistas não levaram em conta que, por mais que tenha sido um defensor das *idéias históricas* de Humboldt, e tenha dado importância à psicologia histórica em suas obras, Ranke foi contrário às teorias históricas nacionais, em que se rejeitavam as explicações gerais para o desenvolvimento das nações.

Para Burke (1997, p. 18), “os epígonos de Ranke foram, porém, mais intolerantes que o mestre e, numa época em que os historiadores buscavam profissionalizar-se, a história não-política foi excluída da nova disciplina acadêmica”. Como o que se buscava nos documentos — como garantia de verdade histórica —, era sua *autenticidade*, só os documentos oficiais foram considerados *confiáveis*, pois faziam parte das principais instituições nacionais: o governo, a igreja, o exército e as leis. Por outro lado, a profissionalização dos historiadores ocorrida na Alemanha proporcionou o retorno do debate metodológico como uma forma de credenciar ou não uma investigação histórica, pois para ter credibilidade ela deveria seguir certas regras. Para Baumer (1977b, p. 91), de acordo com a perspectiva historicista, “os historiadores deviam verificar se era o espírito ou a natureza que mais influenciavam as ações [sic] humanas, e em que partes do mundo”. Por isso, “de facto [sic] a única ‘lei’ em que os historiadores científicos, em meados do século, podiam estar de acordo, era a lei do progresso. Mas isto era, praticamente, uma convicção universal da

época”. E é bom lembrar que a idéia de progresso era entendida com a ‘lei geral da história e do futuro da humanidade’.

Na França, um dos maiores representantes do método ‘científico’ do século XIX foi Fustel de Coulanges, que fez valer a equação documento = texto ao defender, segundo Le Goff (1996, p. 536), que a história consiste em “tirar dos *documentos* tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos”. Na Inglaterra, o Lord Acton foi o grande divulgador dos novos métodos ‘científicos’ em história. Em uma de suas poucas obras, escrita coletivamente, Acton propunha, que nada revelasse o país, a religião ou o partido a que pertenciam os autores, pois isso seria essencial, não somente para garantir a imparcialidade de uma ‘história legítima’, mas porque o trabalho seria realizado por homens que se reuniram com o único objetivo de aumentar ‘o conhecimento exato’ (FONTANA, 2004). A noção de documento e fato histórico defendida pelos historicistas, representadas aqui pela ‘falácia da imparcialidade’, pressupunha que o passado estivesse nos documentos somente esperando que os historiadores coletassem os fatos como elementos brutos e os polissem, dando-lhes forma narrativa e os apresentassem ao público.

No entanto, nem tudo era história política no século XIX. Alguns historiadores como Michelet e Buckhardt escreveram sobre o Renascimento entre 1860 e 1865 levando em conta outros aspectos além do político. E esses autores não foram os únicos a seguir outros caminhos. De acordo com Peter Burke (1997, p.19), “não podemos esquecer que a obra-prima do velho historiador francês Fustel de Coulanges, *A Cidade Antiga* (1864), dedicava-se antes à história da religião, da família e da moralidade, do que aos eventos e à política.” Ainda segundo Burke (1997, p.19), havia outras vozes dissonantes: “Marx também oferecia um paradigma histórico alternativo ao de Ranke. Segundo sua visão histórica, as causas fundamentais da mudança histórica deveriam ser encontradas nas tensões existentes no interior das estruturas socioeconômicas”.

No final do século XIX, com as mudanças sociais e econômicas ocorridas nesse período, o historicismo passou a sofrer críticas mais intensas. Algumas delas, vindas principalmente dos neokantianos, afirmavam que a realidade empírica é múltipla e

inabordável na totalidade, dando início a um novo debate sobre a natureza das ciências do homem e das coisas naturais, colocando em xeque a pretensão científica dos historicistas. O fato histórico não é mais visto pelos críticos do historicismo como um dado pronto e acabado, assim como a noção de documento como algo bruto e inocente.

Wilhelm Dilthey, antes mesmo dos neokantianos, já criticava os conceitos fundamentais do historicismo (alma popular, espírito do povo, nação) considerando-os místicos e inúteis para a história. Mais tarde, chegou a pensar que era possível o conhecimento nas ciências do espírito, inclusive a história, por considerar que a vida se objetiva em instituições como a família, a sociedade civil, o Estado, o direito, etc. Ele afirmava também que não é o fato de marcarem dois campos distintos o que caracterizaria a diferença entre as ciências da natureza e as do espírito, mas o comportamento distinto dessas ciências. Aquilo que é físico, inclusive no homem, seria acessível ao conhecimento científico-natural, enquanto o que constituiria o objeto das ciências do espírito só poderia ser ‘compreendido’. As idéias de Dilthey serão amplamente debatidas no interior das ciências humanas por estabelecerem uma diferenciação entre essas ciências e as ciências naturais a partir da relação do pesquisador com o seu objeto de estudo (LE GOFF, 1996; FONTANA, 2004).

No entanto, Dilthey propõe um entendimento psicologizante da compreensão nas ciências do espírito, considerando-a apenas uma experiencição psicológica da ação do outro, num processo de empatia. Se a compreensão é uma experiencição que vai do pesquisador em direção a seu objeto, o sentido precisa apenas ser reconhecido pelo pesquisador, e não negociado entre eles. Essa idéia será criticada por Bakhtin (2000) ao debater as idéias de Dilthey na década de 1940¹⁷. Embora o pensador russo fosse simpático às idéias de Dilthey, ele concebia a compreensão como uma tomada de posição, uma atividade dialógica, resultante da interação entre dois sujeitos. Por isso, para Bakhtin, a compreensão é sempre uma resposta que vai gerar outras respostas, e não apenas reconhecimento. Como a questão da intersubjetividade (da relação EU-TU), entendida como o resultado da interação entre dois sujeitos, só vai reaparecer, como vimos no capítulo anterior, na primeira metade do século XX, a questão do

¹⁷ Texto inacabado sobre epistemologia das ciências humanas, publicado no Brasil pela Editora Marins Fontes, na coletânea intitulada “Estética da Criação Verbal”.

sentido no processo de compreensão é tratada de forma monológica, representada pela relação unívoca entre sujeito e objeto (EU- ELE).

Para Le Goff (1996, p. 92), “toda a crítica do historicismo, do fim do século XIX e início do XX, é ambígua. Procura mais ultrapassar o historicismo, como acabamos de ver com Dilthey, que renegá-lo”. Por conta disso, no final do século XIX e início do XX, os historiadores continuavam a ‘coleccionar’ fatos históricos como se fosse a única forma de se fazer história, e a mais próxima do que se entendia por procedimento científico. Os governos de vários países fizeram dos historiadores grandes colaboradores na construção de suas histórias nacionais durante o século XIX, época das grandes unificações e de várias reconfigurações de fronteiras nacionais.

Com o surgimento de novos problemas a serem enfrentados pelas mudanças ocorridas na sociedade no final do século XIX e início do XX, as críticas feitas ao historicismo ficaram cada vez mais evidentes e vinham também de outras disciplinas como a sociologia, com Durkheim e Max Weber, e a antropologia, com Franz Boas. O esgotamento do modelo historicista iria agravar-se com o fim da Segunda Guerra Mundial, período em que as ciências da natureza também deixariam de ser uma fonte de certezas imutáveis. Foi também no período entre guerras que as críticas se tornaram mais bem definidas e organizadas no campo histórico. Elas vinham das novas tendências de história econômica e social que, em termos gerais, buscavam dar respostas à insatisfação com o modelo positivista/cientificista. Em comum, elas tinham o desejo de integrar em suas análises dados da atividade econômica — trabalho, subsistência, produção e troca — a fim de englobar o conjunto da sociedade em seus estudos. Embora tivessem elementos comuns, tais tendências seguiram caminhos diferentes, de acordo com os países em que surgiram e as escolas a que se filiaram.¹⁸

Na França, a crítica à história política, ou tradicional, iniciada no século XVIII, será retomada no final do século XIX. No entanto, ganhará reforços no início do século XX com o movimento de renovação histórica iniciado com a publicação dos trabalhos da Revista *Annales d'histoire économique et sociale*, dirigida por Lucien Febvre e Marc Bloch. A revista dos *Annales* aglutinava todo um conjunto de

¹⁸ Embora não tenhamos intenção de entrar em detalhes sobre cada uma dessas tendências, é importante lembrar que, na Alemanha, a escola histórica de economia é anterior a esse período.

tendências no campo do conhecimento, como a geografia humana de Vidal de la Blache, a sociologia de Durkheim e a história de Henri Berr — com a *Revue de synthèse* e a coleção *L'évolution d'humanité* — e do historiador belga Henri Pirenne.

No interior das críticas feitas pelos historiadores dos *Annales* à história tradicional, a questão documental torna-se uma das mais importantes a serem enfrentadas, pois era na questão documental que o historicismo se apoiava para estabelecer as 'regras' do fazer historiográfico. Nesse sentido, devemos lembrar que desde meados do século XIX, mesmo aqueles, como Fustel de Coulanges, que defenderam a equação documento = texto, reconheciam suas limitações. Em 1862, segundo Le Goff (1996, p. 107), Fustel de Coulanges havia declarado que:

Quando os monumentos escritos faltam à história, ela deve pedir às línguas mortas os seus segredos e, através das suas formas e palavras, adivinhar os pensamentos dos homens que as falaram. A história deve perscrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação, todas essas velhas falsidades sob as quais ela deve descobrir alguma coisa de muito real, as crenças humanas. Onde o homem passou e deixou alguma marca da sua vida e inteligência, aí está a história.

Duas décadas mais tarde, em 1888, Fustel de Coulanges passará a defender a primazia do texto como sinônimo de documento afirmando suas preocupações positivistas, assim como a maioria dos seguidores do historicismo alemão.

Apesar de terem reconhecido em parte a limitação da noção de documento como sinônimo de texto escrito, os historiadores do século XIX irão permanecer no escopo da história política e dos acontecimentos diplomáticos e militares, pois as instituições garantiam 'autenticidade' aos documentos, oferecendo menos riscos aos historiadores acadêmicos. Assim, a questão do sentido e da crítica aos documentos não terá tratamento diferente daquele dado pelos filólogos. Ao ler os documentos o historiador reconhecia o 'sentido de cada palavra' como um dado último e o ponto de partida de sua reflexão. A falta de documentos ou a presença deles não era um problema, pois o que valia era o documento *em si* e o que ele dizia, e não sua relação com outros documentos. Da mesma forma, o sentido estava na palavra e não nas relações. Por isso, linguagem e sociedade serão tratadas, nos séculos XVIII e XIX,

como vimos no primeiro capítulo, como faces de um espelho, em que os fatos de linguagem são o reflexo das relações sociais que caracterizam uma dada sociedade.

3.2. A busca do sentido na noção de léxico: uma aproximação com a lingüística histórica e a lexicologia

A tendência positivista do historicismo, como já vimos, irá buscar o estatuto de cientificidade na garantia dos procedimentos técnicos e na busca de documentos *confiáveis*. A busca de uma variedade de tipos de fontes e a mudança na noção de documento só foi possível no início do século XX. Segundo Le Goff (1996, p.107), a equação defendida por Fustel de Coulanges em 1888, em que o documento é igual a texto será amplamente combatida, principalmente a partir do final da década de 1920. Em um texto emblemático dessa luta contra o privilégio do documento escrito e da história política, Lucien Febvre afirmava, em 1949, que

A história faz-se sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem. Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser. (FEBVRE apud LE GOFF, 1996, p.107)

Alguns anos antes, Marc Bloch (1997, p. 114) havia declarado que “é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito”.

Lucien Febvre e Marc Bloch, além de discutirem problemas metodológicos em seus artigos, serão os fundadores e dirigentes da Revista *Annales* por mais ou menos vinte anos. Serão, também, dois dos principais nomes dos debates que deram início à constituição do movimento de renovação histórica que hoje se intitula herdeiro da ‘escola dos *Annales*’, conhecido como Nova História. De acordo com a avaliação de Peter Burke, o grupo que dirigiu a revista *Annales* no período entre guerras, e que ficou conhecido como a ‘escola’ ou ‘movimento’ dos *Annales*, longe de ser um grupo

homogêneo, tinha em comum o desejo de mudança e a crítica à história política tradicional. Liderados por Lucien Febvre e Marc Bloch — e, posteriormente, por Fernand Braudel —, esses pesquisadores pretendiam substituir a tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história-problema, incluindo todas as atividades humanas e não somente a política.

Na avaliação de Peter Burke (1997, p. 126), a principal contribuição desses historiadores foi produzir a *ampliação do território* da história pela inclusão de profissionais de outras disciplinas:

O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais.

Como um fenômeno das ciências sociais que se manteve por tanto tempo, envolvendo tantas áreas do conhecimento, a ‘escola’ ou ‘movimento’ dos *Annales* não poderia ter permanecido o mesmo durante todo esse período. Por isso, sua história tem sido estudada em três momentos distintos, identificando três diferentes gerações. A primeira delas, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch, pode ser localizada no período entre guerras e se dedicou a mostrar as limitações de uma história tradicional e política feita a partir dos ‘eventos’.

A segunda geração, que começou no pós-guerra, foi primeiramente liderada por um Lucien Febvre já estabelecido na *École Pratique des Hautes Études*, como membro da UNESCO e criador e presidente da VI Seção da *École* dedicada às ciências sociais, e Diretor do Centro de Pesquisas Históricas. Febvre nomeou discípulos e amigos para as posições-chave da organização. No entanto, seria Braudel quem proporia as principais mudanças desse período, ficando como seu herdeiro, ajudando-o no centro de Pesquisas Históricas e nos *Annales*. A segunda geração, liderada agora por Braudel, empenha-se na busca de novos caminhos para a pesquisa histórica, propondo conceitos como o de *estrutura* e *conjuntura* e a ‘pesquisa serial das mudanças de *longa duração*’.

A terceira geração, que se auto-intitula como o movimento da Nova História, irá expandir as idéias iniciais dos fundadores, tornando-se importante em todos os tipos de debates da vida intelectual francesa e, por isso mesmo, será marcada pela heterogeneidade e pela fragmentação em suas propostas. Os estudos históricos serão ramificados em abordagens distintas, como a história das mentalidades, a história cultural, a micro-história, etc. Segundo Burke esse período será marcado pela mudança ‘do porão ao sótão’, em que os historiadores começam a interessar-se mais pelas manifestações culturais da ‘superestrutura’ do que pela base econômica das mudanças históricas. Alguns dos principais nomes desse período serão Jacques Le Goff, Pierre Nora, Michel de Certeau, Georges Duby, entre outros. Para Burke (1997, p. 81), “na geração de Braudel, a história das mentalidades e outras formas de história cultural não foram inteiramente negligenciadas, contudo, situavam-se marginalmente ao projeto dos *Annales*”. De acordo com o autor, as mudanças na terceira geração — ‘do porão ao sótão’ — foram uma reação tanto contra Braudel quanto contra qualquer tipo de determinismo. Para Dosse (1992), os historiadores da Nova História não são os herdeiros da escola dos *Annales*, embora tenham com ela algumas afinidades na continuidade de uma ‘recusa do político’. Para ele, o projeto de uma história total e de preservação das singularidades da pesquisa histórica em relação às demais ciências humanas, defendido pelos fundadores dos *Annales*, foi abandonado pelos ‘novos historiadores’.¹⁹

Segundo Dosse (1992, p. 84), embora as problemáticas culturais tivessem uma importância menor em relação às questões econômicas e sociais nos *Annales*, em sua tentativa de assimilar as conquistas de outras disciplinas ao campo da história, “Marc Bloch e Lucien Febvre apropriam-se de outra área do saber, a que se chama de estudo das mentalidades e que provém de disciplinas estranhas à história: a etnologia e sobretudo a psicologia.” Antes mesmo da publicação dos *Annales*, Lucien Febvre se aproxima dos trabalhos de Charles Blondel, seu colega na *École Normale*. Aplicando a noção de ‘mentalidade primitiva’ a partir de 1926, Febvre cria o campo da psico-história, baseado na psicologia e na sociologia durkheimiana. Marc Bloch, por sua vez,

¹⁹ Como esse debate não está no centro das nossas preocupações, para não nos alongarmos em detalhes, esclarecemos ao leitor que nos remeteremos à ‘terceira geração’, a partir daqui, apenas como historiadores pertencentes à Nova História, sem desconhecer as implicações dessa denominação.

fundamenta suas contribuições mais na sociologia do que na psicologia e, a partir de 1924, dedica-se a estudar as práticas coletivas simbólicas e as representações mentais não-conscientes dos diversos grupos sociais. De acordo com Dosse (1992, p. 91), assim como Febvre, Marc Bloch reage à concepção passiva dos historiadores privilegiando o questionamento, a problematização da história.

Entre as duas perspectivas de estudo das ‘mentalidades’ abertas pelos dois fundadores dos *Annales*, a de Bloch terá mais seguidores na história. Segundo Dosse (1992, p.91), “no plano da história das mentalidades ele abre, desse ponto de vista, outra perspectiva muito rica, ao apelar para que o historiador esteja mais atento ao não-dito pelos documentos: ‘Aquilo que o texto expressamente nos diz deixou de ser hoje o objetivo preferido de nossa atenção’”. A falta de documentos deixou de ser um obstáculo passando a ser fonte para a história. O papel do documento escrito também muda, como já vimos.

No entanto, para o que nos interessa neste trabalho, Lucien Febvre oferece um debate mais definido em relação à linguagem. Para Regine Robin (1977, p. 71), Febvre acreditava que “reagir contra o positivismo significava que o texto não seria mais que um documento entre outros, e não esta catedral do saber histórico, este caminho real que até então tinha-se identificado com a História”. Para a autora, Febvre deveria naturalmente reencontrar a Lingüística de seu tempo, o que aconteceu apenas parcialmente, pois ele foi da Filologia à Dialectologia, passando pela Lingüística História, sem chegar a mencionar a Lingüística Estrutural saussuriana que não era muito conhecida, naquele período, nem mesmo entre os lingüistas europeus. Febvre buscava ter acesso ao ‘social no indivíduo’ através da linguagem, mas sua aproximação com a lingüística permaneceu no âmbito dos domínios lexicais. Nos seus *Combates pela História*, Febvre dedicou uma parte inteira à lingüística composto por quatro textos: “*História e dialectologia*. Na época em que nascia a Geografia Lingüística”; “*Antoine Meillet e a História*. A Grécia Antiga através de sua língua”; “*Política Real ou Civilização Francesa? A conquista do Sul pela língua francesa*”; “*Problemas de História enxertados no ‘Brunot’*. A nacionalidade e a língua na França no século XVIII”.

No primeiro texto, sobre a contribuição da Dialectologia, Febvre se pergunta: “Que rica e curiosa contribuição não traria à história de uma região da França, uma série de monografias, não já dos ‘patois’ individuais, mas das palavras mais ‘vulgares, mais usuais: as que servem para designar os objetos familiares, o material corrente, as acções quotidianas da existência — todos esses termos tão ricos de humilde vida profunda, que o tempo neles acumulou?” (FEBVRE, 1977, p. 61). Valorizando o carácter científico das pesquisas dialetológicas, ele rejeita, assim como havia rejeitado os anacronismos em pesquisas históricas, as ‘especulações etimológicas: “Do nosso ponto de vista, não podemos senão aprová-las [as contribuições da dialectologia] quando, insurgindo-se contra ‘a temeridade anticientífica das especulações de pura etimologia que proliferam em certos dicionários’, mostram ‘o absurdo de admitir na Gália românica, na época de sua latinização, uma receptividade igual ou quase igual em todos os pontos”. Embora perceba os avanços da investigação lingüística, sua apropriação limitada dos debates no campo da linguagem não lhe permite romper com a crença de que as línguas humanas ligam um som a uma coisa ou uma idéia. Essa crença fez, durante muito tempo, com que se tratassem as palavras como se elas tivessem um sentido em si, como se a materialidade da linguagem estivesse no signo e não nas relações entre eles. Seu entusiasmo com a lingüística, no entanto, era imenso. Ao discutir as possibilidades de constituição da Psicologia Histórica como campo de investigação das ‘aparelhagens mentais’ dos indivíduos, Febvre defende que

É necessária a cooperação de filólogos que elaboram inventários de línguas, que não são feitos para os historiadores, mas de que estes podem tirar um tão grande partido: não os inventários globais destas grandes línguas de civilização que fundem os contributos de tantos grupos, locais ou sociais, diferentes, e no-os transmitem em desordem — mas esses inventários de ‘patois’ que, interpretados pelo historiador das sociedades rurais, nos dão ensinamentos tão preciosos, que só eles podem dar. É não menos necessária a colaboração de especialistas de semântica que, ao restituírem-nos a história de palavras particularmente carregadas de sentido, escrevam, ao mesmo tempo, capítulos exactos de história das idéias. É precisa a colaboração desses historiadores das línguas — como Meillet, em relação à história da língua grega, como Ferdinand Brunot, que segue passo a passo os destinos da língua francesa — que observam o aparecimento, em determinadas datas, de todo um contingente de palavras novas ou de sentidos novos dados a palavras velhas. (FEBVRE, 1977, p. 159)

Ao analisar a aparelhagem mental em *O Problema da Descrença no Século XVI*, escrito em 1942, Febvre (1978, p.55) afirma que a questão é

saber que tipo de clareza, de profundidade e finalmente que eficácia poderia ter (a nosso ver, fique bem claro) o pensamento dos homens, dos franceses — que, para especular, não dispunham ainda em sua língua de algumas destas palavras costumeiras, que fluem por si mesmas em nossa pena, tão logo nos pomos a filosofar, e cuja ausência não apenas incomoda, mas deixa verdadeiras deficiências ou lacunas de pensamento.

Para analisar essas ‘deficiências’, o autor começa por discutir as *Palavras que faltam*. Depois de enumerar várias delas, Febvre (1978, p.56) afirma que “antes mesmo de julgar estas palavras, se nos afigura que nenhuma delas estava à disposição dos franceses de 1520, 1530, 1540 e 1550, caso quisessem pensar e, em seguida, traduzir seus pensamentos em francês para os franceses”. Sobre as palavras que existiam e foram usadas pelos filósofos, Febvre afirmava que não eram palavras destinadas ao raciocínio, à explicação e à demonstração, pois eram da língua viva, de uso corrente de todos. Elas eram “palavras sanfonadas, se é que podemos falar assim, cujo significado se alargava, reduzia e evoluía com um grau de liberdade inteiramente estranho às palavras científicas, que possuem uma imobilidade própria dos postes indicadores.[...]Mas, se não fossem elas, como emprestar ao seu pensamento um vigor, uma solidez e uma clareza verdadeiramente filosóficos?” (FEBVRE, 1978, p. 58) Para Febvre, como podemos perceber, linguagem e pensamento são instâncias separadas, como se a linguagem fosse um tipo de instrumento através do qual é possível traduzir os pensamentos que já estão prontos na mente humana. Tais pensamentos, para Febvre, se não encontram a palavra certa, produzem um efeito de imprecisão ou de incoerência no leitor. Por isso, ao falar da sintaxe, ele diz perceber “inúmeras dificuldades para interpretar o desenho confuso dos autores antigos. Eles procuram evocar com algumas palavras imprecisas um objeto, uma pessoa, uma cena. O leitor faz o resto. Classificar, ordenar, precisar —se é que disso sente necessidade” (FEBVRE, 1978, p. 58). Mais adiante ele tenta explicar a relação entre linguagem e pensamento através do uso de uma metáfora em que a linguagem *veste* o pensamento: “Língua, pensamento, praticamente o mesmo problema que se coloca para um alfaiate

diante de uma roupa resistente, que necessita constantes reajustes no corpo de um cliente em perpétua transformação; e quanto mais o traje se mostrar avançado, mais o cliente se sentirá apertado; é necessário, portanto, que eles se acomodem um ao outro. Eles sempre acabam se acomodando, mas com atraso” (FEBVRE, 1978, p. 62).

Se no período em que escrevia seu estudo sobre Rabelais e sobre a noção de civilização justifica-se que Febvre não tenha ouvido falar em Saussure, parece surpreendente que, no período seguinte, logo após a Segunda Guerra, ele ainda desconhecesse o Círculo Lingüístico de Praga, ou tampouco tivesse ouvido falar em Jakobson ou Benveniste, assim como em Lévi-Strauss. Para os historiadores e para os analistas do discurso será ainda mais surpreendente a ausência de referências a Marx ou a Freud. Para Régine Robin (1977, p.72), “o que L. Febvre procura antes de tudo na lingüística pré-estrutural é a origem das noções, sua evolução semântica em diacronia, o relacionamento desta evolução com a História Geral”. Para a autora, o mérito de Febvre está no fato de que ele, embora não mencionasse a lingüística estrutural, “em compensação, em História, nos novos caminhos que traça,[—] sensibilidade coletiva, estruturas mentais, psicologias coletivas ou individuais, sensibilidades biopsicológicas — introduz uma espécie de estudo estrutural não-formalizado, sincrônico, das inter-relações entre os diversos elementos do todo social: o estudo das rupturas ao lado do das continuidades e permanências” (ROBIN, 1977, p.72). Ainda que possamos reconhecer os méritos de Febvre no sentido de tentar romper com a idéia de causalidade e linearidade na história, há ainda um certo resquício do evolucionismo em suas análises. Segundo Dosse (1992, p.87),

se a descoberta das estruturas de pensamento do século XVI pode parecer moderna e prenúncio do estudo das formações discursivas, conduzido por Foucault, subsiste ainda certo número de referências a um evolucionismo eurocêntrico ultrapassado, nessa obra de Lucien Febvre que evoca ‘a deficiência ou lacuna de pensamento’ do século XVI, a respeito das lacunas do vocabulário da época, da falta de uma sintaxe que tem como resultado uma ‘impressão de saltitamento e de incoerência’.

Para Regine Robin (1977, p. 73), G. Duby e R.Mandrou esforçaram-se “por prosseguir o esforço de L. Febvre na via do alargamento do campo histórico, em particular naquilo que concerne a tudo o que L. Febvre colocava sob a noção de

‘aparelhagem mental’ de uma época”. R. Mandrou dedicou-se, na década de 60, a estudar a ‘visão de mundo’ juntamente com os ‘comportamentos’, pois acreditava que “os atos... na falta de palavras, fornecem-nos uma parte válida destas representações mentais estruturais que queremos delimitar” (ROBIN, 1977, p. 73). Diferentemente de R. Mandrou, G. Duby dedicou-se a estudar, nas décadas de 60 e 70 as representações que uma sociedade faz de si mesma, o que o fez colocar a linguagem em primeiro lugar, entendida como “os diversos meios de expressão que o indivíduo recebe do grupo social em que vive, e que servem de quadro a toda a sua vida mental”. Por isso, Duby se pergunta: “Como penetrar na consciência dos homens de tal meio, como explicar sua conduta, as relações que eles mantêm, tentar ver o mundo e o outro por seus próprios olhos, sem conhecer o vocabulário que empregam — ou antes os vocabulários, pois muitos homens utilizam vários, adaptados aos diferentes grupos em que se inserem — sem dispor de um inventário sistemático e cronológico das palavras?” (DUBY apud ROBIN, 1977, p. 74). E conclui: “De maneira que a história das mentalidades não pode progredir sem o concurso dos lexicólogos”.

Entre os seguidores de Febvre, a busca de A. Dupront em fundar uma *semântica histórica* será mais ambiciosa. Dupront critica o desprezo dos historiadores pela linguagem e suas conseqüências para a História, apresentando uma certa *euforia panlingüística*, ao mesmo tempo em que rejeita o modelo histórico vinculado à trilogia causas/acontecimentos/conseqüências, de esquemas simples e lineares. Era, portanto, necessário “substituir resolutamente a procura da causalidade pela dinâmica própria das relações, o que significa que importam antes de tudo a análise interna de um texto e sua rede complexa de relações nocionais. Trata-se de reencontrar para cada palavra seu lugar e seu sentido” (ROBIN, 1977, p. 77).

O modelo estrutural trazido por Dupront será o modelo fonológico de Troubetzkoy, em que importam a relação e o sistema de inter-relações em substituição às problemáticas da origem e da causalidade. Embora a *semântica história* traga algumas questões importantes para se pensar o fazer historiográfico, contrapondo-se às análises de conteúdo e às análises temáticas, buscando passar do “estudo dos fenômenos lingüísticos conscientes ao de sua infra-estrutura inconsciente”, “a língua é pensada em sua neutralidade ideológica, o que autoriza a se refugiar por trás do rigor,

da objetividade da Lingüística” (ROBIN, 1977, p. 78). Por um lado, Robin denuncia em Dupront uma inadequação da noção de inconsciente que emprega pois se percebe uma certa mistificação da palavra ‘sentido’, como algo que deve ser ‘revelado’ através da busca de ‘suas raízes’. Por outro lado, seu centramento na palavra e na quantificação farão da *semântica história*, na visão de Robin (1977, p.79), uma *história do signo* em sua vida linear: “perscruta o nascimento da palavra, seu desaparecimento, as etapas de seu percurso, a continuidade de seu uso”.

Se a grande questão dos fundadores dos *Annales* e da Nova História era superar o positivismo que estava na base do pensamento histórico do início do século, os historiadores vão reencontrá-lo nas décadas de 1960 e 1970, através da transposição direta do modelo lingüístico estrutural. Assim como na história, nesse mesmo período, como veremos no próximo capítulo, a AD buscou implementar outras formas de se atingir, a partir do léxico, o sentido do discurso, correndo os mesmos riscos que se corria na História. Por isso, Robin (1977, p.84) alertava, em 1973, para o fato de que

adotar o modelo fonológico, transpô-lo, abrigar-se atrás ou sob a bandeira da Lingüística Estrutural, numa época em que a Lingüística, não só recolocou em questão alguns postulados fundamentais do saussurismo, como a dicotomia língua-palavra, mas se propõe a ultrapassar o chomskismo e seus pressupostos, num momento de profunda renovação e de questionamento, não deixa de representar um perigo.

Assim, como podemos perceber, a questão lexical, ou mais exatamente do vocabulário — de um autor, de uma época, de um corpus —, permanece, desde Febvre até o final da década de 1970 (e ainda, hoje, em muitas pesquisas), sendo a principal ou mesmo a única questão colocada e problematizada em relação à linguagem pelos historiadores. Por isso, é importante assinalar mais uma vez que as questões que nos interessam em relação à noção de documento, de sentido e de discurso derivadas dos estudos desenvolvidos pelos fundadores dos *Annales* vêm das mudanças na noção de fato histórico, que não será mais o fato político apenas, nem um dado pronto e acabado, mas o produto do trabalho do historiador. Porém, nos interessa, ainda mais, mostrar que, embora a noção de documento tenha mudado substancialmente, a questão do sentido do texto continuou sem o devido enfrentamento, e o léxico, como sinônimo de *palavra*, continuou a ser o dado lingüístico mais importante para as pesquisas em

história. Em 1978, Le Goff (1990, p. 29) já nos alertava para o fato de que, para muitos historiadores, “uma parte das conquistas técnicas do método positivista na história continua válida”. Para Marc Bloch, com um certo exagero, a publicação da obra *De Re Diplomatica*, em 1681 por Don Mabillon, fundou definitivamente a crítica dos documentos. Os fundadores dos *Annales* e os autores da Nova História ampliaram o campo do documento histórico, substituindo a centralidade do texto escrito pela multiplicidade de tipos de documentos. Entretanto, de acordo com Le Goff (1990, p. 29), “os métodos de crítica desses documentos novos calcaram-se mais ou menos nos métodos aperfeiçoados pela erudição dos séculos XVII, XVIII e XIX”. Infelizmente, parece que, muitas vezes, no campo da história, assim como em algumas áreas dos estudos lingüísticos, ainda agimos como filólogos, colocando o sentido na palavra, e tratando a linguagem como um espelho através do qual podemos ter acesso ao pensamento dos homens.

Se o fato histórico, logo na primeira metade do século XX, passou a ser entendido como uma construção do historiador, como produção e não apenas como produto pronto e acabado da ação dos homens, a noção de documento, por sua longa proximidade com o texto escrito, tardou um pouco mais para sentir o efeito dessa mudança. A ampliação por si só da noção de documento para outros tipos de fontes além do texto escrito não foi suficiente para mostrar a diferença entre *ler* um documento e compreender *como ele se transformou num documento*. Somente no final da década de 1960 as primeiras tentativas de se esboçar uma nova teoria sobre o documento foram realizadas por Foucault e Le Goff. De acordo com esses autores o documento é sempre um documento/monumento.

3.3. Os debates em torno da noção de documento/monumento

Para compreendermos o tipo de mudança ocorrida na noção de documento a partir da década de 60 e que estimulou outras mudanças no campo da história, devemos entender sua relação com a noção de monumento.

Segundo Le Goff (1996, p. 535), os “materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: monumentos, herança do passado, e os documentos,

escolha do historiador”. O monumento tem como características estar quase sempre ligado “ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1996, p.536). O documento, por sua vez, “que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*” (LE GOFF, 1996, p. 536).

O termo documento, com o sentido de ‘prova’, era amplamente usado no vocabulário legislativo desde o século XVII, quando se difunde, na linguagem jurídica francesa, “a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX” (LE GOFF, 1996, p.536). Portanto, o termo documento não era comumente usado pelos historiadores antes de 1800, mas foi lentamente se sobrepondo ao monumento. Até então, o termo monumento era correntemente usado principalmente para referir-se a grandes coleções de documentos. O triunfo do termo documento coincide com o triunfo positivista, por isso a necessidade de usar apenas documentos encontrados em arquivos *confiáveis*. Na primeira metade do século XX, o documento ainda tinha o sentido de ‘prova’. O historiador G. Lefebvre, por exemplo, ainda afirmava em 1940, que “não há notícia sem documentos[...]”, pois “se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se” (LEFEBVRE, 1971, p. 17 apud LE GOFF, 1996, p. 539).

Na mesma época, tanto Marc Bloch quanto L. Febvre criticavam o sonho positivista dos historiadores de assistir passivamente a história feita através dos documentos e o fato de que colocassem em questão apenas o documento enquanto tal. Bloch chamava a atenção dos historiadores para o fato de que

os documentos não surgem aqui ou acolá, por artes mágicas. A sua presença ou sua ausência em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise, e os problemas que sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios de técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida

do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações. (BLOCH, 1997, p. 117)

No entanto, se essas críticas e observações de Bloch e Febvre ampliaram a noção de documento, não chegaram a provocar mudanças nos procedimentos de crítica e de análise das fontes. Para Le Goff (1996, p. 547), ainda faltava ao historiador compreender que o sentido histórico dos textos estava na sua intervenção, “que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção”. Algumas mudanças começaram a surgir a partir do momento em que os historiadores passaram a perceber uma outra forma possível de organização, seleção e leitura dos documentos.

Para Le Goff (1996, p. 541), o alargamento do termo *documento*, promovido pelo fundadores dos *Annales*, de acordo com Glénisson, foi apenas uma etapa na produção, a partir dos anos 60, de uma verdadeira *revolução documental*. Essa revolução teria ocorrido de forma qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo, já que os pesquisadores passaram a interessar-se pela história de todos os homens, e por isso foram recuperados tipos de documentos que antes eram descartados. Por outro lado, a informatização trouxe para o debate sobre o documento a questão do seu valor relativo que deu origem à história serial. Segundo Foucault (2005b, p. 291), na história serial,

O historiador [...] não interpreta mais o documento para apreender por trás dele uma espécie de realidade social ou espiritual que nele se esconderia; seu trabalho consiste em manipular e tratar uma série de documentos homogêneos concernindo a um objeto particular e a uma época determinadas, e são as relações internas ou externas desse *corpus* de documentos que constituem o resultado do trabalho do historiador. Graças a esse método, [...] o historiador pode fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido.

Outra mudança importante no tratamento do documento, foi o passo dado, em 1960, por Paul Zumthor, que formulou a hipótese de que o que transforma um documento em monumento é o seu uso pelo poder. No entanto, apesar de sua grande contribuição na problematização dessa relação, ele “hesitava em transpor o fosso que

consistia em reconhecer em todo documento um monumento” (LE GOFF, 1996, p. 545). O historiador precisava compreender que “não existe documento objetivo, inócuo, primário”, pois “o documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p.545). Portanto, é preciso “não isolar os documentos do conjunto de monumentos do qual fazem parte” (LE GOFF, 1996, p. 548). Se antes a crítica do documento consistia na busca de autenticidade, a partir da segunda metade do século XX entendeu-se que a utilização do documento pelo poder, como forma de fazer perpetuar alguma coisa do passado, transformou-o num monumento, daí a necessidade de se aprimorar a crítica ao documento/monumento.

Para Foucault (2002a, p. 8), “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa”. A *memória* é algo com que nos habituamos e aceitamos sem questionar, ela é um produto de nossas relações sociais em que se cristalizaram idéias, fatos e crenças. Por isso, o sentido da memória precisa ser reconhecido, revelado. O sentido na história, ao contrário, é objeto de lutas, apropriações, rejeições. Segundo Foucault, a história tradicional dedicava-se a *memorizar os monumentos* do passado, ou seja, a transformar os *monumentos* em *documentos*, em *provas confiáveis* do que foi ou do que se disse, e torná-los parte da memória coletiva. Ao contrário, “em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que deviam ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2002a, p. 8).

Para Le GOFF (1996, p.548), “no limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” e “analisar as condições de produção dos documento-monumentos”. Enfim, é preciso fazer a crítica ao documento considerando que a ‘sensação’ de que o texto histórico corresponde a uma ‘realidade’ vem dos procedimentos discursivos das instituições sociais que legitimam o documento e levam a sociedade a interpretar-se e a compreender-se

através dessa interpretação. Os documentos escolhidos e monumentalizados pelo historiador são aqueles que dão legitimidade e autenticam esses gestos de interpretação que a sociedade realiza sobre si mesma. O sentido, a partir dessa concepção de discurso, não está na palavra nem nos textos, mas no conjunto das práticas discursivas, pois são elas que produzem documentos/monumentos e o ‘efeito de realidade’ que eles criam. A mudança na noção de documento vai transformá-lo, com a ajuda da inovação tecnológica da informatização, em um novo objeto teórico.

Essa mudança, segundo Foucault, tem várias conseqüências para a história, como o aparecimento da longa duração, da história serial e da noção de descontinuidade. Com essas mudanças surge a possibilidade de uma história geral em substituição ao projeto de uma história global que “cinge todos os fenômenos em torno de um centro único” (FOUCAULT, 2002a, p. 12). Além disso, serão várias as conseqüências e os problemas metodológicos a serem enfrentados como o da definição dos corpus de documentos, de princípios de escolha, dos níveis de análise, da especificação do método, da delimitação dos conjuntos e sub-conjuntos que articulam o material estudado e a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto.

Acreditamos que a partir da crítica que Foucault faz à história tradicional e à história das idéias é possível compreender como a questão do sentido passou a ser pensada após o impacto que o pensamento foucaultiano causou na história e na análise do discurso (principalmente a que se fazia na França, no final da década de 1960, e que veremos no próximo capítulo).

3.4. A noção foucaultiana de enunciado e formação discursiva: um debate com a história e a lingüística

Apesar de não ter sido seu principal objetivo elaborar uma teoria do discurso, Foucault tem sido apontado como um dos mais importantes teóricos desse campo do conhecimento. Sua preocupação em discutir temáticas bastante amplas, envolvidas com a constituição dos saberes em sua relação com os poderes no decorrer da história da sociedade ocidental, o levou a debater tais temáticas tendo como referência o

discurso. Para elaborar uma teoria coerente, Foucault buscou enfrentar a questão do sentido confrontando suas noções de discurso e enunciado com as noções de língua, frase e ato de fala que permeavam os trabalhos em lingüística.

Para R. Robin (1977, p. 92-93), “pode parecer estranho relacionar a obra de M. Foucault à constituição de um objeto discursivo, pois como tentaremos mostrar, não é o discurso que está no centro das preocupações de M. Foucault. Sua pesquisa, explica ele sobretudo em *A Arqueologia do Saber*, não é a do referente”. Isso quer dizer que a noção de discurso, assim como seu objeto de estudo, não são os mesmos usados pela lingüística, nem pela retórica, nem pela história tradicional, ou pela crítica literária, pois “tanto quanto não está nas coisas, este objeto não está nas palavras, na análise interna do discurso, em sua estrutura intralingüística” (ROBIN, 1977, p.93). Portanto, “o tipo de unidade discursiva procurada não é nem formal nem retórico; [...] esse tipo também não reside no recorte do universo científico ou pseudocientífico em disciplinas, tampouco na figura do tema ou na do autor”. Enfim, “este objeto não é constituído pelo discurso, mas pelas *condições de possibilidades* dos discursos”(ROBIN, 1977, p.93).

Em sua relação com a história, segundo Peter Burke (1997, p. 117), “Foucault caminhou em linhas paralelas às da terceira geração dos *Annales*. Da mesma maneira que ela, estava preocupado em ampliar os temas da história”. Ainda que reconheça o débito maior de Foucault com Nietzsche e os historiadores da ciência Bachelard e Canguilhem, Burke (1997, p.119) acredita que “o que Foucault gosta de denominar sua ‘arqueologia’, ou sua ‘genealogia’, tem, pelo menos, uma semelhança familiar com a história das mentalidades. Ambas as abordagens mostram uma grande preocupação com tendências de longa duração e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados”.

Essa semelhança apontada por Burke torna-se insuficiente e discutível quando o próprio Foucault afirma que há diferenças entre o que se pode considerar mentalidades, representações ou pensamento. Foucault (2002)²⁰ afirma que durante muito tempo havia procurado “saber se seria possível caracterizar a história do

²⁰ Esta citação aparece na apresentação do vol. I, da coleção Ditos e Escritos, na página XXXV, e pertence ao texto *Polêmica, Política e Problematizações*, do vol. V da edição brasileira dessa mesma obra.

pensamento distinguindo-a da história das idéias — quer dizer, da análise dos sistemas de representações — e da história das mentalidades — quer dizer, da análise das atitudes e dos esquemas de comportamento. Pareceu-me que existia um elemento que era capaz de caracterizar a história do pensamento: o que nós poderíamos chamar de problemas ou, mais exatamente, de problematizações.” Para Foucault o pensamento não pode ser caracterizado como aquilo que subentende um comportamento como é o caso das representações. Entre mentalidades e representações, sim, poderia haver alguma relação, já que se tratam de esquemas de comportamento e de maneiras de representar essas formas de agir. O pensamento, no entanto, não é aquilo que dá sentido a um comportamento, mas o que permite torná-lo objeto de uma *problematização*, interrogando-o sobre seu sentido, suas condições e seus fins. Para Foucault (2002)²¹, “o pensamento é a liberdade com relação ao que se faz, o movimento pelo qual disto nos distanciamos, o constituímos como objeto e refletimos sobre ele como problema”.

Para Dosse (2003, p. 209), desde o início, a relação de Foucault “com os historiadores se constrói em torno de um mal-entendido, pois o que se celebra é uma obra de psicologia social que ilustra, magnificamente, o conceito de história das mentalidades do *Anais*, o que *A história da loucura* não o é, de forma alguma”. De acordo com o autor, Foucault dizia trabalhar no âmbito da narração dos acontecimentos mas que seu objeto não é o campo da história social, pois, “sua grade de análise situa-se num outro nível, o das práticas discursivas”(DOSSE, 2003, p.210). Para o autor, o diálogo entre Foucault e os historiadores só poderia ser um diálogo de mudos. Isso porque Foucault, segundo Dosse (2003, p.211), “só atravessa alguns canteiros da história como filósofo, cujo primeiro objeto é mostrar que a instância global do real, tão cara aos historiadores, é um logro que é preciso desmitificar”. No entanto, mesmo após reconhecer as especificidades da arqueologia, o autor parece ter dúvidas com relação à diferença entre esses três campos do saber — história das idéias, das ciências ou dos sistemas de pensamento —, pois em *História e Ciências Sociais*, ao comparar a história das idéias e o projeto arqueológico, Dosse (2004, p. 289) se pergunta, juntamente com François Azouvi, “se a arqueologia do saber, nascida no

²¹ Idem nota anterior.

seio da história das ciências e com a bênção de seus representantes mais ilustres, era uma história que não ousava dizer seu nome”.

Foucault, no entanto, explica que o problema da história das idéias é que ela se utiliza de dois expedientes considerados fáceis pelo autor:

- 1) Utilizam-se conceitos que me parecem um pouco mágicos, como a influência, a crise, a tomada de consciência, o interesse conferido a um problema, etc. Todos utilitários, eles não me parecem operatórios.
- 2) Quando se encontra uma dificuldade, passa-se do nível de análise, que é o dos próprios enunciados, para um outro, que lhe é exterior. Assim, diante de uma mudança, uma contradição, uma incoerência, recorre-se a uma explicação pelas condições sociais, pela mentalidade, pela visão de mundo etc. (FOUCAULT, 2005, p. 65)

Foucault (2005c, p. 65-66) explica que tentou evitar esses expedientes, esforçando-se por “descrever os enunciados, grupos inteiros de enunciados, fazendo surgir relações de implicação, de oposição, de exclusão, que podem ligá-los novamente”.

Para além dos debates sobre as relações entre a arqueologia, a genealogia e a história das idéias, porém, é possível perceber que as contribuições de Foucault para o campo da História foram mais amplas — embora sobre isso não exista consenso entre os historiadores.

Para Le Goff (1996, p. 103), o legado de Foucault ocupa um lugar excepcional na História por três razões: 1. por sua produção histórica (seus estudos sobre a loucura, a história da clínica, do mundo do cárcere e da sexualidade introduziram novos objetos); 2. por seu diagnóstico sobre a renovação da história (a questão do documento/monumento, a noção de descontinuidade, o tema de uma história global e a problematização dos procedimentos metodológicos); 3. por propor uma filosofia ‘original’ da história, ligada à prática e à metodologia da disciplina histórica, questionando sua vocação empirista e propondo que a história seja sempre uma história-para, provisória e contingente.

Para os historiadores marxistas que se dedicaram a debater as teorias do discurso como R. Robin (1977, p. 92), a dívida dos historiadores com Foucault é imensa porque ele “estabelece explicitamente as relações das práticas discursivas e das práticas não-discursivas. Por isso, escapa ao perigo da análise interna como tipo (sic)

das análises estruturais, cuja lei de funcionamento é intradiscursiva”. No entanto, a não-hierarquização dessas práticas, ou seja, a justaposição em que Foucault as coloca, foi interpretada como uma limitação de sua teoria.

Outros historiadores relutam em admitir as contribuições das questões levantadas por Foucault sobre o discurso, o ‘efeito de sentido’ e a História. Para Fontana (2004, p. 387), por exemplo, “é evidente que Foucault refletiu, mesmo confusamente — às vezes de forma enganosa —, sobre problemas importantes, o que permite explicar sua repercussão universal. A influência no terreno da história, no entanto, foi menor do que a frequência com que é citado parece indicar”. Essa postura, adotada por alguns historiadores, parece mostrar pouco interesse sobre os debates em torno da crítica dos documentos, limitando-se a analisar a questão vocabular, relacionando a crítica apenas com os problemas de anacronia e de autenticidade. Tal postura também desconsidera os debates em torno dos problemas relacionados com o ‘efeito de sentido’ e de ‘verdade/realidade’. Mesmo que se considerem como avanços a *história dos conceitos alemã* e a *sociologia histórica*, cujos trabalhos de Pierre Villar e Régine Robin serviriam para exemplificar, eles não deixam de ser análises de vocabulário, não chegando ao estudo do nível discursivo como o estamos entendendo neste trabalho. Foi Régine Robin quem nos alertou, em seu livro intitulado *História e Lingüística* (1973), para a necessidade de se elaborar uma teoria que desse conta do nível discursivo que a simples transposição de conhecimentos trazidos da lingüística e da lexicologia não conseguiam alcançar.

O reconhecimento de que a análise de texto — como a possibilidade de examinar de que forma os textos legitimadores são elaborados, começando pelos próprios relatos históricos — poderia ser útil ao historiador, seria uma das contribuições dos debates empreendidos por Michel Foucault. Sua preocupação em descortinar os mecanismos que dão *condições de possibilidades* de existência destes textos/documentos legitimadores nos levou a refletir sobre a noção de documento como monumento, incluindo aí a questão do poder, como já vimos. Se o sentido histórico é dado pela monumentalização dos documentos através da intervenção do historiador — segundo procedimentos discursivos que constroem sua legitimidade

através do ‘efeito de realidade’ — seria preciso analisar, ao nível discursivo, as condições de produção desses documentos.

No entanto, se o que se busca nos documentos é ‘a realidade’ acaba-se envolvido pelos discursos que a legitimam e passa-se a ser *falado por eles*. Quando Foucault se refere a ‘efeitos de realidade’ ele está querendo dizer que há mecanismos, práticas discursivas, que *normalizam* certos sentidos, fazendo com que funcionem como ‘a realidade’, ‘a verdade’. Dessa forma, o campo social, a partir de certas práticas discursivas, acaba sendo sempre esse ‘real’ buscado nos documentos. E a linguagem é tida como aquilo que reflete esse real, como um decalque da sociedade.

Portanto, a postura assumida neste trabalho não é aquela que busca afirmar que *se tudo é discurso, a realidade não existe, apenas os discursos*, mas de assumir o risco de buscar evidenciar as práticas discursivas que criam os ‘efeitos de realidade’. Trata-se, antes de mais nada, de entender que é a linguagem que constitui ‘a realidade’.

Acreditamos, por tudo o que já foi mencionado, que não há muitas dúvidas de que o trabalho de Foucault abriu muitas possibilidades de estudos tanto no campo da história quanto no campo do discurso e dos estudos lingüísticos, pois os vários momentos de sua carreira sempre trouxeram questões novas e provocativas para essas áreas. Nesse sentido, para Glyn Williams (1999, p. 76), “it must be recognised that Foucault’s work is by no means uniform and that there are different orientations to his work during his career. There is a distinction between his archeological work and his genealogical work, while a[sic] his final work involves a reflection upon the entire trajectory of his previous work.”

Se no período inicial de seu trabalho, Foucault se coloca na linha de Canguilhem e de Bachelard buscando elaborar uma filosofia crítica, depois de 1966, com a publicação de *As palavras e as coisas*, seu trabalho tornou-se muito mais político e focado sobre as questões de poder. Os métodos de análise de Foucault, segundo Williams (1999, p.77), podem ser divididos em duas partes. Uma delas é sincrônica e envolve as inter-relações entre os elementos que estão centrados sobre identidades tipológicas — que deriva do trabalho de Canguilhem, Bachelard, Heidegger e Riemann —. O outro, que tem interlocução com o primeiro, é diacrônico,

deriva de Nietzsche, e corresponde ao que Foucault chamou de ‘história dos sistemas de pensamento’.

No conjunto do seu trabalho, segundo Williams (1999), Foucault combateu a noção de sujeito centrado, a racionalidade e a fenomenologia de Husserl. Seu foco sobre as questões que envolvem a noção de homem como sujeito contribuiu para a elaboração de uma teoria anti-humanista: “nada no homem, nem seu próprio corpo, é bastante fixo para compreender os outros homens e neles se reconhecer” (FOUCAULT, 2005a, p. 272).

Para Williams (1999, p. 77), o melhor lugar para se começar a discussão sobre o trabalho de Foucault é pela sua apropriação das idéias de Nietzsche, pois “his influence is evident in what Foucault has referred to as a ‘suspicion of language’ claims is characteristic of Western civilisation”.

Segundo Nietzsche (1989b), não existem fatos, apenas versões. Quando falamos das coisas do mundo não as tocamos, apenas as interpretamos. Nós não atingimos as coisas do mundo através da linguagem, nem mesmo tomando-a em sua relação de referência com o real. Por isso, o pensamento iluminista será duramente criticado por Nietzsche por sua crença num mundo real que pudesse ser atingido através da racionalidade com a ajuda do instrumento da linguagem. Para Nietzsche (1989a), como vimos no capítulo anterior, o homem não pode ter uma relação com o mundo que não seja uma relação metafórica, e o conhecimento que ele elabora sobre si mesmo é um conhecimento mediado por operações metafóricas. Essa idéia de linguagem como uma operação ou ação já estava presente nas reflexões de Wilhelm von Humboldt, para quem linguagem e pensamento não são entidades separadas. No entanto, como vimos no primeiro capítulo, a linguagem na concepção humboldtiana é constitutiva do indivíduo, para Nietzsche, ela também é constitutiva da realidade. Por isso, essa operação metafórica é uma ação ao mesmo tempo livre, ou seja, realizada pelo indivíduo, e inconsciente, sobre a qual a racionalidade humana não tem senão o poder de dar aos homens a ilusão de que tocam o mundo com o conhecimento através da linguagem (NIETZSCHE, 1989a)..

Nietzsche defendia a idéia de que a relação do homem com a verdade e com o conhecimento —seja ela construída pelo ‘homem intuitivo’ ou pelo ‘homem da

ciência’— é sempre o resultado do *desejo de verdade* e não da possibilidade de se atingir essa verdade (NIETZSCHE, 1989b). O *desejo de verdade* é apenas uma denominação diferente para o *desejo de poder*. São esses desejos que impulsionam as ações dos seres humanos em direção ao conhecimento, isto é, são aquilo que dá sentido ao conhecimento. Para Nietzsche, segundo Williams (1999, p.80), é o *desejo de poder* que constitui os indivíduos, e a sociedade é uma consequência dos conflitos entre os *desejos de poder*. Dessa forma, verdade se torna uma palavra, um nome para *desejo de poder* e não há uma verdade única que corresponda a uma realidade também única, pois ambas são passíveis de transformações.

Para Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1970), a *vontade de verdade* é uma força criadora/propulsora de ciência, de novos discursos, e, ao mesmo tempo, uma espécie de *procedimento de exclusão* diferenciado, uma *prodigiosa maquinaria destinada a excluir*. As sociedades humanas, segundo o pensador francês, constroem mecanismos de controle e dominação das práticas discursivas por temer os seus efeitos, como o de ‘verdade’ e de ‘realidade’. Toda sociedade deseja dominar o discurso, negá-lo como acontecimento e desconsiderar sua materialidade a fim de conjurar *seus poderes e perigos*. Em uma sociedade como a nossa é possível identificar procedimentos de *exclusão, delimitação, controle e rejeição* dos discursos, entre outros.

Ao analisar a polêmica entre sofistas e platônicos, Foucault nos chama a atenção para o fato de que a *vontade de verdade* é um dos principais procedimentos de exclusão que se apóia sobre suportes institucionais. No entanto, enquanto os demais procedimentos perdem sua força, a *vontade de verdade*, profundamente ligada ao desejo e ao poder, tem sido quase sempre lembrada apenas como *riqueza e fecundidade*, como *força doce e insidiosamente universal*.

A questão da verdade e do desejo de verdade, também pode ser encontrada nas reflexões de Bachelard e Canguilhem, leitores de Nietzsche e interlocutores de Foucault. Para Bachelard, assim como para Foucault, a história é marcada pela descontinuidade, o que faz com que a história das ciências não possa ser concebida como um processo progressivo de evolução (WILLIAMS, 1999). A verdade não é o acúmulo das conquistas de conhecimento realizadas pelo homem. Portanto, nessa

perspectiva, não há espaço para a idéia de uma correspondência mecânica entre ‘conceitos e realidade’, em que se revelando um o outro também se torna visível, pois os dois são passíveis de constantes reinterpretações. A correspondência possível entre eles é sempre mediada pela teoria e, portanto, não há, também, nada que possa ser definido *a priori*. Da mesma forma, para Canguilhem, a discussão sobre as relações entre história e ciências humanas deve levar em conta as discussões sobre o que é falso e o que é verdadeiro, pois eles só têm sentido no interior da uma mesma teoria, na sua própria imanência (WILLIAMS, 1999). Para Foucault (2001), a questão mais relevante é compreender como os sistemas de saber, as disciplinas, as doutrinas e a filosofia criam o seu ‘verdadeiro’ numa sociedade, vista como o ‘efeito do discurso normativo’. Portanto, as relações entre verdade, saber e poder na teoria foucaultiana só podem ser compreendidas se colocamos as relações entre o discurso, a história, os sujeitos e a produção de sentido no centro de nossas reflexões.

Nos seus três primeiros livros, —*A História da Loucura na Idade Clássica* (1962), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966) —, Foucault buscou estudar as condições de existência dos saberes em determinada época histórica chamando-as de *episteme*. De acordo com o autor, “por *episteme* entende-se na verdade o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (FOUCAULT, 2002a, p. 217). Segundo Foucault, a *episteme* não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade relacionada a um sujeito, um espírito ou uma época. Ela pode ser encontrada quando percebemos relações entre as ciências ao serem analisadas no nível das regularidades discursivas. Em *A Arqueologia do saber*, ao fazer uma revisão crítica de suas obras anteriores, Foucault irá substituir a idéia de *episteme* pelo conceito de prática discursiva. Segundo GREGOLIN(2004b, p. 85), “isso tem, entre outros, dois efeitos teóricos: primeiramente Foucault está historicizando uma visão que era, em *As Palavras e as Coisas*, muito próxima da proposta estruturalista; em segundo lugar, a idéia de ‘prática’ acentua o caráter de luta política que Foucault imprimirá aos enunciados na produção da História. Entre Lévi-Strauss e Marx, seu pêndulo se inclinará para o segundo”.

A idéia de que as condições de existência dos saberes são asseguradas por certas regras de funcionamento — sejam *epistemes* ou práticas discursivas — irá permear todo o trabalho de Foucault. Se em *A História da Loucura*, Foucault busca entender a distinção entre razão e desrazão como um fato histórico, em *O Nascimento da Clínica* ele busca delimitar as condições de possibilidade da sistematização do saber médico que se estruturou através da distinção entre normal e anormal. Diferentemente dos historiadores positivistas e de muitos estruturalistas, acostumados a pensar na continuidade (movimento, fluxo, evolução), Foucault busca escrever a história através da análise das transformações e das rupturas, ou seja, das descontinuidades da história.

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault busca entender como as ciências humanas tomaram o homem como sujeito e objeto de estudo ao mesmo tempo. Ele concebe as ciências humanas como saberes, portanto, como discursos, e não como ciências.

As ‘ciências do homem’ fazem parte da *epistémê* moderna como a química ou a medicina ou alguma outra ciência; ou, ainda, como a gramática e a história natural faziam parte da *epistémê* clássica. Mas dizer que elas fazem parte do campo epistemológico significa somente que elas nele enraízam sua positividade, que nele encontram sua condição de existência, que não são, portanto, apenas ilusões, quimeras pseudocientíficas, motivadas ao nível das opiniões, dos interesses, das crenças, que elas não são aquilo a que outros dão o estranho nome de ‘ideologia’. O que não quer dizer, porém, que por isso sejam ciências. (FOUCAULT, 2002b, p.505)

Para Foucault, o conhecimento na história ocidental foi dominado por três *epistemes* (a da Renascença, a Clássica, e a Moderna). A *episteme* moderna foi a que gerou as condições para o aparecimento das ciências humanas como um novo campo do saber que tomará como sujeito e objeto de estudo não o homem transcendental, mas o ser humano imerso na historicidade, no que ele chamou de ‘finitude’. Concebendo as ciências humanas como discursos, Foucault introduz o termo ‘arqueologia’ para referir-se ao estudo dos *acontecimentos discursivos*, ou seja, dos enunciados efetivamente produzidos e que serão tratados como acontecimentos na tentativa de compreender as condições que possibilitaram seu aparecimento num determinado momento histórico. Esses acontecimentos, no entanto, obedecem a um conjunto de

regras, chamado de *arquivo*, que determina as condições de possibilidades de sua aparição. Dessa forma, para Foucault,

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.[...] Longe de ser o que unifica tudo num grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia *os* discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2002a, p. 149)

Portanto, se as ciências humanas são saberes que, por sua vez, devem ser analisados como discursos, interessa não o discurso em si mas as relações entre os discursos e suas condições de existência. Tais condições não podem ser encontradas na linearidade das narrativas históricas tradicionais que só fazem referência aos saberes e aos sujeitos, tomados como fundadores dos discursos. A história tradicional busca, muitas vezes, a origem do conhecimento como objeto de estudo desses saberes, na consciência de sujeitos racionais e conscientes. Por isso, rejeitando a noção de sujeito originário, consciente e centrado em si mesmo, Foucault retoma alguns conceitos da Nova História, como descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série e transformação para afastar-se da história tradicional — feita através da busca da continuidade, da linearidade, da causalidade e da soberania do sujeito. Para Foucault (2002a, p. 14-15),

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido[...]. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência.

Para entendermos melhor as relações entre o discurso, o sujeito e a história na teoria foucaultiana precisamos entender o que são os acontecimentos discursivos. Em seguida, é preciso compreender o conceito de enunciado e a noção de sentido em sua relação com as formações discursivas e os arquivos.

Em *A arqueologia do saber*, Foucault começa seu debate metodológico a partir da suspensão de várias noções com as quais estamos habituados a lidar sem nos questionarmos a respeito delas. Ele faz um trabalho negativo para libertar-se de todo um jogo de noções (tradição, desenvolvimento, evolução, mentalidade ou espírito) que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade. Foucault as coloca em suspenso, pois é preciso “pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início” (FOUCAULT, 2002a, p. 24). A segunda precaução tomada por Foucault consiste em inquietar-se com certos recortes que já nos são familiares como ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção, etc, e principalmente as unidades do *livro* e da *obra*. Foucault os tratará como fatos de discurso que devem ser analisados ao lado de outros com os quais mantêm relações complexas, mas que não podem ser universalmente reconhecíveis. Uma última precaução tomada por Foucault é manter em suspenso os temas da origem e da memória que condenam a análise histórica a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica. Por isso, “é preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos[...]; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2002a p. 28).

É nesse sentido que a arqueologia se faz através da análise dos enunciados (dispersos em acontecimentos discursivos) em cada momento de sua irrupção histórica. Sua emergência, portanto, está articulada com a existência de outros enunciados, o que pressupõe a necessidade de uma análise dessas relações. O enunciado “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido [numa acepção formal] podem esgotar”, pois “está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros, e de qualquer forma de registro” (FOUCAULT, p. 32).

Portanto, Foucault vê no enunciado uma unidade única — como todo acontecimento —, mas repetível, aberta à transformação, à reativação. O enunciado

está ligado aos demais enunciados, às situações que o provocaram e às conseqüências por ele ocasionadas; por isso, cada enunciado tem uma relação com o passado e, ao mesmo tempo, com o futuro. O sentido do enunciado/texto/documento, dessa forma, torna-se refém dessas relações. O enunciado, para Foucault (2002a, p. 99), é “uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)”. Ele não é, conseqüentemente,

uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular [...], ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição ou ato de linguagem; e para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. (FOUCAULT, 2002a p. 98)

A partir dessa definição de enunciado como unidade do discurso e não como unidade de língua, é possível entendermos as discussões de Pennycook (1994) com seus colegas da Lingüística Aplicada já mencionadas no capítulo anterior. Eles afirmavam que o discurso é uma instância da linguagem em uso, como uma frase de um texto, uma proposição ou um ato de fala; Pennycook, ao contrário, inspirado em Foucault, afirmava que a linguagem em uso só pode fazer sentido como uma instância do discurso, pois é ele que pode explicar a existência de frases, proposições ou atos de fala.

Como os interlocutores de Foucault têm na lingüística estrutural seu referencial teórico para questões que envolvem a linguagem, ele insiste em dizer que o enunciado não é uma estrutura, e sim uma função. Tomando como contraponto as definições de frase, proposição ou ato de fala, ele busca demarcar bem os limites de sua noção de enunciado para mostrar que ele opera num nível diferente. Para ele, a língua — no sentido saussuriano— “é um conjunto de estruturas, mas os discursos são unidades de funcionamento, e a análise da linguagem em sua totalidade não pode deixar de fazer

face a essa exigência essencial” (FOUCAULT, 2005c, p. 73) Reconhecendo na língua um sistema de construção de enunciados possíveis, Foucault (2002a, p. 98) mostra que “não se requer uma construção lingüística para formar um enunciado[...]; mas não basta tampouco qualquer realização material de elementos lingüísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir”. Dessa forma, parece clara a dimensão semiológica que Foucault dá para a noção de enunciado, desvinculando-o do signo verbal apenas. Comparando sua noção de enunciado com a noção de frase tradicionalmente aceita pela lingüística, Foucault nos mostra que:

Uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, são enunciados: onde estão as frases? Poder-se-ia ir mais longe: uma equação de enésimo grau ou a fórmula algébrica da lei da refração devem ser considerados como enunciados; e se possuem uma gramaticalidade muito rigorosa [...] não se trata dos mesmos critérios que permitem, em uma língua natural, definir uma frase aceitável ou interpretável.[...] Não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase. (FOUCAULT, 2002, p.93)

Embora não descarte o lingüístico, Foucault o coloca em um nível diferente daquele que normalmente encontramos nas teorias lingüísticas, em que ainda permanece um forte sentido de imanência. Portanto, não são as regras gramaticais da frase, ou composicionais do texto, que regem a constituição de enunciados. Ao contrário, são as regras do *arquivo*, definidas historicamente, que definem se uma frase, uma proposição ou ato de linguagem podem ser considerados um enunciado. No entanto, para que um enunciado exista efetivamente é preciso que um indivíduo o realize preenchendo a *função enunciativa* a partir de um lugar sócio-historicamente determinado, tornando-se assim o sujeito da enunciação. Ou seja, o enunciado só é possível porque a *função enunciativa* é uma função vazia, podendo ser exercida por diferentes indivíduos; ao mesmo tempo que um único indivíduo pode exercer diferentes *funções*, ocupando posições diferentes no *jogo enunciativo* e assumindo o papel de diferentes sujeitos. Portanto, fazer a análise dos discursos corresponde à *descrição do exercício da função enunciativa*, de suas condições de funcionamento, suas regras e limites. O exercício da função enunciativa numa dada época provoca regularidades de sentido na dispersão dos enunciados efetivamente produzidos. Por

isso, a análise do discurso, como descrição do jogo enunciativo, se faz a partir da análise das regularidades de sentido produzidas pela realização efetiva dos enunciados que, por sua vez, não se dá numa linearidade, mas numa *dispersão*.

Dessa forma, Foucault entende que não há linearidade na história, pois a descontinuidade é o efeito da *dispersão dos enunciados* e da *regularidade dos sentidos*. Assim, como um acontecimento único (realizado na dispersão) e ao mesmo tempo repetível (que provoca regularidades de sentido), o enunciado só pode ser analisado levando-se em conta a sua singularidade e sua possibilidade de transformação: ser o outro, sendo o mesmo. Para dar conta dessa duplicidade do enunciado, Foucault (2002a, p.43) afirma que “em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz freqüentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* (como fazem os lingüistas), descreveria *sistemas de dispersão*”. É no *sistema de dispersão* que ele vai buscar as regularidades de sentido.

A descrição de um conjunto de enunciados num *sistema de dispersão* encontra sempre uma *formação discursiva*. As formações discursivas, no entanto, não correspondem aos nomes comumente dados aos conjuntos de enunciados resultantes dos recortes que até então Foucault mantivera em suspenso como ‘ciência’, ‘ideologia’, ‘teoria’ ou ‘domínio de objetividade’. Ela é o conjunto finito dos enunciados efetivamente realizados, distribuídos em uma dispersão, em que se pode descrever uma regularidade de sentido. E assim chegamos ao que Foucault chama de *positividades* do discurso. São elas que estabelecem as articulações entre as formações discursivas e a história, entre as regularidades de sentido e a descontinuidade.

Para Foucault (2002a, p. 144), “analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de performances verbais, ao nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso”. Para ele, é a positividade de um discurso que “caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos” (FOUCAULT, 2002a, p. 145). A *positividade* não é o que permite decidir quem dizia a verdade, quem raciocinava rigorosamente, quem se adaptava melhor a seus próprios postulados, ou que obra estava mais próxima de uma meta inicial ou última, qual

formularia mais radicalmente o projeto geral de uma ciência, mas permite o aparecimento da medida segundo a qual se fala ‘a mesma coisa’, colocando-se no ‘mesmo nível’, ou ‘à mesma distância’, se desenvolve o ‘mesmo campo conceitual’, opondo-se ‘ao mesmo campo de batalha’. Ao mesmo tempo, ela permite dizer quem fala de forma diferente de quem, de níveis diferentes, de campos conceituais diferentes, etc. As *positividades* do discurso marcam, portanto, os limites desse tipo de comunicação possível dentro de uma mesma formação discursiva. Não se trata de pensar em influências mas de pensar em regularidades de sentido. Foucault (2002a, p. 146) afirma que “a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori histórico*”, “[...] que não seria uma condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados”.

O *a priori histórico*, portanto, antes de julgar os enunciados é o conjunto de regras que delimitam nossas práticas discursivas e permitem o aparecimento dos enunciados, pois “temos na densidade de nossas práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas do outro) que proponho chamar de *arquivo*” (FOUCAULT, 2002a, p. 148).

No entanto, para Foucault (2002a, p. 151) a análise do arquivo não busca as identidades em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história, ela nos desprende de nossas continuidades, rompe o fio das teleologias transcendentais, e onde se buscava o ser do homem faz manifestarem-se o outro e o externo. Esse diagnóstico do presente é o que permite estabelecer “que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos” (FOUCAULT, 2002, p. 151). É a essa história-diagnóstico feita a partir da análise do arquivo, da descrição das formações discursivas, da análise das positividades e da demarcação do campo enunciativo, jamais acabada ou alcançada integralmente, que Foucault chama de o estudo da ‘arqueologia’. Com esse termo, Foucault (2002, p.151) “designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência: da função enunciativa que nele se exerce,

da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte”.

Por isso, a arqueologia

não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar freqüentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um ‘outro discurso’ mais oculto. Recusa-se a ser alegórica.

Por isso, o documento-monumento, na arqueologia e na análise do discurso, não pode ser analisado fora da série da qual faz parte e fora do arquivo a que passou a pertencer pela intervenção do historiador. Por fazer parte de um arquivo, como já vimos, o enunciado está sempre relacionado com outros enunciados, que o antecederam e que foram suscitados por ele. Essas relações fazem parte do conjunto de regras que os constitui permitindo que entrem no complexo jogo enunciativo dos discursos. Estes jogos, dados pela irrupção dos acontecimentos discursivos, constituem as malhas que inter-relacionam passado e futuro num mesmo tecido histórico.

A história, portanto, possui uma materialidade discursiva que se dá pela existência material dos enunciados como acontecimentos discursivos que, segundo Foucault (2002a, p.116), não corresponde à sua materialidade lingüística, pois “não é simplesmente princípio de variação, modificação de critérios de reconhecimento, ou determinação de subconjuntos lingüísticos. Ela é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade”. Portanto, o enunciado foucaultiano não coincide com o enunciado da lingüística, nem mesmo quando ele é o enunciado longo, tratado como texto ou como resultado da interação face-a-face.

O fato de possuir, ao mesmo tempo, singularidade e iterabilidade faz com que o enunciado obedeça a regimes de materialidade muito mais da ordem das instituições do que da localização espaço-temporal. Tais regimes definem “antes *possibilidades de reinscrição e de transcrição* (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis” (FOUCAULT, 2002a, p.118). Por isso, o enunciado, além de possuir um *status* material que o destaca em relação aos demais, pertence a um *campo*

de estabilização que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-lo em sua identidade. Por outro lado, “a constância de um enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas, tudo isso é função do *campo de utilização* no qual ele se encontra inserido” (FOUCAULT, 2002a, p. 120). Portanto, para Foucault (2002a, p. 121), a materialidade dos enunciados faz deles objetos de cultura, entre outros, que os homens “produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem, recompõem, eventualmente destroem”. Por isso, o enunciado — unidade do discurso que permite a realização das práticas discursivas — “circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”.

E é exatamente por serem objetos de lutas, apropriações ou rivalidades que os enunciados, assim como as práticas discursivas que os produzem, tornam o discurso um *objeto de desejo* em nossa sociedade. Por isso, para Foucault, o que interessa não são os discursos em si, mas os interdiscursos, *as condições de possibilidades* do discurso. São elas que determinam o que pode e o que não pode ser dito. Essa massa de coisas ditas, por sua vez, obedece a uma *ordem do discurso*, que controla, exclui e, por vezes, destrói, mas que sempre está relacionada ao *desejo de poder* e ao *desejo de verdade*.

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em dezembro de 1970 e publicada posteriormente sob o título de *A Ordem do Discurso*, Foucault nos mostra que há em nossa sociedade, como em outras, uma profunda logofobia, “uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso” (FOUCAULT, 2001, p.50). Para ele, como já dissemos anteriormente, toda sociedade deseja dominar o discurso, negá-lo como acontecimento e desconsiderar sua materialidade. Para analisar esse temor e os procedimentos que ele engendra para dominar o discurso seria preciso analisar suas condições de existência, seus jogos enunciativos e seus efeitos. Seria preciso optar por “questionar nossa

vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, 2001, p. 51). E, para o autor, os acontecimentos discursivos ocorrem quando algum indivíduo é capaz de ocupar a posição de sujeito do enunciado entrando na *ordem do discurso*. O sentido, portanto, a partir da noção foucaultiana de enunciado como unidade do discurso, é sempre provisório. Ele nos escapa no momento mesmo em que tentamos fixá-lo, pois ele não está inteiramente nem no signo, nem na palavra, nem no sujeito, mas principalmente nas relações entre os enunciados que compõem uma *formação discursiva*. O sentido não faz parte do reino do significante. A análise do discurso, portanto, não desvenda “a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante” (FOUCAULT, 2001, p.70).

Como os interlocutores dos debates promovidos por Foucault são basicamente os historiadores, principalmente aqueles que se dedicam a estudar a ‘história da idéias’ ou a ‘história das ciências’, ele pretendia, como uma continuação das discussões abertas em seus livros anteriores, principalmente os da fase da *Arqueologia...*, discutir as noções de acontecimento e série, descartando as da consciência e da continuidade, as do signo e da estrutura. Partindo da análise do trabalho dos historiadores, ela toma como pano de fundo as noções de acaso, descontínuo e materialidade para propor um novo método. Pensando em trabalhos futuros, ele pretende articular a prática dos historiadores com os procedimentos da *história dos sistemas de pensamento*, a partir de dois conjuntos distintos de procedimentos de análise dos discursos: de uma parte o *crítico*, que colocaria em prática o princípio da inversão — levantar as formas de exclusão, limitação e apropriação e mostrar como se formaram, se modificaram e se deslocaram, que forças exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas —; e o outro parte de um conjunto *genealógico*, que põe em prática os três outros princípios (descontinuidade, especificidade e exterioridade) — que busca saber como se formaram (com ou sem o apoio destes mecanismos de coerção) as séries de discursos, qual foi sua norma específica e quais foram suas condições de aparição, de crescimento e variação.

Como historiador, Foucault desenvolveu uma teoria do discurso enfrentando a questão do sentido nos acontecimentos discursivos. Como analista do discurso, ao tentar descrever as práticas discursivas que constituem os saberes, ele propôs um novo método para a história. Assim, ele cede, nas palavras de R. Bellour²², “à paixão própria do historiador que quer responder ao rumor infinito dos arquivos”. Foucault admite estar “obcecado pela existência dos discursos, pelo fato de as palavras terem surgido”, pois “esses acontecimentos funcionaram em relação à sua situação original; eles deixaram traços atrás deles, eles subsistem e exercem, nessa própria subsistência no interior da história, um certo número de funções manifestas ou secretas” (FOUCAULT, 2005c, p. 72). Portanto, ele “não ignora tudo o que pode haver de pessoal nessa obsessão pela linguagem que existe em todos os lugares e nos escapa em sua própria sobrevivência. Ela persiste desviando de nós seus olhares, o rosto inclinado na direção de uma escuridão da qual nada sabemos” (FOUCAULT, 2005c, p.73).

Embora muitos historiadores desconheçam as contribuições tanto dos pensadores de linguagem, quanto dos pensadores da história que tentaram enfrentar a questão do sentido no terreno dos acontecimentos discursivos, eles não podem se esquivar de todos esses debates. Em algum momento eles terão que se defrontar com a não-transparência da linguagem e com as diferenças entre buscar nos documentos um *sentido em si*, o sentido que os filólogos buscavam nas inscrições dos monumentos, e encontrar, na série, no arquivo, um sentido que se dá na *dispersão*, pelas relações entre os enunciados e não somente pelos enunciados *em si*. Assim, da mesma forma que os lingüistas, eles terão que se defrontar com os problemas da *subdeterminação semântica* da linguagem, pois não bastam as análises lexicológicas ou os inventários de palavras. Terão que enfrentar a limitação da noção de contexto histórico, ainda vinculada às noções de causalidade e linearidade, em confronto com as descontinuidades da história. E, por fim, não terão como se esquivar das limitações que há em se colocar o sentido da enunciação nas intenções do sujeito falante, centrado e racional, dotado de livre arbítrio.

²² Bellour sugere esta entrega de Foucault à paixão de responder ao *rumor dos arquivos* numa entrevista realizada com o autor, em 1967, e publicada na coleção Ditos e Escritos, Vol. II, p. 62-81.

4. As relações entre a lingüística e a história através da ADF: das *máquinas de leitura* ao estudo da *heterogeneidade* no discurso

Nos capítulos anteriores buscamos mostrar as relações que foram sendo estabelecidas entre a história e as ciências da linguagem a partir da crítica feita ao primado racionalista do sujeito centrado, ao logicismo aristotélico, à tradição logocêntrica na concepção de linguagem e comunicação, e às abordagens estruturalistas e positivistas da linguagem, da história e do discurso. Essas críticas, feitas pelos autores chamados pós-estruturalistas, foram fundamentais na constituição de um novo objeto teórico das ciências humanas: o discurso visto como *acontecimento discursivo*. Durante os anos 60 e 70 do século XX, ao mesmo tempo em que se constituía esse novo objeto teórico, uma nova disciplina estava se configurando em torno dele: a Análise do Discurso Francesa (ADF).

Nosso propósito, a partir de agora, é buscar compreender de que formas a ADF estabeleceu novas relações entre esses campos do conhecimento. Para isso, precisamos compreender em que contexto elas se configuraram, fazendo um deslocamento até o final da década de 50, quando o projeto estruturalista era reconhecido como o grande programa unificador e renovador das ciências humanas. No momento seguinte, no final da década de 1960, no período em que esse programa começa a ser questionado, surgem os dispositivos teóricos que, mais tarde, farão parte da ADF. Apreender as relações entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo nesse período, embora não seja uma tarefa fácil, torna-se imprescindível porque a ADF surge paralelamente às preocupações pós-estruturalistas, mas ainda muito vinculada ao estruturalismo. Com as inúmeras revisões e correções de percurso por que passou, ela abandona o primado estruturalista e se configura, segundo Glyn Williams (1999), como o método de análise do pós-estruturalismo.

Como vimos anteriormente, Saussure preferia usar o termo *sistema* e foram seus seguidores e comentadores que acabaram por divulgar o termo *estrutura*. Esse termo havia se transformado, no início do século XX, no elemento fundamental de um conjunto de mudanças que permitiam explicar a possível interdependência entre os elementos constitutivos dos objetos de estudo das várias *ciências modernas*.

Juntamente com o termo estrutura, ocorreu também a extensão dos modelos da lingüística às demais disciplinas. Essa expansão, iniciada por Lévi-Strauss, ficou conhecida como a *virada lingüística* por ter transformado a lingüística em *ciência piloto* das ciências humanas. Para entender essa expansão podemos partir da afirmação de Foucault (2005d, p. 161) de que “não é de hoje, longe disso, que as ciências sociais solicitam à ciência da linguagem alguma coisa como uma forma ou um conteúdo de conhecimento.” Depois de citar vários exemplos, ele considera que há uma defasagem epistemológica entre as ciências sociais e as ciências da linguagem. Sem questionar o nível de cientificidade atingido pela lingüística do século XX, o autor acredita que desde o século XIX, as ciências da linguagem haviam atingido um alto grau de exatidão e demonstrabilidade.

A novidade, segundo Foucault, estaria no fato de que a lingüística do século XX trazia possibilidades epistemológicas diferentes daquelas que havia oferecido até então: a possibilidade de uma abordagem anti-empirista, pois analisa conjuntos sistemáticos de relações; a possibilidade de generalização, pois as relações são independentes em si mesmas podendo ser transpostas para além dos elementos da linguagem; uma nova concepção de linguagem, em que ela não se separa do pensamento; a capacidade de formalizar e matematizar essas relações, substituindo a causalidade pela busca de relações lógicas; a relação com a história, pois há um erro comum de se afirmar que a sincronia é a-histórica²³; e, enfim, ela permitiu analisar não somente a linguagem, mas também os discursos, ou seja, “o que se pode fazer com a linguagem” (FOUCAULT, 2005, p.161-181).

Assim, o *estruturalismo* passou a figurar como um projeto unificador de renovação das ciências humanas. Segundo DOSSE (1993, p. 13), “o estruturalismo terá sido, nesse plano, o estandarte dos modernos em sua luta contra os antigos”. Por isso, ele será ao mesmo tempo uma forma atraente de se pensar a relação inconsciente do ser humano com o simbólico, porque busca fugir do fenomenologismo e do psicologismo, mas também provoca reações por não abrir mão do *primado*

²³ Ela não é a-histórica no sentido de que não se trata de escolher o imóvel contra o evolutivo, pois a história permite a análise tanto do que é simultâneo quanto do que é sucessivo. A lingüística viria assim oferecer uma forma de analisar as condições de mudança. É o que se busca fazer na Nova História e na economia.

racionalista na produção do conhecimento, da *inevitabilidade do progresso* e da *centralidade do sujeito* na determinação do próprio destino.

Será contra esses pressupostos e no confronto com algumas das interpretações das idéias de Saussure veiculadas *por um certo estruturalismo* que os autores chamados *pós-estruturalistas* irão configurar um conjunto de formulações teóricas e filosóficas. É no meio dessa guerra, em meados da década de 60, que vamos encontrar Althusser, Foucault, Lacan, Derrida e Pêcheux.

Obviamente, essa rápida retomada da história do estruturalismo e sua relação com o pós-estruturalismo não se esgota aqui, pois *são muitos os estruturalismos* e muitas as *frentes de combate* (DOSSE, 1993, vol. 1 e 2; PAVEL, 1990). Neste momento, nos contentaremos em mostrar que a ADF surgiu no interior desses confrontos. E é aí que encontramos o discurso: o ponto nodal da relação entre o sujeito, a língua e a história. É nesse sentido que, para Gadet (1997, p. 7), o termo ‘discurso’, “longe de ser um primitivo a se tomar em uma evidência ou em uma tradição, é um conceito que a reflexão deve visar construir”. Segundo Maldidier (2003, p. 96), embora a problemática global do *discurso* na ADF parecesse ter permanecido intacta, o procedimento mudou profundamente: “da posição *a priori* da determinação do discurso, Michel Pêcheux passou para a *construção* dessa relação através da própria análise”.

Por conta das várias redes de relações entre conceitos filosóficos, formulações teóricas e procedimentos metodológicos, explicar o surgimento e fazer uma história da ADF não é uma tarefa fácil. Muitos são os autores que têm se dedicado a essa tarefa, com muito mais dados e referências contextuais do que nós poderíamos ter neste momento. No entanto, não podemos deixar de mencionar algumas questões que nos ajudariam a entender de que formas as relações entre história e lingüística foram sendo costuradas.

Françoise Gadet (1997, p. 7) sublinha várias particularidades que configuram a ADF como um campo teórico, metodológico e político distinto. As duas primeiras singularidades da ADF seriam de ordem geográfica e temporal, pois ela surgiu inicialmente na França dos anos 60 “sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo ainda pouco criticado na lingüística e triunfante por ser ‘generalizado’, isto é,

exportado para as outras ciências” (GADET, 1997, p. 8). Mas ela também se diferencia teórica e metodologicamente de outras disciplinas com o mesmo nome — como a *discourse analysis* desenvolvida na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

Segundo a autora, a ADF foi concebida de imediato “como um dispositivo que coloca em relação, sob uma forma mais complexa do que suporia uma simples co-variação, o campo da língua (suscetível de ser estudada pela lingüística em sua forma plena) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica)” (GADET, 1997, p.8). Outros autores destacam a ‘Tríplice Entente’ formada pela releitura de Saussure, Freud e Marx. No entanto, é preciso ter cuidado ao assinalar essa tripla releitura. Para Gregolin (2004, p.193), por exemplo, “no que diz respeito à análise do discurso derivada dos trabalhos de Pêcheux e Foucault, o que a caracteriza é o fato de ela ter em sua base teórico-metodológica a articulação entre (um certo) estruturalismo, (um certo) marxismo e (um certo) freudismo”. Assim, encontramos uma relação tensa estabelecida entre uma teoria da língua, uma teoria da história e uma teoria do sujeito, que serão conduzidas pelas leituras desses autores realizadas por Althusser, Lacan, Pêcheux e Foucault.

Retomando o artigo de Gadet, encontramos uma terceira particularidade da ADF que estaria no fato de que ela se apóia sobre o político por ter nascido sob a crença na possibilidade de uma intervenção política, pois “aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (GADET, 1997, p. 8). Por conta disso, a análise do discurso elaborada pelo grupo de Pêcheux foi criticada por ser homogeneizadora, centralizando suas análises no discurso político dos comunistas. E a última particularidade apontada por Gadet na constituição da ADF é sua ancoragem em uma teoria do sujeito. Para a autora, Pêcheux teve um papel fundamental na constituição da ADF por insistir em unir uma teoria do discurso com uma teoria do sujeito a partir da apropriação das releituras de Freud feitas por Lacan e, deste, por Althusser.

Nesse momento, no entanto, é preciso fazer uma ressalva ao uso do termo Análise do Discurso Francesa. Embora as particularidades descritas por Gadet tentem demarcar um *território* (França, anos 60, estruturalismo, marxismo) elas passam por

cima de uma variedade de estudos desenvolvidos num *território* muito semelhante, e, de acordo com Gregolin (2004, p. 191), a partir de pressupostos distintos. O dicionário de Análise do Discurso organizado por Maingueneau e Charaudeau assinala essa variedade, apontando para um processo cada vez mais intenso de distinção entre as várias tendências e maneiras de se fazer ‘análise do discurso’:

No interior das ciências da linguagem, a análise do discurso não nasceu de um ato fundador, mas como resultado da convergência progressiva de movimentos com pressupostos extremamente diferentes, surgidos nos anos 60 na Europa e nos Estados Unidos; eles se desenvolveram em torno do estudo de produções transfrásticas, orais ou escritas, nos quais se busca compreender a significação social. Uma grande parte dessas pesquisas foi desenvolvida em domínios empíricos, o que fez com que cada um elaborasse uma terminologia própria, ignorando aquilo que se fazia nos domínios vizinhos. (CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D., 2004, p. 13)

Dessa forma, essa designação — ADF — torna-se uma generalização, como uma forma de exclusão ou apagamento. Embora muitos autores prefiram usar o termo Análise do Discurso simplesmente, a designação Análise do Discurso Francesa (ADF) continua sendo usada para definir um território teórico-metodológico específico. Assim, continuaremos a usar a sigla ADF, mas com o cuidado de definir anteriormente a que estamos nos referindo, ou seja, o dispositivo teórico elaborado a partir das formulações de Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Consideradas essas observações sobre as ‘particularidades’ da constituição da ADF, é possível, a partir de agora, traçarmos, ao mesmo tempo, uma ‘pequena e rápida história’ da ADF e o desenho das relações entre a história e a lingüística na constituição do novo objeto teórico.

Considerando que o projeto foucaultiano foi discutido, em parte, no capítulo anterior, o projeto de Pêcheux ainda precisa ser melhor delineado e compreendido neste trabalho, pois embora tenham trilhado caminhos diferentes, com projetos acadêmicos distintos, algumas vezes entendidos como antagônicos, os dois autores chegaram a uma noção comum de discurso como *acontecimento discursivo*.

4.1. O contexto teórico-filosófico do projeto pecheuxtiano: o discurso, o sujeito e a história

Como dado histórico, muitos autores costumam considerar a publicação, em 1969, da tradução do trabalho de Zelig Harris²⁴ como um acontecimento decisivo. É isso que afirma Maldidier em um artigo publicado na década de 1980, ao traçar os caminhos trilhados pelos fundadores da AD na França: o lingüista e lexicologista Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux. Embora não seja consenso a idéia de que haja um ato fundador na constituição da AD, consideramos relevantes os dados trazidos por esse artigo de Maldidier. Ela começa afirmando que se há diferenças entre o percurso dos dois autores, há também pontos em comum: “aquele do marxismo e da política” (MALDIDIER, 1997. p.17).

De acordo com Maldidier, Jean Dubois partilharia com Pêcheux as mesmas percepções sobre a luta de classes, sobre a história e o movimento social. Além disso, a euforia com os procedimentos da ciência lingüística (ampliada com a chamada ‘revolução chomskiana’) também é compartilhada com muitos outros pesquisadores e intelectuais franceses dos anos 1960.

Uma das maiores diferenças entre Pêcheux e Dubois está na relação com a teoria e na forma de pensar a relação da lingüística ‘com um exterior’. Para Dubois, a AD poderia ser pensada num *continuum* em relação à lexicologia, como a passagem do estudo da palavra ao estudo do enunciado numa extensão permitida pelo desenvolvimento da lingüística. Sua concepção de enunciado, no entanto, continha um traço psicologizante que será rejeitado por Pêcheux.

Para Pêcheux, a AD deveria representar uma ruptura epistemológica com a filosofia humanista que era dominante nas ciências humanas. Segundo Maldidier (1997, p. 19), “o objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na sua relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno”, e é nessa fenda aberta por Althusser que Pêcheux encontra espaço para desenvolver a “Análise Automática do Discurso” (AAD69): uma tentativa de juntar a lingüística

²⁴ Trata-se do artigo ‘Discourse Analysis’, de 1952, publicado na revista francesa *Languages* (13).

estrutural, o materialismo histórico e os avanços da informatização para a construção de um *estudo científico do papel das ideologias nas sociedades de classe*.

Uma outra diferença entre os projetos iniciais dos dois autores estava na aplicação dos procedimentos de análise: se Dubois construiu um procedimento de controle de variantes e de invariantes, dentro dos princípios do estruturalismo, Pêcheux trabalhava relacionando ao mesmo tempo um *estado dado* com os processos de produção do discurso. Para isso, Pêcheux precisava configurar “um objeto novo, irreduzível ao enunciado longo ou contínuo dos lingüistas, como também ao texto, literário ou não, da tradição” (MALDIDIER, 1997, p. 20).

Como entender, então, que Pêcheux tivesse feito a opção pelos procedimentos de análise harrisianos da mesma forma que Dubois? A explicação, segundo Maldidier (1997, p. 20), estaria no fato de que a Gramática Gerativo-Transformacional provocava novas esperanças, mas, “mais que métodos, ela trazia um choque teórico. O método harrisiano, por sua vez, seguia o rumo dos métodos estruturais da lexicologia”. Como vimos no capítulo anterior, a tradição do estudo da palavra na leitura era muito forte e ganhava adeptos com a garantia dos procedimentos da ‘nova ciência da linguagem’. Enfim, o método desenvolvido por Zelig Harris permite que se permaneça na superfície discursiva, trabalhando sempre a partir da palavra. Isso implicava, tanto no caso de Pêcheux quanto no caso de Dubois, uma ilusão em relação à neutralidade da gramática.

Segundo Maldidier (1997, p. 23), no início da década de 1970, a AD já ocupava um lugar específico no campo da produção acadêmica. Os investigadores interessados na *aventura da AD* eram, de um lado, os lingüistas que gravitavam ao redor de J. Dubois e sua lexicologia; de outro, lingüistas e pesquisadores das ciências humanas e sociais ao redor de Pêcheux. Entre eles havia historiadores, “marxistas na maioria das vezes, menos interessados em reclamar técnicas lingüísticas que em participar ativamente do novo objeto”.

Essa presença ao redor de Pêcheux parece ser uma dimensão essencial do campo francês da AD. Por isso, o dispositivo teórico que ficou conhecido como *o projeto pecheuxtiano de análise do discurso* foi sempre o resultado de muitas parcerias e passou por vários períodos, mencionados aqui, até agora, de forma assistemática.

Embora eles apareçam em muitos momentos deste trabalho, não poderemos realizar aqui uma descrição mais detalhada sobre cada um desses períodos e parcerias, e nem é esse o nosso propósito. Assim, apresentaremos primeiramente uma síntese desses períodos em três momentos: o das *grandes construções*, o dos *tateamentos* e o da *desconstrução domesticada* (MALDIDIER, 2003). No decorrer do trabalho, serão mencionadas algumas alterações de percurso e parcerias, de acordo com a necessidade, sem a pretensão de esgotar o tema ou de dar conta de uma infinidade de relações estabelecidas por Michel Pêcheux com lingüistas, filósofos, historiadores e outros profissionais.

Os três períodos mencionados acima foram chamados por Michel Pêcheux, em 1983, de *as três épocas da análise do discurso*. A primeira época, chamada por Maldidier (2003) de *o tempo das grandes construções*, se inicia com a publicação da “Análise Automática do Discurso (AAD69)”, em que se apresenta o dispositivo teórico-metodológico desenvolvido no cruzamento entre o estruturalismo harrisiano, o freudismo lacaniano e o marxismo althusseriano. Na busca de *invariantes* e *paráfrases* de enunciados repetidos, o sistema de análise acabou tornando-se, segundo Pêcheux (1999c, p. 312) um procedimento em que “a existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*”, funcionando como uma máquina fechada, a partir de condições de produção estáveis e homogêneas, em que uma formação discursiva produz certos discursos e não outros.

As críticas feitas a esse primeiro sistema de análise (AAD69), levou a correções e reordenações. Até 1975 serão várias as tentativas de fazer funcionar o sistema de análise com o auxílio da informatização e revisões teóricas constantes. No entanto, segundo Pêcheux (1999c, p. 314), “a noção de *formação discursiva* tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada”. Nesse período começa a *segunda época* da análise do discurso, que vai de 1975 a 1979. Em 1975, Pêcheux publica um de seus livros mais importantes, intitulado *Les Vérités de La Palice* (1975), e publicado no Brasil como *Semântica e Discurso*. Nele, Pêcheux propõe uma teoria materialista do discurso, partindo do seguinte pressuposto: se é a partir da base lingüística que se dão os processos discursivos, estes

só ocorrem no interior das relações contraditórias da luta de classes, que é o motor da história. Para ele,

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’, o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Expliquemos o que estamos querendo dizer com isso. Diremos que o caráter material do sentido— mascarado por sua evidência transparente para o sujeito— consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo da formações ideológicas’. (PÊCHEUX, 1988a, p.160)

Nessa segunda fase, a AD-2, que Maldivier (2003) chama de época dos *tateamentos*, Pêcheux e seus colaboradores re-elaboram algumas das formulações de Michel Foucault, fazendo ressalvas e alterações em função das diferenças entre suas percepções sobre o papel das ideologias. A noção de *formação discursiva*, por exemplo, ficará subordinada ao primado althusseriano da luta de classes e pelo processo de *interpelação do sujeito*, através da *formação ideológica* (ROBIN, 1977; MALDIVIER, NORMAND & ROBIN, 1997).

Além de *Semântica e Discurso*, há outros dois textos importantes para quem deseja acompanhar o desenvolvimento dos *tateamentos* do grupo pecheuxiano. Um deles é *Remontemos de Foucault a Spinoza*, de 1977, em que Pêcheux ignora os últimos textos de Foucault, intencionalmente ou por desconhecê-los, e busca mostrar que Spinoza avança onde Foucault permanece um pouco *bloqueado*, pois está *condenado a faltar* com a questão da ideologia porque ignora a *contradição*. Segundo Maldivier (2003, p. 64), “é um Foucault bem maltratado” o que encontramos nesse texto, mas estava “próximo, no entanto, o tempo em que aparecerá a necessidade de ler enfim Foucault”.

O outro texto, *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, publicado em 1978, mostra que Pêcheux assume alguns equívocos de seu projeto: “levar muito a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em Les Vérités de La Palice” (PÊCHEUX, 1988d, p. 300). Nesse texto, ele reconhece que as análises de Michel Foucault poderiam retificar a teoria althusseriana em relação à noção de *interpelação*, mostrando que o processo de *individualização-normatização* ocorre quando

diferentes forças têm que intervir assujeitando os corpos e assegurando materialmente a submissão dos dominados. Essas múltiplas engrenagens de arregimentação dos indivíduos só existiriam porque os indivíduos resistem a esse *assujeitamento*, explicando, dessa forma, a relação entre poder e resistência. No entanto, Pêcheux reclama do fato de que Foucault não resolve o problema em relação às ideologias e o inconsciente por ter um certo “embaraço com respeito à psicanálise e ao marxismo” (PÊCHEUX, 1988d, p. 302).

A terceira *época*, situada entre os anos 1980 e 1983, ocorre logo depois da crise com o Partido Comunista Francês, em 1978. As posições dogmáticas assumidas por Pêcheux foram abandonadas e seus colaboradores trazem questões e contribuições das releituras de Michel Foucault, das leituras dos pensadores do Círculo de Bakhtin (que vinham desde meados da década de 1970) e dos debates que estavam ocorrendo na Nova História. Por isso, Mالدیدier chamou esse período de a *desconstrução domesticada*. Ele será marcado, a partir do Colóquio *Materialités Discursives*, realizado em Nanterre, em 1980, pela *heterogeneidade* do discurso: as *formações discursivas* são estruturas *com furos*, a *interpelação do sujeito* falha, o *signo desliza*, e não há o primado do *mesmo* sobre o *outro*, pois o *outro* é constitutivo do *mesmo*. São estas as questões que passam a ser enfrentadas a partir das *desconstruções* dos anos anteriores.

Em seu último livro, Pêcheux abre mão de uma concepção do marxismo como ciência e do primado da luta de classes como motor da história. A história recupera seu caráter de disciplina de interpretação, abrindo a possibilidade para novas relações com os estudos da linguagem, pois o *outro* das sociedades e da história, corresponde ao *outro* próprio ao *linguajeiro discursivo*. É aí que Pêcheux vê a existência de uma relação que abriria a possibilidade de interpretar. Essa ligação seria responsável pelas filiações históricas, pela memória e pela organização das relações sociais em *redes de significantes* (PÊCHEUX, 2002, p. 54).

Percorrido rapidamente o caminho trilhado por Pêcheux e seus colaboradores nessas *três épocas*, é possível entendermos porque, segundo Mالدیدier (1997, p. 24), “a irrupção da AD na virada da década de 1960 foi simultaneamente um acontecimento na história das práticas da lingüística e na história dos questionamentos

marxistas sobre a linguagem. Ela [a AD] propôs aos lingüistas um modo de abordar a relação entre língua e história; fez os marxistas saírem do discurso da filosofia marxista da linguagem”.

A partir daqui analisaremos primeiro os questionamentos dos historiadores marxistas sobre a linguagem e sua relação com a noção de sujeito. As questões a respeito da história das práticas da lingüística e da ADF serão analisadas mais adiante. Isso não significa que as relações entre língua, sujeito, discurso e história devam ser analisadas separadamente.

Em seu livro “História e Lingüística”, Régine Robin nos mostra porque a entrada dos historiadores no projeto pecheuxiano se deu, entre outros fatores, pela insatisfação de alguns pesquisadores marxistas com a *análise de conteúdo* como método de análise textual. Segundo Robin, eles estavam insatisfeitos principalmente com o uso que se fazia das noções de ideologia e valor, pois tendia-se a tratar o material verbal como simples transmissão de informação, como se o discurso refletisse o real/social e fosse determinado por ele.

A insatisfação com esses métodos fez com que os historiadores se aproximassem da lingüística estrutural em busca de orientações metodológicas para uma *legibilidade significativa*. Segundo Robin (1977, p.20), na década de 70 existia uma espécie de euforia ingênua entre os historiadores, cujos pressupostos implícitos e asserções explícitas poderiam ser resumidos assim:

—A lingüística é uma ciência estabelecida. É formalizada (ao menos no sentido em que o entendem os historiadores), utiliza uma terminologia técnica e seus resultados são incontestáveis.

—Se os lingüistas fornecem técnicas ao historiador graças a esse protocolo metodológico, ele vai poder ler de uma nova maneira e interpretar textos. É bem o caso: ler e *interpretar* textos. O que significa que, tomando consciência, embora confusamente, do empirismo dominante nas ciências históricas, de uma certa vacuidade conceitual, pensa-se poder atenuar estas falhas, estas ausências, pelo recurso a técnicas devidamente experimentadas, cujo caráter formalizado oferece todas as garantias.

Essa ingenuidade dos historiadores fez com que caíssem na armadilha do ‘rigor científico’ que caracterizava a lingüística estrutural, encontrando aí novamente o positivismo de que tentavam fugir. A busca por uma *legibilidade confiável*, como

pudemos ver no capítulo anterior, não era nada recente entre os historiadores. As reflexões em torno de uma metodologia capaz de permitir uma leitura *rigorosa e confiável* era bastante antiga, e isso fez da história uma das herdeiras dos procedimentos da filologia, assim como a lingüística e, conseqüentemente, a própria ADF. Isso porque, num sentido muito geral, segundo Glyn Williams (1999, p.3), a ADF “derives from the philological tradition of textual reflection, but in a more specific sense it derives from structuralism and post-structuralism, which, in turn, drew upon Russian formalism. As such it draws upon Saussurean linguistics, the philosophic work of Foucault, the psychoanalysis of Lacan and Althusserian Marxism”. Se a ADF pode ser localizada nesse percurso, pressupõe-se que as relações que ela vai estabelecer entre história e lingüística também acabaram percorrendo os mesmos caminhos.

Assim, mesmo sem entrarmos no debate sobre as tensões filosóficas (hermenêutica x idealismo e idealismo x materialismo) que permearam o surgimento da ADF, é importante mencionar a conjuntura teórica em que foi possível o engendramento da nova disciplina e de seu objeto, assim como a entrada dos debates sobre a história no campo do discurso.

O surgimento da ADF se deu num momento em que autores como Althusser, Derrida, Lacan, e Foucault rejeitavam radicalmente — ainda que partindo de problemáticas diversas — a concepção de sujeito e de ciências humanas que estava na esteira do estruturalismo. Segundo Paul Henry (1997, p. 28), “o estruturalismo não renunciou à idéia de que há uma especificidade das ‘ciências humanas’ assentada sobre a especificidade de seu objeto — o *homem* —, o que resulta em uma petição de princípio porque pressupõe que a referência ao homem bastaria para colocar e especificar *a priori* um objeto de ciência, qualquer coisa cientificamente específica e bem definida”. O modo como o estruturalismo pretendia fazer ciência a partir dessa noção foi rejeitado por aqueles autores, pois eles entendiam que o homem da ciência não existe, apenas o seu sujeito.

O projeto estruturalista se intensificou a partir do momento em que as ciências humanas passaram a buscar na lingüística o papel de *ciência piloto*, tentando impregnar-se do seu rigor científico numa preocupação positivista de se definir como

ciência, assim como se deu com a história. Isso porque, no campo da história, no período que coincide com o triunfo do estruturalismo, ela parecia, para alguns historiadores, ter ficado à margem desse processo, pois, segundo Régine Robin (1977, p. 17/18),

Votada à diacronia, ela não podia esposar tempos resolutamente sincrônicos; instalada no consciente, ela não podia interessar uma época que redescobria Freud e, mais além, em todas as disciplinas, senão o inconsciente (pois desconfiava-se das analogias não rigorosas), muitas vezes o não-consciente, sempre implícito. Não tendo conhecido nem seu Freud, nem seu Saussure (esquecia-se simplesmente que ela tinha tido seu Marx, é verdade que bem ocultado pela historiografia dominante), parecia nunca dever pretender a situação de Ciência.

O erro de se considerar que o estruturalismo não tinha nada a dizer sobre a história, como vimos, já havia sido apontado por Foucault, em 1969. A perspectiva sincrônica, segundo Foucault, não pretende que se deva escolher o imóvel contra o evolutivo, pois a história permite a análise tanto do que é simultâneo quanto do que é sucessivo. Dessa forma, era a lingüística que oferecia à história uma forma de analisar as condições da mudança, da transformação.

Assim, o objeto empírico dos historiadores também sofreu o impacto dos vários descentramentos surgidos no século XX tanto no campo da linguagem — que deixou de ser única e transparente —, quanto na noção de sujeito — que passou a ser cindido, ora pelas forças do inconsciente, ora pelas determinações sócio-históricas da posição que ocupa. Eles trouxeram para o debate sobre o documento, como vimos, a questão da autoria e da opacidade da linguagem exigindo dos historiadores um deslocamento ainda maior. A tentativa de enfrentar os problemas de uma legibilidade significativa, fez com que os historiadores se voltassem ainda mais para as questões de linguagem, mas o nível discursivo não chegava a fazer parte de suas análises. Segundo Régine Robin(1977, p. 13),

Duas solicitações de desigual importância levaram-me, nos anos 1960–1965, a me preocupar com a Lingüística. Eram — é preciso recordá-lo — os tempos triunfantes do estruturalismo. Uma espécie de terrorismo intelectual panlingüístico era de bom tom. Todos aqueles que, a títulos diversos, preocupavam-se com problemas epistemológicos, viam-se cercados, quisessem ou não, pelos trabalhos de Lévi-Strauss ou de J. Lacan, pela redescoberta de Saussure. Parecia-me forçoso espiar do lado da

Linguística (se me permitem a expressão), como todo o mundo! De outro lado, eu estava participando de uma pesquisa referente a 130 cahiers de d'olances [pedidos ou representações consignadas por cadernos dos Estados Gerais] de um bailiado borguinão (ou seja, um corpus de mais de 600 páginas). Era difícil dominar esta documentação com os métodos temáticos em uso entre os historiadores. Foi então que se ofereceram duas possibilidades: a utilização do computador e estatísticas de um lado, a procura de métodos linguísticos que me permitissem ler, ordenar, normalizar, comparar os dados de minha documentação.

Para Robin(1977), o tratamento dado tanto por linguistas quanto por historiadores ao problema do sentido era insuficiente para se chegar à dimensão discursiva:

Entretanto, uma dúvida me impôs novas interrogações. Interessar-se pela linguística somente quanto ao plano técnico, não pedir a ela senão processos de leitura, não seria correr um grande risco? [...] Ficou então evidente para mim que a análise sêmica, tão cômoda, postulava uma concepção atomística do sentido, e que as análises harrisianas não saíam do quadro do behaviorismo. O positivismo estava onde eu menos esperava; nos instrumentos conceituais que a linguística, ostentando sua cientificidade, colocava à minha disposição. Pouco a pouco compreendi que, por fecundos que fossem os resultados que eu obtinha, eu evitava o nível do discurso relacionado a suas condições de produção.

Durante toda a década de 70 a história e a linguística foram vistas como disciplinas fundamentais na seleção e interpretação semântica do *corpus* da análise do discurso. Segundo Denise Maldidier (1989, p. 20), Pêcheux propunha que as duas disciplinas deveriam fazer um deslocamento, uma em direção à outra e as duas em direção ao nível discursivo. O discurso, portanto, será o ponto *nodal* dessas relações.

Sobre a língua, duas idéias farão parte das formulações e preocupações de Michel Pêcheux: a de que a língua é um sistema e possui, portanto, uma organização; e a de que a língua é uma instituição social. O caráter sistêmico e social formará a base do pensamento pecheuxtiano sobre os processos discursivos, levando-o a propor um novo objeto teórico que deveria fundir a língua (como sistema), o sujeito e a história.

Embora nem Freud nem Lacan figurassem na bibliografia da AAD69, a psicanálise já encontrava um espaço, ainda que um tanto ambíguo, no dispositivo de análise de Michel Pêcheux. Com a publicação, em 1970, do artigo de Althusser sobre os *Aparelhos Ideológicos do Estado*, Pêcheux terá o apoio teórico de que precisava para construir uma teoria do sujeito. Segundo a formulação teórica defendida por

Pêcheux em *Semântica e Discurso*, o sujeito é o resultado da interpelação do indivíduo em *sujeito de seu discurso*. Essa interpelação só se realiza pela identificação do sujeito com a *formação discursiva* que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’ (PÊCHEUX, 1988a, p. 156-158). O efeito dessa ilusão subjetiva será colocar *o sujeito do discurso como a origem do sujeito do discurso*, e será chamado por Pêcheux de *efeito Münchhausen*, em memória ao barão que se levantava no ar puxando-se a si mesmo pelos cabelos.

Esse sujeito *assujeitado*, dominado por uma *formação ideológica*, reconhece os discursos da *formação discursiva* da qual faz parte como *evidentes, normais*. É esse processo de *normalização* dos discursos que aproxima o projeto de Pêcheux da noção de discurso em Foucault, mas isso só será visível mais tarde. Na virada da década de 1980, a noção de sujeito da ADF será revista por conta das críticas vindas de dentro e de fora do programa. A partir daí, a *formação discursiva* deixa de ser uma máquina de *assujeitamento* e a noção de interpelação do sujeito passa a considerar a possibilidade de que ela nem sempre seja bem sucedida, abrindo espaço para a idéia de resistência — novamente Foucault —, e uma melhor compreensão da relação do inconsciente com a ideologia — que servirá para criticar Foucault (MALDIDIER, 2003).

O terceiro e último componente do dispositivo, a história, foi definida por Pêcheux, até a virada da década de 1980, como elemento central. Concebida como a “teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (PÊCHEUX, M. & FUCHS, C., 1997), a história funcionará como uma *ciência do real* até o final da década de 1970. A partir de 1980, ela também será questionada e passará a ser pensada como uma disciplina de interpretação. O marxismo deixa de ser, para Michel Pêcheux, uma ciência explicativa do real, passando a ser visto como um saber em confronto com outros saberes, sendo desafiado a fazer parte da *guerra dos discursos*. Essa mudança, no entanto, só foi possível com a entrada, alguns anos antes, de Jean-Marie Marandin e de Jean-Jacques Courtine no projeto de Pêcheux. Eles trouxeram para o debate uma leitura de Foucault sem o filtro do materialismo histórico, o que permitia perceber as várias contribuições do pensamento do autor para a análise do discurso.

A concepção da história como ciência já vinha sendo questionada desde a década de 60 por Michel Foucault. Para ele, a situação da história frente às ciências humanas — psicologia, sociologia, análise literária e antropologia—, nunca foi muito bem compreendida. Para o autor, a história talvez não tenha lugar no interior nem ao lado dessas ciências, pois estabelece com elas uma relação mais fundamental do que uma mera relação de vizinhança.

Uma vez que o homem histórico é o homem que vive, trabalha e fala, todo conteúdo da história, qualquer que seja, pertence também à psicologia, à sociologia ou às ciências da linguagem. “Mas, inversamente, uma vez que o ser humano se tornou, de ponta a ponta histórico, nenhum dos conteúdos analisados pelas ciências humanas pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da História”, pois “o homem jamais aparece na sua positividade sem que esta seja logo limitada pelo ilimitado da História” (FOUCAULT, 2002 b, p.514).

A história, para Foucault, seria então uma espécie de fundo básico que estabelece e fixa um solo e uma pátria para cada um desses saberes. Cerca-os, porém, com uma fronteira que os limita “e, logo de início, arruína sua pretensão de valerem no elemento da universalidade” (FOUCAULT, 2002b, p.514). A história, portanto, estará presente em todos os debates sobre as ‘ciências do homem’, não como ciência explicativa do *real*, mas como saber *condenado à interpretação*. Para os marxistas essa era uma condição difícil de aceitar: primeiro porque os marxistas tradicionais se contentam com uma afirmação materialista muito geral sobre a determinação dos homens na história; segundo, porque para a maioria deles o marxismo é uma ciência de tipo novo, no sentido em que estabelece um corte epistemológico.

Para Foucault (1996, p. 33), Marx estava no século XIX *como um peixe na água*, não vendo justificativa para sacralizá-lo “numa espécie de intemporalidade que lhe permitisse descolar-se de sua época e fundar uma ciência da história ela mesma meta-histórica”. Portanto, para Foucault, afirmar que o marxismo é uma ciência deve significar o contrário do que muitos marxistas acreditam. Significa afirmar que *Marx também se enganou*, pois em nome da cientificidade teríamos que dizer até onde ele foi e, da mesma forma, até onde ele não conseguiu chegar, assim como se fez com Galileu, em nome da cientificidade da Física. Por isso, ele afirma que “não se deve

fazer da ciência uma idéia tão elevada a ponto de rotular como ciência algo de tão importante como o marxismo, ou tão interessante como a psicanálise” (FOUCAULT, 1996, p. 34). Foucault recorre ao próprio Marx, no *Dezoito Brumário*, para defender a idéia de que a história não é uma ciência. Em *Nietzsche, Freud e Marx* ele afirma que “Marx não apresentou nunca a sua interpretação como interpretação final. Sabe perfeitamente e disse-o, que se poderia interpretar a nível mais profundo ou a nível geral, e que não há explicação que se situe à superfície do solo” (FOUCAULT, 197?, p. 26).

Com relação à tentativa de se colocar a história no campo da ciência, é importante lembrar que no momento em que o estruturalismo, na França, era elevado ao grau de *filosofia das ciências humanas*, não só Foucault, mas também autores como Lacan e Derrida tentavam desfazer-se da noção de sujeito transcendental que perdurava tanto na história quanto na psicologia e na filosofia. De certa forma esse sujeito ainda estava presente em algumas interpretações *humanistas* do marxismo, que, obviamente, não era o marxismo científico defendido por Althusser. A reflexão anti-humanista que Althusser desenvolve o aproxima de alguns aspectos do pensamento pós-estruturalista de Lacan, Derrida e Foucault.

Para Foucault, não é “a irredutibilidade do homem, aquilo que se designa como sua invencível transcendência, nem mesmo sua complexidade demasiado grande que o impede de tornar-se objeto de ciência. A cultura ocidental constituiu, sob o nome homem, um ser que, por um único e mesmo jogo de razões, deve ser objeto positivo de saber e não pode ser objeto de ciência” (FOUCAULT, 2002b, p. 507). Isso porque, o homem é ao mesmo tempo sujeito e objeto de estudo dessas formas de saber, pois “as ciências humanas não são a análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar” (FOUCAULT, 2002b, p. 488). Portanto, entendendo as *ciências do homem* como formas de saber, e não de ciência, Foucault rejeita a noção de homem transcendental, assim como Derrida e Lacan.

Embora partindo de problemáticas diferentes, esses três autores — Foucault, Lacan, Derrida — constroem noções de sujeito fazendo referência à linguagem e a uma abordagem sincrônica dos problemas das ciências humanas, refletindo sobre o signo e o discurso. Por isso serão chamados de estruturalistas e, mais tarde, de pós-estruturalistas. De acordo com Paul Henry (1997, p.29), para os três autores, “a linguagem (ou jogo, ou a ordem do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independentemente dela própria, mas sim como exterior a qualquer falante, o que define precisamente a posição do sujeito, de todo sujeito possível. Mas isto define o sujeito como posição, e não como coisa em si mesma, como uma substância”, pois não se encontra em nenhum desses autores, “uma definição ‘positiva’ qualquer de sujeito enquanto entidade; encontra-se somente sua posição”.

Ao refutar a noção positivista de método e verdade na constituição do saber na história, Foucault também concebe as idéias fundamentais do Iluminismo baseadas no sujeito centrado — poder de razão, a inevitabilidade do progresso e o papel central do ser humano na determinação do próprio destino — como formas de poder capazes de exercer o controle social e político. Essa idéia será fundamental na crítica e enfrentamento de questões relativas à história das idéias, e será um dos pontos que o aproxima, segundo Williams (1999), do pensamento de Althusser. Essa mesma perspectiva permitirá trazê-lo para o debate sobre o discurso, embora Foucault não trabalhe com a noção de ideologia. Sua noção de poder, exercido e distribuído pelas sociedades normativas em forma de discursos normativos, tem uma certa convergência com o trabalho de Althusser sobre o papel das ideologias nas sociedades de classe. Ainda que possamos reconhecer claramente as diferenças entre os dispositivos teóricos de cada um, é possível perceber algumas semelhanças entre eles.

Segundo Paul Henry (1997a), Althusser buscava abrir o marxismo para novas elaborações teóricas sem perder o que Marx havia produzido. Ele evitou tomar as obras de Marx como uma espécie de Bíblia ou de Vulgata porque rejeitava o reducionismo econômico de algumas interpretações marxistas. Ele afirmava, tanto quanto Gramsci, que a ordem econômica age sobre o social apenas indiretamente, o que sugere que as instâncias do social poderiam ser autônomas e efetivas. A concepção

de ideologia como uma instância autônoma, também levou Althusser a pensar a favor de um estudo da *falsa consciência* através da psicanálise, do marxismo e do estruturalismo. Assim, ao considerar o inconsciente como constitutivo, e ao mesmo tempo, que o social e o individual estão unidos pela constituição do indivíduo como sujeito, Althusser também pensava numa noção de sujeito descentrado. Ao rejeitar o sujeito hegeliano, centrado e racional, ele se aproxima do pensamento pós-estruturalista.

No entanto, Althusser mostrou pouco interesse pela linguagem e pelas questões metodológicas da lingüística e, por isso, “a diferença entre Althusser, de um lado, e Lacan, Derrida ou Foucault, de outro, é que os três últimos referem o sujeito a uma *impossibilidade*, ou seja, a impossibilidade de escapar do ‘jogo ou da ordem do signo’ (retomando a formulação de Derrida), enquanto que com Althusser tem-se a impossibilidade de escapar da ideologia” (HENRY, 1997a, p. 33). A essa impossibilidade é que Althusser chamou o processo de *interpelação* do indivíduo em sujeito do discurso, como já vimos.

Assim, foi Michel Pêcheux, aluno de Althusser, quem expandiu as implicações do método de análise althusseriano, tentando encontrar, a partir de suas premissas, uma ligação entre linguagem e ideologia que permitisse fazer uma *análise científica do discurso*, ao contrário de Foucault.

Propondo um caminho diferente na produção do conhecimento em história, Foucault não buscava uma análise científica, ou mesmo fazer ciência, entendendo, como vimos anteriormente, que língua e discurso são coisas diferentes. Segundo Williams (1999, p.5), para Foucault, “language pertains to the organization or structure of any particular language, and is studied by reference to a variety of models which treat the same linguistic phenomena differently, often focusing upon specific elements or process. Discourse, on other hand, involves the subjective and social play of ‘enunciation’.”

Conseqüentemente, mesmo considerando a questão da linguagem como central, não foi na lingüística ortodoxa que Foucault foi buscar os dispositivos teórico-metodológicos de suas análises. Ao contrário de Pêcheux, ele partiu da diferenciação entre elementos lingüísticos e discursivos, tomando o discurso como o jogo da

enunciação, relacionando o enunciado com a série da qual faz parte. E é nessa relação com a série, com o arquivo, que Foucault encontra a indissociabilidade entre a *norma social* e a *norma lingüística*, ambas definidas por uma relação com a história. É com relação ao processo de *normalização-individualização* que o discurso em Foucault se aproxima do discurso em Pêcheux. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Um dado importante a ser levado em conta, segundo Paul Henry (1997a), é que ao separar a apresentação metodológica dos problemas teóricos, filosóficos e políticos que o conduziram a construir um sistema de análise — desde o início foram várias os artigos e manuais escritos no sentido de divulgar o dispositivo de análise —, Pêcheux abriu caminho para a possibilidade de usá-lo como um instrumento, uma ferramenta no sentido empírico. O uso desse sistema de análise fez com que muitos pesquisadores, principalmente os historiadores, formulassem questões que provavelmente não seriam formuladas se não tivessem recorrido a esse sistema.

Acreditamos que questões como a do sentido do texto, das formas de legibilidade, etc., embora permaneçam sem resposta ainda hoje, são importantes para que o historiador *coloque a linguagem sob suspeita*. Essas questões nos ajudam a perceber a não-transparência da linguagem e o problema da subdeterminação semântica dos enunciados. Conseqüentemente, para que possamos entender melhor o projeto de Pêcheux, precisamos compreender suas relações com um dos campos em que se colocaram os maiores problemas para o seu sistema de análise: o campo da linguagem.

4.2. Os debates teórico-metodológicos do projeto pecheuxtiano de análise do discurso: a linguagem, o sujeito e a ideologia

Embora o projeto AAD69 tenha ganhado projeção e reconhecimento pela sua aproximação com o estruturalismo, as relações de Michel Pêcheux com a lingüística não se resumem aos empréstimos que ele faz aos métodos distribucionalistas. Suas relações com essa disciplina são muito mais variadas e heterogêneas, pois vão desde empréstimos não muito críticos a tentativas de desenvolver noções pouco elaboradas teoricamente. Segundo Malidier (2003, p. 25), logo depois do lançamento da AAD69,

Pêcheux sentiu a necessidade de um maior conhecimento da lingüística. Ele já havia freqüentado os cursos de Culioli antes de 1968, e sua busca permitirá que até 1971 ele *se tenha feito lingüista*.

Segundo Gadet, León, Maldidier e Plon (1997, p.40)²⁵ “Pêcheux era um leitor de Saussure muito atento, o que permanecerá na seqüência de sua obra”, mas as leituras de alguns dos seus comentadores (Starobinski, Jakobson, Kristeva, etc) tiveram para Pêcheux algumas conseqüências que ele irá lamentar mais tarde. Pêcheux reconhecia como traço fundamental da teoria saussuriana o estabelecimento do princípio de que a língua é um sistema, deslocando o foco de interesse da função para o funcionamento. A principal conclusão de Pêcheux em relação à linguagem era de que “há um funcionamento das línguas em relação a elas mesmas”, e “é a partir desse funcionamento autônomo que será preciso pensar os processos discursivos” (MALDIDIER, 2003, p. 31-32)

No entanto, para Pêcheux, Saussure comete um erro ao acreditar que as demais instituições sociais seriam mais transparentes a seus autores do que a língua seria para os seus locutores. Por isso, a diferença apontada por ele entre a formulação saussuriana e a dos sociólogos do século XX é que,

Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual se manifesta a ‘liberdade do locutor’, ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto seqüência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociólogo como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada. (PÊCHEUX, 1997a, p. 76)

Ao debater a distinção feita por Saussure entre *langue* e *parole*, Pêcheux reconhece, assim como os sociolingüistas, “que a oposição língua/fala não poderia se incumbir da problemática do discurso” (GADET, LEÓN, MALDIDIER & PLON, 1997, p. 42). No entanto, não será pela diluição dessa oposição que Pêcheux tentará resolver o problema, buscando desenvolver uma reflexão sobre o lado da oposição menos desenvolvido por Saussure: a fala.

²⁵ Texto do início dos anos 80, em que os autores fazem uma ‘Apresentação da conjuntura teórica em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969’.

Porém, em 1975, Pêcheux(1988a, p.91) faz algumas observações em relação a essa aproximação com a noção de *parole*, afirmando que *a discursividade não é a fala (parole)*, pois não se trata de um uso, uma utilização ou a realização de uma função: não se trata de “uma maneira individual ‘concreta’ de ‘habitar’ a abstração da língua”. A expressão “*processo discursivo* visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (*parole*) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula”. Tratava-se, para ele, naquele segundo momento da AD, de uma tomada de posição em relação ao que havia de idealismo nas formulações saussurianas, estruturalistas, gerativistas, sociolingüísticas e pragmáticas. Segundo Pêcheux(1988a, p.127), o *mito continuísta empírico-subjetivista*, “pretende que, a partir do sujeito concreto individual ‘em situação’ (ligado a seus preceitos e a suas noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”, indo do concreto ao abstrato.

A partir das críticas de Pêcheux às suas formulações de base (AAD69), não havia mais uma conjuntura teórica possível para juntar a lingüística ortodoxa com a análise do discurso, embora alguns autores, ainda hoje, continuem a trabalhar com as formulações da AAD75 (PÊCHEUX & FUCHS, 1997) e da AAD80 como se fossem fases de um *continuum*, sem rupturas de fundo entre cada uma delas. Esse seria o caso de alguns pesquisadores que, assim como Eni Orlandi (2001), acreditam que é possível juntar, sem distinções e restrições, as formulações dos teóricos da Análise do Discurso como um conjunto de princípios gerais que se mantém inalterado. Ao apresentar a AD, em *Análise de Discurso - Princípios e Perspectivas* (2001), a autora parte de uma conjuntura específica dos anos 60 e, sem mencionar os períodos de refações por que ela passou, apresenta os vários conceitos e noções que foram sendo discutidos no interior da disciplina nas duas décadas em que seus principais pensadores estiveram presentes. Para a autora, ao fazer a distinção entre dispositivos teóricos e dispositivos analíticos, é possível afirmar que “o dispositivo teórico, que objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, sustenta-se em princípios gerais da Análise de Discurso enquanto uma forma de conhecimento com seus conceitos e método. Ele se mantém inalterado, segundo a teoria do discurso, na

construção dos diferentes dispositivos analíticos” (ORLANDI, 2001, p. 28). Embora essa afirmação pudesse ser justificada pela comparação entre os dois tipos de dispositivos — teórico e analítico —, em que um deles seria sempre relativo ao objeto de análise e, por isso mesmo, mutável, é difícil sustentar a idéia de que há um conjunto de princípios gerais na AD que se manteve inalterado nessas três décadas de sua existência.

Por isso, é preciso, antes de mais nada, ressaltar que para chegar às críticas feitas à lingüística ortodoxa Pêcheux passou por vários períodos de reflexão sobre a linguagem, mostrando ter feito, no início, algumas leituras muito rápidas e utilitárias de autores da lingüística. Essas leituras serão constantemente revistas e refeitas nos anos seguintes.

Jakobson, por exemplo, fornecerá a Pêcheux, no período inicial da AAD69, um modelo formal para o funcionamento do processo discursivo a partir do modelo de comunicação como troca de informações. Para isso, Pêcheux troca o termo *mensagem* por *discurso*, ressaltando que “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Com essa substituição, Pêcheux acreditava resolver o problema, afirmando que, por levar em conta não só sua organização interna, mas também suas condições de produção, seria “*impossível analisar o discurso como um texto*, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 79). Percebe-se nessa simples troca uma apropriação utilitária e não muito crítica das formulações de Jakobson, já que, como vimos anteriormente, esse modelo pressupõe a existência de um sujeito racional e consciente rejeitado por Pêcheux desde o início. Essas questões só foram percebidas e corrigidas mais tarde.

Da mesma forma, Pêcheux (1988a, p. 72) aceita com entusiasmo a idéia de que enquanto Saussure “pensava que a língua nada cria, o funcionamento de uma gramática gerativa coloca em evidência *uma forma de criatividade não-subjetiva no próprio interior da língua*”. A gramática gerativa não será, para a AAD69, o objeto de empréstimos formais, conceituais ou metodológicos, mas a denominação de um horizonte teórico que parecia mais estimulante, e que para os lingüistas representava

uma *revolução teórica*. Pêcheux emprestou metaforicamente a oposição chomskiana entre estrutura de superfície e estrutura profunda, porque ela permitia relacionar a *estrutura discursiva* como lugares de *efeitos de superfície*, e a '*estrutura invisível*' que a determinaria.

Em 1975, Pêcheux(1988a, p. 12) tenta explicar as origens e as diferenças entre a semiologia e a semiótica de um lado, e a semântica de outro. Se durante toda a primeira metade do século XX, os lingüistas hesitaram “em reconhecer a Semântica como uma parte da Lingüística, desde o aparecimento do gerativismo, a Semântica encontra-se no centro das controvérsias entre lingüistas”. Contrapondo-se à noção de língua, significação e sentido que foram a base da Semântica como disciplina da Lingüística, Pêcheux (1999b, p. 262-263) afirma que

uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *têm* um sentido que lhes será próprio, preso a sua literalidade; *nem*, acrescentemos, *sentidos* deriváveis a partir dessa literalidade por meio de uma combinatória lógico-lingüística que domaria sua ambigüidade, construindo os diferentes casos possíveis, à maneira do que é proposto hoje pela semântica gerativa[...]. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem.

Em 1983, em seu artigo sobre *as três épocas* da AD, Pêcheux afirma que a tomada de posição estruturalista que desapareceu depois de 1980, produziu o reconhecimento de uma recusa, que não variou em nenhum dos três períodos da AD: a recusa “de qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso” (PÊCHEUX, 1997c, p. 311). Com essa afirmação, Pêcheux faz desaparecer qualquer dúvida que poderia existir sobre suas posições em relação à linguagem e ao sentido, rejeitando definitivamente, dessa forma, a postura inatista chomskiana e a postura subjetivista dos estruturalistas.

Apesar de algumas recusas e auto-críticas posteriores, não podemos deixar de reconhecer que o principal pesquisador da área de linguagem a quem Pêcheux devia mais do que a qualquer outro é Zelig Harris. Segundo GADET, F.; LEÓN, J., et al. (1997, p. 44) ele “não apenas fornece alguns procedimentos de análise; ele inspira o

estabelecimento de todo o dispositivo da AAD”. Em um texto de 1982, escrito em conjunto com outros autores, Pêcheux analisa o projeto da AAD69, afirmando que ele constituía uma tentativa de realização de um programa científico, “esforçando-se em levar a sério ‘a lingüística moderna’ e, em particular, os trabalhos de um lingüista americano, autor de um texto providencialmente intitulado *Discourse Analysis* [...]” (PÊCHEUX, LEÓN, et al, 1997d, p. 255).

Desde o início encontram-se na AD procedimentos de análise de sinonímia, substituíbilidade, variabilidade e invariabilidade semântica em torno da questão da paráfrase, introduzida por Harris. O estudo da paráfrase será fundamental no desenvolvimento do projeto pecheuxtiano e será importante até o início dos anos 1980, quando todo o aparato teórico-metodológico começa a ser re-elaborado. Em AAD80, Pêcheux (1997d, p. 275) vai dizer que tratava-se, naquele momento, “de relativizar o lugar da paráfrase, reconhecendo que um discurso não se limita à produção de significações por substituição lexical”. Por outro lado, era preciso “retomar o problema da paráfrase em uma perspectiva nova”, que respondesse melhor ao projeto, ou seja, “o estudo ‘do outro no interior do mesmo’: estudar as relações entre estruturas sintáticas que fazem com que um conteúdo proposicional estável (por construção discursiva) possa ser investido de sentidos diferentes (reverberações lexicais, enunciativas, aspectuais...)”. Pêcheux não deixa muito claro, nesse texto, qual seria o mecanismo que permitiria juntar essas duas formas de perceber a paráfrase no aparato da análise do discurso. Por isso, muitos estudos continuam sendo realizados, principalmente nos países da América Latina, inclusive o Brasil, em torno da noção de paráfrase mas com o aparato teórico da AAD75 (PÊCHEUX & FUCHS).

Como vimos até agora, a determinação do sentido e da significação serão, portanto, as grandes questões para Pêcheux, e ele irá discuti-las até o fim. Em “Semântica e Discurso”, Pêcheux afirma que a lingüística atual é concebida como uma disciplina que define o campo da linguagem como um *continuum* que vai de um lado a outro de um único e mesmo eixo. Assim, ela distribui suas pesquisas tendo como seus limites, de um lado, o conjunto dos enunciados científicos e, de outro, a *conversação* (que também pode ser entendida como a *linguagem cotidiana*), indo, portanto, do ‘sensível’ ao ‘inteligível’, das *situações* às *propriedades*. Em sua crítica à semântica

lingüística, Pêcheux (1988a, p. 62) afirma que “o primeiro ponto comum às semânticas estruturais e gerativistas consiste na idéia de uma combinatória semântica suscetível de determinar, pelo cálculo, o(s) sentido(s) de um enunciado”. Essa coincidência *cartesiano-leibniziana* estaria no fato de que se pensa o sujeito falante como capaz de calcular espontaneamente, de encontrar seu próprio limite na existência do *contexto* e da *situação*, “que impedem o ‘fechamento do sistema’ por constituir um *resto* cuja reabsorção é radicalmente impossível”. Por isso, para Pêcheux (1988a, p.62/63),

o segundo ponto característico das teorias semânticas atuais nos é, por aí mesmo, designado, de algum modo por dualidade: trata-se, com efeito, da teoria da enunciação como *teoria desse resto* inerente à existência do ‘sujeito-falante’ em situação; aí se detectam, entremeados, alguns elementos que incidem sobre a designação anafórica, outros sobre a designação indicial (extralingüística), outros enfim, referentes à posição do sujeito em relação à situação e/ou em relação ao enunciado produzido nessa situação (modalizações avaliativas, emotivas, etc.) Em outras palavras, designa-se enunciação, ao mesmo tempo, o fato do sujeito ser o suporte de seu enunciado e o conjunto dos efeitos subjetivos (conteúdos psicológicos variados) subjacentes a esse enunciado.

Conseqüentemente, para Pêcheux, o primado do *sujeito-evidência*, condena a semântica, e às disciplinas da lingüística que levam em conta os sujeitos envolvidos na conversação, a explicar o sentido do enunciado através de algo que está fora dele, não fazendo parte do objeto de estudo, mas funcionando apenas como *contexto*, *situação pragmática*, etc. Assim, as críticas de Pêcheux parecem coincidir com a críticas feitas vinte anos mais tarde por Alastair Pennycook, mencionadas no capítulo dois, a respeito das disciplinas de Lingüística Aplicada (LA). Tais disciplinas poderiam ser consideradas como *teorias do resto*, assim como são descritas por Pêcheux. Na crítica feita por Pennycook, as disciplinas da LA também resultam da impossibilidade da lingüística de se livrar do problema criado pela dicotomia entre o sistema e o uso do sistema. Mais do que isso, as críticas de Pêcheux e Pennycook colocam a descoberto que a maioria delas tende a operar com uma visão *problematicamente estática* tanto de linguagem quanto de sociedade, contrária à idéia de *prática social*.

Sem mencionar o trabalho de Pêcheux, no entanto, Pennycook faz uma crítica também a concepções marxistas reducionistas que tomam a linguagem e o discurso como reflexos do social. Uma crítica a esse reducionismo já havia aparecido no último

trabalho de Pêcheux, publicado em 1983. Para autor, tratava-se de reavaliar o lugar atribuído ao marxismo e ao positivismo no campo do conhecimento. A presença de Foucault é apenas mencionada. Ao contrário, Pennycook sugere, de forma explícita, que a superação das perspectivas reducionistas (das teorias lingüísticas) e/ou totalizadoras (de algumas interpretações marxistas) dependeria da contribuição dada por Foucault à noção de discurso. Segundo o autor, como já vimos, ao mostrar que os vários conhecimentos e disciplinas normatizam as instituições e práticas sociais, Foucault rompe com a idéia monolítica de poder e domínio social que tem caracterizado as teorias marxista, funcionalista e estruturalista. Concebendo poder e conhecimento como inseparáveis, os discursos são, para Foucault, como *organizações de conhecimento* alçadas ao poder. O discurso, portanto, não se refere à linguagem ou ao uso de linguagem, mas a um *caminho de organização do sentido*.

As mudanças buscadas por Pêcheux entre os anos de 1975 e 1979, segundo Williams (1999), têm um forte apelo nos debates sobre os descentramentos do sujeito. Para Williams, se consideramos que uma disciplina lingüística tem como fonte do sentido o sujeito centrado, ela também deve ser centrada — sobre o pressuposto da imanência do sentido. Por outro lado, temos que considerar também que qualquer abordagem do lingüístico que leve em conta o sujeito descentrado, também deve ser descentrada, ou seja, ela deve partir da idéia de que o sentido é atravessado por outros aspectos que não são somente lingüísticos — e, numa perspectiva marxista como a de Pêcheux, esse atravessamento era importante para entender os mecanismos de produção do sentido, como a interpelação do sujeito e as relações entre as *formações discursivas* e as *formações ideológicas*.

No entanto, isso não significava, para Pêcheux, negar o papel da sintaxe e o fato de que a linguagem é estruturada, mas dar atenção especial à construção social do sentido. Além disso, tratava-se de dar atenção “to the manner in which the infinite possibilities of language are transposed into meaning as the effect of discourse without the orthodox emphasis upon the centred subject” (WILLIAMS, 1999, p.5).

Por isso, numa abordagem descentrada, o discurso deveria ser concebido como o uso da linguagem em situações práticas, visto como um ato efetivo, e em relação com uma série de atos — lingüísticos e não-lingüísticos — da qual ele faz parte. Se

pensarmos que os objetos de estudo que interessam à ADF, a partir de 1980, não são os mesmos objetos de estudo que interessam à lingüística, porque se tratam de textos ou enunciados produzidos dentro de um quadro institucional que regula a enunciação, teremos que concordar com Williams (1999, p.149) quando ele afirma que “there does exist a conjuncture involving two points of view on language — the linguistic point view and the discourse analyst point view”.

Da mesma forma, Courtine (1999, p. 17) nos chama a atenção para o fato de que “ser lingüista não predispõe particularmente a falar de discurso, bem ao contrário”. Depois de explicar essa dificuldade pela opção da lingüística pela ordem da língua, separando-a da ordem do discurso, Courtine afirma que quanto mais ele é deixado de lado, mais ele está presente, trabalhando ‘sob a língua’. Um sintoma disso seria “o desenvolvimento no interior da lingüística das problemáticas da *enunciação*, concebidas como a ‘apropriação subjetiva da língua por um ato individual de utilização’ (Benveniste)”. Segundo o autor,

as concepções lingüísticas da enunciação, herdeiras da tradição de uma ‘lingüística da fala’, que tenta caracterizar as modalidades da presença do sujeito falante no discurso a partir da identificação de certas marcas lingüísticas (pressupostos, dêiticos, marcas de pessoa, performativos, ‘*embrayers*’) asseguram, de fato, por intermédio de um sujeito da enunciação pensado como ponto de origem, causa primeira e operador psicológico de seu discurso, a passagem linear e contínua da ordem da língua para a do discurso. (COURTINE, 1999, p. 17)

Para se chegar ao nível discursivo, ou seja, à ordem do discurso seria preciso distinguir dois níveis de descrição dos enunciados: 1) *o nível da enunciação* (o ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’ do discurso; 2) *o nível do enunciado*, em que podemos ver, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, aquilo que se convencionou chamar de *interdiscurso* — “séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). Nesse espaço discursivo, Courtine (1999, p. 18) reconhece o que seria, para Foucault, um domínio de memória, “que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados ‘preconstruídos’, de que sua enunciação apropria-se”.

Assim, se considerarmos, segundo as relações apontadas acima por Williams, que o quadro institucional condiciona a produção de textos, ou enunciados, devemos concordar que, dessa forma, eles nunca se configuram como entidades novas, pois estão inscritos em um *interdiscurso* delimitado por aspectos históricos, sociais e intelectuais. Isso quer dizer que qualquer enunciado é condicionado por um discurso anterior — um implícito, um pré-construído — que influencia o sentido que ele é capaz de alcançar, criando, no campo discursivo, uma *estrutura enunciativa*. No entanto, quando usamos a linguagem, usamos noções que não derivam somente do passado (do que é anterior), mas usamos noções que sustentam relações estruturadas com outras noções, sujeitos e objetos. Trata-se de uma estruturação estável e complexa que contém um valor para a coletividade social, e que tem um funcionamento específico no campo discursivo.

Considerando essa estrutura enunciativa, podemos dizer que os lugares do sujeito são pré-definidos, e o enunciator ocupa um lugar específico em relação a outros sujeitos e objetos, permitindo assim a configuração de uma *formação discursiva* como o conjunto das práticas discursivas de uma dada época. A *formação discursiva*, segundo Williams (1999, p.6), seria responsável por definir os lugares que podem ser ocupados pelo sujeito, e que “such places determine what can and must be said by such an enonciateur.” Assim, concordando com Williams (1999) e Courtine (1999), de todas as disciplinas da lingüística, a chamada lingüística enunciativa é a que mais se aproximaria e poderia fornecer elementos para uma reflexão desse tipo. Ao rejeitar a equação em que a dicotomia enunciator/enunciatário corresponde a locutor/locutário (ou a falante/ouvinte), a lingüística enunciativa toca na questão da interação como característica não inata, mas construída na linguagem. Para isso, passa a considerar três argumentos na estrutura enunciativa, criando uma *dêixis*²⁶ *social* que envolve pessoa, espaço e tempo (eu-aqui-agora). É dessa forma que, segundo a lingüística enunciativa, o discurso opera na realidade social, ou seja, é no deslocamento entre

²⁶ Segundo o dicionário de Análise do Discurso, “a noção de dêixis é solidária à noção de discurso, pois entende-se comumente por **dêixis** ‘a localização e a identificação de pessoas, objetos, processos, eventos e atividades [...] em relação ao contexto espaço temporal, criado e mantido pelo ato de enunciação’ (Lyons, 1980:261).[...] **Em análise do discurso**, não se pode contentar em relacionar a dêixis a uma ambiência puramente empírica” (CHARADEAU, P. & MAINGUENEAU, D., 2004, p. 148)

pessoa, tempo e espaço que encontramos as marcas do discurso que definem a natureza da interação. É nesse sentido, da construção de uma dêixis social, que Benveniste irá repensar as relações formais que definem a enunciação nos momentos de interação.

Embora Benveniste fosse um dos principais nomes das correntes da lingüística para as quais a linguagem é um instrumento de enunciação (em que a expressão é o discurso), ele não foi a principal referência de Michel Pêcheux na elaboração de seu dispositivo teórico de análise em 1969, nem de suas críticas à lingüística ortodoxa na década de 1970. Para Pêcheux, a noção de enunciado em Benveniste era uma forma de tentar salvar o sujeito, numa perspectiva psicologizante que ele buscava rejeitar. No entanto, embora essa interpretação fosse possível e defensável, é possível afirmar que de todos os campos das ‘ciências da linguagem’, aquele que mais poderia ter fornecido elementos formais para a realização do programa reformulado por Pêcheux, era a lingüística da enunciação tal como iniciada por Benveniste e sua dêixis social, no final dos anos 1960.

Para Benveniste (1995, p.139), o discurso não pertence às mesmas propriedades da linguagem que são relevantes para a lingüística, pois ocupa um lugar teórico e metodológico diferente em relação a seus objetos de estudo, aproximando-se bastante da noção construída posteriormente pela ADF, embora possa conflitar, num certo sentido, com as noções foucaultiana e pecheuxtiana de discurso e enunciado. De acordo com Benveniste (1995, p.139), “a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação”. Isso quer dizer que “se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso”. A noção de discurso em Benveniste parte, de certa forma, de um paradigma funcionalista da língua, entendida como um instrumento para determinado fim: a comunicação. E o discurso é tomado como produto da ação desse instrumento. Se, para Foucault, o enunciado não pode ser confundido com a frase, nem mesmo considerando-a do ponto de vista enunciativo — quando alguém, em uma dada situação, pronuncia uma frase como réplica num diálogo —, sua noção de discurso não pode corresponder à de *expressão*. O discurso em Foucault é o efeito das práticas discursivas/normativas que

regulam o aparecimento dos enunciados. Por outro lado, a noção de discurso em Pêcheux tampouco pode ser pensada como expressão, ou como o resultado da interação interpessoal por levar em conta as relações da linguagem com o campo ideológico — nas suas formulações iniciais — e com o campo normativo — posteriormente.

Ainda assim, não podemos deixar de considerar que, ao tratar da constituição da intersubjetividade na linguagem, Benveniste (1995, p.293) abre caminho para novas teorias da enunciação: “muitas noções na lingüística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação lingüística”.

Para Benveniste (1995, p. 279-280), “não adianta nada definir esses termos [pronomes pessoais e advérbios] e os [pronomes] demonstrativos em geral pela *deíxis* [sic], como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *deíxis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere”. Por isso, é fundamental, para o autor, esclarecer que as formas pronominais assumidas pelo ‘sujeito que fala’ não remetem à realidade nem a posições objetivas no espaço e no tempo, mas à enunciação única que as contém. Elas refletem assim o seu próprio emprego. Por isso,

A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos ‘vazios’, não referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. È identificando-se como pessoa única pronunciando ‘eu’ que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’. (BENVENISTE, 1995, p. 281)

Essa *déixis social*, concebida por uma extensão às idéias de Benveniste sobre a constituição do sujeito do discurso como posição vazia, poderia ter interessado ao

projeto de Pêcheux, mas suas ressalvas não permitiram que ele percebesse sua originalidade no campo da linguagem senão tardiamente. Segundo M. Clarke (1997) apud Williams (1999, p.7), é importante enfatizar que a lingüística enunciativa traça sobre a longa história da *dêixis* um campo que tem sido percorrido desde o tempo de Nicolas de Cusa, e tem sido relacionado com diferentes concepções de linguagem. A *dêixis* esteve ligada aos debates sobre linguagem desde a Grécia Clássica até o estabelecimento, em meados do século XVIII, da oposição entre o *eu* e o *tu*, e da noção de sociedade como alguma coisa que acontece entre esse *eu* e esse *tu*.

De acordo com Pêcheux, foi a partir do século XVII que o sujeito passou a ser subordinado à verdade do seu discurso, e tornou-se a fonte do dizer por referência a um compêndio de necessidades, medos e desejos. Porém, segundo Williams (1999, p.08), “new philosophies of subjectivity and theories of knowledge emerge, giving a new function for language”. Dentre as novas filosofias da linguagem e teorias do conhecimento, interessavam a Michel Pêcheux os debates desenvolvidos tanto pela fenomenologia husserliana quanto pelo pensamento pós-estruturalista em torno das relações entre linguagem e realidade. Husserl conservava a oposição, defendida no século XVII, entre necessário e contingente, mas sobrepunha a ela a oposição entre o que é objetivo e o que é subjetivo, tomando a consciência como o ponto zero, ou a origem das representações. Para ele, o momento reflexivo (originário da consciência) ocorre quando o *eu-aqui* é levado a olhar para trás, sobre si mesmo, encontrando o *eu-lá*, que também é um outro. Essa estrutura criada pelo momento reflexivo revela que o espaço entre eles (o *eu-aqui* e o *eu-lá*) é o espaço da objetividade e não o da subjetividade, o que mantém a separação entre linguagem e realidade.

Para Heidegger, por outro lado, não faz sentido falar de linguagem e realidade como se fossem terrenos separados, pois os termos *realidade* e *existência* não podem referir senão através da linguagem. Para Williams (1999, p.8), foi Benveniste quem tomou a estrutura fenomenológica e a transpôs para o social, fazendo com que o *eu* e o *tu*, agora descentrados, deixem de ser o começo e o fim: “the social space of experience emerges — discourse — within which subjects are positioned, and which determines their position”.

Dessa forma, por extensão às formulações de Benveniste, é possível afirmar que a enunciação — ou sua expressão, o discurso —, definida pelas marcas dessa *dêixis social*, é sempre confrontada com o que não se pode dizer e com o que não pode ser dito a partir de um lugar do sujeito específico, que as marcas enunciativas ajudam a estabelecer. Se a lingüística ortodoxa se refere ao não declarável em termos de uma impossibilidade (o agramatical da lingüística sintática), a análise do discurso se refere ao não-enunciável em relação ao que não pode ser declarado de um determinado lugar. Como consequência, segundo Williams (1999, p.7), “meaning is always shifting. Despite the relationship between what can be said and the constraining force of what has already been said, there remains a space for creativity, both in terms of language and in terms of interdiscourse”. O *interdiscurso*, portanto, seria aquilo que inscreve os discursos na rede discursiva da qual fazem parte, ou seja, numa *formação discursiva*, ou *arquivo*.

Segundo Williams, é a partir da noção de *interdiscurso* que o conceito fundamental de Foucault sobre a *normatividade* assume uma importância significativa para as teorias do discurso. Partindo do pressuposto de que não há realidade externa ao discurso e de que o social existe somente através da linguagem, não é possível distinguir a norma social da norma lingüística. Assim, a tarefa do lingüista é explicitar a norma, e, portanto, colocar seu *status* como norma sob suspeita. Segundo Williams (1999, p.7), é nesse ponto que os trabalhos de Michel Foucault e de Michel Pêcheux coincidem: eles mostram um entendimento do poder normativo como um fator comum que é imposto sobre todo conhecimento de uma dada época histórica, e sobre a maneira através da qual esse poder absorve o conhecimento.

A importância do aspecto social — como a relação entre o *eu* e o *tu* — na produção do sentido no discurso torna-se cada vez mais evidente, segundo Williams (1999), com as contribuições do Círculo de Bakhtin (sobre o dialogismo) e de Wittgenstein (sobre o jogo de linguagem). Para Wittgenstein, o jogo de linguagem é uma prática de interpretação que envolve os locutores e seus enunciados. Para o Círculo de Bakhtin, um enunciado só alcança o sentido como o resultado de uma multiplicidade de jogos de linguagem, ou seja, a *heteroglossia*. O sentido é uma consequência da confrontação prática de grupos sociais em torno da significação e do

jogo da linguagem. Segundo Williams (1999, p.9), “It is the product of open option as the interior of discursive organisation, organising points of view, practices and interests. Meaning is site of struggle”.

Pêcheux não chega a discutir amplamente as idéias dos pensadores do Círculo de Bakhtin e faz poucas referências a Wittgenstein. Seus primeiros trabalhos passaram ao largo da lingüística enunciativa pela via traçada por Benveniste, e sua aproximação às teorias da enunciação se deram pela apropriação das idéias de Jakobson. No entanto, as questões que envolvem a noção de sentido e significação, e conseqüentemente de texto e discurso, sempre foram constantes preocupações para o autor. Depois de 1975, na segunda fase da AD, Pêcheux vai abrir mão de construir uma teoria geral das ideologias e volta sua atenção para os problemas que encontra pelo caminho: “o das ligações entre o objeto de análise e da teoria do discurso e o objeto da lingüística. Esta questão não era somente um problema teórico, mas também um problema levantado pelo sistema de análise de discurso que ele tinha construído. [...] Era, além disso, o problema dos limites de análise e da teoria lingüística face à questão do sentido, da significação e da semântica” (HENRY, 1997, p. 35). Por isso, durante bom tempo, Pêcheux busca debater, às vezes extensivamente, esses problemas com a lingüística.

Em seu último trabalho, *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2002, p. 51) reclama à lingüística a possibilidade de “construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”. A idéia de *equívoco* aqui não se refere somente àqueles fatos de linguagem que poderiam ser reportados aos lapsos e atos falhos, estudados pela psicanálise, nem a problemas de conteúdo, como imprecisões vocabulares, teóricas ou anacronismos. A noção de *equívoco* a que Pêcheux se refere — e que nós estamos defendendo aqui — faz parte do próprio processo de interlocução. Se entendermos que o signo desliza, ainda que se tente fixar-lhe um sentido, porque os sujeitos envolvidos na interlocução são sempre descentrados — não apenas pelos complexos mecanismos de formação de uma subjetividade sempre em processo, mas também pelas suas determinações sociohistóricas em uma dada época e pelos múltiplos interesses, às vezes

contraditórios, que movem os interlocutores (como nas situações de humor, ou de disputa, por exemplo, em que o horizonte axiológico dos interlocutores é distinto) —, temos que incorporar o *equivoco* como elemento constitutivo da linguagem. Por isso, os processos de interlocução se dão também em situações de não entendimento entre os sujeitos, de entendimento parcial e de outros entendimentos não previstos pelos interlocutores, pois o uso do código não garante o sentido do dizer. Se o sentido é *um lugar de luta*, são os deslizamentos do sentido que fazem do *equivoco* um elemento constituinte dos jogos de linguagem, já que, como vimos anteriormente no capítulo 2, é este signo que desliza que permite que a linguagem funcione, ou seja, que ela signifique.

Portanto, seria preciso, como dissemos no capítulo dois, que a lingüística reconhecesse e assumisse não só que a linguagem não é transparente, mas que a *indeterminação semântica* da linguagem e a possibilidade de *incomunicabilidade* fazem parte das condições de existência da comunicação.

Nesse texto, Pêcheux (2002, p. 54) deixa claro que para que a análise do discurso pudesse novamente contar com a lingüística como uma de suas bases teóricas e metodológicas, seria preciso que o seu objeto (*o próprio da língua*) aparecesse “atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações”. Por isso, todo discurso deveria ser tomado como *estrutura e acontecimento discursivo*: por um lado, a norma social não se distingue da norma lingüística, criando a estrutura da série discursiva em que ela se insere; e, por outro, o surgimento do enunciado num determinado espaço/tempo, a partir de uma posição enunciativa, o torna um evento único, um acontecimento.

Nessas novas *exigências* feitas por Pêcheux percebemos mais fortemente tanto a presença do pensamento de Michel Foucault, quanto a de uma releitura de Saussure pelo viés da *diferença*, tal como havia sido feita por Derrida. Assim, toda descrição estaria intrinsecamente exposta ao equivoco da língua, pois “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar para um outro”

(PÊCHEUX, 2002, p. 53). A descrição, portanto, não se insere mais nas relações internas aos enunciados (ou textos) como anteriormente se pretendia. O enunciado, assim como “toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso” (PÊCHEUX, 2002,p.53). Ou seja, é na dispersão dos enunciados, que se encontra o objeto de estudo da AD.

Redefinido o lugar da análise do discurso, Pêcheux tenta definir o lugar e o momento da descrição em relação aos da interpretação. Elas não são sucessivas ou indiscerníveis, mas se alternam no sentido de que a descrição sempre abre espaço e coloca em jogo o discurso-outro através da percepção dos vazios, das negações, das elipses, do discurso citado, etc. Aqui, como resultado das contribuições trazidas no Colóquio sobre as *Materialités Discursives*, encontramos ecos do pensamento dos autores do Círculo de Bakhtin e do pensamento de Wittgenstein. Para Pêcheux, é na percepção desse discurso-outro, condição de sua existência, de sua materialidade no espaço social e na memória histórica que se abre o momento da interpretação. E é por isso que o equívoco deve fazer parte do *próprio da língua*, para que se possa inscrever o lugar da interpretação junto ao da descrição. O positivismo e o marxismo (concebido como única forma de organização do real) por se desejarem ‘ciências régias’²⁷, negam o equívoco “dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, [...] negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (PÊCHEUX, 2002, p. 55). Para fugirmos desses ‘fantasmas’ das ciências régias, sejam positivismos ou ontologias marxistas, a história deve ser compreendida como uma disciplina de interpretação “e não uma física de tipo novo”.

Portanto, quando Pêcheux estabelece o espaço e o momento da interpretação, ele recupera a possibilidade de novas relações da história com os estudos da linguagem ao afirmar, que “é porque há *o outro* nas sociedades e na história, correspondente a

²⁷ A idéia de ciência régia vem da discussão feita por Pêcheux sobre a escolástica, o positivismo e o marxismo — estas duas últimas entendidas como as maiores *epistemes* do ‘nosso tempo’. Para Pêcheux (2002, p. 35), a ciência régia corresponderia ao “projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber [o real como objeto de estudo] em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação [...]”.

esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar”. A *heterogeneidade*, portanto será o ponto nodal das novas relações entre história e lingüística nesse último período da ADF. Conseqüentemente, para Pêcheux (2002, p. 54), “é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”. Essas redes, no entanto, não devem funcionar como transcendentais históricos, já que, por ser interpretável, todo discurso

marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida [...] (PÊCHEUX, 2002, p. 56)

Isso quer dizer que não há assujeitamento que nunca falhe. Há espaço para as resistências ao processo de interpelação do sujeito. Assim, esse último livro publicado por Michel Pêcheux, como podemos observar, mostra claramente que as relações da ADF com o pensamento de Michel Foucault foram tornando-se cada vez mais intensas. Ainda assim, Pêcheux continuará fazendo ressalvas a algumas das formulações foucaultianas, e essa crescente presença de Foucault nos debates da análise do discurso, exige de nós um tratamento à parte.

4.3. Michel Pêcheux e Michel Foucault: uma interlocução mediada por Althusser e os historiadores

Como alunos de Althusser e de Canguilhem, tanto Pêcheux quanto Foucault se inserem nos debates sobre a questão da verdade e do desejo de verdade, na esteira dos estudos bachelardianos inspirados em Nietzsche. Foucault foi um leitor atento de Nietzsche desde o início, e, segundo Malidier (2003), Pêcheux tinha, em 1983, projetos de começar uma incursão pelas obras do autor: “ele ia ler Nietzsche”.

Para Bachelard, a epistemologia não pode se desligar da história, mas mantém com ela uma relação de descontinuidade, pois entende que a história é feita de rupturas e não de permanências, daí vem a noção de *corte epistemológico*. Assim como Bachelard, Canguilhem, que também fora professor de Althusser, propõe que a idéia de verdade dentro das ciências humanas não pode prescindir de uma relação com a história, pois a verdade ou falsidade de uma proposição teórica só tem sentido no interior dessa mesma teoria, em sua própria imanência. Essa idéia terá conseqüências diferentes para o desenvolvimento teórico de cada um de seus três alunos : Foucault, Pêcheux e Althusser (WILLIAMS, 1999; MALDIDIER, 2003; GREGOLIN, 2004).

Foucault busca questionar o estatuto de *verdade* na configuração de novos saberes, mas não busca *fazer ciência*. Althusser, entre outras coisas, vai tomar a noção de *corte epistemológico* para definir o materialismo histórico como ciência. E Pêcheux, seguindo os passos de Althusser, busca elaborar um estudo científico do papel das ideologias nas sociedades de classe.

Para Foucault, preocupado com a história dos sistemas de pensamento, a questão da imanência teórica o ajudou a pensar de que formas as disciplinas, as doutrinas e as filosofias criam o *seu verdadeiro* numa sociedade, como *efeito do discurso normativo*, transformando esse *verdadeiro* em algo *normal e evidente*. Se a verdade é uma função de redes históricas de saber e poder, somente algumas coisas podem ser objeto de conhecimento. Numa perspectiva científica que funciona desde o século XVI, por exemplo, em que observar e experimentar constituem a única forma de se chegar a um conhecimento verdadeiro, aquilo que não pode ser experimentado não pode ser verdadeiro. Para Foucault, formas de saber como essas, alçadas ao poder, constituem discursos que podem produzir ou excluir conhecimentos, classificar, distribuir, ordenar. Portanto, a tarefa do analista é descortinar o discurso como norma, e mostrar que o *seu verdadeiro* só pode ser avaliado em sua coerência interna, em sua imanência, não valendo no elemento da universalidade. Sabendo que esse *verdadeiro*, por ser histórico é, portanto, relativo.

Com isso, Foucault não está querendo anular as descobertas tecnológicas, nem dizer que existe uma *força misteriosa* que conduz a ação humana. Segundo Araújo (2001, p. 200), “a noção de poder embutida na produção de discursos que pretendem

um saber sobre o indivíduo, não pretende substituir a noção de poder hegemônico do Estado, da economia, de que resultam as diferenças sociais”. Essa é uma forma de poder que surgiu no século XVIII e que reforça e reconduz os poderes hegemônicos até as relações mais tênues como a do médico e do paciente. Ela funciona por meio de discursos que legitimam e sustentam os sistemas de controle. Por isso a noção de *normatividade* torna-se importante na análise da relação entre saber e poder, entre *verdade e desejo de verdade*.

Para Williams (1999, p. 286), “in contrast to the modernist discourse premised upon reason, normativity is not seen as a preordained form which relates to social order, but, rather, as the effects of a discourse which establishes a norm of knowledge expressed as ‘truth’”. Assim, por exemplo, no âmbito da modernidade, a sociedade aparece como uma rede objetiva de relações, como uma ordem normativa que funcionaria sobre as cabeças dos indivíduos através do *primado do entendimento mútuo transcendental*. Segundo Williams, na sociologia, os estudos da *consciência coletiva*, da moral e outras noções deveriam ser realizados entendendo-os como efeitos da normatividade. Sem o recurso à noção de efeito normativo, o *normal* se confunde com o *moral*. É por isso que Foucault propõe uma problematização do *normal/anormal* como indissociáveis, pois não pode dizer o que é *normal* sem se dizer o que é *anormal*.

Assim, o discurso, para Foucault, deve ser entendido como o efeito dessa normatividade que estabelece não só os lugares de sujeitos e objetos em relação uns aos outros, mas também institucionaliza certos discursos como normativos. Por isso, a sociedade moderna é o efeito do discurso normativo, pois envolve a estabilização de relações entre sujeitos e objetos específicos. Por isso, “the norm is that whereby, and across which, society communicates with itself” (WILLIAMS, 1999, p. 287). O discurso, como efeito da norma, é o ponto nodal entre língua e sociedade, pois não existe social fora da linguagem: a norma social e a norma lingüística são os resultados de uma mesma *prática normativa*. Como a relação entre saber e poder é sempre definida historicamente, essas práticas só podem ser desveladas numa relação com a história.

Portanto, concordando com Foucault, podemos afirmar que é porque existem os discursos normativos que nós podemos dizer, por exemplo, que uma frase é agramatical, que uma proposição é lógica ou que um ato de fala realizado é adequado. A lingüística, de acordo com Williams (1999, p. 306), tem sido construída como uma disciplina normativa, que envolve a estabilização de modelos reconhecidos de linguagem em uso que podem ser categorizados e ordenados no sentido de descobrir as supostas estruturas que permitem que a linguagem funcione. Por isso, afirmar a ligação entre uma linguagem correta e um pensamento correto é meramente um exemplo do processo de normativização de uma língua sobre as outras.

No desenvolvimento da ADF, depois do rompimento de Pêcheux com o partido, tanto a implicação do sujeito racional na concepção conspiratória de ideologia quanto a idéia de uma estrutura externa ao discurso desaparecem. Para Williams (1999, p. 291), “It links with a removal of the evolutionism of historical materialism and its concern with inevitable progress constructed out of reason. It raises the question of the interdiscourse and its relationship to normativity”.

Tanto Althusser quanto Pêcheux apresentavam um ponto de vista semelhante ao foucaultiano em relação ao processo de *normalização* dos sentidos, partindo, no entanto, de uma relação da ideologia com o inconsciente. Por isso, segundo Williams (1999, p. 291), “It is significant that the reference made to the work of Foucault in Pêcheux’s *Les Vérités de La Palice* involves a mixture of admiration and a resounding condemnation for not alluding to the claims of Marxism”. Isso porque o projeto pecheuxtiano, como pudemos ver ao longo deste capítulo, tem uma profunda relação com as teses althusserianas sobre o sujeito, a história e a ideologia.

Althusser, convencido de que Marx havia efetuado um corte epistemológico, chegou a afirmar, inspirado em Spinoza, que a ciência deve satisfazer apenas exigências internas e que o critério de validação não deve se submeter a nenhum elemento externo. Ele propõe que todas as ciências deveriam passar pelo crivo do materialismo histórico para libertarem-se dos resíduos da ideologia (GREGOLIN, 2004). Numa descrição bastante simplificada de suas teses, podemos dizer que, para Althusser, a história é um processo sem sujeito, pois nós somos mediados por processos lógicos e inconscientes. O sujeito, por sua vez, é um efeito da estrutura de

uma formação social que é determinada, em última instância, pelo econômico — as condições de produção. O sujeito age conforme o papel atribuído a ele pela estrutura — formação ideológica — através do processo de interpelação do sujeito pelas ideologias.

Quando, a partir de 1980, Pêcheux abandona a idéia de formação discursiva como estrutura fechada, externa ao discurso, e reconhece que a *interpelação do sujeito* é um processo que falha, ele abre a possibilidade de pensar a relação entre sujeito, língua, discurso e história através da idéia de *normativização-individualização* numa aproximação com as formulações de Foucault. Portanto, as mudanças sofridas pelas teses althusserianas também serão percebidas nas mudanças do projeto pecheuxiano. Isso não quer dizer, como nos alerta Gregolin (2004), que Pêcheux tenha feito apenas um decalque das idéias de Althusser, mas que ele “estabeleceu um constante diálogo com o mestre”.

Ao propor uma análise das trajetórias de Pêcheux e Foucault, Gregolin (2004, p. 52/53) “parte do princípio de que ambos tinham projetos epistemológicos que, apesar de distintos, encontravam-se em vários pontos”. Se Pêcheux envolve em seu projeto a língua, os sujeitos e a história, configurando uma *tríplice aliança* entre Saussure, Marx e Freud, o projeto foucaultiano propõe uma relação entre Nietzsche, Marx e Freud, indicando “a relação muito mais forte de Pêcheux com a Lingüística e de Foucault com a História e a Filosofia”.

Foucault estabeleceu alguns diálogos, mas também alguns duelos com Althusser, dedicando-lhe, no entanto, uma amizade que poucos demonstraram depois de sua prisão (GREGOLIN, 2004). Portanto, muitas das discordâncias de Michel Pêcheux envolvem as polêmicas teóricas e políticas que Foucault estabeleceu com Althusser.

Os primeiros trabalhos de Foucault²⁸ tiveram o aval e o incentivo de Althusser. É possível perceber uma certa aproximação com o pensamento marxista nesses trabalhos, mas apenas pela preocupação em demonstrar uma relação da história com as instâncias econômicas, as evoluções e transformações. Além disso, Foucault, como já

²⁸ “Doença mental e personalidade”, 1954; “História da loucura na idade clássica”, 1962; e “O Nascimento da Clínica”, 1963.

vimos, nunca concordou com o culto personalista a Marx, nem com a idéia de buscar uma ciência do marxismo a partir do corte epistemológico que ele teria provocado.

As divergências entre os dois autores começam com a publicação de *As palavras e as coisas*, em 1966, devido ao papel que Foucault atribui a Marx e a Lévi-Strauss na história do saber universal. Obviamente, os althusserianos não poderiam concordar com a interpretação foucaultiana sobre o lugar atribuído a Marx e ao marxismo. Com relação a Lévi-Strauss, Althusser vê em Foucault uma contradição em colocar a Etnologia como uma das três contra-ciências (juntamente com a lingüística e a psicanálise) que inauguraram a *episteme* moderna. Lévi-Strauss recupera em sua ótica sobre as sociedades primitivas o mito do ‘bom selvagem’, remetendo a elas uma posição *originária*. Esse erro de Lévi-Strauss, demonstrado também por Derrida em “Gramatologia” e “A Escritura e a Diferença”, será apontado como uma recuperação do idealismo e do humanismo, que tanto Althusser quanto Foucault tentavam combater.

Mesmo tendo atenuado suas posições em relação ao marxismo e optado pela idéia de *prática discursiva* (mais próxima da *práxis*) em lugar de *episteme* “o ‘marxismo paralelo’ de Foucault provocará uma grande fratura [nos dispositivos teóricos da ADF], que virá depois de 1976. Os textos de sua ‘analítica do poder’ se dirigem contra a teoria althusseriana dos *aparelhos ideológicos de Estado*, ao criticar a centralidade do Poder do Estado” (GREGOLIN, 2004, p. 117). Não seria por acaso, portanto, que os maiores problemas entre Pêcheux e Foucault tenham ocorrido no transcorrer dos anos de 1975 e 1979. No entanto, segundo Gregolin (2004, p. 119), Foucault não será um adversário de Pêcheux com relação a uma teoria do discurso, pois se tratam de diferenças e não de contraditoriedade. Em *Semântica e Discurso*, Foucault será “alçado ao lugar de adversário estimulante”, um interlocutor considerado de *imenso interesse* para a análise do discurso (GREGOLIN, 2004, p. 119), pois Pêcheux terá que enfrentar outros problemas, como a crise com o Partido Comunista e as críticas recebidas de dentro do próprio marxismo.

Não é objetivo deste trabalho perpassar todas essas diferenças, os diálogos e os duelos entre os dois autores, como o faz Gregolin (2004). No entanto, temos que

reconhecer que em várias passagens das análises desse período a que tivemos acesso²⁹ as tensões foram uma constante durante os anos de 1970, e que, embora tenham sido atenuadas na década de 1980, não desapareceram por completo. Gregolin (2004) nos mostra, de forma detalhada, as polêmicas, mencionadas neste trabalho. Para a autora, assim como para Maldidier (2003) e Williams (1999), a partir de 1980, a aproximação com os historiadores e com as formulações teóricas da Nova História impuseram a presença de Foucault nos dispositivos teóricos da análise do discurso.

Para Williams (1999, p. 285), como vimos, “in many respects, Foucault’s work can be seen as focusing upon normativity”, e seria esta uma das maiores contribuições de seu pensamento para a ADF. A partir de 1980, “the appeal of Foucault’s concern with normativity as a controlling, defining and valorising force for Pêcheux, who was, without doubt, the most influential force in FDA, should now become apparent” (WILLIAMS, 1999, 288).

Para Maldidier (2003, p. 52) será a relação da normatividade com o *interdiscurso* que trará definitivamente Foucault para a análise do discurso. Pretendendo rever a trajetória deste conceito na ADF, Maldidier (2003, p.52) promete mostrar “por que caminho complexo a figura de Michel Foucault acabou por frequentar a análise do discurso”. Da mesma forma, para Gregolin (2004, p. 172), a postura otimista de Pêcheux frente aos avanços da Nova História a partir das contribuições de Foucault, será motivada pelo tema do *interdiscurso*, quando ele “propõe que as investigações da análise do discurso passem a incidir sobre a *interdiscursividade*, afastando-se de uma concepção que dava privilégio aos discursos oficiais ‘legitimados’”.

Acreditamos que o debate sobre a *interdiscursividade* e sua relação com o *intradiscurso* podem nos dar as pistas de como a ADF pretendia estabelecer novas relações entre história e lingüística a partir de 1980: aquela oferecendo uma reflexão sobre o *corpus* de análise; e esta propondo uma nova reflexão sobre a *heterogeneidade* na linguagem.

4.4.O discurso na história: o *interdiscurso*, o *intradiscurso* e a leitura de arquivos

²⁹ WILLIAMS, 1999; MALDIDIER, 2003; GREGOLIN, 2004; COURTINE, 1999.

Segundo Maldidier (2003), a presença de historiadores teria catalisado uma mudança já iniciada e marcada por uma *desconstrução domesticada* dos dispositivos teóricos da ADF. As mudanças que já vinham acontecendo desde 1978 ganharam força a partir de 1980, quando aconteceu o Colóquio *Matérialités Discursives*. No entanto, para Jean-Jacques Courtine, Pêcheux vinha fazendo mudanças contrárias à cartilha do programa althusseriano, resultantes da crise com o marxismo, antes de 1980. Portanto, não havia mais espaço, após esse período, para a negação dessas mudanças e elas devem ser interpretadas dentro mesmo do processo de *desmarxização* da produção intelectual francesa.

Da mesma forma, para Gregolin (2004, p. 153-154), baseada na avaliação de Courtine, Pêcheux precisava fazer, no campo teórico, um deslocamento em relação aos vários reducionismos conduzidos pelo programa althusseriano, como a redução do histórico ao político, do político ao ideológico, do ideológico ao discursivo e do discursivo ao sintático. No plano político, o deslocamento necessário era em relação à *insistência marxista no primado da luta de classes*: o mundo do trabalho havia mudado e as relações já não se davam da mesma forma, pois a classe operária estava desaparecendo, e os trabalhadores ganhando novas identidades. Havia ainda a necessidade de deslocar-se também da centralidade do lingüístico para um modelo de análise que pudesse dar conta de um mundo cada vez mais inundado pela imagem e por efeitos acústicos, através da expansão cada vez mais rápida da mídia.

O Colóquio *Materialités Discursives*, considerado o marco para essas mudanças, ocorreu em Nanterre nos dias 24, 25 e 26 de abril de 1980, e vinha sendo preparado desde 1979. Nele foram discutidos cinco temas centrais: 1. Para onde vai a análise do discurso; 2. Discurso e História; 3. Discurso e Lógica; 4. Discurso e Lingüística; 5. Discurso e Psicanálise. Segundo Maldidier (2003, p. 74) a questão do discurso será posta sob o signo do *outro*, ou seja, “o que, nos anos precedentes, procurava-se através da contradição marxista ou as [sic] falhas da interpelação ideológica, se inscreve agora no termo ‘heterogeneidade’”.

No interior desse deslocamento ressurgem a questão da leitura do arquivo, que será discutida por Pêcheux em meio a ‘severas autocríticas’ e ao reconhecimento dos

avanços da Nova História e das formulações de Michel Foucault. Em sua autocrítica, Pêcheux reconhece o problema da homogeneidade na análise do discurso em torno do discurso político e da centralidade da paráfrase. Essa autocrítica o levará a propor o estudo do discurso ordinário, das falas anônimas, do conversacional. Essa mudança na configuração do *corpus* já havia sido proposta por Michel Foucault, de forma indicativa, em *A Arqueologia do saber*, de 1969, e em *A ordem do discurso*, de 1970. Assim, a noção foucaultiana de arquivo trará para o campo da leitura em análise do discurso um viés totalmente diferente: não interessa mais construir *máquinas de ler*, e sim analisar os confrontos e as regularidades entre os textos/documentos/ monumentos resultantes de processos sócio-históricos diversos — no interior do arquivo. Isso implica uma mudança na postura do historiador, assim como na do analista. O documento em si não pode mais ser visto como a fonte do sentido, não importa que tipo de leitura se faça. O sentido deve ser buscado nas *regularidades de sentido* encontradas no conjunto de enunciados que fazem parte do arquivo, ou de uma série. Para configurar novas formas de *ler o arquivo*, a ADF solicitou novamente a contribuição tanto de historiadores quanto de lingüistas.

Do lados dos lingüistas, vinham propostas distintas. Por um lado havia tentativas de se propor uma nova ligação entre discurso e lingüística, apoiando-se nas pesquisas sobre a *discursividade*, que buscavam, desde 1975, uma alternativa entre o *logicismo* da gerativa e o *sociologismo* da sociolingüística. Nesse linha está o livro escrito em parceria com Gadet, *La Langue Introuvable*, publicado em 1981, e outros estudos da ‘completiva’. Segundo Maldidier (2003, p. 77), “sua reflexão em torno das proposições de Chomsky sobre os níveis de gramaticalidade abre questões sobre as regras da língua que serão retomadas nos debates posteriores”. A discursividade será buscada através da análise das possibilidades sintáticas geradas pela relação entre enunciados. Segundo Gadet, León e Pêcheux (1997, p. 208), não se pretendia “colocar em questão os trabalhos existentes neste domínio, em particular aqueles da gramática transformacional (chomskyana ou harrisiana)”, pois, ao contrário, era nesse domínio da sintaxe que eles estavam buscando “os argumentos, em relação ao ponto central de acesso ao sentido por uma abordagem diferencial, a que a comparação dos enunciados conduz”.

Numa perspectiva completamente diferente, Jacqueline Authier propunha uma reflexão sobre o *outro* no discurso, a partir das leituras dos autores do Círculo de Bakhtin, iniciadas em 1977. Suas reflexões estavam ancoradas na proposta de estudo do *discurso citado* feita por Voloshinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* que também tem relação com a noção de discurso como *composição multidimensional de vozes*, elaborada por Bakhtin. As reflexões de Bakhtin sobre a palavra *bivocal* e a apropriação da palavra alheia foram realizadas no capítulo V do livro *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Sobre a *heteroglossia dialógica*, Bakhtin discute principalmente na coletânea sobre a teoria do romance³⁰.

Essas apropriações já haviam recebido críticas de Pêcheux no final da década de 70, mas foi em “La Langue Introuvable” que ela se tornou mais veemente. Ele afirmava que havia uma proximidade entre Voloshinov e a psicologia social de Plekhanov que o impedia de ser referência para reflexões acerca da relação linguagem e sociedade por representar um retorno ao estado pré-teórico do marxismo. Segundo Pêcheux, do ponto de vista lingüístico, Voloshinov teria anulado o *próprio da língua* em sua crítica ao *objetivismo abstrato* de Saussure e seus seguidores. Ao opor o ‘sistema abstrato de formas lingüísticas’ ao ‘fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações’, Voloshinov teria levado a lingüística a fundir-se em uma vasta semiologia (MALDIDIER, 2003; WILLIAMS, 1999). Segundo Williams (1999, p. 127), Pêcheux acreditava que a verdadeira ruptura estava em Saussure, pois possibilitava relacionar linguagem, inconsciente e ideologia. Para ele, a questão do sentido não podia ser resolvida na esfera das relações interindividuais, nem tampouco na das relações sociais pensadas no modo da interação entre grupos sociais.

Para Maldidier (2003), no entanto, o conflito com Voloshinov era um conflito da própria ADF de saber se pertencia ou não à sociologia; mas, mais do que isso, era um conflito entre o marxismo ortodoxo e o reformismo althusseriano. Alguns pesquisadores marxistas optaram por seguir a senda aberta por Voloshinov, mas suas propostas, segundo Maldidier(2003, p. 61), estavam mais próximas da filosofia anglo-

³⁰ Esta coletânea foi publicada no Brasil sob o título *Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance*. Os textos em que Bakhtin discute a questão da *heteroglossia dialógica* ficaram inacabados e, por isso, nem sempre são fáceis de se compreender.

saxã e da pragmática e não podiam servir à tentativa de Pêcheux “de ‘definir’ um território e construir o objeto ‘discurso’”. Apesar das críticas, em seu último livro, além da questão *heterogeneidade*, do *outro* no discurso, Pêcheux (2002, p. 54-55) se refere à necessidade de — nos momentos da descrição — colocar em jogo os silêncios, as elipses, as múltiplas formas do *discurso relatado* — para que a interpretação possa ocorrer. Jacqueline Authier irá insistir em estudar as *Palavras mantidas à distância*, título de sua apresentação no Colóquio de 1980, inspirada nas reflexões do discurso reportado de Voloshinov, buscando apreender, no ‘fio do discurso’, a marca do outro.

Se nas contribuições da lingüística as coisas andavam divididas entre a gramaticalidade e a alteridade, da parte dos historiadores as propostas vinham de uma fonte aglutinadora: Michel Foucault. Entre as várias contribuições dos historiadores, estavam principalmente a redefinição de leitura a partir da noção de documento/monumento e as questões sobre a descontinuidade na história. No âmbito da ADF, devemos destacar a crítica de Jean-Marie Marandin e Jean-Jacques Courtine sobre a falta de *heterogeneidade* que havia na análise do discurso por incidir sobre a centralidade da *paráfrase*, implicada pelo recurso aos procedimentos harrisianos (MALDIDIER, 2003, p. 75). Como resultado dessas intervenções houve uma tentativa de recuperar o conceito de *formação discursiva* como uma *fronteira que desliza*, tal como a havia formulado Foucault. A partir daí, no horizonte da análise do discurso, abrem-se duas direções importantes: Courtine desenvolve a noção de *memória discursiva* (ou *interdiscurso*), e Marandin, à luz da leitura de Deleuze sobre o problema da repetição (o *outro* no retorno do *mesmo*), mostra uma preocupação em estudar, também, a repetição no âmbito do *intradiscurso*.

Segundo Maldidier (2003, p. 51) a noção de interdiscurso já estava em AAD69 na hipótese da relação do discurso com o “já-dito”, “já-ouvido”, assim como na idéia do “não-dito” constitutivo. Da mesma forma, a idéia de pré-construído, discutida por Paul Henry, também mostrava os traços de elementos discursivos anteriores, cujo enunciador fora esquecido. Na formulação pecheuxtiana, o interdiscurso designava o espaço discursivo e ideológico da interpelação, aprofundando a discussão iniciada com a *marxização* da noção de formação discursiva. Ao reformular a relação entre formação discursiva e formação ideológica, Pêcheux vai propor o termo *intrincação*.

Para Maldidier (2003), essa *intrincação* entre as formações discursivas “fará surgir o tema promissor da *heterogenidade*”. Acreditamos que as críticas que ao longo da década de 1970 foram sendo feitas ao dispositivo-espelho que Pêcheux havia construído, impuseram a questão da *heterogeneidade* como condição para que a AD pudesse continuar a se desenvolver.

Os estudos desenvolvidos por Marandin trazem um outro aspecto dessa crítica. Ele foca o trabalho do *interdiscurso* e do *intradiscurso* fazendo emergir a questão da seqüencialidade, ou *discursividade*. Essa noção propõe uma relação entre história, discurso e lingüística, a partir de uma reflexão sobre o texto e sobre o que faz sua coerência, abrindo espaço para um esboço teórico daquilo que se chamava ‘o fio do discurso’ na sua relação com o *interdiscurso*. Para Pêcheux(1988a, p.166-167), o *intradiscurso* devia ser definido como o funcionamento do discurso em relação a ele mesmo, como fenômenos de co-referência, mas que não têm um caráter empírico de encadeamento discursivo. O *intradiscurso* deveria ser pensado como o lugar em que a forma-sujeito tende a ‘absorver-esquecer’ o *interdiscurso* no *intradiscurso*, “enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito”. Nesse sentido, ele é um “efeito do interdiscurso sobre si mesmo”. Como o *interdiscurso* é responsável pelos deslocamentos no interior de uma *formação discursiva*, o *intradiscurso* é, também, o efeito desses deslocamentos.

Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux já propunha que a formação discursiva dissimulava, a partir da idéia de transparência do sentido, a objetividade material contraditória do *interdiscurso*. Quando ele reconhece que a *formação discursiva* é uma *fronteira que desliza* ou uma *estrutura com furos*, o *interdiscurso* passa a ter sentido no campo das *regularidades do sentido*. Courtine buscará mostrar que a formação discursiva tem em seu interior o sentido *outro*, como uma marca da contradição que é constitutiva de toda formação discursiva. Para Pêcheux (2002, p. 55), “esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, marca do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo, como o próprio princípio do real sócio-histórico”.

Para Gregolin (2004), sendo a crítica de Courtine, ao mesmo tempo, política e teórica, ela provocou deslocamentos nesses dois campos, aprofundando a autocrítica e

fazendo confrontar os enunciados com a ‘memória sob a história’, ao recuperar a idéia de evento discursivo desenvolvida por Foucault.

Segundo Williams (1999, p. 285), a noção de evento, para Foucault, corresponde não à causa da mudança numa *formação discursiva*, mas o *locus*, a *oportunidade de mudança*, o momento descontínuo em que a mudança *se torna evidente*. Por isso, “in this context, event refers to the reversal of discursive practices”. É no evento, no acontecimento discursivo que nós encontramos os deslocamentos das fronteiras das *formações discursivas*. Ao discutir sobre o *Papel da Memória* (1999), Pêcheux trata de uma certa tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento discursivo no espaço da memória, ou seja, entre o *acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever*; e o *acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido*.

A memória discursiva poderia ser definida como aquilo que, diante de um texto “que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer ‘os implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Segundo Pêcheux (1999, p.52), esta é uma questão crucial para a análise do discurso: definir “onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da seqüência: eles estão disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro oculto?”.

Para Achard (1999), não há como encontrar, de forma explícita, esse ‘discurso-vulgata’ do implícito, em nenhum lugar, de forma estável e sedimentada. Para ele, haveria sob a repetição, uma forma de regularização onde residiriam os implícitos (remissões, retomadas e efeitos de paráfrase). No entanto, a regularização é sempre suscetível ‘de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo’, que viria perturbar a memória. Por isso, a memória tende a absorver o acontecimento que, por sua vez, pode fazer falhar essa regularização, provocando uma interrupção e produzindo uma outra série, uma outra regularização sob a anterior. Achard (1999, p. 17) propõe um modelo de trabalho ao analista “que tenta dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação”, que deve ser pensada, “não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer, a

retomada e a circulação do discurso”. Por isso, o analista não pode trabalhar a fonte, o documento, o enunciado como origem do sentido. É preciso ancorar sua análise nas relações que ele pode estabelecer com outros textos/documentos/enunciados dentro de uma série. São essas relações que estabelecem, dentro de um conjunto de práticas discursivas, as regras de funcionamento do *exercício da função enunciativa* em que o texto/documento/enunciado está sendo analisado. Assim, o arquivo não é dado ao pesquisador como uma coleção de documentos. Ele também é o resultado da intervenção do trabalho do pesquisador que transforma documentos em monumentos, buscando evidenciar as regras discursivas que permitiram que tais documentos/textos/enunciados fossem produzidos.

Assumir que o arquivo é o resultado da intervenção do analista/historiador/pesquisador, ajuda a desconstruir nossas falsas crenças numa leitura *legítima* e/ou *definitiva*, assim como nos convoca a uma reflexão sobre o papel da descrição e da interpretação. Pêcheux (2002) propõe uma relação entre o momentos de descrição e interpretação em que elas não devem ser entendidas como fases sucessivas, pois isso pressuporia um fim, mas também não devem ser tão parecidas a ponto de serem indiscerníveis. A descrição seria o momento em que se reconhecem os elementos que irão balizar a interpretação, sendo, ela própria, o resultado de uma interpretação anterior.

Para Pêcheux (1997, p. 56), “por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são ‘literatos’ (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles *sua* própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos”. Cada um, a seu modo, busca legitimar a *sua* leitura ao ignorar a forma de proceder do outro. Depois de problematizar esse mútuo ‘desconhecimento’, Pêcheux (1997, p. 62) propõe uma reflexão sobre o fato incontornável de que “se o homem é assim capaz de jogar sobre o sentido, é porque, por essência, a própria língua encobre ‘esse’ jogo, quer dizer o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história”. No entanto, segundo Foucault (2005, p. 273), é preciso entender que “as forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta”.

Nesse longo percurso da ADF, pudemos perceber que as relações estabelecidas entre história e lingüística foram se transformando conforme mudavam também os pressupostos teóricos que permitiam fazer essas junções. Da AAD69, passando pela versão AAD75, e à AAD80, Pêcheux e seus colaboradores foram de uma junção entre duas disciplinas científicas (a lingüística estrutural e o materialismo histórico) à colaboração entre dois campos do saber: as disciplinas de interpretação (a história entre elas) e a lingüística como disciplina dedicada ao estudo do *próprio da língua* (restando saber até que ponto ela também não é uma disciplina de interpretação).

Embora muitos lingüistas e historiadores desconheçam as contribuições tanto dos pensadores de linguagem, quanto dos pensadores da história que tentaram enfrentar a questão do sentido no terreno dos acontecimentos discursivos, já não há mais como negar esses debates. Se os lingüistas têm que se defrontar com a não-transparência da linguagem, não há mais como negar que é preciso enfrentar, além da questão da *subdeterminação semântica da linguagem*, a impossibilidade de se garantir o *entendimento* através do código. Como queria Pêcheux, é preciso incorporar o *equivoco* como um dos elementos constitutivos da linguagem. Da mesma forma, como já dissemos anteriormente, o analista/historiador tem que se defrontar com a diferença entre buscar nos documentos um *sentido em si*, o sentido que os filólogos buscavam nas inscrições dos monumentos, e encontrar, na série, no arquivo, um sentido *estrutural*, um sentido que se dá nas relações e não apenas nas unidades de análise, ou seja, nos enunciados/textos/documentos. Além dos problemas da subdeterminação teórica da linguagem, os historiadores/analistas terão que enfrentar a limitação da noção de contexto histórico, de causalidade e linearidade. E, por fim, terão que se defrontar com uma das questões que a ADF acabou incorporando tardiamente ao debate e que pode tornar-se uma das maiores contribuições que o campo da linguagem pode oferecer aos historiadores/analistas/lingüistas: a *heterogeneidade* do discurso, ou seja, a questão da *presença ausente/virtual* do *outro* no discurso.

Considerações Finais

Tomando como referência o ponto de vista dos estudos lingüísticos, buscamos relacionar, neste trabalho, as teorias do discurso e o conceito de *documento* da teoria da história. Ao estabelecermos essa relação, pretendíamos evidenciar que, se considerarmos que a história é um *texto*, ou que ela se faz, majoritariamente, tomando como sua fonte privilegiada o *texto* — em todas as suas modalidades —, a sua interpretação pressupõe necessariamente uma concepção teórica de linguagem e/ou de discurso. Partindo desse pressuposto, propusemos uma reflexão em torno da questão do sentido e dos conceitos de discurso, a partir da crítica dos autores do chamado pós-estruturalismo à visão logocêntrica de linguagem, tanto no campo da história quanto no campo dos estudos lingüísticos.

Considerando que a crítica feita pelo pós-estruturalismo ao pensamento sobre linguagem resultou, num certo sentido, no conjunto de dispositivos teóricos sobre os quais foi sendo constituída a Análise do Discurso Francesa (ADF) durante as décadas de 1960 e 1970, fomos levados a tomar tais dispositivos como referências para a nossa reflexão. Nesse sentido, é importante lembrar que o pós-estruturalismo colocou em questão boa parte dos pressupostos teóricos que constituíam (e ainda constituem, em certos casos) as disciplinas que formaram a base sobre a qual se configurou a ADF, principalmente a lingüística e a história. Esses pressupostos teóricos — que foram rejeitados pelo pós-estruturalismo — faziam parte do projeto racionalista engendrado no interior das reflexões iluministas e modernistas do século XVIII: : *o poder de razão, a inevitabilidade do progresso e o papel central do ser humano na determinação do próprio destino*. Esses pressupostos foram construídos sobre a ilusão da *transparência da linguagem* (como reflexo do ‘real/social’) e do *centramento do sujeito*.

Para fazer tais reflexões procuramos entender a relação entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, o que, além de esclarecer alguns pontos da constituição da ADF, coloca em foco a relação dessa nova disciplina com a lingüística. Descortinar essas relações, assim como aquelas estabelecidas pela ADF entre a lingüística e a história, torna-se importante na medida em que elas são pouco conhecidas entre os lingüistas.

Nesse sentido, é bom lembrar que o período de emergência da ADF (1960/1970) coincide com o da insatisfação de muitos historiadores com a análise textual que se fazia em torno do conteúdo dos documentos. A insatisfação com tais procedimentos mostrava que era preciso buscar soluções para a problemática tarefa de *ler e interpretar os textos* que eram fontes de pesquisa. Isso fez com que os historiadores fossem buscar na lingüística praticada naquele período — a lingüística estrutural — as orientações metodológicas necessárias para uma *legibilidade significativa*. Embora esses historiadores tentassem fugir do positivismo que havia atingido e dominado a história no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, eles foram traídos pela ingenuidade com que buscavam o *rigor científico* que caracterizava a lingüística estrutural.

Essa aproximação se deu no mesmo período em que Althusser, Lacan, Foucault e Derrida, entre outros, rejeitavam radicalmente — ainda que partindo de problemáticas diversas — as concepções de sujeito, linguagem e conhecimento que permeavam os trabalhos realizados no âmbito do estruturalismo. Ao não renunciar à idéia de que há uma especificidade das ‘ciências humanas’ assentada sobre a especificidade de seu objeto — o *homem* —, o estruturalismo fazia uma *petição de princípio*, pois pressupunha que a referência ao *homem* bastaria para colocar e especificar *a priori* um objeto de ciência. Por isso, os muitos autores, principalmente os citados acima, criticaram o modo como o estruturalismo pretendia fazer ciência a partir dessa noção.

Levando em conta todas essas questões, acreditamos que os dispositivos teóricos que constituíram a ADF e permitiram a crítica ao estruturalismo, trouxeram, tanto para o campo da lingüística como para o campo da história, questões importantes a serem enfrentadas pelas duas disciplinas em relação à noção de sentido e discurso. Este trabalho, portanto, buscou evidenciar essas questões e mostrar que muitas delas continuam sem o enfrentamento necessário para que a visão logocêntrica de linguagem que permeia essas disciplinas possa ser efetivamente questionada.

Percorrendo os caminhos trilhados por Michel Foucault e Michel Pêcheux, em seus distintos projetos de análise de discursos, chegamos a uma noção comum de *discurso como norma*, que provoca, como efeitos de sentido, as ilusões de ‘evidência’, de ‘verdade’, e de ‘realidade’. São essas ilusões que permeiam as investigações de

historiadores e lingüistas que ainda acreditam na *transparência da linguagem*, na *garantia de entendimento* através do código e na *centralidade do sujeito* na determinação do sentido de seu dizer.

De acordo com Foucault, as disciplinas, as doutrinas e as filosofias criam o *seu verdadeiro* numa dada sociedade como *efeito do discurso normativo*, transformando esse *verdadeiro* em algo *normal e evidente*. Para Foucault, essas formas de saber — disciplinas, doutrinas, filosofias etc. —, alçadas ao poder, constituem discursos que podem produzir ou excluir conhecimentos, classificar, distribuir, ordenar. Portanto, a tarefa do analista é descortinar o discurso como norma, e mostrar que o *seu verdadeiro* só pode ser avaliado em sua coerência interna, em sua imanência, não valendo no elemento da universalidade. Isso porque esse *verdadeiro* é histórico, e, portanto, relativo.

Como vimos, no âmbito da modernidade, a noção de sociedade, por exemplo, aparece como uma ordem normativa que funciona através do *primado do entendimento mútuo transcendental*. Portanto, o discurso é o efeito dessa normatividade que estabelece lugares (para sujeitos e objetos) e institucionaliza os discursos como normativos. Assim, o discurso, como efeito da norma, é o ponto nodal entre língua e sociedade, pois não existe social fora da linguagem: a norma social e a norma lingüística são os resultados de uma mesma *prática normativa*. Como a relação entre saber e poder é sempre definida historicamente, essas práticas só podem ser desveladas numa relação com a história.

Portanto, é bom lembrar que, para Foucault, o discurso, como norma, não pode ser interpretado como um produto do dizer ou uma estrutura analisável por suas relações internas, mas como uma função vazia, um sistema de dispersão dos enunciados efetivamente produzidos. Portanto, o que interessa na AD não são os discursos em si mas o *interdiscurso*, ou seja, o conjunto dos ‘já-ditos’, dos ‘não-ditos’, dos ‘pré-construídos’ que permitem que os enunciados signifiquem dentro de uma dada *formação discursiva*.

Pêcheux propôs uma reflexão em que a *formação discursiva* dissimulava, a partir da idéia de transparência do sentido, a objetividade material contraditória do *interdiscurso*. Quando ele reconhece que a formação discursiva é uma *fronteira que*

desliza ou uma *estrutura com furos*, o interdiscurso passa a funcionar no campo das *regularidades do sentido*. Por considerá-la uma *estrutura com furos*, Courtine busca mostrar que a *formação discursiva*, além de *regularidades de sentido*, contém, em seu interior, o sentido *outro*, como uma marca da contradição que faz parte de toda *formação discursiva*. Para Pêcheux (1999), a questão crucial para a análise do discurso é definir onde se encontram esses implícitos que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura dos enunciados. Para responder a essas questões, Achard (1999) propõe um modelo de trabalho ao analista que tentaria dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação, que deve ser pensada, não como produto do locutor, mas como operações que regulam a tomada de posição do sujeito, quer dizer, a enunciação como a retomada e a circulação do discurso.

Considerando todas essas questões, o analista/historiador não pode trabalhar a fonte, o documento, o enunciado como a origem do sentido, pois é preciso ancorar a análise nas relações que podem ser estabelecidas com outros textos/documentos/enunciados dentro de uma série, de uma dispersão. São essas relações que, dentro de um conjunto de práticas discursivas, estabelecem as regras de funcionamento do *exercício enunciativo* em que o texto/documento/enunciado se encontra e está sendo analisado. Portanto, o arquivo não pode ser considerado pelo pesquisador como uma coleção de documentos, pois ele é o resultado da intervenção do trabalho do pesquisador que transforma documentos em monumentos, buscando evidenciar as regras discursivas que permitiram que tais documentos/textos/enunciados fossem produzidos.

Ao levar em conta a importância das noções de *interdiscurso* e *arquivo* dentro do âmbito da AD, assim como a necessidade de se desenvolver uma reflexão mais consistente sobre *o papel do outro no discurso*, ou seja, sobre a *heterogeneidade* no discurso, acreditamos que seria importante, a partir de agora, indicar as possibilidades de relacionar essas questões com as reflexões dos pensadores do Círculo de Bakhtin sobre a *bivocalidade*, o *discurso reportado* e os *gêneros do discurso*, já mencionadas no capítulo quatro. Isso porque, segundo Castro (2003, p. 159), “são bastante freqüentes, talvez mesmo já inevitáveis, as relações entre o que o Círculo disse sobre a linguagem e as preocupações em torno do discurso”.

Concordando com Faraco (2003, p. 104), acreditamos que, “ao identificar enunciação e posicionamento axiológico, Bakhtin e o Círculo deram à teoria do discurso um interessante viés para a apreensão dos fundamentos da heterogeneidade discursiva, do processo de inscrição da história na língua e de sua dinâmica”. É nesse sentido que iremos fazer nossas reflexões. No entanto, nos propomos apenas a indicar algumas possibilidades de desenvolvimento de pesquisas nessa área, já que não seria possível aprofundar esses temas neste trabalho: primeiro porque são muitas as possibilidades de se relacionar o pensamento do Círculo de Bakhtin com as teorias do discurso; e, segundo, porque seria necessário, antes de mais nada, apresentar detalhadamente, como o fizemos com Foucault e Pêcheux, o pensamento bakhtiniano sobre as relações entre linguagem, sujeito e história. Esse empreendimento também pressuporia a necessidade de cotejá-lo com o pensamento daqueles autores, o que resultaria num outro objeto de pesquisa.

No entanto, falar sobre o Círculo de Bakhtin de forma sucinta tampouco é uma tarefa fácil, tal é a diversidade de questões postuladas e discutidas pelos seus diferentes autores. Além disso, segundo Faraco (2003), ao lermos os textos desses autores não nos deparamos com uma formalização de método científico propriamente dita, mas com grandes diretrizes para construirmos um entendimento mais amplo das realidades sob estudo. Assim, não faremos uma apresentação detalhada das idéias desses autores por imaginarmos, também, que elas já fazem parte de um repertório geral daqueles que se dedicaram em algum momento a estudar suas obras. Por outro lado, também consideramos ser possível, hoje, encontrar algumas obras de exegese publicadas no Brasil que possam abrir as sendas para aqueles que desconheçam seu pensamento. Portanto, abordaremos apenas alguns aspectos que nos interessam no sentido de mostrar as possibilidades heurísticas de aproximar o pensamento do Círculo de Bakhtin com as teorias do discurso.

A concepção de linguagem elaborada pelos pensadores do Círculo não está num único livro, e se estende do período inicial de sua produção, em 1920, até a dispersão do grupo, em 1929. Ela será retomada por Bakhtin, na década de 1950, que ampliará os debates do grupo sobre a *concepção dialógica de linguagem*. Pensando numa visão de conjunto, podemos dizer que o Círculo estabelece suas reflexões sobre linguagem

entendendo-a fundamentalmente como um fenômeno de interação social. Nesse sentido, para Faraco (2003, p. 105), a linguagem, no âmbito do Círculo, é vista “como um conjunto de práticas socioculturais — que têm formatos relativamente estáveis (concretizam-se em diferentes *gêneros do discurso*) e estão atravessadas por diferentes posições avaliativas sociais (concretizam diferentes *vozes sociais*)”.

Uma das questões mais importantes a serem postas em relação ao pensamento do Círculo, é o fato de que, para seus autores, não interessam apenas os eventos interacionais em si, mas aquilo que *neles* ocorre, ou seja, as *relações dialógicas* em sentido amplo. Bakhtin vai desenvolver o debate sobre as relações dialógicas ao discutir um tipo especial de relação, manifesta nos textos literários, em que ele centra sua atenção sobre a *bivocalidade*. Esse estudo, como já dissemos, tem uma relação muito próxima com seu trabalho sobre *O discurso no romance* e o estudo do discurso reportado desenvolvido por Voloshinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

No capítulo V de sua tese sobre Dostoiévski, Bakhtin (1997, p. 184) explica que as relações dialógicas podem ser percebidas não na palavra impessoal da língua (no sentido apenas lingüístico-formal), “mas como signo da posição semântica do outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro”. Portanto, as relações dialógicas podem permear o interior do enunciado (mesmo aquele constituído por uma única palavra), desde que encontremos nele duas vozes que se chocam dialogicamente. As relações dialógicas podem estar até mesmo em outros fenômenos expressos numa *matéria sígnica não-verbal*, como “entre imagens de outras artes”, embora Bakhtin reconhecesse que tais relações não poderiam ser estudadas pela chamada metalingüística (ou translingüística)³¹ (BAKHTIN, 1997, p. 184).

Para o Círculo de Bakhtin, os sujeitos envolvidos na interação, no entanto, não são entes autônomos e pré-sociais, mas indivíduos socialmente organizados e marcados por profunda e tensa heterogeneidade. Portanto,

³¹ Ao fazer a crítica à lingüística evidenciando sua especificidade no campo dos estudos da linguagem, Bakhtin propõe a criação de uma outra disciplina que fosse capaz de estudar a linguagem a partir de sua natureza sociointeracional e dialógica. Uma das traduções possíveis para o nome dado a essa disciplina por Bakhtin é *metalingüística* ou *translingüística*. A segunda opção seria mais adequada numa tentativa de evitar os problemas de se usar uma expressão já marcada no campo dos estudos lingüísticos por outros sentidos.

na composição de quase todo o enunciado do homem social — desde a curta réplica do diálogo familiar até as grandes obras verbal-ideológicas (literárias, científicas, outras) [—] existe, numa forma aberta ou velada, uma parte considerável de palavras significativas de outrem, transmitidas por um ou outro processo. No campo de quase todo enunciado ocorre uma interação tensa e um conflito entre sua palavra e a de outrem, um processo de delimitação ou de esclarecimento dialógico mútuo. Desta forma o enunciado é um organismo muito mais complexo e dinâmico do que parece, se não se considerar apenas sua orientação objetual e sua expressividade unívoca direta (BAKHTIN, 1998, p. 153).

Essa foi uma das limitações da lingüística, da estilística e da crítica literária que principalmente Bakhtin e Voloshinov buscavam superar: sua compreensão monológica, unívoca e unidirecional dos processos de interlocução.

Outra questão importante a ser lembrada é que, para o Círculo, os eventos de interação e as relações dialógicas que esses eventos desenvolvem, “ocorrem sempre no interior das inúmeras esferas da atividade humana, desde as mais efêmeras do cotidiano até as culturalmente mais elaboradas” (FARACO, 2003, p. 107). Portanto, todo enunciado, no contexto bakhtiniano, está imerso numa rede de significações, materializada nos processos dialógicos da práxis humana, saturada de valores que emergem desses mesmos processos. Essas diferentes formas valorativas e avaliativas constituem diferentes *vozes* ou *línguas sociais* que caracterizam aquilo que o Círculo, de forma geral, denominou a *heteroglossia dialogizada*.

Segundo Faraco (2003, p. 107), a *heteroglossia* pode ser “caracterizada como uma espécie de guerra de discursos, em que estão em permanente tensão forças centrípetas (centralizadoras, monologizadoras, que tentam apagar ou submeter a heteroglossia) e forças centrífugas (que resistem à monologização e multiplicam a heteroglossia)”. Os enunciados, segundo os autores do Círculo, emergem no interior dessa guerra, nos pontos de tensão e nas fronteiras entre as tais *vozes sociais*. Ao entrar nessa guerra de discursos, o enunciado se constitui como tal ao possuir uma face voltada para o *dito* (o material verbal) e outra para o *presumido*. É o presumido que alça a significação ao horizonte social mais amplo (o não-verbal), e que funciona como uma espécie de senha para os processos de significação. O *presumido*, portanto, constitui aquilo que os participantes da interlocução conhecem e avaliam

conjuntamente, um conhecimento e/ou um juízo de valor que os torna co-participantes do mesmo processo e da mesma rede de significações.

É preciso lembrar, no entanto, que, como parte integrante da rede de significações da comunicação humana, o enunciado não é a origem do sentido, pois é sempre um elo na cadeia da comunicação, uma resposta a outros enunciados (como os já-ditos) e uma antecipação de enunciados/respostas futuros (como os pré-construídos). Portanto, o enunciado bakhtiniano, assim como o enunciado pensado no âmbito da ADF, está sempre relacionado a outros enunciados, anteriores ou posteriores a ele. Assim, ele é *heterogeneamente constituído*, pois contém sempre os enunciados ou fragmentos de enunciados de outrem, que compõem sua *bivocalidade*. É dessa forma que o enunciado é sempre atravessado pela *heteroglossia dialogizada* e só pode constituir-se no seu interior.

E é aqui que o discurso citado, como a forma de transmissão e apropriação da palavra alheia assume importância fundamental para compreendermos a heterogeneidade do discurso, embora essa importância tenha sido pouco reconhecida no âmbito dos estudos lingüísticos. No entanto, para Bakhtin (1998, p. 140), para percebermos a importância do tema, “é suficiente prestar atenção e refletir nas palavras que se ouvem por toda parte, para se afirmar que no discurso cotidiano de qualquer pessoa que vive em sociedade (em média), pelo menos a metade de todas as palavras são de outrem, reconhecidas como tais, transmissíveis em todos os graus possíveis de exatidão e imparcialidade (mais exatamente, de parcialidade)”. O que o autor pretende mostrar é que a apropriação da palavra alheia é sempre o resultado de uma tomada de posição valorativa e avaliativa, e as formas de transmissão do discurso de outrem dependem dessas inevitáveis relações socioaxiológicas.

Assim, segundo Castro (2001, p. 43), “é preciso ter cuidado para não confundir *tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem com formas sintáticas abstratas* (ou esquemas de base)”. Para o autor, “se tentarmos perceber o discurso citado pelo seu caráter avaliativo/apreciativo inovador — como *tendências* — é preciso que prestemos atenção à nova representação que as formas do discurso direto e indireto estão executando nas relações de interação discursiva”. As formas de discurso citado, portanto, fazem parte de um processo sempre dinâmico de

apropriação/apagamento da palavra alheia, marcado historicamente. Segundo Voloshinov, “o mecanismo desse processo não se situa na alma individual, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza — isto é, associa às estruturas gramaticais da língua — apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes” (BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V.N., 1992, p. 146).

Embora possamos reconhecer diferenças entre as concepções de discurso e enunciado entre os dois autores, essas considerações de Voloshinov nos remetem às formulações sobre os processos de exclusão (comentário, autoria, etc.) a que se refere Foucault em *A ordem do discurso*. Que autores é permitido citar, comentar, recortar, e de que formas é possível com eles polemizar, concordar ou divergir? Que temas são tratados sempre com as marcas do discurso alheio, ou seja, com aspas, visíveis ou não, e que outros são objetos de estudo já *normalizados*? Essas são algumas das questões que poderiam surgir e permear nossas análises a partir da conjunção entre essas duas perspectivas teóricas.

Assim, acreditamos que o estudo do discurso reportado constitui sem dúvida uma das formas mais sofisticadas de se perceber a *heterogeneidade no discurso*, pois “o discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*” (BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V.N., 1992, p. 144). O seu estudo torna-se imprescindível para que possamos avançar na compreensão das *possibilidades e condições do aparecimento do discurso* (no sentido foucaultiano). Ou seja, o estudo do discurso citado seria uma opção a mais de análise para que possamos perceber o acontecimento do *interdiscurso* no interior de uma *formação discursiva*, sem perder de vista sua relação com a história desses ‘processos’ de apropriação/exclusão/apagamento/ normalização de discursos.

Da mesma forma, acreditamos que o tema dos *gêneros do discurso* pode servir para a ampliação da compreensão dos processos de desenvolvimento do exercício da função enunciativa e sua relação com a *memória discursiva* e o *interdiscurso*. Bakhtin desenvolve suas formulações acerca dos *gêneros do discurso* na busca de caminhos “para o estudo da linguagem como atividade sociointeracional apontando algumas

características da unidade deste estudo (o enunciado) em contraste com a unidade tradicional dos estudos lingüísticos (a sentença)” (FARACO, 2003, p. 110). Percorrendo caminhos distintos, como vimos no terceiro capítulo deste trabalho, Foucault, em *A Arqueologia do saber*, também busca formas de diferenciar o enunciado — como acontecimento discursivo — das noções lingüísticas de frase e atos de fala, ou seja, das formas verbais estruturadas.

Ao comparar a noção foucaultiana de enunciado com a do Círculo de Bakhtin de forma ainda bastante ensaística, Castro (2003, p. 160) afirma que o enunciado, em Foucault, “em hipótese alguma, pode ser interpretado como a expressão direta de uma forma gramatical pura e simples”. E é nesse ponto que, para Castro, é “possível traçar algum paralelo com as discussões empreendidas pelo Círculo a respeito do mesmo tema[...]”. Segundo o autor, “à semelhança de Voloshinov, com exemplificações muitas vezes bastante parecidas, Bakhtin também vai se contrapor a Saussure e aos lingüistas de maneira geral, gastando várias páginas para discutir o tema dos gêneros discursivos, a fim de conceber um estatuto próprio ao enunciado, estatuto esse que o distanciasse das referências puramente formais/gramaticais”.

Para Castro (2003, p. 160), no entanto, as comparações se complicam um pouco com o fato de Foucault apontar para uma *materialidade simbólica*, “passível de ser analisada e interpretada, seja ela de que natureza for”, numa apropriação semiológica dessa noção de enunciado. Apesar disso, a concepção de enunciado do Círculo poderia acompanhar a de Foucault, caso considerássemos, numa extensão às idéias daqueles pensadores, que a noção de enunciado poderia comportar a inclusão de outros processos simbólicos e sociointeracionais diferentes da palavra, do material verbal (CASTRO, 2003, p. 160).

Partindo dessa perspectiva, podemos dizer que a noção de enunciado descrita por Foucault tem pontos de contato interessantes com a noção de enunciado do Círculo de Bakhtin. Embora fuja ao âmbito deste trabalho cotejar as formulações de cada autor, é possível afirmar que há, no enunciado bakhtiniano, “uma dimensão discursiva latente passível de ser percebida pela alteridade e pelo deslocamento ininterrupto do tempo”(CASTRO, 2003, p. 163). Para isso, seria necessário entender que quando Bakhtin discute o processo de interação sócio-verbal, ele considera sempre dois

interlocutores: o *primeiro*, que seria o autor da produção verbal (oral ou escrita), que se dirige a um *segundo*, que pode ou não estar presente no momento da enunciação, mas que sempre está no horizonte avaliativo do *primeiro*, podendo ser apenas seu contemporâneo, condicionando sua produção (oral ou escrita). No entanto, Bakhtin também considera sempre que há um *terceiro* interlocutor, que não seria um ente místico ou metafísico, mas um interlocutor sempre implícito na interação, que não precisa estar necessariamente presente ou próximo, no sentido temporal ou espacial, do evento da interlocução. Esse *terceiro* interlocutor potencial decorre do fato de que “a palavra [a linguagem] quer ser ouvida, busca a compreensão responsiva, não se detém numa compreensão que se efetua *no imediato* e impele sempre mais adiante (de um modo ilimitado)” (BAKHTIN, 2000, p. 356). É assim que a linguagem, como prática social, conformada em tipos relativamente estáveis de enunciados, “entra num diálogo em que o sentido não tem fim (entretanto ele pode ser fisicamente interrompido por qualquer um dos participantes)” (BAKHTIN, 2000, p. 357).

Acreditamos, lembrando das reflexões de Derrida sobre a *indeterminação semântica da linguagem*, que, se o sentido pode ser decidido pelo sujeito pragmático no momento da enunciação, ele escapa a essa fixação no mesmo momento em que ela é realizada, porque a indeterminação, como vimos, faz parte da natureza da linguagem. O sentido é sempre *refém do futuro*, pois não há garantias de entendimento. A indeterminação é, ao mesmo tempo, aquilo que impede a comunicabilidade, e é a sua condição de existência, pois é o fato de que o signo desliza que permite que a linguagem, paradoxalmente, funcione, ou seja, signifique.

Assim, acreditamos que não seria impróprio dizer que, por um lado, o enunciado, para os pensadores do Círculo, é não repetível — o das enunciações entendidas como *eventos* enunciativos, como acontecimentos únicos. No entanto, analisado sob a ótica da *heteroglossia dialógica* ele torna-se potencialmente repetível, iterável e passível de ser analisado numa dimensão discursiva.

Essa condição paradoxal do enunciado decorre também do fato de que ele surge sempre em uma dada *esfera da atividade humana*, sob condições composicionais relativamente estáveis, concretizadas nos *gêneros do discurso*. Para Bakhtin (2000, p. 279),

a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

Para mostrar a riqueza e a variedade infinitas dos *gêneros do discurso*, considerando que a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, Bakhtin (2000, p. 279-280) afirma que eles incluem:

a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as socais, as políticas). E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários (desde o ditado até o romance volumoso).

De forma semelhante, para Foucault (2002, p.93), o enunciado é uma unidade do discurso e não uma unidade da língua, considerando que uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, são enunciados, assim como uma equação ou uma fórmula algébrica. Por isso, não parece possível, para o autor, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase. Dessa forma, sem descartar o lingüístico, Foucault o coloca em um nível diferente daquele que normalmente encontramos nas teorias lingüísticas. Para ele, não são as regras gramaticais da frase, ou composicionais do texto, que regem a constituição de enunciados. Ao contrário, são as regras do *arquivo*, definidas historicamente, que definem se uma frase, uma proposição ou ato de linguagem podem ser considerados um enunciado.

Embora o arquivo foucaultiano seja de outra ordem e não corresponda à noção de *gênero do discurso* — que comporta, necessariamente, em sua constituição, três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional —, podemos estabelecer algumas aproximações entre eles.

Por um lado, podemos entender os gêneros como resultantes das *práticas discursivas* que funcionam como *normas* e ditam as regras que devem ser seguidas para que o enunciado possa surgir como *acontecimento discursivo*. Assim, poderíamos dizer que são essas regras que acabam definindo os gêneros, e que nos permitem dizer que um enunciado é uma frase, um texto, ou um ato de fala. Ou que se trata de uma paródia, de uma carta ou de um romance. Portanto, o estudo dos *gêneros do discurso* poderia esclarecer algumas relações entre a norma lingüística e a norma social como efeitos de uma mesma *prática normativa*.

Para que possamos ter um arquivo, segundo Foucault, precisamos ter *regularidades de sentido* num conjunto de enunciados dispersos, resultantes da descontinuidade da história. Pensando nas diferentes *esferas da atividade humana* como um conjunto de práticas sociais, com suas instituições e modos de pensamento, marcadas e definidas historicamente, não seria impróprio supor que elas comportam várias *dispersões de enunciados e regularidades de sentido*, materializadas nesses tipos relativamente estáveis — por serem históricos — chamados *gêneros do discurso*.

Ao relacionar a teoria dos gêneros com a noção de arquivo, Williams (1999, p. 303), afirma que “they are forms whose internal characteristics pertain to Foucault’s archive affect, involving recurring discourses which relate to specific socio-institutional environments”. Para ele, seguindo o pensamento de Achard, a questão do gênero pode ser relacionada com o problema dos registros (o uso de “nós” ou dos modos de impessoalidade nos textos científicos, por exemplo) que estão intimamente relacionados com a questão institucional. Se pensarmos nesse sentido, fica até mais evidente a possibilidade de relacionar a teoria dos gêneros com a noção de arquivo, já que é no interior das instituições que a conformação dos enunciados em tipos relativamente estáveis fica mais visível, e que são freqüentes e necessários os registros dos enunciados que podem surgir em seu interior.

Se considerarmos, como Bakhtin, que “os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”, devemos entender porque “nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero” (BAKHTIN,

2000, p.285). Da mesma forma, se considerarmos, de acordo com Foucault, que são as *positividades* do discurso que regulam o aparecimento dos enunciados numa *dispersão*, formando as *regularidades de sentido*, poderíamos pensar em estudá-las (as *positividades*) segundo suas regras de aparecimento em certos *gêneros do discurso*.

Como vimos no capítulo 3, Foucault (2002a, p. 146) afirma que “a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori histórico*”, que, por sua vez, “[...] não seria uma condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados”. Esse *a priori histórico*, portanto, antes de julgar os enunciados é o conjunto de regras que delimitam nossas práticas discursivas e permitem o aparecimento dos enunciados. Isso porque, segundo o autor, “temos na densidade de nossas práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas do outro) que proponho chamar de *arquivo*” (FOUCAULT, 2002a, p. 148)..

É no arquivo, segundo Courtine, que nós vamos encontrar o *interdiscurso*, que, por sua vez, inscreve os discursos na rede discursiva da qual fazem parte. Assim, o estudo dos *gêneros do discurso* que compõem os enunciados de um *arquivo*, além de descrever suas características estilístico-composicionais, poderia evidenciar outros aspectos de sua dimensão *discursiva* se considerássemos que os enunciados seguem normas lingüísticas e normas sociais que podem ser descritas dentro de uma dada *formação discursiva*. Quais são os gêneros mais freqüentes dentro de uma dada *formação discursiva*? Por que estes e não outros? Até que ponto a questão estilística do gênero interfere no aparecimento dos enunciados que podem compor um *arquivo*? Essas e outras questões poderiam ser suscitadas em nossas análises, permitindo estabelecer relações entre a norma lingüística (do ponto de vista estilístico-composicional) e a norma social. Portanto, acreditamos que o tema do *interdiscurso* acabaria ganhando com o estudo de outros aspectos que compõem o enunciado, como o estilo e sua construção composicional.

De acordo com Williams (1999, p. 7), é a partir da noção de *interdiscurso* que o pensamento de Foucault sobre o normativo assume uma relevância específica para as

teorias do discurso. Partindo do pressuposto de que não há realidade externa ao discurso e de que o social existe somente através da linguagem, não é possível distinguir a norma social da norma lingüística. A tarefa do analista seria explicitar a norma, e, portanto, questionar, desconstruir seu status como norma. Para Williams (1999, p.7), o *interdiscurso* é o ponto nodal entre os trabalhos de Michel Foucault e de Michel Pêcheux, pois eles mostram um entendimento do poder normativo como um fator comum que é imposto sobre todo conhecimento de uma dada época histórica, e sobre a maneira através da qual esse poder absorve o conhecimento.

É nesse sentido que nós acreditamos poder encontrar pontos de contato e possibilidades de operacionalizar o pensamento bakhtiniano dentro de uma teoria geral do discurso. Acreditamos que o Círculo de Bakhtin pode oferecer uma concepção de linguagem compatível com a noção de discurso como um *objeto cambiante*. Assim como Bakhtin (2000, p. 287), acreditamos que “o estudo da natureza do enunciado e dos gêneros do discurso tem uma importância fundamental para superar as noções simplificadas acerca da vida verbal, a que chamamos o ‘fluxo verbal’, a comunicação, etc., noções estas que ainda persistem em nossa ciência da linguagem”. Esse estudo, juntamente com todas as questões colocadas pela teoria do discurso derivada do pensamento de Michel Foucault e de Michel Pêcheux, seria fundamental para que pudéssemos nos livrar de nossas falsas ilusões acerca da *transparência da linguagem* e da garantia do *entendimento* em nossas pesquisas, sejam elas no campo da linguagem, da história e/ou do discurso.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

ARAÚJO, I. L. *Linguagem e Realidade*. Curitiba, 2001. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em estudos Lingüísticos, Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná) UFPR.

ARCHARD, P. [et al.] *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-56. Tradução e introdução José Horta Nunes.

BAKHTIN, M.M./VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAKHTIN, M.M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1998.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1997.

BAJTÍN, M.M. *Problemas de la poética de Dostoiévski*. Buenos Aires/Argentina: Fondo de Cultura Económica Argentina, 1993.

BAUMER, F. L. *O pensamento europeu moderno*. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70, 1977a. Vol. I. Séculos XVII e XIX.

_____. *O pensamento europeu moderno*. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70, 1977b. Vol. II. Séculos XIX e XX.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995 Ed. da UNICAMP.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América Ltda./Fórum da História, 1997.

BROWN, G. *Speakers, listeners and communication: explorations in discourse analysis*. Cambridge: C.U. Press, 1995.

BURKE, Peter [et al.] *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. Tradução Magda Lopes.

BURKE, Peter . *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo, SP : Fundação Editora da UNESP, 1997.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da Lingüística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

CASTRO, Gilberto de. *Uma análise bakhtiniana do discurso citado em Infância e São Bernardo de Graciliano Ramos*. São Paulo, 2001. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) USP.

_____. *Discurso: Algumas aproximações entre o pensamento de Michel Foucault e o Círculo de Bakhtin*. In: XI INTERNATIONAL BAKHTIN CONFERENCE. Curitiba, 2003. XI Conferência Internacional de Bakhtin. Curitiba: Fundação Araucária, 2003. ISBN 85-904398-1-X

CHANG, B. G. *Deconstructing Communication: subject and economies of exchange*. Minneapolis: Univers. of Minnesota Press, 1996

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. L. (org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

DERRIDA, Jacques. A diferença. In: _____. *Margens da Filosofia*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo, SP: Ensaio, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. *História do estruturalismo, v. 1: O campo do signo, 1945-1966*. São Paulo, SP: Ensaio; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. *História do estruturalismo, v. 2: O canto do cisne, 1967-aos nossos dias*. São Paulo, SP: Ensaio; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. *A História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1994. 2v.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e Diálogo: as idéias lingüística do Círculo de Bakhtin*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2003.

_____. Estudos pré-saussurianos. In.: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C.(Org.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo/SP: Cortez, 2004.(27-52)

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história II*. Lisboa: Editorial Presença, 1977. Coleção Biblioteca de Ciências Humanas.

_____. *História* . São Paulo:Ática, 1978. (Org. da Coletânea: Carlos Guilherme Motta).

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru/SP: EDUSC, 2004. (Coleção História)

FOUCAULT, M. *Nietzsche, Freud, Marx. Thetrum Philosophicum*. Porto, Portugal: Anagrama/Biblioteca Nova Crítica, 197?.

_____. Entrevista com Michel Foucault. In.: ROUANET, S.P., MERQUIOR, J.G., et. al. *O Homem e o Discurso*. (A arqueologia de Michel Foucault). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *A arqueologia da saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002(a). Tradução de Luiz Felipe B. Neves. 4ª edição.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002(b). Tradução de Salma Tannus Muchail.. 8ª edição. Coleção Tópicos.

_____. Poderes e Estratégia. In: MOTTA, M.B. (Org.) *Michel Foucault. Estratégia, Poder-Saber*. (Coleção Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.(241-252).

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. In.: MOTTA, M.B. (Org.) *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*.(Coleção Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005(c). (62-81)

_____. Lingüística e Ciências Sociais. In.: MOTTA, M.B. (Org.) *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*.(Coleção Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005d. (160-181)

_____. Nietzsche, a Genealogia, a História. In.: MOTTA, M.B. (Org.) *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*.(Coleção Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005(a). (260-281)

_____. Retornar à história. In.: MOTTA, M.B. (Org.) *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*.(Coleção Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005(b). (282-295)

_____. A Vida: a Experiência e a Ciência. In.: MOTTA, M.B. (Org.) *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*.(Coleção Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005e. (353-366)

GADET, F. Prefácio. In.: GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*.Campinas. S. P. : Editora da UNICAMP, 1997.

GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*.Campinas. S. P. : Editora da UNICAMP, 1997.

GADET, F., LEÓN, J., PÊCHEUX, M. Observações sobre a estabilidade de uma construção lingüística - A Completiva. In.: ORLANDI, Eni P. (org.) [et al.]. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 55-66. Tradução : Bethânia S. C. Mariani [et al.].

GADET, F., LEÓN, J., MALDIDIER, D. & PLON, M. Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In.: In: GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*.Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1997.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In.: FERNANDES, C. A. & SANTOS, J.B.C. dos.(Org.) *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia/MG: EntreMeios, 2004a. (19-42)

_____. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos/SP: Claraluz, 2004b.

HARTMAN, R. S. Introdução. In.: HEGEL, G.W.F. *A Razão na História*. Uma introdução geral à filosofia da História. São Paulo, SP:Editora Moraes, 1990.

HENRY, Paul. A história não existe? In:ORLANDI, Eni P. (org.) [et al.]. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b, p. 29-52. Tradução : José Horta Nunes.

_____. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas. S. P. : Editora da UNICAMP, 1997a. (13-39)

HEGEL, G.W.F. *A Razão na História*. Uma introdução geral à filosofia da História. São Paulo, SP: Editora Moraes, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural Ltda., 1997. Divisão Círculo do Livro, Vol. 1, Coleção Os Pensadores.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. *On Language: the diversity of human language-structure and its influence on the mental development of mankind*. Cambridge, New York, New Rochelle, Melbourne, Sidney: Cambridge University Press, ?, p. 48-53.

JOHNSON, Christopher. *Derrida: a cena da escritura*. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2001.— (Coleção Grandes Filósofos).

KANT, Immanuel. *Textos Seletos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. Ed. bilingüe.

LE GOFF, Jacques.(Org.) *A História Nova*. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LE GOFF, J. e NORA, P. (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976a.

_____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976b.

_____. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976c.

LEMOS, Claudia. Interrelações entre a lingüística e outras ciências. *Boletim da ABRALIN*, n. 22, Florianópolis, SC: Imprensa Universitária, 1997.

MALDIDIER, D. Elementos para uma análise do discurso na França. In ORLANDI, Eni P. (org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 55-66. Tradução : Bethânia S. C. Mariani [et al.].

_____. *A inquietação do discurso. (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural Ltda., 1997. Divisão Círculo do Livro, Vol. 1, Coleção Os Pensadores.

MOTTA, M.B. (Org.). Apresentação In: _____. *Michel Foucault. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Coleção Ditos & Escritos I)

_____. *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. (Coleção Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo/SP: Cortez, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. Ancient Rhetoric. IN: GILMAN, S.; BLAIR, C. & PARENT, D. (eds.) *Friedrich Nietzsche on Rhetoric and Language*. N.York/Oxford: Oxford University Press, 1989a. (p. 21-25 : III. The relation of the rhetorical to language)

_____. On truth Lyng in an extra-moral sense(1873). IN: GILMAN, S.; BLAIR, C. & PARENT, D. (eds.) *Friedrich Nietzsche on Rhetoric and Language*. N.York/Oxford: Oxford University Press, 1989b. (p. 247-257)

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Perspectivas*. Campinas, SP: 2001.

_____. (org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 55-66. Tradução : Bethânia S. C. Mariani [et al.].

PAVEL, T. *A miragem lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1988a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In.: _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1988b.(293-304)

_____. Algumas repercussões possíveis nas pesquisas lingüísticas. In.: _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1988c. (287-291)

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1997a.

_____. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI, Eni P. (org.) [et al.]. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b, p. 55-66. Tradução : Bethânia S. C. Mariani [et al.].

_____. A análise de discurso: as três épocas (1983). In.: In: GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1997c.

_____. Papel da Memória. In ARCHARD, P. [et al.] *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-56. Tradução e introdução José Horta Nunes.

_____. *O discurso – estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso (1982). In.: In: GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M., LEÓN, J., et. al. Apresentação da análise automática do discurso. In.: In: GADET, F.; HAK, T. [et. al.] . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, S. P. : Editora da UNICAMP, 1997.

PENNYCOOK, A. Incommensurable discourses? *Applied Linguistics*, Vol. 15., No. 2, Oxford University Press, 1994.

ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1987.

ROUANET, S.P., MERQUIOR, J.G., et. al. *O Homem e o Discurso*. (A arqueologia de Michel Foucault). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social. Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural Ltda., 1997. Divisão Círculo do Livro, Vol. 1, Coleção Os Pensadores.

_____. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

ROBIN, Régine . *História e lingüística*. São Paulo, SP: Cultrix, 1977.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Pensamento- Cultrix Ltda., 23ª edição, 2001.

_____. *Troisième cours de linguistique generale(1910-1911) d'apres les cahiers d'Emile Constantin/Third course of lectures en general*

linguistics(1910-1911) from the notebooks of Emile Constatin. French text edited by Eisike Kamatsu. English ranslation by Roy Harris. Oxford: Pergam Press, 1993.

_____. *Ecrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 2002.

SCHIFFFRIN, Deborah. *Approaches to Discourse*. Cambridge/USA/Oxford/UK: Blackwell Publishers Inc./Ltd., 1994.

WILLIAMS, Glyn. *French discourse analysis: the method of post-structuralism*. London, Great Britain: Routledge/New York, NY/USA: Rouledge, 1999.

